

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

FELIPE RIBEIRO FREIRE

**DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA:
Um estudo com os usuários do Portal da Transparência
do Governo Federal**

Brasília - DF
2014

FELIPE RIBEIRO FREIRE

**DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA:
Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do
Governo Federal**

Dissertação submetida ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília em cumprimento às exigências
parciais para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

Área de Concentração: Política e
Instituições

Orientador: Professor Dr. Carlos Marcos Batista

Brasília – DF
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1017430.

Freire, Felipe Ribeiro.
F866d Desafios para a transparência pública : um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal / Felipe Ribeiro Freire. -- 2014.
283 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2014.
Inclui bibliografia.
Orientação: Carlos Marcos Batista.

1. Controle social. 2. Participação política.
3. Transparência na administração pública.
4. Responsabilidade. I. Batista, Carlos Marcos. II. Título.

CDU 32:004.738.5

FELIPE RIBEIRO FREIRE

**DESAFIOS PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA:
Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do
Governo Federal**

Dissertação submetida ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília em cumprimento às exigências
parciais para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

Área de Concentração: Política e
Instituições

Aprovada em 12 de agosto de 2014.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Carlos Marcos Batista
Universidade de Brasília
Presidente e Orientador

Professor Dr. Juarez de Souza
Universidade de Brasília
Examinador Titular Interno

Professor Dr. Cristiano Ferri
Câmara dos Deputados
Examinador Titular Externo

Professor Dr. Wladimir Gramacho
Universidade de Brasília
Examinador Interno

Professor Dra. Marilde Loiola
Universidade de Brasília
Examinador Suplente

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e à minha avó (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho deste porte é impossível de ser concluída sem o apoio de muitas, muitas pessoas. Agradeço imensamente ao meu orientador e amigo, Prof. Carlos Batista, por ter me incentivado a realizar esse mestrado e todo apoio, não só nas nossas reuniões de trabalho e de orientação, mas nos nossos vários encontros e conversas, inclusive nos momentos difíceis pelos quais passei nesse período.

Agradeço imensamente também meu amigo e pesquisador Max Stabile, por ter me ajudado nas etapas da dissertação, como no questionário, na formatação da plataforma de pesquisa, na organização e análise da base de dados. Além de me apoiar e ajudar, foi um ombro amigo nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus pais, familiares, amigos e a minha namorada Tatiane, pela confiança de sempre e por toda a paciência que tiveram ao longo dessa caminhada. Espero compensar minhas ausências daqui para frente. Agradeço aos amigos que também me apoiaram na revisão do questionário e nas várias conversas sobre nossa pós-graduação, como o Carlos, André, Marcelo, Willian, Eduardo e Danilo.

Agradeço aos membros da banca, os professores Juarez de Souza, Cristiano Ferri e Wladimir Gramacho, por terem prontamente aceitado o convite e terem fornecidos valiosos comentários, sugestões e críticas a este trabalho.

Sou muito grato ao Otávio e Cibelle, da CGU, que desde o início apoiaram meu trabalho e forneceram o apoio institucional para a realização da pesquisa no Portal da Transparência. Da parte da CGU, são muitas pessoas a agradecer, como a Claudia, o próprio Ministro Jorge Hage por ter assinado o Acordo que oficializou a pesquisa, os colegas da DSI e da Ascom pelo apoio fundamental na divulgação da pesquisa e os colegas da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência.

Agradeço a Profa. Marilde por ter participado da minha banca da qualificação e por ter se envolvido ativamente de toda a tramitação do Acordo, assim como o Reitor, o Prof. Ivan Camargo, por ter assinado o Acordo da pesquisa. Sou grato aos professores Paulo Nascimento e Mathieu Turgeon pelos comentários sobre o trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a cada um dos respondentes da pesquisa, pessoas das mais variadas cidades e locais que dedicaram preciosos minutos para responderem a pesquisa e que, com sua participação, contribuirão diretamente para a reformulação do Portal da Transparência. Sem elas, não teríamos este trabalho.

RESUMO

O Portal da Transparência, criado em 2004, tem como objetivo possibilitar ao cidadão conhecer e fiscalizar o uso do dinheiro público. Pode-se dizer que ele é fonte de informações para que os cidadãos subsidiem sua participação política e a prática do controle social. Portanto, o Portal pode ser considerado um efetivo instrumento de transparência pública? Para responder essa pergunta de pesquisa, foram estudadas as estatísticas de acesso ao Portal e foi feito um websurvey anônimo para coletar a opinião de seus usuários. Dentre os resultados encontrados, a maioria dos respondentes acredita que o Portal é uma ferramenta eficaz de divulgação dos gastos públicos e ele foi avaliado satisfatoriamente pelos seus usuários. Porém, as melhores avaliações partiram de usuários que o acessam tendo em vista fins profissionais e não de cidadania. Ademais, a maioria dos respondentes nunca fez uma denúncia e eles utilizam mais mecanismos online de participação e controle social do que os presenciais. Os resultados demonstram que o Portal é uma ferramenta eficaz para a transparência pública, mas que precisa se aperfeiçoar para se tornar mais efetiva. A efetividade, nesse trabalho, está relacionada ao conceito de transparência pública, que consiste na publicação e divulgação de informações públicas, de maneira que elas sejam facilmente acessadas e compreendidas, permitindo que o cidadão possa usá-las para subsidiar sua participação política e a prática do controle social. Fazer um efetivo uso da informação do Portal significa que ela pode ser transformada em instrumento de ação pela população e é justamente essa ligação que precisa ser aperfeiçoada, tendo em vista a *accountability* da gestão pública.

Palavras-chave: transparência pública, Portal da Transparência, controle social, participação política, *accountability*.

ABSTRACT

The Transparency Portal, launched in 2004, aims to enable the citizen to know and supervise the use of public money. One could say that it is a source of information for citizens to subsidize their political participation and the practice of social control. Therefore, can the Portal be considered an effective instrument of public transparency? To answer this research question, the access statistics of the Portal were studied and it was conducted an anonymous websurvey to collect the user's opinions. Among the findings, the majority of respondents believe that the Portal is an effective tool for public spending transparency and it was satisfactory rated by its users. However, the best reviews of the Portal were done by users who access it with professional purposes rather than citizenship. Furthermore, most respondents never made a complaint and they use more online mechanisms for participation and social control than the offline mechanisms. The results demonstrate that the Portal is an efficient tool for public transparency, although it needs more improvements in order to become more effective. In this study, effectiveness is related to the concept of public transparency, which is the publication and dissemination of public information, so that they are easily accessed and understood, allowing citizens to use it to subsidize their political participation and practice of social control. Thus, make an effective use of the Portal's information means that it can be transformed into an instrument of action by the population. And it is this connection that needs to be advanced, considering the accountability of the public administration.

Keywords: public transparency, Transparency Portal, social control, political participation, accountability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Uma teoria geral sobre as expectativas por transparência	32
Figura 2– Resultados esperados da implementação de políticas de acesso à informação pública	34
Figura 3 – Relação entre participação e controle social	48
Figura 4 – Página de Transparência do Ministério de Saúde	70
Figura 5 – Página inicial do Portal da Transparência	83
Figura 6 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook	89
Figura 7 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter	90
Figura 8 – Possibilidades de resposta da primeira pergunta da pesquisa	96
Figura 9 – Diagrama de caixa: indicador de acesso	161
Figura 10 – Nuvem de palavras baseada nas sugestões feitas pelos respondentes.....	187
Figura 11 – Nuvem de palavras baseadas nas sugestões de melhoria	195
Figura 12 – Primeira página do ambiente de Pesquisa	270
Figura 13 – Tela da página “Sobre a Pesquisa”	271
Figura 14 – Tela de agradecimento pela participação na Pesquisa	271
Figura 15 – Publicação do Extrato de Acordo de Cooperação no DOU	272
Figura 16 – Detalhe do banner de divulgação no Portal da Transparência	273
Figura 17 – Banner de divulgação da Pesquisa no Portal da Transparência	273
Figura 18 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook	274
Figura 19 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook.....	274
Figura 20 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook.....	275
Figura 21 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook.....	275
Figura 22 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da UnB no Facebook.....	276
Figura 23 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter	276
Figura 24 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter.....	277
Figura 25 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter.....	277
Figura 26 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter.....	277
Figura 27 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter.....	277
Figura 28 – Matéria publicada pela Exame.com sobre a Pesquisa.....	278
Figura 29 – Divulgação da Pesquisa no portal oficial da CGU.....	279
Figura 30 – Matéria publicada pelo Portal EBC sobre a Pesquisa	280

Figura 31 – Matéria publicada pelo Portal Brasil sobre a Pesquisa	281
Figura 32 – Matéria publicada pelo Correio Braziliense sobre a Pesquisa	282
Figura 33 – Reportagem realizada pela TVNBR sobre a Pesquisa	283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Divisão do conceito de transparência	38
Quadro 2 – Principais mudanças e desenvolvimentos do Portal da Transparência.....	68
Quadro 3 – Seção “Consultas”: Despesas	84
Quadro 4 – Seção “Consultas”: Receitas, Convênios, Ceis, Cepim, Servidores e Imóveis Funcionais.....	85
Quadro 5 – Seção “Gráficos e Downloads”	85
Quadro 6 – Seção “Mais Informações”	86
Quadro 7 – Seção “Outros links à esquerda da página”	86
Quadro 8– Seção “+ Transparência”	86
Quadro 9 – Seção “Grandes Eventos”	86
Quadro 10– Seção “Outros links à direita da página”	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de visitas mensais ao Portal em 2012 - em mil unidades.....	77
Gráfico 2 – Quantidade média mensal de visitas ao Portal por ano (2004-2014) – em mil unidades.....	78
Gráfico 3 – Quantidade de perguntas por bloco no questionário de pesquisa.....	95
Gráfico 4 – Quantidade semanal de respostas à Pesquisa (2014).....	102
Gráfico 5 - Estatísticas de acesso Portal: duração e quantidade de sessões	108
Gráfico 6 - Estatísticas de acesso Portal: duração e quantidade de páginas visualizadas	109
Gráfico 7 – Estatísticas de acesso ao Portal: por região	111
Gráfico 8 – Quantidade de visitas diárias ao Portal no mês de março de 2014.....	113
Gráfico 9 – Proporção de servidores/empregados públicos por esfera	123
Gráfico 10 – Proporção das faixas de renda individual bruta mensal dos respondentes	124
Gráfico 11 – Proporção das faixas de idade dos respondentes.....	125
Gráfico 12 – Proporção de utilização das redes sociais.....	127
Gráfico 13 – Proporção dos hábitos que os respondentes possuem na internet e nas redes sociais	128
Gráfico 14 – Comparativo entre respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara acerca de formas de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira.....	129
Gráfico 15 – Proporção das formas de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira	130
Gráfico 16 – Comparativo entre respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara a respeito dos motivos pelos quais a internet estimula o interesse em buscar informações políticas.....	132
Gráfico 17 – Comparação da satisfação com o funcionamento da democracia entre a amostra do Portal, do portal da Câmara e amostra de brasileiros.....	133
Gráfico 18 – Proporção de concordância/discordância com a frase: “Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu pensam”	135
Gráfico 19 – Proporção de concordância/discordância com a frase: “Sinto que eu entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país”	136
Gráfico 20 – Proporção de respondentes que participam ou não de grupos e associações	137

Gráfico 21 – Comparação entre o pertencimento a grupos e associações por parte dos brasileiros e dos respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara.....	138
Gráfico 22 – Proporção quantidade de grupos e associações que os respondentes fazem parte ou participaram.....	139
Gráfico 23 – Proporção do engajamento dos respondentes em mecanismos de participação off-line.....	141
Gráfico 24 – Proporção do engajamento dos respondentes em mecanismos de participação online.....	142
Gráfico 25 – Comparação da proporção de mecanismos que existente na modalidade online e off-line	144
Gráfico 26 – Mecanismos que estimula(m) mais interesse do usuário em exercer o controle social.....	145
Gráfico 27 – Proporção dos mecanismos que são mais eficazes para o controle social	146
Gráfico 28 – Proporção de realização de pedidos de acesso à informação	147
Gráfico 29 – Proporção de realização de denúncias.....	148
Gráfico 30 – Proporção dos motivos de nunca ter feito uma denúncia.....	149
Gráfico 31 – Proporção da percepção de efetividade da denúncia realizada	150
Gráfico 32 – Comparativo da proporção de opções e locais de realização de denúncias pelos respondentes.....	151
Gráfico 33 – Proporção da frequência de acesso ao Portal da Transparência.....	155
Gráfico 34 – Proporção da frequência de acesso ao Portal por perfil de acesso	157
Gráfico 35 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal da Transparência.....	159
Gráfico 36 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal da Transparência por perfil de acesso.....	162
Gráfico 37 – Proporção de interesse nos conteúdos relacionados à transparência no governo federal.....	163
Gráfico 38 – Proporção da opinião dos respondentes sobre o Portal ser uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal.....	166
Gráfico 39 – Proporção da opinião dos respondentes, por perfil de acesso, acerca do papel da CGU	167
Gráfico 40 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da navegação no Portal.....	168

Gráfico 41 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da disponibilidade das informações no Portal.....	169
Gráfico 42 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da confiabilidade nas informações do Portal.....	170
Gráfico 43 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da compreensão das informações do Portal	171
Gráfico 44 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, que concordam com as frases acerca das informações do Portal	172
Gráfico 45 – Satisfação dos respondentes com o Portal da Transparência	173
Gráfico 46 – Proporção de ferramentas e funcionalidades que os respondentes gostariam de encontrar no Portal.....	178
Gráfico 47 – Proporção de material de informação e de apoio à navegação que o usuário considerou mais útil.....	179
Gráfico 48 – Sugestão dos respondentes: proporção das categorias	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Data, natureza e quantitativo das postagens realizadas pela CGU sobre a Pesquisa no Facebook.....	90
Tabela 2 - Quantitativo semanal das postagens realizadas pela CGU sobre a Pesquisa no Twitter em 2014	92
Tabela 3 – Quantidade de perguntas do questionário para o cenário 1	96
Tabela 4 – Quantidade de perguntas do questionário para o cenário 2	97
Tabela 5 – Quantidade de questionários registrados e utilizados.....	99
Tabela 6 - Origem dos acessos (URL de referência).....	101
Tabela 7 – Média e mediana do tempo de resposta do questionário	103
Tabela 8 - Total de respostas válidas por página/bloco.....	104
Tabela 9 – Estatísticas de acesso Portal: dados gerais.....	107
Tabela 10 – Estatísticas de acesso ao Portal: país de origem	110
Tabela 11 – Estatísticas de acesso ao Portal: por UF e por capital	112
Tabela 12 – Estatísticas de acesso ao Portal: por tipo de dispositivo.....	114
Tabela 13 – Acesso ao Portal: por seção	115
Tabela 14 – Acesso ao Portal: por páginas.....	117
Tabela 15 – Acesso ao Portal da Transparência: detalhamento da categoria “outros”	120
Tabela 16 – Proporção dos usuários do Portal e dos respondentes da Pesquisa por UF	122
Tabela 17 – Frequência de acesso ao Portal por tipo de perfil	155
Tabela 18 – Proporção de tipos de ocupação por perfil de acesso ao Portal.....	158
Tabela 19 – Comparativo entre as 10 seções mais acessadas do Portal: estatísticas de acesso e respondentes da pesquisa.....	160
Tabela 20 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal por perfil de acesso	161
Tabela 21 – Proporção da preferência dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da visualização das informações.....	174
Tabela 22 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem encontradas	175
Tabela 23 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem entendidas	175
Tabela 24 – Pergunta I08: Análise e categorização das sugestões dos respondentes...	189

Tabela 25 – Pergunta P01: Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?	233
Tabela 26– Pergunta P01a: Você considera que o Portal da Transparência é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal?.....	233
Tabela 27 – Cruzamento da P01 e P01a: frequência de acesso e eficácia do Portal como ferramenta para divulgação dos gastos federais	234
Tabela 28 – Pergunta P02: Você já fez algum pedido de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)?	234
Tabela 29 – Pergunta P03: Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira? (pergunta original).....	235
Tabela 30 – Pergunta P03: Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira? (incorporação dos achados da categoria “outros”)	235
Tabela 31 – Pergunta P04: Por quais motivos a internet estimula seu interesse em buscar informações relacionadas à política?.....	236
Tabela 32 – Contagem das categorias de resposta de P04	236
Tabela 33 – Pergunta P05: De maneira geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?.....	237
Tabela 34 – Pergunta P06: Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses.....	237
Tabela 35 – Contagem das categorias de resposta de P06	238
Tabela 36 – Pergunta G01: O que você gostaria de saber sobre transparência no Governo Federal?	238
Tabela 37 – Contagem das categorias de resposta de G01	239
Tabela 38 – Pergunta G02: Você acessa o Portal da Transparência principalmente como um(a).....	239
Tabela 39 – Agregação das alternativas da pergunta G02: proporção dos perfis de acesso ao Portal	240
Tabela 40 – Cruzamento das alternativas da pergunta P01 e G02: frequência de acesso ao Portal por perfil de acesso.....	240
Tabela 41 – Pergunta G03: De maneira geral, como você considera a navegação no Portal da Transparência?	240

Tabela 42 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G03: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da navegação no Portal	241
Tabela 43 – Pergunta G04: Como você considera as informações do Portal da Transparência?.....	241
Tabela 44 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G04: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da confiabilidade nas informações do Portal.....	241
Tabela 45 – Pergunta G05: Com qual frequência você encontra as informações que procura no Portal da Transparência?	242
Tabela 46 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G05: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da disponibilidade das informações no Portal.....	242
Tabela 47 – Pergunta G06: Para você, como é entender as informações encontradas no Portal da Transparência?	242
Tabela 48 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G06: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da compreensão das informações do Portal	243
Tabela 49 – Pergunta G07: Avalie a sua satisfação com o Portal da Transparência com uma nota de 1 a 5, sendo 1 a pior e 5 a melhor nota.....	243
Tabela 50 – Pergunta G08: Quanto às informações do Portal da Transparência, de maneira geral, com qual das seguintes frases você concorda?	243
Tabela 51 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G08: proporção dos respondentes, por perfil de acesso, que concordam com as frases acerca das informações do Portal.....	244
Tabela 52 – Pergunta G09: Gostaríamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: "A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão que contribui para a prevenção e o combate à corrupção no país”	244
Tabela 53 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G09: proporção da opinião dos respondentes, por perfil de acesso, acerca do papel da CGU	245
Tabela 54 – Pergunta E01: Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:.....	245
Tabela 55 – Contagem das categorias de resposta de E01	246
Tabela 56 – Pergunta E01a: Eu acessei o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:.....	246

Tabela 57 – Contagem das categorias de resposta de E01a	247
Tabela 58 – Pergunta E01_soma (E01 + E01a): Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:.....	247
Tabela 59 – Pergunta E01_soma (E01 + E01a): Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber (por perfil de acesso):.....	248
Tabela 60 – Contagem das categorias de resposta de E01_soma.....	248
Tabela 61 – Pergunta E02: Quanto à visualização das informações sobre o gasto público, qual delas é a mais importante para você?	249
Tabela 62 – Proporção da preferência dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da visualização das informações.....	249
Tabela 63 – Pergunta E03: Quais informações você considera as mais difíceis de serem encontradas no Portal da Transparência?	250
Tabela 64 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem encontradas	250
Tabela 65 – Pergunta E04: E quais informações você considera as mais difíceis de serem entendidas?.....	251
Tabela 66 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem entendidas	251
Tabela 67 – Pergunta E05: Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?	252
Tabela 68 – Contagem das categorias de resposta de E05	252
Tabela 69 – Pergunta E05a: Quais outros tipos de consultas de temas específicos você gostaria de acessar no Portal da Transparência?	253
Tabela 70 – Pergunta E05b: Marque o material de informação e de apoio à navegação que você considera o mais útil.....	253
Tabela 71 – Pergunta C01: Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?.....	254
Tabela 72 – Pergunta C01a: Marque as opções e locais onde foi/foram feita(s) sua(s) denúncia(s).....	254
Tabela 73 – Contagem das categorias de resposta de C01a	255
Tabela 74 – Pergunta C01a1: Você acha que sua denúncia surtiu efeito e o Poder Público tomou as providências necessárias? Considere apenas a última denúncia feita.	255

Tabela 75 – Pergunta C01b: Por que você nunca fez uma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?.....	256
Tabela 76 – Contagem das categorias de resposta de C01b.....	256
Tabela 77 – Pergunta C01b1: Se você tivesse interesse em fazer uma denúncia, onde faria ou a quem comunicaria?.....	257
Tabela 78 – Contagem das categorias de resposta de C01b1.....	257
Tabela 79 – Pergunta C02: Assinale os mecanismos tradicionais de participação que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.....	258
Tabela 80 – Contagem das categorias de resposta de C02.....	258
Tabela 81 – Pergunta C03: Em relação à participação na internet, assinale os mecanismos que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.....	259
Tabela 82 – Contagem das categorias de resposta de C03.....	259
Tabela 83 – Pergunta C04: Considerando os mecanismos de participação tradicional e na internet, qual(is) deles estimula(m) mais o seu interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos.....	260
Tabela 84 – Pergunta C05: E qual(is) deles você acredita que é mais eficaz no controle social?.....	260
Tabela 85 – Pergunta C06: Gostaríamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: “Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu pensam”.....	260
Tabela 86 – Pergunta C07: Gostaríamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: “Sinto que eu entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país”.....	261
Tabela 87 – Pergunta I01: Você é usuário(a) de quais redes sociais?.....	261
Tabela 88 – Contagem das categorias de resposta de I01.....	262
Tabela 89 – Pergunta I02: Na internet ou nas redes sociais, considerando apenas conteúdos que tratem de temas políticos, você tem o hábito de:.....	262
Tabela 90 – Contagem das categorias de resposta de I02.....	262
Tabela 91 – Pergunta I03: Qual é o seu gênero?.....	263
Tabela 92 – Pergunta I04: Qual é a sua ocupação atual?.....	263
Tabela 93 – Pergunta I04: Qual é a sua ocupação atual? (incorporação dos achados da categoria “outros”).....	264
Tabela 94 – Pergunta I04a: De qual Poder?.....	264

Tabela 95 – Pergunta I04b: De qual esfera?.....	264
Tabela 96 – Pergunta I04b1: De qual esfera?.....	265
Tabela 97 – Somatório dos resultados das perguntas I04b e I04b1.....	265
Tabela 98 – Proporção de servidores/empregados públicos: por Poder e Esfera.....	265
Tabela 99 – Pergunta I05: Qual a sua escolaridade?.....	266
Tabela 100 – Pergunta I06: Qual é a sua renda individual bruta mensal?.....	266
Tabela 101 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (2).....	266
Tabela 102 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (1).....	267
Tabela 103 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (3).....	267
Tabela 104 – Pergunta I08: Análise e categorização das sugestões dos respondentes.	268
Tabela 105 – País dos respondentes	268
Tabela 106 – Unidade Federativa dos respondentes (Brasil)	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Estado do Acre
Ascom/CGU	Assessoria de Comunicação da Controladoria-Geral da União
Ascom/UnB	Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília
Ceis	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
Cepim	Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas
CGU	Controladoria-Geral da União
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUB	Fundação Universidade de Brasília
GT	Grupo de Trabalho
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não-Governamental
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
Siest	Sistema de Informação das Estatais
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade da Federação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 APRESENTAÇÃO	23
1.2 JUSTIFICATIVA	24
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	27
2.1 O QUE É TRANSPARÊNCIA PÚBLICA?	27
2.1.1 Os diferentes conceitos de transparência pública.....	27
2.1.2 O conceito de transparência pública.....	35
2.2 TIC E O FOMENTO À TRANSPARÊNCIA	37
2.3 TIC, PORTAIS GOVERNAMENTAIS E PARTICIPAÇÃO	40
2.4 TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E <i>ACCOUNTABILITY</i>	47
3 O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	60
3.1 O SURGIMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	60
3.2 OS OBJETIVOS DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....	65
3.3 A EVOLUÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	67
3.3.1 2004 a 2006: do lançamento do Portal à criação das Páginas de Transparência	68
3.3.2 2007 a 2009: consolidação e ampliação das bases e consultas	71
3.3.3 2009-2010: a Lei da Transparência (LC 131/2009).....	72
3.3.4 2011 a 2014: desenvolvimentos recentes no Portal	75
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	80
4.1 PROBLEMA DE PESQUISA	80
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
4.2.1 Estudo do conteúdo do Portal da Transparência	81
4.2.2 Estudo das estatísticas de acesso ao Portal da Transparência	87
4.2.3 Pesquisa online com os usuários do Portal da Transparência	88
4.3 SOBRE O QUESTIONÁRIO	93
4.4 TRATAMENTO DA BASE DE DADOS.....	97
4.4.1 Especificação do tamanho da base de dados.....	97
4.4.2 Tratamento das “não respostas”	99

4.4.3 Verificação de consistência.....	100
4.4.4 Estatísticas gerais do questionário.....	101
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	105
5.1 ESTATÍSTICAS DE ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	105
5.2 QUEM É O USUÁRIO DO PORTAL?	121
5.2.1 Localização geográfica.....	121
5.2.2 Perfil socioeconômico	122
5.2.3 Perfil participativo e engajamento social	127
5.2.4 Denúncias e mecanismos de participação e controle social	140
5.3 O QUE O USUÁRIO ACESSA NO PORTAL?	154
5.4 COMO O USUÁRIO AVALIA O PORTAL?	165
5.5 SUGESTÕES DOS USUÁRIOS.....	177
5.5.1 Quais ferramentas ou funcionalidades o usuário gostaria de encontrar no Portal?.....	177
5.5.2 Quais melhorias o usuário sugeriu para o Portal.....	188
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa	220
APÊNDICE B – Resultados da Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência	233
APÊNDICE C – Capturas de tela do ambiente de Pesquisa	270
ANEXO A – Publicação no Diário Oficial da União do Acordo de Cooperação CGU-UNB	272
ANEXO B – Divulgação da Pesquisa.....	273

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Transparência pública é um conceito que tem sido cada vez mais discutido, utilizado e apropriado pelos governos e por diversos setores e grupos da sociedade civil. Mas afinal, o que é transparência pública? A transparência pública é um fim em si mesmo ou é um meio para o alcance de outros objetivos?

Essas são algumas das perguntas que podem, inicialmente, ser levantadas quando se pensa em transparência pública. Apesar dessas perguntas não serem o problema de pesquisa deste trabalho, elas são importantes para apresentar o tema. Isso porque se percebe uma tendência - não apenas brasileira, mas também mundial - de tratar a transparência pública como um elemento essencial para o aprofundamento e fortalecimento da democracia.

Concomitantemente a esse processo, percebe-se também que os governos têm investido uma parcela cada vez maior de recursos e esforços no desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esse investimento visa atender aos mais variados fins, tais como: criar e expandir políticas de governo eletrônico; melhorar a prestação de serviços públicos, modernizar processos internos; expandir o acesso à internet; aumentar a responsabilização dos agentes públicos e a prestação de contas; estimular a participação política e o controle social; desenvolver iniciativas de democracia digital; e fomentar a transparência pública.

Nesse contexto, este trabalho aborda os aspectos relacionados à utilização das TIC para o fomento à transparência pública. Mais especificamente, a dissertação tem como objeto de estudo uma importante ferramenta tecnológica de fomento à transparência pública: o Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro. Mas o que é esse portal? Segundo a CGU, gestora desse website:

(...) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar (BRASIL, 2014).

Entretanto, ainda que exista um portal de transparência pública, será que ele está cumprindo os objetivos para os quais foi criado? Os usuários do Portal conseguem não apenas encontrar, mas compreender as informações publicadas? As ideias presentes nessas perguntas originaram o problema de pesquisa deste trabalho: o Portal da Transparência é um efetivo instrumento de transparência pública?

O pressuposto do trabalho é de que apenas quem utiliza o Portal da Transparência sabe realmente para que e por que usa e quais dificuldades e facilidades possui para encontrar, entender e utilizar as informações desse website. Para isso, foi conduzido um *websurvey* com os usuários do Portal da Transparência que procura obter algumas respostas para tais questões. Resumidamente, a pesquisa online procura responder às seguintes perguntas: quem são, o que querem, o que acessam e como esses usuários avaliam o Portal da Transparência.

1.2 JUSTIFICATIVA

O trabalho aqui desenvolvido é um dos poucos trabalhos na área de Ciência Política a serem realizados em portais governamentais de grande acesso para o conhecimento do perfil do usuário e a avaliação que ele faz desse website. Os estudos e pesquisas que normalmente ocorrem nos portais governamentais são, em geral, focados na análise de conteúdo, da oferta de informações e de oportunidades de participação online.

Dentre esses trabalhos, destacam-se as pesquisas em portais do Executivo e/ou do Legislativo estaduais e/ou municipais brasileiros (VIANA, 2004, 2006) (CUNHA, 2005) (VAZ, 2008) (PINHO, 2008) (WIVES, 2011). Existem ainda estudos que procuram analisar os portais governamentais em perspectiva comparada (BATISTA, 2003, 2009) (BATISTA, 2006) (NASCIMENTO, 2008) (RIBEIRO, 2009) (SOARES, 2010) (KRONENBERGER, 2010) (FREIRE, 2010) (MATA, 2012).

Há também trabalhos conduzidos em portais federais, sejam referentes ao Poder Legislativo (STABILE, 2009, 2012) (MARQUES, 2011), sejam ao Poder Executivo (MEDEIROS, 2008) (LIMA, 2010). Entretanto, na área de Ciência Política e em disciplinas correlatas, foram identificados poucos estudos que, para além da análise de conteúdo, realizaram uma pesquisa online com os usuários desses portais. Dentre esses, destacam-se o de Cunha (2000), Cunha e Reinhard (2001) e Stabile (2012).

A pesquisa mais recente conduzida no sentido de utilizar ambas as metodologias de análise de portais governamentais (análise de conteúdo e pesquisa online com seus usuários) foi a realizada por Stabile (2012). Ele realizou uma pesquisa com os usuários do Portal da Câmara dos Deputados, um dos mais acessados dentre os portais governamentais, que buscou identificar quem eram esses usuários e como avaliavam esse Portal a partir de uma discussão acerca dos aspectos teóricos da participação política e da democracia digital.

Este trabalho propõe uma discussão não apenas sobre democracia digital e uso das TIC pelos governos, mas também sobre as relações entre transparência pública, participação e controle social. Outro ponto a ser destacado é o fato de ser uma pesquisa acadêmica conduzida com usuários de um portal governamental de transparência pública. O Portal da Transparência tem ganhado cada vez mais importância, sendo utilizado por jornalistas para denúncia de malversação dos recursos públicos, por gestores públicos de todas as esferas e Poderes e por cidadãos interessados em conhecer, acompanhar e fiscalizar os gastos públicos.

Portanto, esta dissertação pretende avançar nas discussões teóricas sobre transparência pública, participação e controle social, além de obter a avaliação do Portal e o perfil dos seus usuários. Por fim, espera-se que seus achados e conclusões possam ser utilizados pelo Governo Federal, por meio de sua Controladoria-Geral da União, para subsidiar a reestruturação do Portal da Transparência, iniciada no final de 2013.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está organizado em 6 capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução. O segundo aborda os pressupostos teóricos utilizados. Discorre-se sobre os conceitos de transparência pública, participação e controle social, com o objetivo de mostrar a intersecção e diferenças entre eles. Outros conceitos de fundamental importância para o trabalho e que são discutidos nesse capítulo são os de democracia digital e *accountability*. São feitas também considerações sobre o uso das TIC para avançar na área de transparência pública e de democracia digital.

O capítulo três detalha o objeto de estudo, que é o Portal da Transparência do Governo Federal, entendido como uma ferramenta tecnológica de transparência pública. Ele aborda o seu surgimento, importância, objetivos e funcionalidades. O objetivo do

capítulo é obter um bom entendimento acerca dos principais elementos do Portal da Transparência.

O capítulo quatro trata da metodologia adotada. Ele aborda o problema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, detalhes da construção e apresentação do questionário e informações a respeito do tratamento da base de dados.

O capítulo cinco analisa os resultados da pesquisa online conduzida com os usuários do Portal da Transparência, além de apresentar as estatísticas de acesso ao Portal. Ele detalha os principais resultados encontrados, assim como a análise das sugestões feitas pelos respondentes da pesquisa.

Por sua vez, o capítulo seis apresenta as considerações finais e as principais sugestões para a melhoria do Portal da Transparência. Ao final do trabalho, podem ser encontradas as referências bibliográficas utilizadas.

Os apêndices do trabalho detalham o questionário, as tabelas de frequência de cada pergunta do *websurvey* e as capturas de tela do ambiente online da Pesquisa. No anexo, estão outras informações importantes, como a publicação da oficialização da pesquisa e os banners, reportagens, vídeos e capturas de tela da divulgação da pesquisa nas redes sociais e na mídia.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo aborda os pressupostos teóricos deste trabalho. O objetivo é discutir os principais conceitos utilizados, como o de transparência pública, participação e controle social. São também feitas considerações a respeito do uso das TIC para a transparência e participação e sobre os conceitos de democracia digital e *accountability*.

2.1 O QUE É TRANSPARÊNCIA PÚBLICA?

O debate teórico a respeito da definição do conceito de transparência é bastante extenso. No geral, os autores procuram enfatizar determinado aspecto da transparência pública em detrimento de outros. Esta seção discute as diferentes concepções de transparência pública.

2.1.1 Os diferentes conceitos de transparência pública

Primeiramente, qual a relação entre acesso à informação pública e transparência pública? Em linhas gerais, a transparência pode ser entendida como a operacionalização do direito de acesso à informação. Para Angélico (2012), a expressão “acesso à informação pública” corresponde à materialização do conceito de transparência pública. No ordenamento jurídico brasileiro, esse direito, já previsto no art. 5º, 37 e 216 da Constituição Federal, foi regulamentado por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Acerca desse ponto, Lopes (2007, p. 11) considera que:

Ora, se a informação é um bem público, há um papel do governo muito importante para sua provisão, a exemplo do que ocorre com os demais bens públicos. Do mesmo modo, o acesso à informação pública não é um bem em si mesmo, não é exatamente um daqueles “direitos inatos”. É fato que, em sociedades democráticas, deve existir um direito básico de acesso à informação, de expressão e de conhecimento das atividades governamentais – portanto, há claro incentivo à promoção da transparência e da abertura nos governos de Estados democráticos. Mas, na verdade, esse acesso é um direito historicamente construído, em grande parte instrumental, garantidor de outros direitos também fundamentais. Em sociedades democráticas e na atual Sociedade da Informação, esse direito ganha ainda mais importância, já que a informação cresce como requisito indispensável para a plena vivência do cidadão na comunidade.

Para Hage (2010), a transparência não pode ser vista como um fim em si mesmo, uma vez que ela é um instrumento acessório à disposição da população para que ela acompanhe a gestão pública. Logo, o acesso à informação, operacionalizado por meio da transparência, é um instrumento para que a sociedade possa ter conhecimento acerca do funcionamento, das políticas, das decisões e dos gastos do Estado. Gruman (2012, p. 104) destaca que:

(...) o acesso público à informação, ainda que primordial para a garantia de um Estado transparente e responsável, é instrumental no sentido de que os ganhos advindos das políticas de transparência governamental não se encerram em si mesmos, mas nos resultados trazidos por este tipo de política para a administração pública. A transparência e o acesso não garantem a eficácia do funcionamento da máquina pública, mas, pelo contrário, sua ausência, é garantia de mau uso dos recursos públicos porque livres de controle social. O acesso à informação é um instrumento, um meio para se alcançar um fim, a eficácia das políticas públicas.

Assim, a finalidade da transparência só é alcançada por meio da conversão da informação em instrumento de ação do cidadão. Essa conversão pode ser alcançada, por exemplo, por meio da linguagem cidadã e da diminuição da exclusão digital (GRUMAN, 2012). Isso porque encontrar e entender a informação que está sendo publicada é fundamental para que ela seja apropriada e utilizada pela sociedade.

Nesse contexto, quando se fala em transparência, é importante entender o que, em geral, os cidadãos gostariam de saber sobre o governo e sua gestão. Newbold (2011, p. 549, tradução nossa) afirma que:

(...) os cidadãos querem saber o que o governo está fazendo, como o governo está gastando as receitas arrecadadas e como o governo está abordando maneiras de melhorar a segurança pública, a economia, o bem-estar e outros interesses públicos que afetam direta e indiretamente a vida de todos (com adaptações).

Newbold (2011) também aborda a questão de que a transparência pode ser um efetivo meio de garantir a confiança dos cidadãos no governo ao fornecer aos indivíduos e grupos da sociedade o máximo de informações possíveis. Essa seria uma primeira aproximação entre transparência e *accountability*, pois se entende que cidadãos e grupos bem informados têm maiores condições de fiscalizar os atos, decisões e gastos dos governos. E governos e políticos que sejam responsivos à sociedade podem ter mais chances de aumentar a confiança dos cidadãos na sua gestão.

Por outro lado, há autores que relacionam transparência com publicidade. Culau e Fortis (2006, p. 1) afirmam que transparência pode ser “entendida como produção e divulgação sistemática de informações”. Filho (2005, p. 5) considera que:

a transparência pública não se confunde com o tradicional princípio jurídico da publicidade, que fundamenta o moderno Estado de direito. As duas noções são distintas, ainda que a publicidade garanta ao poder público uma certa transparência. A diferença é a exigência da publicidade é atendida com a publicação dos atos poder público no veículo oficial de imprensa, ao passo que a transparência não se satisfaz com o mero cumprimento de formalidades. Ela é mais exigente.

No mesmo sentido, Braga (2011, p. 2) define transparência segundo uma perspectiva da gestão pública, afirmando que:

(...) pode-se definir transparência da gestão como a atuação do órgão público no sentido de tornar sua conduta cotidiana - e os dados dela decorrentes - acessível ao público em geral. Essa definição suplanta o conceito de publicidade previsto na Constituição Federal de 1988, pois a publicidade é uma questão passiva, de publicação de determinadas informações como requisito de eficácia. A transparência vai mais além, pois se detém na garantia do acesso às informações de forma global, não somente àquelas que se deseja apresentar.

Ribeiro (2009) atesta que a transparência não pode ser confundida com o princípio jurídico de publicidade. Para ela, ainda que a publicidade dos atos do poder público em veículo oficial de imprensa possa garantir certa transparência, tais conceitos não são equivalentes. Isso porque a transparência não se satisfaz com o cumprimento de formalidades jurídicas. Em seu trabalho, transparência é definida “a partir do conceito mais abrangente, ou seja, um governo transparente é aquele que dispõe as informações, as atualiza e cria facilidades para que o cidadão tenha acesso” (RIBEIRO, 2009, p. 7).

Vaz, Ribeiro e Matheus (2010), ao analisar o conceito de transparência sob quatro diferentes visões, também afirmam que uma delas a encara como sinônimo do princípio da publicidade, ou seja, a publicação oficial de informações governamentais. Adianta-se que, para os fins deste trabalho, o conceito de transparência pública não pode ser confundido com o conceito jurídico de publicidade, pois isso a limita e dificulta a definição do que seria uma efetiva política de transparência pública. Outro conceito de transparência é o apresentado por Teixeira (2006, p. 36):

transparência é ter condição de acesso a todas as informações sobre como o governo trabalha. A transparência quer dizer que a administração pública funciona de uma maneira aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de

ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que têm os cidadãos e outros interessados em acessar as informações municipais.

Transparência é saber o que está sendo feito em prol da comunidade. (...) É o direito público de saber em que são aplicados os recursos públicos (com adaptações).

A CGU, por meio de seu Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, apresenta uma definição que se aproxima do pensamento de Teixeira (2006) e Newbold (2011). Para essa instituição, “transparência é quando sabemos onde, como e por que o dinheiro está sendo gasto. É quando as coisas são feitas às claras, sem mistérios, como devem ser feitas. A administração pública deve ser sempre transparente, porque não deve ter o que esconder do povo” (BRASIL, 2009a, p. 27).

Essas definições enfatizam a ideia de transparência como forma de operacionalizar o acesso à informação pública em todos os níveis de governo, incluindo acesso aos detalhes sobre o que, onde e como estão sendo feitos os gastos públicos. Por sua vez, a organização Transparência Internacional (2009, p. 44, tradução nossa), citada por Angélico (2012, p. 24), define que “a transparência é a característica de governos, empresas, organizações e indivíduos em serem abertos em relação a informações sobre planos, regras, processos e ações”.

Analisando a transparência sob a ótica da implementação de uma política de transparência para a gestão pública, Filho (2005, p. 6) destaca que dois elementos devem ser considerados para essa implantação:

O primeiro deles, de que transparência exige disposição de abertura por parte de quem detém o poder, no sentido de remover obstáculos ao acesso à informação por parte daqueles sobre quem o poder se exerce. O segundo ângulo da questão refere-se à disposição de informar, de disponibilizar informação suficiente ao pleno desvelamento do poder diante daqueles sobre quem ele se exerce.

Quanto ao primeiro elemento, ele significa que deve haver uma disposição da administração pública de se abrir e de mitigar a tradicional cultura de segredo e não transparência de suas ações e gestões. Esse processo envolve não apenas a transparência, mas também o aumento da permeabilidade do Estado, como por meio de mecanismos que garantam que demandas da sociedade possam chegar e influenciar a atividade estatal. O passo seguinte desse processo seria o efetivo envolvimento da sociedade na coisa pública, como por meio de mecanismos de participação social. A

transparência, em ambos os casos, é vista como uma base essencial para que esses processos se tornem efetivos.

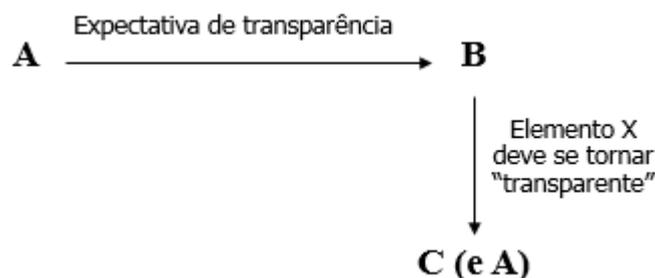
A respeito das outras três visões de transparência, Vaz, Ribeiro e Matheus (2010), consideram que a segunda perspectiva trata transparência como sinônimo de *openness*, ou seja, o fornecimento universal e livre de informações. Uma terceira seria a associação de transparência aos dados governamentais abertos, pois apesar de não serem sinônimos, uma “política de dados abertos teria o poder de potencializar as possibilidades de transparência através da internet” (VAZ; RIBEIRO; MATHEUS, 2010, p. 53). Por fim, outra perspectiva de transparência a identifica como sinônimo de *accountability*, pois

(...) com a informação disponível e clara sobre o ente público, o cidadão pode controlar os atos da Administração Pública e estar mais preparado para exercer seus direitos de participação. *Accountability*, que, grosso modo, se refere à prestação de contas e à definição dos objetos sobre os quais se prestarão contas juntamente com a sua responsabilização (LEVY, 1999), vem juntamente com a transparência das ações que gera confiança entre os governos e a sociedade. Por esses conceitos serem próximos e interdependentes, diversos autores definem transparência a partir do conceito de *accountability*. Prado e Loureiro (2006) discorrem que na literatura frequentemente a transparência é associada automaticamente à prestação de contas e *accountability* (VAZ; RIBEIRO; MATHEUS, 2010, p. 51).

Como afirmado, há autores que aproximam o conceito de transparência pública ao de *accountability*. Grimmelikhuijsen (2010, p. 10, tradução nossa), citado por Ringel (2013, p. 7), considera que “transparência é a divulgação ativa de informações pela organização de uma maneira que permita que o seu desempenho e trabalhos internos possam ser monitorados por atores externos”.

Avançando nesse tópico, Ringel (2013, p. 7) apresenta dois tipos de transparência. Eles são baseados em um modelo que funciona da seguinte forma: um ator A exige que o ator B torne determinado elemento “x” de sua organização transparente para outro ator C. A e C são analiticamente distintos, mas podem ser o mesmo ator. Uma visualização gráfica desse modelo é apresentada na figura abaixo.

Figura 1 – Uma teoria geral sobre as expectativas por transparência



Fonte: Ringel (2013, p. 7, tradução nossa). Com adaptações.

Neste modelo, por exemplo, uma agência governamental de controle (A) exige que um Ministério (B) torne seus gastos (x) internos (licitações e contratos, entre outros) públicos e disponíveis para a sociedade (C). Baseado nessa teoria, Ringel (2013), apresenta os dois conceitos de transparência. O primeiro, chamado de transparência fraca, descreve esse ato de tornar determinado elemento “x” de B transparente sem um posterior interesse de C (e/ou A) em como essa informação foi produzida ou o impacto de sua relevância para B.

Por outro lado, no segundo tipo, chamado de transparência forte, o interesse não está apenas em “x”, mas também em como x foi produzido. Especificamente, trata-se da divulgação de detalhes sobre x, como as razões e motivações que levaram à determinada decisão política (e não apenas a publicação do teor da decisão) ou a explicação de como, onde e por que determinado gasto público foi feito (e não apenas o seu valor).

Outra diferenciação interessante a respeito do conceito de transparência é o de transparência ativa e passiva. Tais diferenciações ganharam proeminência com o Decreto 7.724/2012, que regulamentou a LAI no Poder Executivo Federal. Simplificadamente, transparência ativa se refere à publicação proativa de informações públicas, independentemente de qualquer solicitação da sociedade. Exemplo mais marcante disso é o Portal da Transparência. Já a passiva é a disponibilização de informações mediante solicitação por parte dos interessados. Exemplos são os pedidos de acesso à informação feitos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Em um cenário ideal, grande parte das informações de interesse público estaria disponibilizada em transparência ativa e aquelas solicitações frequentes (via transparência passiva) seriam, com o tempo, publicadas pró-ativamente. Nesse cenário,

o sistema passivo teria apenas papel residual, de atendimento de pedidos de informações que, por exemplo, podem ser muito específicos ou cuja pouca demanda por parte de sociedade e elevado custo (financeiro, pessoal, etc.) e complexidade de publicação poderia justificar seu fornecimento pela via passiva.

Complementarmente, Michel Lago, em recente entrevista, comentou que existem dois tipos de transparência. O primeiro é a da execução, da gestão, que trata das informações sobre a gestão e implementação de políticas, como planejamento, receitas e gastos. O outro tipo é a transparência da decisão, que seria ainda mais fundamental, pois com elas cidadãos e outros autores podem intervir com maior frequência e qualidade no processo de tomada de decisões (SALGADO; COSTA; NORONHA, 2013).

Isso porque, dando conhecimento ao público das razões pelas qual determinada alternativa foi escolhida em detrimento da outra, pode-se tornar mais fácil a identificação de possíveis interesses – que não o público – naquela decisão. Ainda tratando sobre a transparência dos gastos públicos, o pensamento de Lopes (2007, p. 24) exemplifica esse debate:

(...) mecanismos de transparência que possam diminuir a assimetria de informação entre os membros do governo e a população fazem com que as decisões governamentais estejam mais próximas do interesse de toda a população do que dos interesses individuais dos tomadores de decisão. Assim, a tendência é de que os gastos públicos que ocorrem sob o crivo da transparência sejam muito mais eficientes do que aqueles que se fazem em sigilo, e que, portanto, têm maior risco de atenderem apenas aos anseios individuais dos que promovem o gasto público. Seja qual for o pensamento hegemônico sobre a administração pública, fica patente que a promoção da transparência governamental é fundamental para a construção de governos mais eficientes, que gastem de maneira mais honesta e produtiva.

Para esse autor, existem alguns resultados que podem ser esperados da implementação de políticas de acesso à informação pública. Esses são apresentados no quadro seguinte.

Figura 2– Resultados esperados da implementação de políticas de acesso à informação pública



Fonte: Lopes (2007, p. 24). Com adaptações.

Como se pode ver, alguns dos principais resultados são a auditoria independente e a vigilância pública. O primeiro pode ser entendido como o monitoramento e avaliação das políticas públicas; o segundo, como controle social. Soma-se a esses resultados a importante ideia de que o acesso à informação permite aos cidadãos terem melhores condições e informações para participarem politicamente. Nesse contexto, Vieira (2011, p. 2) considera que:

Transparência pública é um conceito mais amplo que o de publicidade, pois a publicação de informações em linguagem técnica, como ocorre nos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) não garante por si só a transparência se os cidadãos não interpretarem essas informações e não puderem utilizá-las para o controle social. Sem informação é inviável controlar a arrecadação e a aplicação de recursos públicos. Dessa forma, a transparência se consagra como uma condição indispensável para o exercício da cidadania. Além disso, ela estimula os administradores a agirem com responsabilidade e zelo na gestão governamental.

Efetivamente, o acesso à informação pública é vital para o empoderamento da sociedade (LOPES, 2007). Vaz (2003, p. 95) afirma que “a participação e o controle social sobre o governo dependem fundamentalmente da circulação de informação”. Para Gruman (2012, p. 102):

“essa cultura de acesso faz surgir um novo ator político, o ‘cidadão-fiscal’ (CULAU; FORTIS, 2006) ou o ‘auditor-independente informal’ (LOPES, 2007), importante no processo de fiscalização da utilização responsável dos recursos públicos”.

O conceito de transparência de Suk Kim et al (2005, p. 649, tradução nossa), apresentado por Angélico (2012, p. 25), denota diversos desses elementos:

Transparência é central para a boa governança e pré-requisito essencial para a *accountability* entre estados e cidadão. Basicamente, governança transparente significa uma abertura do sistema de governança através de processos e procedimentos claros e fácil acesso à informação pública por parte dos cidadãos, estimulando a consciência ética, no serviço público através do compartilhamento de informações, o que em última instância assegura *accountability* para o desempenho dos indivíduos e organizações que são responsáveis por recursos públicos ou ocupam cargos públicos.

Baseando-se nessas definições que aproximam transparência de *accountability*, Angélico (2012, p. 25) constata que a transparência “(...) tem relação com fluxo de informação, mas também com qualidade da informação (melhorar a compreensão) e com o uso dessa informação (favorecer a *accountability*)”. Para ele, a transparência não é um fim em si mesmo, mas um meio para que se conheça mais detalhadamente o que ocorrer no interior das organizações. Portanto, a transparência será “tão mais útil quanto maior for a sua contribuição a um sistema de prestação de contas efetivo” (ANGÉLICO, 2012, p. 26).

2.1.2 O conceito de transparência pública

O pressuposto de acesso às informações públicas é condição essencial para a participação política e prática do controle social. Sem dados e informações sobre a gestão pública, a atividade de controle fica seriamente comprometida. A OCDE (2003) destaca que a provisão online de informação é pressuposto para a participação. Porém, a quantidade de informações disponibilizadas não significa necessariamente que elas são de qualidade.

Além disso, Zyl (2013) ressalta que a relação entre transparência e *accountability* vai além da questão informacional, pois depende também da habilidade do cidadão de entender como as instituições, projetos, programas e ações funcionam e relacionar esse funcionamento ao processo político, orçamentário e de formulação de políticas públicas. Da mesma maneira, as informações rotineiramente publicadas em

documentos oficiais tendem a ser agregadas (exemplo: orçamento por ministério), enquanto que as informações necessárias para a realização do controle social devem ser mais desagregadas, como o orçamento por projeto ou localidade (ZYL, 2003, p. 4).

Como se pode ver, não basta que haja mecanismos institucionais bem estruturados, políticas de acesso à informação e cidadãos ativos, participativos e interessados. É necessário ainda que se conheça detalhadamente aquilo que será “controlado”. E esse envolvimento com os assuntos e com a coisa pública é justamente proporcionado por meio da participação e, por isso, ela é vista como um requisito para a ocorrência do controle social.

Tendo em vista essas discussões, o conceito que será utilizado neste trabalho é aquele que procura relacionar transparência com participação e controle social, como o conceito de transparência forte (RINGEL, 2013). Ou seja, transparência pública não se confunde com o princípio jurídico de publicidade e não significa apenas a disponibilização e publicização das informações.

Por conseguinte, transparência pública pode ser definida como a publicação e divulgação de informações públicas, de maneira que elas sejam facilmente acessadas e compreendidas, permitindo, assim, que a sociedade possa fazer um efetivo uso dela, tendo em vista os fins almejados. Apesar de reconhecer que existem diversos finalidades para o uso da informação, o foco será quando ela é utilizada para os fins para os quais o Portal foi criado, ou seja, a fiscalização dos gastos públicos pela sociedade, que é operacionalizada por meio da participação e do controle social. Assim, fazer um efetivo uso da informação do Portal significa que ela pode ser transformada em instrumento de ação pela população.

Um exemplo desse efetivo uso é quando um cidadão consulta um portal de transparência que mostra que grandes quantias para uma obra em seu município foram liberadas e ele sabe que nada foi construído até hoje por morar ao lado daquela obra. Com esses dados, ele pode informar essa possível irregularidade a diversos atores, como por exemplo os órgãos de controle e até a imprensa. Ela pode também se envolver no conselho de política pública local, comunicar esse fato para uma comissão na Câmara de Vereadores e utilizar essa informação para orientar suas opções de voto nos próximos pleitos.

Por fim, ressalta-se que, em determinados casos, o efetivo uso da informação dependerá também da sua disponibilização em formato aberto, permitindo à sociedade

reutilizá-los e adequá-los às suas finalidades. Existem vários exemplos de uso de dados abertos para criação de portais e aplicativos que contribuem para a disseminação e entendimento dessas informações. Entre esses, destacam-se a iniciativa *Para onde foi meu dinheiro?* (gastos públicos) criada pela Rede Nossa São Paulo, o *Blog do Estadão - Dados* (temas diversos) e o *QEdu* (dados educacionais), da Meritt e Fundação Lehman. Um dos pontos comum a essas iniciativas é que todas enfatizam a visualização gráfica dos dados, contribuindo para o entendimento dessas informações.

2.2 TIC E O FOMENTO À TRANSPARÊNCIA

Os pressupostos teóricos não se encerram com a apresentação de um conceito de transparência pública. É necessário discutir especificamente a relação existente entre transparência pública e o uso das TIC, tendo em vista que o objeto de estudo é o Portal da Transparência. Nesse tópico são apresentadas também algumas discussões complementares a respeito do conceito de transparência aplicado às TIC.

Nas discussões anteriores, apontou-se a importância da transparência pública como mecanismo de acesso às informações públicas. Dados os avanços na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), as possibilidades de divulgação de informações expandiram-se enormemente. Assim, é importante abordar estudos, conceitos e entendimentos presentes na literatura sobre o uso das TIC no fomento à transparência pública.

Baxandall e Magnuson (2008) estudaram o uso das TIC para a transparência nos governos estaduais norte-americanos. Eles criaram uma divisão do conceito de transparência, que é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 1 – Divisão do conceito de transparência

Transparência 1.0	Transparência 2.0
Incompleta: Cidadãos têm acesso apenas a informações limitadas sobre gastos públicos. Informações sobre contratos, subsídios, taxas ou despesas não estão abertas online e a maioria das vezes não podem ser coletadas.	Compreensiva: Portais com interface amigável fornecem aos cidadãos a possibilidade de procurar por informações detalhadas sobre contratos, gastos, subsídios, taxas e despesas do governo.
Dispersa: Determinados cidadãos que visitam numerosos sites de agência ou fazem requisições de informações públicas podem conseguir juntar informações sobre despesas do governo, incluindo contratos, subsídios e relatórios de taxas especiais.	Uma parada só: Cidadãos podem procurar por todas as despesas de governo em apenas um site.
Ferramenta para “intrusos” bem informados: Pesquisadores que sabem o que eles estão procurando e já entendem a estrutura dos programas de governo podem buscar nos relatórios dados enterrados sob camadas de categorias e jurisdições.	Encontrável por um clique: Cidadãos podem procurar por dados com uma consulta simples ou navegar por categorias compreensíveis pelo senso comum. Eles podem ordenar os dados de gasto do governo por receptores, quantias, distrito, agência, objetivo ou palavra-chave.

Fonte: (BAXANDALL; MAGNUSON, 2008, p.1) citado por SILVA (2010, p. 29)

Como se percebe, esses autores desenvolveram dois conceitos de transparência pública a partir de uma perspectiva da web e de fornecimento de informações em portais governamentais. Vale indagar em qual dessas categorias se encaixaria o Portal da Transparência. No Portal, é possível acessar várias despesas do governo federal. Porém, não é possível afirmar se tais informações estão apresentadas de maneira “compreensiva” e se elas são “encontráveis com um clique”.

É possível que a respostas para esses dois elementos sejam negativas. Isso porque existe um compromisso internacional, firmado pelo Governo Federal por meio de sua CGU, para a reestruturação do Portal da Transparência que envolve justamente esses elementos. O objetivo desse compromisso é:

Aperfeiçoar o Portal da Transparência, melhorando sua usabilidade, adequando-o aos princípios de dados abertos e tornando-o mais interativo e acessível, de modo a facilitar a navegação para seus diferentes públicos. Todas as informações que fazem parte do escopo do sítio serão mantidas. Serão criadas ferramentas intuitivas de busca. O novo Portal deve também ser capaz de incorporar tecnologias inovadoras e responder às crescentes

expectativas da sociedade. Haverá, ainda, reestruturação das bases de dados do Portal, integrando-as de modo a garantir a manipulação de grandes volumes de dados de forma mais dinâmica e eficiente (BRASIL, 2013, p. 20).

Logo, pode-se afirmar que já existe um objetivo do governo federal de aproximar o Portal da Transparência ao conceito de transparência 2.0 proposto por Baxandall e Magnuson (2008). Ademais, Silva (2010, p. 29, tradução nossa) cita uma analogia feita por esses autores bastante interessante e que revela os avanços, desafios e diferenças entre a transparência no setor público e no privado:

Baxandall e Magnuson (2008, p. 5) fazem a comparação de que, no setor privado, a possibilidade de fazer buscas na internet revolucionou a acessibilidade e a transparência da informação, fazendo com que as pessoas se acostumassem com a possibilidade de monitorar entregas pela internet, checar minutos de contas de celular, comparar ações na Web, e até enxergar imagens de satélite ou no nível da rua de qualquer endereço. Mas, por outro lado, no caso de monitorar gastos de governo, por exemplo, os cidadãos norte-americanos foram “deixados no escuro” (com adaptações).

No debate sobre a relação entre as TIC e transparência, é importante destacar que há correntes que consideram a transparência como essencial na gestão pública e aquelas que reconhecem que a “transparência em excesso” poderia trazer malefícios. Silva (2010, p 30) refere-se à Meijer (2009) como um autor que estudou esse intenso debate. Por sua vez, Meijer (2009):

cita Oliver (2004) entre os “proponentes” da transparência, que acreditam que ela é um ingrediente essencial no sucesso da política, dos negócios e até das esferas pessoais da vida, trazendo sociedades mais democráticas. Também cita O’Neill (2002) entre os “opponentes” da transparência; aqueles que não são contra a transparência, mas duvidam que ela trará contribuições à sociedade, já que uma enxurrada de informação não escolhida e errônea deverá levar a mais incerteza, o que leva à confusão – uma questão conceitual complexa, já que a informação errônea está diretamente conectada à transparência (O’NEILL, 2002:73, citada por MEIJER, 2009:257).

Para Meijer (2009), os proponentes da transparência possuem uma abordagem moderna, visto que o uso das TIC proporciona melhores informações à sociedade, enquanto que a abordagem dos oponentes da transparência é vista como pré-moderna. Isso porque a tecnologia teria efeitos negativos, visto que a democracia é beneficiada apenas quando baseada nos modos tradicionais de produzir confiança, como o voto. Nessa discussão, Meijer (2009) considera evidente a ausência de uma perspectiva pós-

moderna, que levaria em conta as novas realidades trazidas com os mais recentes avanços nas TIC (SILVA, 2010). Sobre esse tópico, Filho (2005, p. 7) afirma que:

O desenvolvimento da tecnologia da informação oferece novas possibilidades de ganho de transparência pelas organizações. O emprego dos novos recursos tecnológicos da informatização pode melhorar a qualidade da informação produzida pela organização, como, por outro lado, independentemente disso, tem, sem sombra de dúvida, impacto extraordinário sobre o seu acesso, haja vista que, por meio da informatização, a organização tanto pode conhecer-se melhor, como também pode dar-se a conhecer melhor ao seu ambiente externo. Esta via dupla, por meio da qual a informatização expõe e, portanto, ‘transparentiza’ a organização, submetem-na a mudanças potenciais imensuráveis.

Complementarmente, para Lopes (2007, p. 26), as TIC podem ser utilizadas para o empoderamento da sociedade civil: “tais tecnologias possuem grande potencial para a promoção de maior transparência governamental, diminuindo, assim, a assimetria de informações entre o governo e o cidadão, tornando esse último agente muito mais poderoso em ambientes democráticos”. Esse tópico é tratado na próxima seção.

2.3 TIC, PORTAIS GOVERNAMENTAIS E PARTICIPAÇÃO

As seções anteriores já mencionaram a importância da transparência para a participação e o controle social. Este tópico aprofunda a discussão sobre a participação. Um interesse adicional, tendo em vista a relevância das TIC para este trabalho, é a discussão sobre a participação na internet, aqui considerada como sinônimo de participação digital ou eletrônica.

Antes de tratar desses pontos, cumpre destacar que este trabalho adota o conceito de Avelar (2007, p. 261) a respeito do que é participação política:

O ideal democrático supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades da vida política. Tais atividades reunidas sobre a expressão “participação política”, vão desde as mais simples, como as conversas com amigos e familiares sobre acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se nas atividades da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais, para favorecer grupos de interesses os mais diversos, e mais uma plêiade de atividades que circundam o universo da vida política. Ligada a ideia de soberania popular, a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos da cidadania.

Quanto à participação política no meio digital, existe uma crescente literatura sobre a relação desse tipo de participação e as TIC. Frey (2003, p. 165) aponta que as TIC podem ser utilizadas para “revigorar processos de coordenação social no âmbito das comunidades locais e para revitalizar a participação comunitária na gestão pública local”. Assim, os cidadãos podem aumentar sua participação digital, de modo a efetivar sua presença nos fóruns de decisão.

Margetts et al (2009) estudaram como a participação digital pode ser estimulada pela difusão das TIC e por uma característica específica da internet: sua habilidade de fornecer *feedback* instantâneo de informações sobre a participação de outros cidadãos numa ação política. Eles procuram, portanto, entender se a participação pode superar o dilema da ação coletiva.

A participação política no meio digital retoma antigas indagações sobre a sua relevância no sistema democrático. Entende-se que ela é possibilitada não apenas pelo acesso à infraestrutura, aos equipamentos e à posse do conhecimento necessário para navegar na internet, mas também pela motivação em se envolver politicamente na Web e pela existência de portais e locais próprios para o engajamento digital. Esse questionamento foi explorado por Pipa Norris (2001, p. 3, tradução nossa), que assume que “os portais dos parlamentos devem servir idealmente a duas funções básicas: a função de fornecer informação da legislatura para o público e a de canal de comunicação do público com os parlamentares”.

Entretanto, tais funções não podem e não devem ser desempenhadas apenas pelos portais legislativos. No caso dos portais do Poder Executivo, atualmente, a função primordial é a de fornecer informação das ações do governo para o público em geral. Quanto à função dos portais de serem utilizados como canal de comunicação, percebe-se, por meio de pesquisas anteriores em portais do Poder Legislativo e Executivo municipais (BATISTA, 2003, 2009) (SOARES, 2010) (KRONENBERGER, 2010), que existe um déficit de mecanismos mais arrojados que utilizem as novas possibilidades trazidas pela Web 2.0 de interação entre os governantes e os cidadãos.

Há, na maioria dos casos, apenas uma oferta de canais de comunicação ditos tradicionais, como os canais de “Fale Conosco”, e-mails e telefones para contato. Outro exemplo é o *survey* conduzido nos EUA sobre websites, que encontrou que os cidadãos reconhecem que há uma falta de interatividade nos portais governamentais norte-americanos (Welch et al, 2005).

A maioria dos atuais portais governamentais são ainda caracterizados como instrumentos da Web 1.0, ou seja, existe apenas a disponibilização de informações e não há possibilidades para participação e interação (FRASER; DUTTRA, 2008). Por outro lado, a Web 2.0 é fortemente baseada na colaboração, participação e cooperação sistêmica, na qual os usuários geram e debatem conteúdos por meio de uma estrutura descentralizada de diversos tipos de redes.

Um dos fatores que impulsiona a Web 2.0 é o fenômeno de *e-ruption* (FRASER; DUTTRA, 2008). Sobre esse fato, esses autores explicam que a tendência é de considerável aumento no número de *digital natives*, ou seja, daqueles nascidos principalmente depois da década de 1980 e que foram criados já na era digital, na qual há um uso disseminado das TIC. O crescimento dessa “população” poderá implicar numa maior demanda por possibilidades de interação e colaboração, incluindo no âmbito dos portais governamentais.

Retomando a discussão acerca da participação política, Carole Pateman (1992) ressalta a importância da participação direta como promotora de uma cidadania mais capaz para o futuro. Para ela, a participação tem função educativa, pois desenvolve as qualidades dos indivíduos, tornando-os ainda mais aptos a participar. Tais qualidades seriam mais bem desenvolvidas em nível locais.

Outros aspectos fundamentais da participação é que, ao participarem do processo, as decisões coletivas podem ser mais facilmente aceitas pela sociedade e a participação tem também o potencial de produzir maior integração social, pois gera um sentimento, em cada cidadão, de pertencimento ao seu grupo/comunidade (PATEMAN, 1992). A partir dessa perspectiva, o questionamento que se faz é como seria feito o aumento dessa participação. Como já afirmado, a participação digital pode ser uma dessas formas.

Nesse contexto, Barber (1984, p. 270, tradução nossa) afirma que “o que uma democracia forte necessita é de uma forma de *town meeting* em que a participação é direta, mas a comunicação é regional ou até mesmo nacional”. Barber (1984) acredita que o uso das novas tecnologias pode promover a ligação entre a esfera local e a nacional. Ademais, para ele, elas poderiam ser utilizadas para fortalecer a educação cívica, garantir acesso igualitário à informação e envolver indivíduos em redes que irão possibilitar uma efetiva participação e discussão de temas políticos relevantes.

Dessa maneira, para que haja uma efetiva participação, é necessário que os cidadãos tenham acesso às informações públicas. Sobre a importância da transparência para a participação, Silva (2010, p. 78) afirma que:

O direito à informação pública é condicionante da liberdade de expressão (em relação às ações do estado) e também da participação da sociedade no governo. A instauração de uma cultura de transparência – apoiada num arranjo institucional que seja condizente com a realidade, ou seja, que considere um contexto de profundas transformações nas tecnologias de informação e comunicação, com possibilidades de ampliar o escopo da publicidade dos atos de governo – pode ser a chave para refazer o elo de confiança entre cidadão e governo, restaurando um arranjo de poder coerente com a democracia.

Argumentando na mesma linha que Silva (2010), Searson e Johnson (2010, p. 120, tradução nossa) afirmam que “participação pública é essencial para a democracia e participação depende de informação. Assim, liberdade de informação e acesso à informação são pilares da democracia”. A Web e os portais governamentais podem ser excelentes ferramentas de acesso à informação, visto que é baixíssimo o custo da disseminação das informações quando comparados aos meios tradicionais de disponibilização de dados.

Sobre as relações entre participação política e internet, Dimaggio et al (2001) abordaram essa relação de acordo com os seus impactos na maneira com a qual os cidadãos interagem com os governos (VAZ, 2003). Acerca desses autores, Vaz (2003, p. 94) afirma que eles pretendem discorrer “se a internet permitirá o florescimento de uma sociedade mais participativa e atuante no campo político e se a maior disponibilidade e circulação de informações refletir-se-á em cidadãos melhor informados e mais críticos”.

Tendo em vista essas discussões, o conceito de democracia eletrônica ganha proeminência, pois envolve elementos de transparência, TIC e participação política. Cunha e Santos (2005, p. 71) adotam o conceito de democracia eletrônica de Cruz (1999): utilização “(...) dos recursos da tecnologia da informação e comunicação como plataforma para o exercício da prática democrática”. Santos, Bernardes e Rover (2012, p. 25) estabelecem que ela pode ser “entendida como iniciativas que envolvem o uso das TICs no aumento da participação política frente aos processos democráticos”. Essa definição, segundo os autores, é inspirada em Gronlund (2002).

Para Watson et al (1999), apud Santos, Bernardes e Rover (2012, p. 25), “a democracia eletrônica deve envolver o compartilhamento de informações políticas e de opiniões entre o governo e os cidadãos, tendo em vista a melhoria de tais processos”. Porém, será que os cidadãos têm utilizado esses mecanismos de democracia eletrônica? Ou será que a participação online apenas espelha a participação off-line?

Em um contexto de democracia eletrônica, pode-se esperar que houvesse um aumento da participação política e da utilização de outros mecanismos para além do voto. Porém, esse pensamento não é consensual. Putnam (2000) advoga que a internet não favorece a criação de capital social, uma vez que ela substitui as relações interpessoais “físicas” e ela é usada, basicamente, para atividades de entretenimento. No debate sobre participação online, esse exemplo denota a primeira corrente, que enxerga negativamente a relação entre participação e internet.

Uma segunda corrente entende que a internet possui um impacto positivo sobre quem participa. Porém, esse impacto é limitado àqueles que já participam. Para Borge e Cardenal (2011), essa corrente entende que a internet apenas reforça o comportamento e a participação dos cidadãos já politicamente engajados, sem incorporar novos usuários. Mossberger et al (2008) partilham desse pensamento ao afirmar que apenas aqueles cidadãos com maior escolaridade e renda se beneficiam desses mecanismos (STABILE, 2012). Ademais, para Krueger (2006), a internet não fez com que uma maior quantidade de pessoas participasse da política. Para ele, aqueles com maiores habilidades e incluídos digitalmente teriam uma maior probabilidade de participar online (STABILE, 2012).

A terceira corrente também enxerga um impacto positivo, mas de alcance muito maior. Nesse caso, a internet teria condições de mobilizar aqueles que estavam fora do debate político e que não possuem um perfil participativo. Delli Carpini (2000) é um dos que consideram que a internet pode alterar a lógica da participação por meio da mobilização de novos indivíduos e grupos de pessoas que até então estavam excluídos do processo participativo (BORGE; CARDENAL, 2011). Nesse sentido, há estudos que demonstram uma maior probabilidade de engajamentos dos jovens (QUINTELIER; VISSERS, 2008). Esse fato poderia ser explicado, por exemplo, pelo aumento do número de *digital natives* (FRASER; DUTTRA, 2008). A respeito das relações entre participação e internet, Norris (2000, p. 5, tradução nossa) ressalta que:

O extenso debate sobre o papel da internet para democracias fortes, diretas e plebiscitárias nos EUA e na Europa Ocidental pode ser visto como uma distração irrelevante, (...) que desvia a atenção da potencial função da internet de fortalecer as instituições da democracia representativa e do processo democrático mundo afora.

Sobre o pensamento de Norris (2000), Braga (2007) destaca que:

O principal impacto da internet, segundo a autora, consiste na criação de um “subsistema político virtual”, capaz de desempenhar e dinamizar as funções de *comunicação e informação* entre o sistema político e os cidadãos médios, especialmente os mais politizados. Ao fazê-lo, tal recurso tecnológico pode vir a produzir impactos substanciais nas instituições representativas, especialmente através do fortalecimento das “instituições intermediárias” e da incorporação de novos atores ao sistema político, além de tornar mais transparentes as relações entre tais atores e o processo legislativo e governamental como um todo.

Levando-se em consideração essas correntes, mais recentemente, ocorreram várias mudanças nas dinâmicas democráticas mundo afora. Diversos governos têm sofrido cada vez mais críticas a respeito da efetividade de sua gestão, ao passo que os seus cidadãos têm elevado cada vez mais suas expectativas e aspirações a respeito de um ideal democrático.

Essa “lacuna entre aspiração e satisfação com a democracia” é chamada por Norris (2011, p. 5, tradução nossa) de déficit democrático. Esses cidadãos críticos valorizam a democracia; porém, permanecem profundamente céticos quando avaliam a democracia de seus próprios países. Sobre isso, Stabile (2012, p. 31) afirma que “o que está acontecendo é um sentimento crescente nessas sociedades de quebra de hierarquias e de descrédito nas autoridades formais de sempre”.

Logo, os cidadãos podem estar procurando novas formas de participação para além dos tradicionais, como o ato de votar. Avritzer (2007, p. 443) atesta que “a participação política no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas”.

Pires e Vaz (2012, p. 23), em recente estudo sobre a quantidade de órgãos que possuem programas federais com interfaces socioestatais, mostram que, em 2002, 11,5% dos órgãos tinham mais de 75% dos seus programas com tais interfaces, enquanto que em 2010, essa estatística subiu para 75,4%. Vale ressaltar que esses autores definem conceito de interface socioestatal como “(...) um espaço político, isto é,

um espaço de negociação e conflito, estabelecido intencionalmente entre atores, cujos resultados podem gerar tanto implicações coletivas, quanto implicações estritamente individuais” (PIRES; VAZ, 2012, p. 15, com adaptações). Eles consideram que esse conceito possui um maior alcance e poder explicativo que o de participação social.

Porém, aparentemente, a instituição de tais mecanismos não tem sido suficiente. Exemplo disso foi o aumento do número de manifestações no Brasil, que tem como marco as jornadas de junho de 2013 (AL’HANATI, 2013) (TOLEDO, 2013). Outro meio de atenuar o déficit democrático e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de participação é por meio do engajamento digital.

Stabile (2012, p. 31) considera que “a web pode ser a ferramenta que dá vazão a esse novo perfil da sociedade, por permitir inovações na interação política”. No mesmo sentido, Batista (2010, p. 2) afirma que “a presença das TIC pode fluidificar os mecanismos de participação e facilitar o contato interpessoal, mas a sua principal característica e vantagem é o aumento assombroso da quantidade de informação trazida ao processo”. Entretanto, é preciso ter em mente que a internet funciona como um facilitador – um meio que pode ser efetivo – para a participação e para o controle social. A internet em si não criará a participação, mas ela pode auxiliá-la e concretizá-la. Da mesma maneira, ela não substituirá nem muito menos eliminará as formas tradicionais de participação, tais como as eleições.

Acerca da efetividade das formas tradicionais de participar, Manin et al (2006, p. 133) consideram que “(...) a eleição não é um instrumento suficiente de controle sobre os políticos”. Isto é, as eleições são uma forma de sancionar ou recompensar os representantes políticos, mas que numa democracia, não são suficientes para assegurar o cumprimento das demandas dos cidadãos. Uma maneira de atenuar esse aspecto do sistema representativo, além do aumento da participação política por meio de mecanismos que utilizam as TIC, é ampliando a prestação de contas dos representantes eleitos.

Lavalle, Houtzager e Castello (2006) ressaltam a necessidade de agências de prestação de contas independentes do Estado que façam o controle e estimulem os representantes a não se desviarem de suas propostas e demandas da sociedade. Além disso, os cidadãos podem atuar como controladores dos agentes públicos, por meio do controle social. E é justamente nesse ponto em que ocorre a aproximação entre a importância das TIC, da participação e do controle social, tema da próxima seção.

2.4 TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E *ACCOUNTABILITY*

Conforme já mencionado, a efetiva transparência pública ocorre quando a sociedade tem acesso às informações públicas, podendo encontrar e compreendê-las. Isso permite subsidiar a participação política e a prática do controle social, de maneira que os cidadãos possam fazer um efetivo uso dessas informações. Essa última seção dos pressupostos teóricos discorre sobre esse elemento final, que é o controle social.

Duarte (2006) entende controle social como os mecanismos e as formas de controle dos cidadãos e da sociedade sobre as ações do Estado (DUARTE, 2006). Para a Controladoria-Geral da União (CGU), o controle social é “a participação do cidadão na gestão pública, no planejamento, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e fortalecimento da cidadania” (BRASIL, 2009a, p. 16).

Braga (2012, p. 4) afirma que o “o controle social ou controle democrático é o conjunto de ações, individuais ou coletivas, que a sociedade realiza de forma cotidiana, pressionando os governos no atendimento de suas demandas, acompanhando e controlando as políticas públicas, desde sua formulação até a sua implementação”.

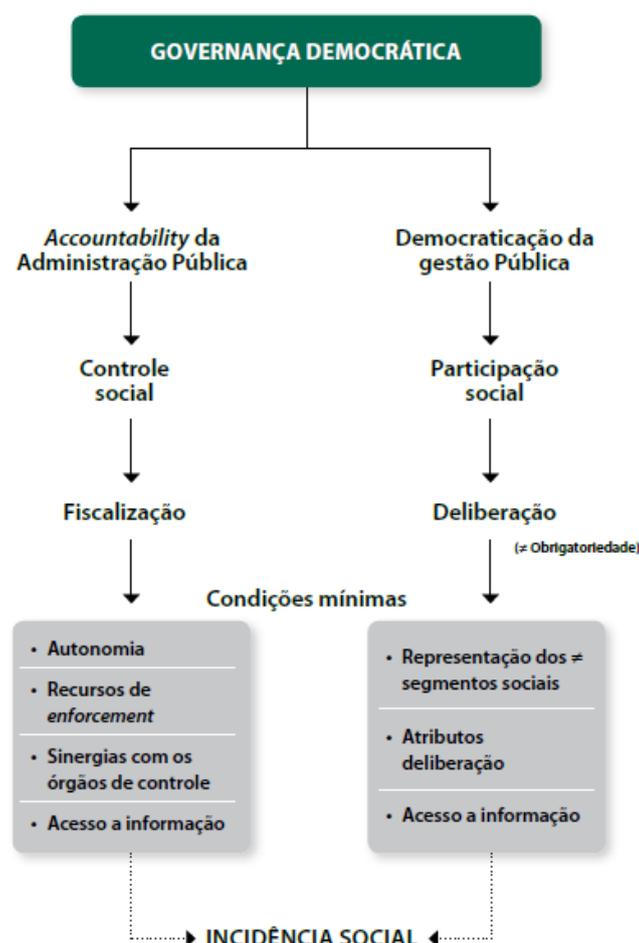
O que norteia a importância do controle social é a necessidade de aprofundamento da democracia, assim como uma forma de defesa e fortalecimento da cidadania e do interesse público (BRESSER-PEREIRA, WILHEIM, SOLA, 1999) (RIBEIRO, 2010). Neste trabalho, controle social pode ser definido como o ato de os cidadãos e a sociedade civil se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos. Ou seja, trata-se de um tipo de controle, que é exercido pela sociedade, sobre o Estado. E ao se envolverem na gestão, fiscalização e controle, os cidadãos estão atuando nas três dimensões básicas do controle social, que é a capacidade de acompanhar, influenciar e fiscalizar o Poder Público.

Existem vários mecanismos de participação que são utilizados também como mecanismos de controle social. Alguns exemplos estão no Decreto que institui a Política Nacional de Participação Social, de 23 de maio de 2014 (Decreto nº 8.243). Ele estabelece que são instâncias e mecanismos de participação social o conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social.

Outros exemplos são os apresentados por Cunill (2013), que lista os mecanismos de participação e controle social, a saber: ouvidorias, denúncias (aos órgãos e controle, como TCU, CGU, MPF, Poder Judiciário), LAI, transparência ativa (Portal da Transparência), audiências e consultas públicas, conferências, conselhos, reuniões, mesas de diálogo com movimentos sociais, direito de certidão, direito de petição, ação popular, mandado de segurança coletivo e individual, ação civil pública e mandado de injunção.

Antes de apresentar outros exemplos da literatura sobre tais mecanismos, convém apresentar uma breve diferenciação entre participação e controle social, visto que vários desses instrumentos podem ser tanto usados para uma atividade quanto para a outra. A figura a seguir ilustra as relações entre esses conceitos.

Figura 3 – Relação entre participação e controle social



Fonte: Cunill (2013, p. 301). Com adaptações.

A figura aborda, por exemplo, algumas das condições que são essenciais para a concretização da participação e do controle social. A condição de acesso à informação, por exemplo, é a única presente em ambos. Acerca desses conceitos, Cunill (2013, p. 299) afirma que:

Não é claro quando estamos na presença de um instrumento de controle social (CS) ou de participação social/popular (PP). Ainda mais, é difícil reconhecer as funções que correspondem a uma ou a outra. Siraque os vê como “irmãos siameses”, cuja diferença é a oportunidade em que se aplicam. A PP “ocorre no momento da tomada de decisões, antes ou concomitante a elaboração do ato da Administração”. O CS “pode concretizar-se em dois momentos: 1) análise jurídica da norma estabelecida pela Administração Pública, como a relação de compatibilidade com outras normas de hierarquia superior; 2) fiscalização da execução ou aplicação dessas normas jurídicas ao caso concreto” (SIRAQUE, 2009, p. 112).

Cabe ressaltar que quando se compara a finalidade da participação e do controle social, ainda que distintas, elas são complementares. A participação é essencial para a formulação das normas jurídicas, aí incluindo leis, programas, projetos e políticas públicas, enquanto que o controle social utiliza o arcabouço jurídico institucionalizado para submeter a gestão e os atos públicos à fiscalização, acompanhamento e monitoramento do cidadão “controlador” (CUNILL, 2013). A participação relaciona-se com o aspecto da democratização da gestão pública; o controle social, com a *accountability* dessa gestão. Ainda assim, pode-se dizer que um cidadão, ao exercer o controle social, está, de certa maneira, participando politicamente.

Portanto, determinado mecanismo pode ser visto tanto como de participação quanto de controle. Por exemplo, a lei de acesso à informação, considerando a dimensão da transparência ativa e passiva, pode ser utilizada para que o cidadão tenha insumos para participar de uma consulta pública. Complementarmente, ela pode ser utilizada para que o cidadão tenha informações acerca da execução de determinado programa e, assim, apresentá-las em uma reunião de monitoramento desse programa no conselho de política pública respectivo.

Retomando os exemplos desses mecanismos, o relatório Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil (2012) lista alguns desses mecanismos existentes na administração pública federal. Dentre eles, destacam-se: conselhos de política pública, conferências de política pública, ouvidoria pública, consultas e audiências públicas, grupos de trabalho, reuniões, mesas de negociação ou de diálogo e PPAs participativo.

Diniz (1997) aponta como mecanismos de controle social por meio da internet a disponibilização de bancos de dados de governos locais e informações sobre os gastos da prefeitura, como receitas, despesas, licitações, etc. Sobre esse pensamento de Diniz (1997), Vaz (2003, p 96) ressalta que:

O autor destaca a importância de utilizar a internet para explicitar compromissos dos governos com suas comunidades pela abertura para o controle social, exemplificando com o acompanhamento dos processos de orçamento participativo e mesmo a utilização da internet para participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão do governo.

Assim, é importante reconhecer que vários desses mecanismos possuem sua faceta digital. Por exemplo, audiências e consultas públicas e o orçamento participativo são alguns dos instrumentos que têm sido largamente conduzidos por meio da internet. Sobre os mecanismos de disponibilização de informação na web, os portais governamentais, principalmente os de transparência e os institucionais, têm cumprido esse papel, ainda que não idealmente.

Culau e Fortis (2006, p.2), discorrendo sobre alguns dos instrumentos de controle previstos na Constituição Federal, apontam exemplos que podem ser utilizados pela sociedade:

Os princípios da transparência e do controle social encontram-se consagrados na Constituição Federal de 1988: o exercício da cidadania é um dos fundamentos da República. Além disso, é assegurada a possibilidade de iniciativa popular em projetos de lei, respeitado o atendimento dos requisitos previstos; direito de petição de assuntos de interesse individual, coletivo ou geral. Adicionalmente, a Constituição, mediante o instituto da ação popular, garantiu instrumentos que visem a anular ato lesivo ao patrimônio público. Dois outros instrumentos revestem-se, ainda, de particular relevância: os princípios da administração pública e a possibilidade de o cidadão denunciar perante o Tribunal de Contas da União.

Secchin (2008, p. 30), citando outros instrumentos da Constituição, relaciona-os com a importância do controle social:

Apesar de o controle ser uma atribuição típica do Estado, o cidadão pode e deve exercê-lo como um direito, utilizando-se, para tal, de instrumentos que permitam sua execução, seja para defesa de assuntos de cunho individual ou coletivo. Dentre os instrumentos disponíveis para o cidadão, conferidos pela Constituição Federal, estão o mandado de segurança, o *habeas data*, o mandado de injunção e a ação popular. Outras maneiras de o cidadão exercer ou motivar o controle social ocorrem por meio das organizações sociais e dos mecanismos colocados à sua disposição pela Administração Pública, como por exemplo, a possibilidade de denúncia por meio do *site* da Controladoria-

Geral da União, no Portal da Transparência, nas ouvidorias públicas e nas Agências Reguladoras.

A efetividade do controle social tem cume quando da aplicação das correções – para sanear situações de desrespeito às normas estabelecidas, à moral, à ética – e também quando do reconhecimento do mérito de agentes que seguem condutas ilibadas, respeitando as diretrizes sociais pré-estabelecidas.

Essa última consideração de Secchin (2008) sobre a efetividade do controle social traz à tona o debate a respeito das similaridades e diferenças entre a definição de controle e a de *accountability*. De acordo com Abrucio e Loureiro (2004, p. 7):

O controle social é uma forma de *accountability* vertical que não se esgota na eleição, atuando ininterruptamente, sem, no entanto, contradizer ou se contrapor aos mecanismos clássicos de responsabilização. Na verdade, ele depende, em linhas gerais, das mesmas condições que garantem a qualidade da democracia representativa: informação e debate entre os cidadãos, instituições que viabilizem a fiscalização, regras que incentivem o pluralismo e coíbam o privilégio de alguns grupos frente à maioria desorganizada, bem como o respeito ao império da lei e aos direitos dos cidadãos.

Como se percebe, o conceito de *accountability* possui uma abrangência maior que o de controle social. Mas o que é *accountability*? Abrucio e Loureiro (2004, p. 1) a define como “a construção de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constringidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”. Para Lopes e Freire (2010, p. 7274), o

(...) termo *accountability* constitui, em sua essência, o ensinamento de que quem desempenha funções de importância na sociedade deve regularmente explicar o que faz, como faz, por que faz, quanto gasta, etc. Neste sentido, não se pode limitar tal conceito, em apenas de prestar contas em termos quantitativos, mas de autoavaliar a obra feita, de dar a conhecer o que se conseguiu e de justificar aquilo em que se falhou. (...) Em suma, a *accountability* é um processo democrático amplo e que se dá em distintas fases, ou seja, na informação correta e transparente, seja na prestação de contas dos governantes ou ainda na responsabilização em sentido estrito daqueles que tem o dever de prestar contas.

Uma forma de definir *accountability* é limitando-a a sua dimensão eleitoral, ou seja, a *accountability* pressupõe a existência de um mandato para que os representados possam avaliar a atuação dos governantes, de modo a reconduzi-los ao mandato ou puni-los com a sua perda. Nessa perspectiva, a *accountability* envolve basicamente dois aspectos: a obrigação dos políticos eleitos de prestar contas aos seus eleitores e a consequente possibilidade de os representados imporem sanções aos eleitos (MIGUEL, 2005). Essa maneira de se conceituar *accountability* pressupõe, portanto, a existência de

um mandato eletivo, a necessidade de prestar contas e a possibilidade dos cidadãos de punir ou premiar tais representantes eleitos, ou seja, de responsabilizá-los.

Essa forma de *accountability* é conhecida como vertical (O'DONNELL, 1998). O'Donnell (1998) desenvolveu um estudo em que classifica a *accountability* em duas dimensões: vertical e horizontal. Esta, por sua vez, difere daquela devido, principalmente, aos atores envolvidos no processo. A *accountability* horizontal refere-se “(...) ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros” (MIGUEL, 2005, p. 27). Ela envolve, por exemplo, o controle exercido pelas agências do Estado, como a Controladoria-Geral da União (CGU), responsável pelo controle interno do Poder Executivo Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU), encarregado de auxiliar o Congresso Nacional nas ações de controle externo de toda a esfera federal.

Ademais, essas agências possuem, em geral, a possibilidade de sancionar aqueles que cometeram irregularidades na aplicação do dinheiro público ou na implementação de políticas públicas. Percebe-se, por conseguinte, que a prestação de contas e a consequente responsabilização não estão diretamente associadas à existência de um mandato político (relação entre eleitos e eleitores) como ocorre na *accountability* vertical. Sobre esse ponto, ao analisar o pensamento de O'Donnell, Pinho e Sacramento (2009, p. 1351) afirmam que “(...) enquanto a dimensão vertical pressupõe uma ação entre desiguais - cidadãos *versus* representantes - a dimensão horizontal pressupõe uma relação entre iguais - *checks and balances* entre os poderes constituídos”.

Uma terceira classificação de *accountability* é proposta por Peruzzotti e Smulovitz (2001). A *accountability* societal é o controle exercido pelos meios de comunicação, por organizações não governamentais e, principalmente, pelos cidadãos. Percebe-se, portanto, que a definição de *accountability* societal se assemelha àquela de controle social. Ademais, essa terceira dimensão pode ser vista também como uma extensão da *accountability* horizontal a representantes da sociedade civil, ainda que existam críticas quanto à sua capacidade de aplicação efetiva de sanções. Miguel (2005, p. 27) considera que “falta a essa dimensão, porém, a capacidade de aplicação de sanções; suas advertências e denúncias ganham efetividade apenas quando sensibilizam algum dos poderes constituídos, em especial o Judiciário (*accountability* horizontal) ou o eleitorado (*accountability* vertical)”.

Angélico (2012, p. 34), por sua vez, aponta como um conceito inicial de *accountability* um regime eficaz de responsabilização, prestação de contas e, dependendo do caso, sanções:

Portanto, embora frequentemente traduzido como "prestação de contas", o conceito de *accountability* também inclui a noção de responsabilidade dos eleitos, de transparência e de fiscalização. *Accountability* seria, então, um conceito que abarca, genericamente, três formas de prevenir e corrigir os abusos de poder, quais sejam: obrigação de se abrir ao público, obrigação de se explicar e justificar suas ações e subordinação à possibilidade de sanções. (SCHEDLER, 1999).

Schedler (1999) também identifica três elementos essenciais para a eficácia da *accountability*: informação, justificação e punição. A respeito desses elementos, Pinho e Sacramento (2009, p. 1349) afirmam que:

Nessa concepção, as duas primeiras questões — informação e justificação — remetem-nos ao que o autor denomina de *answerability*, isto é, a obrigação dos detentores de mandatos públicos informarem, explicarem e responderem pelos seus atos. A última — punição — diz respeito à capacidade de *enforcement*, ou seja, a capacidade das agências de impor sanções e perda de poder para aqueles que violarem os deveres públicos.

Em relação à justificação, ela pode ser encarada como *responsiveness* (responsividade), ou seja, “ser responsivo significa responder às questões formuladas, prestar esclarecimentos” (MOTA, 2006, p. 57). Por sua vez, Miguel (2005, p. 28) considera que “a responsividade refere-se à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou, dito de outra forma, à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados”. Nesse sentido, a *accountability* possui alguns elementos constitutivos, que são a responsividade, relacionada à prestação de contas, a responsabilização diante dos atos e fatos realizados e a possibilidade de sanção caso haja um nexo de causalidade firmado entre a ação e o possível prejuízo/dano. Nesse debate, McGee e Gaventa (2010, p. 13, tradução nossa) afirmam que:

(...) idealmente, *accountability* envolve tanto a *answerability* – a responsabilidade dos encarregados/gestores/políticos de fornecer informação e justificação a respeito das suas ações – quanto a *enforceability* – a possibilidade de aplicar penalidades caso falhem na resposta às reivindicações de *accountability* (GOETZ; JENKINS, 2005). (com adaptações).

A respeito de alguns dos elementos apontados por McGee e Gaventa (2005), é interessante abordar as associações existentes entre transparência e *accountability*. Fox

(2007) aponta que “a transparência não leva, automaticamente, à *accountability*, mas, *certos tipos* de transparência podem conduzir a *certos tipos* de *accountability*” (ANGÉLICO, 2012, p. 49). O autor aponta dois tipos de transparência e dois tipos correspondentes de *accountability*:

A transparência opaca envolve disseminação de informação que, na prática, não revela como as instituições funcionam. Por outro lado, a transparência clara diz respeito a programas e práticas de acesso à informação que revelam informação útil e confiável sobre o desempenho institucional. A *accountability soft* teria relação com a faceta *answerability* da *accountability*; ou seja, seria a exigência de que as autoridades se justifiquem. A *accountability hard* aborda a *answerability* acrescida da possibilidade de sanções. Para se construir uma transparência clara e uma *accountability hard*, será preciso, além de muito trabalho, melhorar nossa compreensão desses mecanismos (ANGÉLICO, 2012, p. 49).

Porém, para que esse sistema funcione adequadamente e haja transparência clara e *accountability hard*, é essencial que os governos disponibilizem informações que possam ser facilmente acessadas e compreendidas e que a sociedade civil e cidadãos consultem, trabalhem e analisem tais informações, baseando-se no seu conhecimento acerca do funcionamento institucional do Estado. É essencial também que as instituições públicas estejam suscetíveis a responderem aos questionamentos da sociedade e, dependendo de cada caso, responsabilizar os envolvidos em irregularidades, com a aplicação das devidas sanções e de medidas para corrigir o problema (ANGÉLICO, 2012).

Destaca-se, mais uma vez, que a dimensão informacional se torna importante para que haja a responsabilização dos governantes. Pinho e Sacramento (2009, p.1352) colocam que:

Para Przeworski (1998, p. 67), mesmo que todas as instituições democráticas clássicas estejam funcionando bem, elas não são suficientes para garantir a *accountability* e para capacitar os cidadãos a obrigarem os governos a cumprir com o seu dever, pois estes sempre terão informações privadas sobre seus objetivos e sobre as relações entre as políticas e seus resultados. O autor sugere então que sejam criadas instituições independentes de outros órgãos do governo e que ofereçam aos cidadãos as informações necessárias para que estes aperfeiçoem sua avaliação *a posteriori* dos atos do governo e não apenas dos resultados.

Esse debate sobre necessidade de instituições independentes do governo que ofereçam aos cidadãos informações sobre o desempenho dos governos pode ser efetivada por aqueles atores relacionados à *accountability* societal. Ou seja,

organizações da sociedade civil, movimentos sociais e a mídia, por exemplo, podem ter um importante papel na disseminação de informação, assim como na adaptação dessa informação para que ela se torne ainda mais clara para a sociedade. Secchin (2008, p. 39) considera que:

a participação da mídia é de vital importância para a divulgação de acontecimentos, sobretudo as reportagens investigativas que vêm contribuindo fortemente para que fatos desconhecidos venham à tona e, por conseguinte, estimulem a participação da sociedade na escolha dos rumos a serem tomados para se alcançar a ‘justiça’.

Para além da *accountability* horizontal, vertical e societal, destacam-se ainda outras classificações apontadas pela literatura. Angélico (2012, p. 38) aponta os cinco instrumentos para a *accountability* durante o mandato propostos por Abrucio e Loureiro (2004):

- Controle parlamentar, exercido pelo Legislativo sobre o Executivo, por meio de fiscalização orçamentária, participação na nomeação de altos burocratas e instauração de comissões de inquérito para averiguar possíveis equívocos em políticas públicas ou atos de improbidade;
- controles judiciais, exercido por Judiciário e Ministério Público, para garantir que governantes e altos burocratas atenham-se ao império da lei. Além disso, os atores judiciais (tanto da Magistratura como promotores públicos), na qualidade de funcionários públicos também precisam passar por formas de controle político, como os checks and balances dos outros dois Poderes (como na nomeação de juízes de Alta Corte) ou a criação de agências de fiscalização da atividade administrativa do Judiciário (como o brasileiro Conselho Nacional de Justiça);
- controle administrativo-financeiro das ações estatais, exercido pelos Tribunais de Contas ou Auditorias Independentes, para determinar se as despesas foram efetuadas da maneira como haviam sido determinadas pelo Orçamento, e pelas normas legais mais gerais, como os limites para o endividamento e a vinculação orçamentária a certas áreas;
- controle dos resultados da administração pública, exercido tanto por agências do próprio governo ou por entes financiados pela sociedade civil, como por órgãos de controle administrativo-financeiro. O objetivo é responsabilizar o Poder Público conforme o desempenho dos programas
- controle da sociedade, exercido por meio de mecanismos de consulta popular (como o plebiscito), de conselhos consultivos ou deliberativos, da figura do Ombudsman ou de parcerias com organizações não governamentais na provisão de serviços públicos.

A classificação proposta pela Clad (2006) também aponta como uma das formas de avaliação da administração pública, evidenciando a faceta multidimensional da *accountability*, o controle social. A discussão até aqui realizada mostra que a definição e o estabelecimento das diferenças e similaridades entre os conceitos de *accountability* e controle social é extremamente complexa.

Porém, o controle social não é apenas uma forma de *accountability* vertical no sentido apontado pelos autores. É possível entender que vários dos mecanismos de controle social funcionam como espaços institucionais nos quais há a extensão de uma forma de *accountability* horizontal a representantes da sociedade civil e cidadãos. Como já afirmado, essa aproximação está relacionada ao conceito de *accountability* societal.

Nesse contexto, é possível afirmar que o controle social é uma das maneiras pelas quais se expressa a *accountability*, que possui, por sua vez, uma amplitude e uma dimensão teórica de maior abrangência. A *accountability* pode ser vista como um paliativo para a fragilidade da representação democrática. Sua origem é anterior ao fortalecimento dessa concepção, uma vez que Stuart Mill já afirmava a necessidade de *accountability* nas demais esferas da vida social, que não unicamente a esfera política. Ademais, apontava a necessidade de controle da burocracia, ainda que esse fosse feito por meio de instituições, ou seja, pelo Parlamento (MILL, 1991) (LEMOS, 2005).

Como exemplo final dessas diferenças e dificuldades conceituais, Malena et al (2004, p. 3, tradução nossa) apontam o conceito de *accountability* social como sendo:

Uma abordagem para a construção da *accountability* que se baseia no engajamento cidadão, isto é, na qual cidadãos ordinários e/ou organizações da sociedade civil participam direta ou indiretamente no alcance da *accountability*. Mecanismos de *accountability* social podem ser iniciados e suportados pelo Estado, por cidadãos ou por ambos, mas com frequência são orientados pela demanda e operados de baixo para cima.

Esse conceito de *accountability* social é bastante similar ao de controle social, o que revela a dificuldade de defini-los, mesmo quando se consulta a literatura internacional sobre o tema, como é esse o caso. De toda maneira, o importante é ressaltar que as ideias trazidas pelos conceitos de transparência, participação, controle social e *accountability* se reforçam mutuamente e são essenciais para a efetividade e fortalecimento do Estado e de uma gestão democrática.

Porém, apesar de tais processos e mecanismos serem fundamentais para a democracia, é preciso ter em mente que nem todos os cidadãos irão participar ou exercer o controle social visando a *accountability* da administração pública. Sobre isso, Gil Castello Branco, Secretário-Geral da organização não-governamental Contas Abertas afirma que:

o controle social, mesmo, ele não é exercido por qualquer cidadão. É como eu digo: não é um médico que vai chegar em casa de noite e que vai dizer

assim “olha, eu não vou jantar agora porque eu vou fiscalizar o governo”; não é isso. Não é o estudante que vai dizer para a namorada “olha, hoje é quinta, a gente não vai sair porque nós vamos ficar hoje de noite fiscalizando o governo”; não é isso (NASCIMENTO, 2011, p. 48).

O trabalho de Nascimento (2011) detalha uma entrevista conduzida com Gil Castello Branco, Secretário-Geral da organização não-governamental Contas Abertas e o Diretor Executivo da Transparência Brasil, Claudio Abramo. Tais membros da sociedade civil, militantes na área de transparência e controle social, possuem perspectivas interessantes sobre a prática do controle social.

Para Claudio Abramo, a relação entre informações e dados públicos e o cidadão terá uma mediação. Ele afirma, a respeito da Transparência Brasil, que “o nosso público (...) não é o cidadão comum. Nunca foi. Nosso público são os formadores de opinião” (NASCIMENTO, 2011, p. 45). Nesse caso, a Transparência Brasil seria uma das instâncias que realizam essa mediação, realizando estudos e projetos voltados, principalmente, para especialistas no tema, organizações da sociedade civil e jornalistas.

Já Castello Branco acredita que o controle social não é praticado por todo e qualquer cidadão. Por isso, a atuação de sua organização é voltada também para jornalistas, pois “a gente acredita que o efeito multiplicador de você capacitar um jornalista é muito grande. Ele pode produzir matérias com um conteúdo muito mais trabalhado e, com isso, ele pode realmente dar ao cidadão uma informação” (NASCIMENTO, 2011, p. 47). Porém, segundo Nascimento (2011), Castello Branco opinou acerca de alternativas para essa dependência em mediadores especializados:

[...] você tem que ter diversas “camadas” de transparência; você tem que ter a informação muito clara para um cidadão que está entrando ali para buscar uma informação trivial – qual é o orçamento do Ministério da Educação? qual é o orçamento do Ministério da Saúde? Essa informação tem que ser possível. Agora: hoje em dia, o conceito de transparência [...] é de você, inclusive, poder entrar no *site* e baixar todas as informações, [...] você então constrói uma programação e naturalmente obtém a informação que você achar mais conveniente. Então, por isso é que eu digo: a transparência para mim tem diversas camadas; ela tem que poder atender ao cidadão ali que quer às vezes uma informação trivial, mas ela também tem que ser possível a ponto de atender a uma Fundação Getúlio Vargas, uma Contas Abertas [...], então eu acho que a transparência tem camadas, e quando eles falam especificamente “ah, é tornar fácil para o cidadão”, isso é importante, mas é tornar fácil para o cidadão e também tornar acessível para institutos de pesquisa e tudo mais, a ponto de que esses dados possam ser trabalhados (NASCIMENTO, 2011, p. 48).

Ou seja, ambos os representantes dessas organizações acreditam que existe uma diferenciação entre o cidadão comum e os mediadores/especializados. Esses últimos seriam responsáveis por “traduzir” a informação disponibilizada pelo poder público ao cidadão comum, por meio de estudos, relatórios, reportagens e notícias. Ainda que seja possível reduzir a dependência nesses especialistas, eles possuem um importante papel nesse processo.

Entretanto, o que essas entrevistas não abordaram é o que ocorre depois da divulgação das informações pelos especialistas. Por exemplo, o que ocorreria após a publicação de uma reportagem, que utilizou informações disponibilizadas em portais governamentais, que denuncia irregularidades em gastos públicos em um município brasileiro?

É provável, nesse caso, que os residentes daquele município possam tomar algum tipo de atitude, como demandar maiores informações, organizar protestos, entrar em contato com a prefeitura e apresentar tais fatos em reuniões de conselhos locais de políticas públicas. Nessas situações, na “ponta”, quem estará exercendo o controle social será os próprios cidadãos, ainda que esse grupo se limite aos mais interessados e não à totalidade da população. Sendo assim, ambos os grupos, especialistas/mediadores e cidadãos comuns, possuem grande importância no processo de controle da atividade governamental. É preciso tratar o assunto com seriedade, sem idealismos a respeito da papel dos cidadãos e da sociedade civil, mas sem também colocar ênfase excessiva no papel dos “mediadores”.

Recapitulando, pode-se afirmar que, para os fins deste trabalho, a *accountability* é um processo democrático que estabelece ao poder público (e agentes públicos) a obrigação de informar e se abrir ao público, de prestar contas a respeito de sua atuação, de explicar e justificar suas ações, de estar suscetível à responsabilização e, se for o caso, de sofrer as devidas sanções com a consequente adoção de medidas para corrigir a ação/situação. Em resumo, *accountability* envolve o dever de ser transparente, de prestar contas, de ser responsivo perante a sociedade, de estar suscetível à responsabilização e, se for o caso, de arcar com as devidas sanções.

A *accountability* pode ainda ser classificada de diferentes maneiras, a depender do tipo específico de agente, processo e mecanismo envolvido. Por exemplo, a *accountability* do poder público pode ocorrer por diversos mecanismos, tais como o controle institucional (relacionado à *accountability* horizontal) e o controle social

(relacionado à *accountability* societal e/ou social). Nesse sentido, o controle social, visto como uma das formas de se realizar a *accountability* do poder público, é o ato de os cidadãos e a sociedade civil se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos.

Por conseguinte, essa seção procurou apontar os debates teóricos a respeito dos conceitos relevantes para esse trabalho, como o de controle social e *accountability*, assim como as suas diferenças e similaridades. O próximo capítulo tem como objetivo apresentar o Portal da Transparência, que é um mecanismo online de acesso à informação do governo federal e que retrata empiricamente diversos dos debates aqui mencionados. Os pressupostos teóricos tratados neste capítulo são essenciais para que se conheça, em profundidade, o objeto de estudo deste trabalho e para que se possa proceder à análise dos resultados do *websurvey* conduzido com os usuários do Portal da Transparência, que procura mapear a participação política e o exercício do controle social por parte dos seus usuários.

3 O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Este capítulo analisa o objeto de estudo do trabalho, que é o Portal da Transparência do Governo Federal, visto como uma ferramenta tecnológica de transparência pública. Aborda-se o seu surgimento, importância, objetivos e funcionalidades. Essa análise foi importante também para a criação e desenho do questionário e para uma melhor compreensão das respostas e demandas dos usuários do Portal da Transparência.

3.1 O SURGIMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

As origens do Portal da Transparência remontam às eleições de 2002, quando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República. Ao tomar posse no cargo, no dia 1º de janeiro de 2003, o Presidente convidou o Sr. Waldir Pires para assumir o cargo de Ministro de Estado do Controle e da Transparência e, portanto, ser o titular da Controladoria-Geral da União.

Esse momento marca a transformação da Corregedoria-Geral da União em Controladoria-Geral da União, por meio do aumento de suas competências. Essa mudança foi oficializada pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, que viria a ser convertida em lei em 28 de maio de 2003 (Lei nº 10.683). Segundo essa lei, à Controladoria-Geral da União:

compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, às atividades de ouvidoria-geral e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal (BRASIL, 2003b).

O até então candidato à Presidência havia feito, durante sua campanha presidencial, promessas de fortalecer o combate à corrupção e aumentar a transparência pública, notadamente a dos gastos públicos. Em janeiro de 2003, o Ministro Waldir Pires afirmou que “a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é pela total transparência. O dinheiro público não pode ter segredos” (LAGO; SILVA; ROTHEBERG, 2003, p. 6).

Contando com respaldo presidencial e com as novas atribuições da CGU para avançar nesses campos, o Ministro Waldir Pires:

(...) apontou como objetivos primordiais de sua administração o combate à corrupção e a promoção da transparência da gestão pública, destacando a necessidade de incorporar e acentuar a participação da sociedade, com o estímulo à edificação do controle social e democrático (RODRIGUES, 2005, p. 3).

Além do contexto institucional favorável, o avanço no campo da transparência pública contava com os preceitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF estabelecia normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, além de dar outras providências. Essa lei estabelece, em seu art. 48, que:

são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

A LRF, na sua versão de 2000, não tratava da publicação em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira (mudança esta que viria a ocorrer em 2009). Ainda assim, ela era vista como um importante instrumento para disciplinar a condução das finanças públicas e como meio de responsabilização, em casos específicos, dos agentes públicos. Segundo Culau e Fortis (2006, p. 4), o “agente público que cometer infrações aos dispositivos da LRF fica sujeito a sanções de caráter administrativo, civil e penal”. Por sua vez, Santos (2002, p. 2) afirma que a LRF assentou-se sobre o binômio transparência e responsabilidade:

o primeiro, a transparência, como um mecanismo de controle social, diz respeito às normas de escrituração e consolidação das contas públicas e à instituição da necessidade de novos relatórios a serem produzidos pelos gestores, além da obrigatoriedade de sua ampla divulgação, através de publicações e mesmo de audiências públicas, para um efetivo controle da sociedade sobre a gestão do dinheiro público. (...) Quanto à responsabilidade, esta nada mais é do que o dever maior de qualquer gestor - arrecadar o máximo permitido em lei e só gastar até o limite de sua receita, obedecendo aos parâmetros fixados por lei. Preceitua a Lei n. 101/2000, no seu artigo 11, que “constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação”.

A LRF já era, portanto, vista como um poderoso diploma legal para o estímulo à transparência, à prevenção e o combate à corrupção e à malversação dos recursos públicos. Logo, a conjuntura favorecia o surgimento de outras iniciativas para aumentar a transparência dos gastos públicos. Foi nesse contexto que surgiu a ideia de se disponibilizar informações do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), cujo acesso é restrito. De acordo com Lago et al (2003, p. 6), em entrevista com o Ministro Pires publicada em 3 de janeiro de 2003:

Waldir Pires estudará agora as condições técnicas para tornar o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o principal sistema de controle dos gastos públicos, uma informação de livre acesso ao público. Pela internet, provavelmente por meio do site do Palácio do Planalto, qualquer cidadão poderá entrar no Siafi e verificar como está se dando a aplicação das verbas administradas pelo governo.

Para isso, foi instituído, pela portaria CGU nº 243 de 6 de junho de 2003, Grupo de Trabalho (GT) “com a finalidade de definir a estratégia de divulgação, por meio físico e eletrônico, das informações relativas às transferências de recursos federais”. Assim, o GT teria como finalidade fomentar a transparência das ações governamentais e o controle social da aplicação do dinheiro público. Ele foi constituído por sete servidores federais especialistas em auditoria, contabilidade e/ou tecnologia da informação.

O GT elegeu o Orçamento Geral da União (OGU) e a sua classificação técnica como o norte para os seus trabalhos. Ao longo de seus encontros, foi feito também um estudo de convergência entre os objetivos do GT e o Projeto de Lei nº 130/2003, que viria a ser a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei Capiberibe).

Em setembro de 2003, o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) foi contratado para prestação continuada de serviços de informática, tendo em vista o desenvolvimento de um portal para apresentação das informações acerca da execução orçamentária e financeira. Em outubro de 2003, foi solicitado aos Ministérios que autorizassem a Caixa Econômica Federal a fornecer à CGU os dados referentes às transferências diretas ao cidadão, como as do programa de concessão do Auxílio-Gás.

Em maio de 2004, ocorreu a solicitação para que os Ministérios sugerissem termos, em linguagem cidadã, para cada ação de governo. Nos meses seguintes, foram conduzidos testes do protótipo do Portal, já com um escopo preliminar de conteúdo. Foi decidido que a implementação do Portal seria realizada em três etapas, que coincidiam

com a classificação das despesas públicas (transferência de recursos, aplicações diretas e financiamento com recursos públicos) (RODRIGUES, 2005).

Cabe destacar que, durante todo esse processo, foram conduzidos inúmeros diálogos entre a CGU, notadamente o GT, e diversos Ministérios e outros órgãos públicos, como a Caixa, Serpro, Banco do Brasil e Fundo Nacional de Saúde (FNS). Ressaltam-se também as diversas reuniões, principalmente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para a adequação dos repasses das informações e uniformização dos bancos de dados, rotinas de carga, entre outros processos vitais para o lançamento do Portal.

Finalmente, em 26 de novembro de 2004, a primeira etapa do Portal da Transparência foi lançada. Ele apresentava número inferior de consultas em relação ao que atualmente é ofertado. Ele disponibilizava informações relativas às transferências e repasses de recursos públicos federais para os Estados, Distrito Federal e Municípios, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativos ao exercício do ano de 2004. Disponibilizava também informações sobre os gastos com o Sistema Único de Saúde e sobre as transferências diretas ao cidadão, como as do Programa Bola-Família.

Em junho de 2005, foi lançada a sua segunda etapa, que correspondia à publicação de informações sobre os gastos, despesas e pagamentos efetuados por todas as áreas do governo federal. Nessa fase, disponibilizaram-se as modalidades de consultas por “tipo de despesa” e “despesa por órgão”. Em seguida, o Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, normatizou e oficializou o Portal da Transparência. O seu artigo 1º estabelece que:

Art. 1º O Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, sítio eletrônico à disposição na Rede Mundial de Computadores - Internet, tem por finalidade veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira da União, compreendendo, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - gastos efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal;

II - repasses de recursos federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - operações de descentralização de recursos orçamentários em favor de pessoas naturais ou de organizações não-governamentais de qualquer natureza; e

IV - operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 2005).

Cabe destacar que o inciso IV correspondia à terceira etapa da implantação do Portal. Porém, ainda que previsto pelo GT e normatizado por meio de Decreto, a terceira etapa não foi implementada no Portal até hoje. O principal motivo foi a alegação, à época, das instituições financeiras oficiais de fomento, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, de que tais informações envolveriam o sigilo fiscal. Mesmo que tais instituições possuam clientes privados, no momento em que passam a conduzir e financiar programas e ações governamentais, tal alegação perde o sentido. Por se tratar de dinheiro público, a destinação dos beneficiários de financiamentos, assim como o montante destinado, devem ser informações de acesso público.

Ainda a respeito do Decreto 5.482/2005, ele estabeleceu que a CGU ficaria incumbida da gestão do Portal e o seu artigo 2º instituiu que:

Art. 2º Os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na Rede Mundial de Computadores - Internet, página denominada Transparência Pública, para divulgação, de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, compreendendo, entre outras, matérias relativas a licitações, contratos e convênios.

Assim, o Decreto normatizou a necessidade de que cada órgão criasse a sua própria Página de Transparência, na qual seriam detalhados gastos da instituição. Definia-se, portanto, que o Portal teria um escopo maior, de publicação de informações da União, enquanto que gastos específicos dos órgãos, como os de licitações, contratos, convênios, execução orçamentária e diárias e passagens seriam publicados em páginas próprias de transparência:

O Portal da Transparência apresenta ao cidadão, em um único sítio, informações sobre a aplicação de recursos públicos federais, a partir da consolidação de milhões de dados oriundos de diversos órgãos do Governo Federal relativos a Programas e Ações de Governo.

Já as Páginas de Transparência Pública apresentam dados referentes às despesas realizadas por cada órgão e entidade da Administração Pública Federal, com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens. Cada órgão ou entidade tem sua própria Página de Transparência com informações detalhadas sobre sua respectiva execução orçamentária (BRASIL, 2014c).

Por conseguinte, o contexto em que foi criado o Portal da Transparência contribuiu para que o escopo de informações no Portal fosse aumentado logo nos seus primeiros anos. O GT foi lançado com o objetivo de divulgar gastos orçamentários de

programas e ações de governo. Porém, como destacado, na época de seu lançamento, já havia o cronograma para que outras etapas fossem implementadas, como a da divulgação de dados sobre as aplicações diretas do governo federal.

Finalmente, após os trabalhos do GT, ficou claro que o Portal da Transparência passaria a disponibilizar informações cuja origem é o Siafi, mas não permitir o acesso em si a esse sistema. Ou seja, ainda que o Ministro Waldir Pires, em sua entrevista, tivesse apontado inicialmente a ideia de fornecer acesso direto ao sistema, o contexto e os trabalhos do GT levaram ao surgimento de uma ferramenta tecnológica de transparência pública que publicaria informações extraídas do Siafi. Isso facilitaria o acesso, o entendimento e a compreensão dessas informações sobre os gastos públicos, visto que a utilização do Siafi em si é muito mais complexa do que a maneira de apresentação das informações no Portal da Transparência.

3.2 OS OBJETIVOS DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A respeito desse contexto inicial do Portal da Transparência, Rodrigues (2005, p. 7) afirma que:

a proposta do Portal da Transparência da CGU, em relação às outras formas de divulgação das informações governamentais, traz como principal diferença a consolidação de informações sobre programas e ações de governo em um único sítio e a adequação das informações técnicas a uma linguagem de fácil entendimento pela população em geral.

A ideia de se disponibilizar informações sobre programas e ações e a execução orçamentária e financeira do governo federal foi operacionalizada por meio da publicação dessas informações na internet. Essa disponibilização seria feita por meio de uma solução de tecnologia da informação, que passou a ser chamada de Portal da Transparência. Nesse contexto, segundo as informações contidas no próprio Portal, ele

(...) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

O Governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no

intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (BRASIL, 2014d).

O Portal foi criado com o objetivo de aumentar a transparência pública, tendo como público-alvo o cidadão, de maneira a possibilitá-lo a conhecer, acompanhar e fiscalizar o uso do dinheiro público. O intuito é justamente evitar o mau uso do dinheiro público e prevenir a corrupção. Porém, segundo Neves (2013, p. 6):

é visível que o escopo do Portal se ampliou, extrapolando a visão sobre o dinheiro público para uma visão sobre o emprego de recursos públicos. Além das informações sobre as despesas – e também receitas –, o Portal agora informa sobre imóveis funcionais, quadro de servidores, pessoas e organizações impedidas de fazerem contratos com a administração pública.

Dessa maneira, a transparência pública, operacionalizada por meio do Portal da Transparência, funciona como um indutor para que os gestores públicos apliquem eficaz, eficiente e efetivamente o dinheiro público, pois o uso desses recursos está publicado e acessível a qualquer pessoa que acesse esse website. O Portal é um importante elemento para o controle da gestão pública, uma vez que possibilita a prestação de contas, que é indispensável para que haja a eventual responsabilização daqueles que cometeram irregularidades no uso do dinheiro público.

O Portal também possui como público os gestores públicos, principalmente os da esfera municipal e estadual, visto que são os responsáveis pela implementação de políticas descentralizadas. Por isso, ao acompanhar o cronograma de liberações e transferências de recursos para seus Estados ou Municípios, tais gestores tem um melhor conhecimento acerca de tais verbas, podendo inclusive monitorar essas transferências.

Outro destaque é que o Portal da Transparência, além de unificar em um único website informações sobre o processo de destinação dos recursos federais, admite o acesso a qualquer cidadão, sem a necessidade de senhas ou de qualquer tipo de identificação. Ele permite o acompanhamento dos desembolsos com programas, ações, convênios e pagamentos, ou seja, desde a quantidade de recursos alocados até a identificação do fornecedor do bem ou serviço ou do destinatário de determinada ação. Sobre essas questões, Neves (2013, p. 6) considera que:

como instrumento de controle social, o Portal permite acompanhar gastos, arrecadações, entender o objeto de convênios e suas respectivas liberações, verificar se alguma empresa contratada pelo governo estava impedida de

fazer contratos, saber quanto foi transferido para um município para um determinado programa ou conhecer os beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

Como se percebe, os objetivos do Portal ainda guardam consonância com o contexto de surgimento do GT que levou à sua criação, ou seja, o “objetivo de conferir transparência às ações governamentais e estimular o controle social da aplicação dos recursos públicos” (BRASIL, 2003a). A diferença é que, ao longo dos anos e já logo após o seu lançamento em 2004, o escopo e quantidade de informações publicadas no Portal aumentou consideravelmente, contribuindo para o aumento da transparência pública.

3.3 A EVOLUÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O quadro 2 reúne as principais mudanças que o Portal sofreu ao longo dos anos. Após o seu lançamento, o Portal da Transparência, a cada ano, passou a publicar uma maior quantidade maior de informações, extrapolando inclusive o objetivo inicial e as fases previstas pelo GT. As origens das mudanças são as mais variadas possíveis, como expansões previstas pela equipe técnica, melhorias na forma de publicação das informações e até denúncias de irregularidades que culminaram com publicações de novas consultas no Portal.

Quadro 2 – Principais mudanças e desenvolvimentos do Portal da Transparência

Mês / Ano	Descrição
Novembro/2004	Repasse a Municípios, Estados e DF; Bolsa-Família e SUS
Junho/2005	Gastos Diretos do Governo Federal
Dezembro/2005	Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF)
Março/2006	Determinação de criação das Páginas de Transparência
Dezembro/2006	Convênios (base Siafi)
Dezembro/2007	Despesas: consulta favorecidos por atividade econômica e entidades sem fins lucrativos.
Dezembro/2008	Ceis: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas
Janeiro/2009	Convênios (base Siconv)
Dezembro/2009	Receitas arrecadadas do Governo Federal
	Relação de agentes públicos com vínculo com o Governo Federal
Maio/2010	LC 131/2009: Execução orçamentária e financeira da Administração Pública Federal atualizada diariamente
	Gastos estimados da Copa do mundo e Olimpíadas Rio 2016
Dezembro/2010	Despesas: consulta por programa de Governo
	Portal em Gráficos
	Download de consultas
Outubro/2011	Relação dos beneficiários do Seguro Defeso (pagamento da União a pescadores artesanais)
Dezembro/2011	Despesas com Cartão de Pagamento da Defesa Civil
Março/2012	CEPIM: Cadastro das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas
Junho/2012	Divulgação da remuneração dos servidores civis
Julho/2012	Divulgação da remuneração dos servidores militares
Agosto/2012	Divulgação das verbas indenizatórias dos servidores civis e militares
Setembro/2012	Cadastro de expulsões da Administração Federal
Setembro/2012	Cadastro de Imóveis Funcionais (base MPOG)
Março/2013	Publicação da remuneração dos servidores lotados no exterior
Dezembro/2013	Cadastro de Imóveis Funcionais (base MRE)
Janeiro/2014	Cadastro de Imóveis Funcionais (base MD)

Fonte: Controladoria-Geral da União (2014) e Portal da Transparência (2014).

3.3.1 2004 a 2006: do lançamento do Portal à criação das Páginas de Transparência

As duas primeiras informações presentes no quadro fizeram parte do contexto de surgimento do Portal, sendo que a disponibilização de informações sobre repasses, Bolsa-Família e SUS foi feita no seu lançamento, em novembro de 2004. Logo em

seguida, constituindo a segunda etapa prevista pelo GT que o formulou, foram disponibilizadas as informações sobre os gastos diretos do governo federal.

Ainda em 2005, no mês de dezembro, foram publicados no Portal os gastos dos cartões de pagamento do Governo Federal (CPGF). Vale lembrar que não estão publicados os gastos dos cartões protegidos por sigilo, como por exemplo, de unidades específicas da Presidência da República.

Em 2006, ocorreram duas grandes mudanças. A primeira foi a publicação da Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, que detalhava alguns aspectos do Decreto 5.482, de 30 de junho de 2005. Essa Portaria “disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – *internet*, e dá outras providências” (BRASIL, 2006). Ela estabelece que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem manter, em seus respectivos websites, uma página de Transparência Pública, com o seguinte conteúdo:

Art. 7º As páginas de Transparência Pública conterão informações sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, além de outros conteúdos que vierem a ser estabelecidos, utilizando obrigatoriamente o banco de dados de que trata o art. 3º (BRASIL, 2006).

Esse banco de dados de que trata o art. 3º refere-se à criação de um “banco de Transparência Pública” que a CGU criou e contém informações que formam o conteúdo mínimo que é divulgado nas Páginas de Transparência. Destacam-se também outras determinações dessa Portaria, como a apresentação das informações de forma simples, o acesso sem senhas, utilização de recursos que garantissem uma navegação intuitiva a qualquer cidadão, existência de textos introdutórios, notas explicativas, dicas, glossário com definição de termos técnicos utilizados e a divulgação de informações na sua forma extensiva e decodificada, com linguagem simples e objetiva (BRASIL, 2006). A próxima figura exemplifica a *homepage* de uma Página de Transparência.

Figura 4 – Página de Transparência do Ministério de Saúde

Ministério da Saúde

Contatos | Perguntas Frequentes | Denúncias | Links Relacionados | Glossário

Transparência Pública

Execução Orçamentária | Licitações | Contratos | Convênios | Diárias e Passagens | CEIS

Página de Transparência Pública Imprimir Enviar por e-mail

Orientado pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, o Governo Federal tem atuado firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos. Como parte desta missão, o Governo oferece aos cidadãos as Páginas de Transparência Pública, ampliando ainda mais as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos tributos.

A gestão das Páginas de Transparência Pública é regulamentada pelo [Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005](#) e pela [Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006](#), que determinam a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na Internet. Esses normativos também atribuem ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Controladoria-Geral da União (CGU) a responsabilidade pela gestão das Páginas. O MPOG, responsável pela programação visual, definiu este modelo de Página de Transparência Pública. A CGU exerce o papel de atualizar periodicamente as Páginas de Transparência com os dados contidos nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siasg, Siest e Scdp) e com aqueles enviados eletronicamente pelos órgãos que não registram as informações nos sistemas.

As Páginas de Transparência Pública apresentam os dados referentes às despesas realizadas por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo Federal (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens.

Esta Página de Transparência Pública exibe os dados atualizados do Ministério da Saúde e dos órgãos subordinados e entidades vinculadas que ainda não possuem Página de Transparência específica.

As Páginas de Transparência Pública integram o rol de ações de governo voltadas para o incremento do controle social e complementam as informações disponíveis no [Portal da Transparência](#). Veja a seguir as Páginas de Transparência Pública disponíveis de entidades vinculadas a este ministério:

Fonte:

<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=36000&TipoOrgao=1&consulta=0>. Com adaptações. Acesso em 04 de março de 2014.

Como se percebe, as Páginas de Transparência foram criadas com objetivos similares ao do Portal, a saber: “as Páginas de Transparência têm como missão promover a visibilidade dos gastos públicos e incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética” (BRASIL, 2014c). O Portal e as Páginas de Transparência, apesar de serem websites diferentes, apresentam informações que são complementares. Por exemplo, as páginas apresentam informações agregadas e consolidadas sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos. Já o Portal apresenta essas mesmas informações de maneira bastante detalhada e refinada, por meio da consulta de despesas diárias (que viria a ser incorporada apenas em maio de 2010).

Quanto à origem dos dados que alimentam essas Páginas, segundo a Portaria nº 140, eles possuem duas origens distintas. A primeira são os sistemas informatizados da Administração Pública Federal, que também alimentam consultas do Portal da Transparência:

- SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para extração dos dados de execução orçamentária e de convênios;
- SIEST - Sistema de Informação das Estatais, para extração dos dados do Orçamento de Investimento das empresas estatais;
- SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, para extração dos dados de licitações e de contratos;
- SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, para extração dos dados de diárias e passagens em viagens realizadas por colaboradores e servidores do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2014c).

A segunda fonte são as informações fornecidas pelo órgão ou entidade que não registra as informações nesses sistemas. Isso ocorre porque existem órgãos que não são obrigados a utilizar esses sistemas estruturadores. Assim, a CGU atualiza as Páginas de Transparência periodicamente com as informações e dados desses sistemas e com aqueles enviados eletronicamente por esses órgãos e entidades (BRASIL, 2006, 2014c).

Por fim, ainda em 2006, foi disponibilizada a consulta aos convênios do Governo Federal firmados a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais informações são extraídas da base de convênios disponibilizadas no Siafi.

3.3.2 2007 a 2009: consolidação e ampliação das bases e consultas

Com o crescimento do Portal e o seu uso pela sociedade, incluindo cidadãos, gestores, jornalistas, ativistas e membros de organizações da sociedade civil, foram surgindo demandas para a disponibilização de novas consultas no Portal. Em 2006, o Diretor Executivo da Transparência Brasil enviou uma carta à CGU com diversas sugestões, tais como a inclusão de informações sobre as transferências de recursos para organizações não governamentais.

Em dezembro de 2007, foram disponibilizadas novas modalidades de consulta das despesas do governo federal, como a consulta aos favorecidos por atividade

econômica e a por entidades sem fins lucrativos. Em dezembro de 2008, foi lançado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), que apresenta a “relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções as quais impliquem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública das diversas esferas federativas” (BRASIL, 2014d).

Vários Estados, como Acre, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, aderiram ao cadastro e passaram a nele disponibilizar a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública em suas esferas. Apesar de lançado no final de 2008, apenas no dia 15 de março de 2010, por meio da Portaria n° 516 da CGU, que o Ceis foi oficialmente normatizado.

Em janeiro de 2008, ocorreu um importante episódio sobre o uso do Portal da Transparência. Informações publicadas pela imprensa com base nos dados da consulta do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (que estava disponibilizada desde 2005 no Portal) relatavam irregularidades com o uso desses cartões por servidores públicos. Um dos episódios envolveu a então Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, que acabou sendo exonerada. Os debates que surgiram com tais denúncias enfatizaram a importância da transparência pública como mecanismo que auxilia o controle social e a fiscalização dos recursos públicos. Um dos resultados desse episódio foi a reformulação das regras de uso do cartão corporativo (REUTERS, 2008). Esse episódio pode ser caracterizado como um de *accountability* societal da administração pública.

Outras inovações desse período foram a incorporação, à consulta convênios, das informações advindas da base de dados do Siconv (janeiro/2009), a publicação das receitas arrecadas pelo governo federal (dezembro/2009) e a relação de agentes públicos que possuem vínculo com o governo federal (dezembro/2009). Os dados para essa última consulta tem origem no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

3.3.3 2009-2010: a Lei da Transparência (LC 131/2009)

No dia 27 de maio de 2009 foi sancionada a Lei Complementar n° 131, conhecida como lei da transparência ou lei Capiberibe. Ela acrescenta dispositivos à LRF (LC 101/2000) “a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de

informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2009b). Para Neves (2013, p. 8), essa lei trouxe duas grandes mudanças:

A primeira grande mudança trazida pela Lei é a obrigação da publicação dos atos praticados pelas unidades gestoras para a execução orçamentária dos gastos. Assim, os detalhes dos documentos relativos à realização das despesas públicas do Governo Federal passaram a estar disponíveis diariamente no Portal da Transparência. O segundo, e mais transformador, ponto da Lei é a extensão da obrigação de publicação dessas informações para todos os entes federativos. Assim, Estados e Municípios ficam obrigados a terem instrumentos semelhantes ao Portal da Transparência para a prestação de contas à sociedade.

Mais especificamente, a Lei Capiberibe, cujo projeto de lei que a originou já tinha sido estudado pelo GT responsável por definir as bases de criação do Portal da Transparência, estabeleceu que:

A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A (BRASIL, 2009b).

Essas determinações foram um grande salto em direção à melhoria da transparência pública, pois estabeleceu não apenas a obrigatoriedade de publicação dessas informações, mas a necessidade de integração e padronização do sistema que forneceria esses dados. Além disso, a lei avançou na área de participação social, visto que, ainda que não obrigue, deu impulso aos processos de discussão entre sociedade e governo no que se refere ao planejamento orçamentário. Exemplo desse processo é o orçamento participativo, prática já adotada em diversos municípios brasileiros. A lei também estabelece que:

qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar (BRASIL, 2009b).

No caso de descumprimento, além da denúncia ao respectivo Tribunal de Contas e Ministério Público, o não cumprimento dos prazos previstos para regularização

estabelecido por esses órgãos de controle pode levar ao bloqueio das transferências voluntárias ao ente em situação irregular. Portanto, a LRF passou a prever mecanismos pelos quais a sociedade poderia controlar a qualidade e periodicidade da divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira das esferas de governo, permitindo à sociedade denunciar o possível descumprimento dessas determinações legais. Especificamente, a Lei Capiberibe passou a exigir que:

Art. 48-A. (...) os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A implementação dessas alterações foi incorporada ao Portal em maio de 2010, data em que se passou a divulgar, com atualização diária, a execução orçamentária e financeira da Administração Pública federal. Ou seja, passaram a ser disponibilizadas informações a respeito das fases de uma despesa (empenho, liquidação e pagamento), além de dados sobre o bem ou serviço fornecido e sobre o beneficiário do pagamento. Acerca das receitas, o Portal passou a divulgar informações detalhadas sobre elas, como a previsão atualizada, a receita realizada e a receita lançada.

O ano de 2010 contou também com outras mudanças no Portal. Ainda no mês de maio, foram lançados dois novos portais dentro do Portal da Transparência: o Copa 2014 e o Jogos Rio 2016. Ambos são administrados pela CGU, mas contam com informações dos órgãos envolvidos nessas iniciativas.

Por fim, em dezembro de 2010, foi disponibilizado, na consulta despesas, a modalidade de busca por “programa” e foram criadas duas novas seções. A primeira, o Portal em Gráficos, procura facilitar o entendimento e tornar a visualização de algumas informações mais fácil, permitindo ao usuário fazer comparações dos resultados das consultas por região, unidade da federação e ano. A segunda foi o lançamento da seção de downloads, permitindo aos usuários ter acesso aos dados brutos do Portal, o que facilita sua redistribuição e reutilização por parte da sociedade.

3.3.4 2011 a 2014: desenvolvimentos recentes no Portal

Em outubro de 2011, reportagens veiculadas pelo O Globo apontaram diversas fraudes no cadastro do Seguro-Defeso, ação que visa ao pagamento de um salário mínimo a pescadores artesanais durante os meses nos quais a pesca é proibida (DUARTE, 2011). Logo após a reportagem, os Ministérios envolvidos firmaram o comprometimento de que esse cadastro seria publicado no Portal da Transparência (DUARTE, 2011). Conseqüentemente, em outubro de 2011, foi lançada a relação dos beneficiários do Seguro-Defeso. Esse episódio é mais um episódio de *accountability* societal, pois a imprensa denunciou irregularidades encontradas, o poder público foi responsabilizado por irregularidades e isso gerou a adoção de medidas corretivas, que no caso consistiu, principalmente, na divulgação dos beneficiários do Seguro-Defeso.

Em 2011 ocorreu um dos maiores desastres naturais do país, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Nesse acontecimento, ficou patente a necessidade de melhoria da distribuição e controle dos recursos da defesa civil. Com esse terrível acontecimento e o imperativo de se inibir a má gestão, desvios e corrupção na área da defesa civil, foi criado o Cartão de Pagamento da Defesa Civil. Ele possui um componente de transparência, que consiste justamente na publicação das despesas desses cartões, geridos por gestores públicos de todas as esferas, no Portal da Transparência. Essas informações passaram a ser disponibilizadas a partir de dezembro de 2011.

O ano de 2011 foi também marcado por denúncias de irregularidades em convênios. Em outubro daquele ano, a imprensa noticiou possíveis irregularidades na execução de convênios firmados com o Ministério do Esporte, que levaram à queda do então Ministro do Esporte Orlando Silva (ROMANELLI, 2011). Outro resultado desse episódio foi a publicação do Decreto 7.592 de 28 de outubro de 2011, que “determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação (...) deste Decreto” (BRASIL, 2011b).

O decreto estabeleceu a suspensão de vários repasses até que fosse avaliada a regularidade dos serviços contratados por meio desses instrumentos. Após esse levantamento inicial exigido pelo Decreto, 164 entidades apresentaram irregularidades graves e insanáveis. Elas passaram a ser consideradas impedidas de celebrar novos

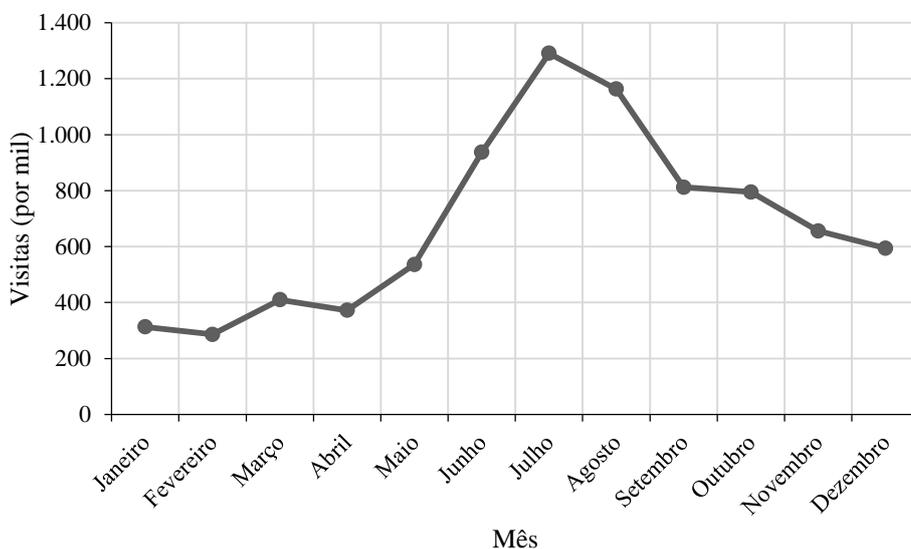
convênios com o governo. Essa primeira lista constituiu o Cadastro das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim). Assim, em março de 2012, o Cepim foi lançado, contando atualmente com mais de 4200 informações registradas (BRASIL, 2014d). O Cepim tem como base as informações inseridas no Siafi pelos órgãos da administração pública federal concedentes de recursos (BRASIL, 2014d).

Em 2011, foi sancionado um dos normativos mais importantes na área de acesso à informação e transparência pública: a Lei de Acesso à Informação (LAI). Um dos resultados imediatos foi a decisão pela publicação da remuneração dos servidores públicos federais. O Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, estabeleceu a obrigatoriedade da divulgação da

“remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada (...)” (BRASIL, 2012b).

Em junho de 2012, foi realizada a publicação da remuneração dos servidores civis do Poder Executivo Federal, o que pode explicar o repentino aumento no número de acessos ao Portal da Transparência. Por exemplo, em maio de 2012, o Portal obteve 530 mil acessos. Já em junho, mês da divulgação, esse número saltou para 930 mil e nos dois meses seguintes (julho e agosto), o Portal obteve mais de um milhão de acessos mensais (BRASIL, 2014d). O gráfico abaixo elucida esses dados.

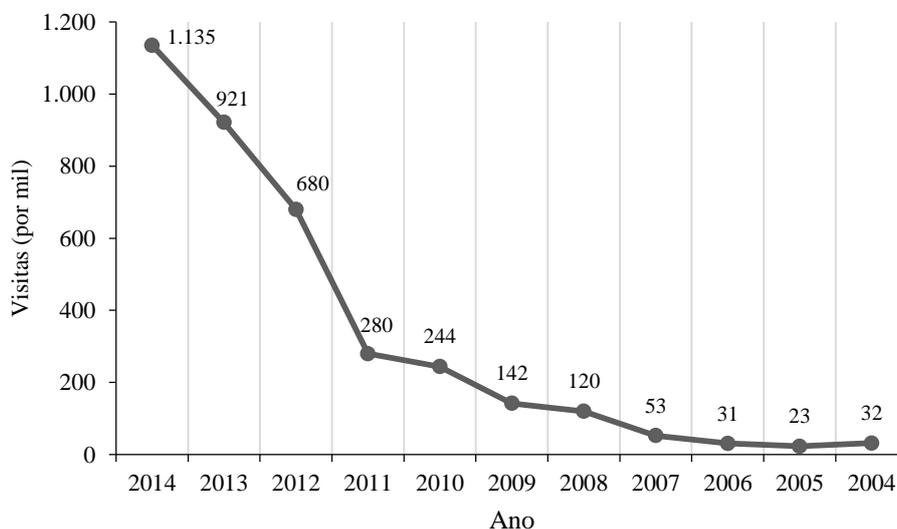
Gráfico 1 – Número de visitas mensais ao Portal em 2012 - em mil unidades



Fonte: Estatísticas de acesso do Portal da Transparência (2014). Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/>.

Destaca-se que as médias mensais de acesso ao Portal da Transparência têm sido sempre crescentes. Em 2004, essa média foi de 32 mil acessos mensais. O próximo gráfico apresenta essas médias mensais por ano. Note que, a partir de 2012, houve um grande aumento nessa estatística. Esse crescimento se consolidou e, nos primeiros meses de 2014, a média mensal tem se mantido superior a 1,1 milhão de acessos (BRASIL, 2014d).

Gráfico 2 – Quantidade média mensal de visitas ao Portal por ano (2004-2014) – em mil unidades



Fonte: Estatísticas de acesso do Portal da Transparência (2014). Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/>.

Complementando a divulgação das remunerações, em julho de 2012, foi divulgado a remuneração dos servidores militares do Poder Executivo Federal e, em agosto do mesmo ano, ocorreu a divulgação das verbas indenizatórias dos servidores civis e militares. A última incorporação de informações na consulta “servidores” foi feita em março de 2013, com a divulgação da remuneração, em dólares, dos servidores lotados no exterior.

O último cadastro a ser incorporado ao Portal da Transparência foi a dos imóveis funcionais do Poder Executivo Federal. A sua implantação foi realizada em três etapas. A primeira, instituída por meio da Portaria Interministerial nº 262, de 19 de junho de 2012, disponibilizou a relação dos imóveis residenciais situados no Distrito Federal e administrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Vale destacar que o embasamento legal para a instituição da Portaria está na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e em seu Decreto regulamentador (Decreto nº 7.724/2012). Como exemplo do uso desses dados, logo em seguida à publicação desse cadastro, a imprensa apontou possíveis irregularidades a respeito do estado da ocupação desses imóveis funcionais (NOSSA, 2012).

A segunda etapa, lançada em dezembro de 2013, incorporou à consulta os imóveis administrados pelo Ministério das Relações Exteriores. A terceira, lançada em janeiro de 2014, incorporou os imóveis administrados pelo Ministério da Defesa. Os dados são atualizados trimestralmente e existem duas modalidades de consulta: por imóvel funcional e por permissionário (BRASIL, 2014d).

O levantamento das informações aqui apresentadas sobre as mudanças do Portal da Transparência não é exaustivo. O objetivo foi indicar quais foram os principais marcos evolutivos ao longo dos anos de 2004 a 2014. Como exemplos de outros desenvolvimentos do Portal que não foram destacados no quadro 1 estão: disponibilização de serviço de mala direta (sistema *push*) de informações sobre liberações de recursos a municípios por meio de convênios (2007), ampla atualização da seção “sobre o Portal” (2010) e inclusão de link para o portal do Siconv para o detalhamento do convênio consultado (2014).

Conforme detalhado neste capítulo, o Portal da Transparência nasceu com objetivos específicos e três etapas de publicação de informações. As duas primeiras foram implementadas; a terceira, devido à resistência dos bancos públicos, ancorados no argumento de sigilo fiscal, não foi implementada até hoje (publicação de informações sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de fomento). Porém, logo após o seu lançamento, diversas outras mudanças foram sendo efetuadas e o escopo de informações publicadas ampliado.

Algumas decorreram de determinações legais de extrema importância, como a publicação dos gastos diários (exigência da Lei Capiberibe) e a remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal (exigência do Decreto regulamentador da LAI). Outras foram impulsionadas por acontecimentos políticos e denúncias de irregularidades pela imprensa, como a publicação do cadastro do Seguro-Defeso, os gastos com o Cartão de Pagamentos da Defesa Civil e o Cadastro das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas. Por fim, certas informações foram publicadas por sugestões advindas da sociedade civil, como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo discorre sobre a metodologia adotada nesta dissertação. Ele aborda o problema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, detalhes da construção e apresentação do questionário e informações a respeito do tratamento da base de dados.

4.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Portal é um efetivo instrumento de transparência pública? As ideias que perpassam esse problema foram essenciais para o desenho da pesquisa. O pressuposto é de que apenas quem utiliza o Portal da Transparência sabe realmente para que e por que usa e quais dificuldades e facilidades possui para encontrar, entender e utilizar as informações desse portal. O objetivo foi, portanto, compreender a demanda daqueles que o acessam e não apenas o que ele oferta (conteúdo).

Tendo em vista o problema de pesquisa, pode-se afirmar que o objetivo principal do trabalho será avaliar se o Portal da Transparência do Governo Federal pode ser considerado um efetivo instrumento de transparência pública. Os próximos tópicos detalham cada um dos procedimentos metodológicos escolhidos que auxiliam na resposta a esse problema.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da revisão de literatura, o trabalho exigiu a utilização de metodologias diversificadas para a coleta e tratamento dos dados necessários ao estudo. Foram selecionados três procedimentos metodológicos distintos, mas complementares entre si:

- Estudo do conteúdo do Portal da Transparência;
- Estudo das estatísticas de acesso ao Portal da Transparência;
- Pesquisa online com os usuários do Portal da Transparência.

4.2.1 Estudo do conteúdo do Portal da Transparência

Esta etapa consistiu no estudo do conteúdo ofertado pelo Portal da Transparência, procedimento este que é realizado em diversas pesquisas conduzidas em portais governamentais que procuram avaliar a disponibilidade e oferta de informações. O objetivo foi detalhar o conteúdo do Portal, baseando-se em todas as informações e seções disponibilizadas nesse sítio em sua *home page* (página de primeiro nível). Em alguns casos, porém, foi acessada a página seguinte de determinada seção da página inicial para obter melhores informações (página de segundo nível).

Essa coleta foi importante para se ter real conhecimento do que existe no Portal, como por exemplo, quais informações relacionadas aos gastos públicos estão sendo publicadas. Essa avaliação foi necessária também para o desenho do questionário, pois as perguntas relacionadas à avaliação do Portal só poderiam ser formuladas caso existisse um conhecimento acerca do conteúdo ofertado. O trabalho de observação do conteúdo do Portal foi realizado no mês de outubro de 2013 e verificado no mês de janeiro de 2014, para checar se ocorreram atualizações entre esses períodos.

As próximas páginas apresentam quadros que detalham as informações presentes na página inicial do Portal da Transparência. Cada uma delas apresenta uma seção específica desse website e detalha como ela foi identificada no questionário. O objetivo foi evitar apresentar ao usuário, como alternativas de resposta para a pergunta sobre o que ele acessa, os nomes das seções existentes no Portal atual. O pressuposto foi o de perguntar, conceitual e idealmente, o que ele gostaria de acessar. Por exemplo, ao invés de demandar ao respondente se ele acessa a seção “receitas”, foi perguntado se ele acessa o Portal para saber “quanto o governo arrecada”.

Esse procedimento foi feito para identificar a “essência” do Portal e demonstrá-la em uma linguagem simples, pois possivelmente nem todos os respondentes sabiam ou lembravam, no momento do preenchimento do questionário, que a seção “despesas”, por exemplo, pode ser acessada das seguintes formas: por tipo de despesa; por órgão executor; por programa; por ação; por favorecido (entes governamentais, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas, empresas e outros, pessoas jurídicas por atividade econômica) (BRASIL, 2014d).

Nesses casos, será perguntado o “quanto e em que o governo gasta”, “como e o que o governo compra”, “quanto uma empresa ou entidade recebe do governo”, “quanto

um Estado ou Município recebe de transferências do governo” e “quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais”. Esse detalhamento dos conteúdos das seções da página inicial do Portal da Transparência serviu, primeiramente, para identificar quais elas eram e, posteriormente, para realizar um trabalho de “tradução”, com a adoção de nomenclaturas mais simples e de fácil entendimento no questionário.

A próxima figura apresenta a página inicial do Portal da Transparência, de maneira a se mostrar como estão dispostas as suas seções. Em seguida, são apresentados diversos quadros detalhando o conteúdo do Portal. Neles, entende-se por “organização do conteúdo na pesquisa” a forma como as seções do Portal foram apresentadas no questionário da pesquisa online com os usuários do Portal da Transparência.

Figura 5 – Página inicial do Portal da Transparência

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Portal da
Transparência
GOVERNO FEDERAL

Perguntas frequentes Contato Glossário Links Manual de navegação

CONSULTAS

- Despesas
- Receitas
- Convênios
- Empresas Sancionadas
- Entidades Impedidas
- Servidores
- Imóveis Funcionais

GRÁFICOS E DOWNLOADS

- Download de Dados
- Portal em Gráficos

INFORMAÇÕES

- Sobre o Portal
- Dados do Portal
- Aprenda Mais
- Notícias
- Controle Social
- Licitações e Contratos

Receba Informações de Liberação de Convênios

Rede de Transparência

Portal de Acesso à Informação

Páginas de Transparência Pública

Olho Vivo no Dinheiro Público

Brasil Transparente

Destinações

DESPESAS RECEITAS CONVÊNIOS CEIS CEPIM SERVIDORES

Despesas - Empenho, liquidação e pagamento
Atualização diária (a partir de maio de 2010)

Use a pesquisa para encontrar dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal, com possibilidade de pesquisar informações por dia e pela fase de despesa (empenho, liquidação ou pagamento). A atualização dos dados é diária.

consultar

Despesas - Pagamento
Atualização mensal

Use a pesquisa para acompanhar os recursos públicos transferidos pela União ao exterior, a estados e municípios brasileiros, ao Distrito Federal, a instituições privadas e aos cidadãos, bem como para conferir os gastos diretos do Poder Executivo Federal. A atualização dos dados é mensal.

Transferências de Recursos

Exercício (Selecione)

- por Estado/Município
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido

(Selecione)

consultar

Gastos Diretos do Governo

Exercício (Selecione)

- por Tipo de Despesa
- por Órgão Executor
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido

(Selecione)

consultar

Consultas Temáticas

Use a pesquisa para consultar transferências de recursos ou gastos diretos do governo em situações específicas.

- Bolsa Família
- Eradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Garantia Safra
- Diárias Pagas
- Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF (Selecione)
- Pescador Artesanal
- Cartão de Pagamento de Defesa Civil

Exercício (Selecione)

consultar

DADOS DO PORTAL - DESPESAS

- Recursos registrados (mensais): R\$ 12.667.941.302.675,90
- Informações registradas: 1.667.504.825

sabe mais

TRANSPARÊNCIA

UMA NOVA CONSULTA PARA VOCÊ

Imóveis Funcionais

GRANDES EVENTOS

COPA 2014

Jogos RIO 2016

Transparência nos Estados e Municípios

Valores dos recursos federais repassados para estados, municípios e DF

ENQUETE

O que você faz quando encontra um dado "suspeito" no Portal da Transparência?

NOTÍCIAS

- 09/01 - Nota à imprensa sobre gastos relativos com atuação e saúde em cidades da Copa do Mundo
- 18/11 - CGU divulga edital para contratar empresa que irá reestruturar Portal da Transparência
- 10/09 - CGU realiza teste de usabilidade do Portal da Transparência com usuários
- 31/05 - CGU apresenta novidades na estruturação do dados do cadastro

Mais notícias

Controladoria-Geral da União

BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Fonte: <http://www.transparencia.gov.br>. Com adaptações. Acesso em 10.01.2014.

Quadro 3 – Seção “Consultas”: Despesas

Organização do conteúdo no Portal da Transparência		Organização do conteúdo na pesquisa
Despesas (empenho, liquidação e pagamento): detalhamento diário de despesas		
Despesas: transferência de recursos	Por Estado/ por Município	- quanto e em que o governo gasta - quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo - quais são os convênios firmados pelo governo
	Por Programa	- como e o que o governo compra
	Por Ação	- quanto uma empresa ou entidade recebe do governo
	Por favorecido: - entes governamentais	
	Por favorecido: - entidades sem fins lucrativos	- quanto e em que o governo gasta - quanto uma empresa ou entidade recebe do governo
	Por favorecido: - demais pessoas jurídicas - pessoas jurídicas por atividade econômica	- quanto e em que o governo gasta - quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo - quais são os convênios firmados pelo governo
	Por favorecido: - pessoa física	- quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
Despesas: gastos diretos do governo	Por tipo de despesa	
	Por órgão executor	
	Por Programa	- quanto e em que o governo gasta - quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo - quais são os convênios firmados pelo governo
	Por Ação	- como e o que o governo compra
	Por favorecido - entes governamentais	- quanto uma empresa ou entidade recebe do governo
	Por favorecido - entes governamentais - entidades sem fins lucrativos - pessoas físicas, empresas e outros - pessoas jurídicas por atividade econômica	- quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
Despesas: consultas temáticas	- Bolsa Família - Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - Garantia Safra - Pescador Artesanal	- quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
	- Diárias Pagas - Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) - Cartão de Pagamento da Defesa Civil	- quanto e em que o governo gasta - como e o que o governo compra

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 4 – Seção “Consultas”: Receitas, Convênios, Ceis, Cepim, Servidores e Imóveis Funcionais

Organização do conteúdo no Portal da Transparência		Organização do conteúdo na pesquisa
Receitas	Por órgão	- quanto o governo arrecada
	Por receita	
Convênios	Todos os Convênios	- quanto e em que o governo gasta
	por Estado/Município	- como e o que o governo compra
	por Órgão Concedente	- quanto uma empresa ou entidade recebe
	Liberações	- quais são os convênios firmados pelo governo - quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo
Empresas Sancionadas (Ceis)		- quais servidores, empresas ou entidades foram sancionadas ou punidas pelo governo
Entidades Impedidas (Cepim)	por Nome ou CNPJ	
	Todas	
Servidores	por Nome ou CPF	- quanto um servidor público recebe
	por Órgão de Exercício	
	por Órgão de Lotação	
	por Função ou Cargo de Confiança e Órgão	
	por Função ou Cargo de Confiança	
	Cadastro de Expulsões da Administração Federal	- quais servidores, empresas ou entidades foram sancionadas ou punidas pelo governo
Imóveis Funcionais	por Imóvel Funcional	- quanto e em que o governo gasta
	por Permissionário	

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 5 – Seção “Gráficos e Downloads”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência		Organização do conteúdo na pesquisa
Download de dados		- quanto e em que o governo gasta
Portal em Gráficos	Bolsa Família	- quais são os convênios firmados pelo governo
	Transferências por localidade	- quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo
	Transferências por função	- quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 6 – Seção “Mais Informações”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência	Organização do conteúdo na pesquisa
Sobre o Portal	Outros
Dados do Portal	
Aprenda Mais	
Notícias	
Controle Social	
Licitações e Contratos	

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 7 – Seção “Outros links à esquerda da página”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência	Organização do conteúdo na pesquisa
Receba Informações de Liberação de Convênios	Outros
Rede de Transparência	
Portal de Acesso à Informação	
Páginas de Transparência Pública	
Olho Vivo no Dinheiro Público	
Brasil Transparente	
Denúncias	

Fonte: elaborado pelo autor baseado no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.gov.br>). Acesso em 20/01/2014.

Quadro 8– Seção “+ Transparência”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência	Organização do conteúdo na pesquisa
Imóveis Funcionais	- quanto e em que o governo gasta

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 9 – Seção “Grandes Eventos”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência	Organização do conteúdo na pesquisa
Copa 2014	Outros
Jogos Rio 2016	

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Quadro 10– Seção “Outros links à direita da página”

Organização do conteúdo no Portal da Transparência	Organização do conteúdo na pesquisa
Transparência nos Estados e Municípios	<ul style="list-style-type: none"> - quanto e em que o governo gasta - quais são os convênios firmados pelo governo - quanto um Estado ou Município recebe de transferências do governo - quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
Enquete	Outros

Fonte: elaborado pelo autor com dados coletados de <http://www.transparencia.gov.br>. Acesso em 20.01.2014.

Com base nesse levantamento, foi possível obter um melhor conhecimento do que é apresentado no Portal da Transparência. Essa ação influenciou diretamente na elaboração do questionário da pesquisa online com os seus usuários.

4.2.2 Estudo das estatísticas de acesso ao Portal da Transparência

Este procedimento consistiu na realização de estudo acerca das estatísticas de acesso ao Portal da Transparência. O estudo das estatísticas tem o objetivo de conhecer melhor como é feito o acesso ao Portal e o que é acessado. Tais informações são importantes, pois podem ser comparadas com os dados obtidos na pesquisa online e demonstram também algumas dinâmicas do acesso ao Portal.

Tais informações foram disponibilizadas por meio do acesso à ferramenta *Google Analytics*, que é utilizada pelo Comitê Gestor do Portal da Transparência para monitorar o seu acesso. Ressalte-se que a Controladoria-Geral da União (CGU), responsável pela gestão do Portal, forneceu os dados, mas todo o tratamento e análise foram de inteira responsabilidade do autor. Essa disponibilização ocorreu por meio do Acordo de Cooperação firmado entre a CGU e a Fundação Universidade de Brasília, com o intuito exclusivo de formalizar a pesquisa e o acesso aos dados.

O *Google Analytics* é um serviço disponibilizado gratuitamente pelo *Google* e consiste, basicamente, em uma ferramenta de monitoramento de tráfego de páginas na internet. Além disso, quando bem explorada, pode auxiliar na tomada de decisões referente às mudanças no website, adoção de novas estratégias e ampliação da presença da instituição na internet. O serviço consiste na instalação de um código em cada página

de determinado domínio. Toda vez que a página for exibida (acessada), esse acesso é contabilizado e apresentado ao gestor da página por meio da ferramenta. Dessa maneira, o *Google Analytics* exibe uma grande quantidade de informações sobre os acessos e os usuários do Portal.

4.2.3 Pesquisa online com os usuários do Portal da Transparência

Esta etapa consistiu na criação e posterior aplicação de um questionário online com os usuários do Portal. O objetivo do *websurvey* era justamente obter dados e respostas para diversas perguntas, tais como: quem acessa o Portal? Por que o acessam? O que acessam? Como o avaliam?

O pressuposto que embasa a escolha da metodologia de *websurvey* é de que apenas quem utiliza o Portal da Transparência sabe realmente as respostas para essas perguntas. Além disso, a pesquisa online é um dos principais instrumentos para a verificação do problema desta pesquisa. O Acordo de Cooperação CGU-UnB forneceu a formalização legal para a pesquisa e para a aplicação do questionário.

Quanto à estrutura do sistema, o Centro de Processamento de Dados (CPD) da UnB disponibilizou o domínio “<http://pesquisa.unb.br>” para a aplicação do questionário. A plataforma de pesquisa foi armazenada em um servidor independente daqueles da UnB, que foi contratado exclusivamente para a condução do *survey*. Utilizou-se o software *LimeSurvey*, que é um software livre e específico para pesquisas, programado em PHP e que roda em um banco de dados MySQL.

Quanto à divulgação da pesquisa, o intuito inicial era de que não fosse feita divulgação, ou seja, que houvesse apenas a colocação de um link no Portal da Transparência. Como o público-alvo da pesquisa são os usuários desse website, em um cenário ideal, o objetivo era que os visitantes do Portal respondessem à pesquisa. Para isso, foi colocado um link para o domínio da UnB, onde estava hospedado o *websurvey*, no Portal.

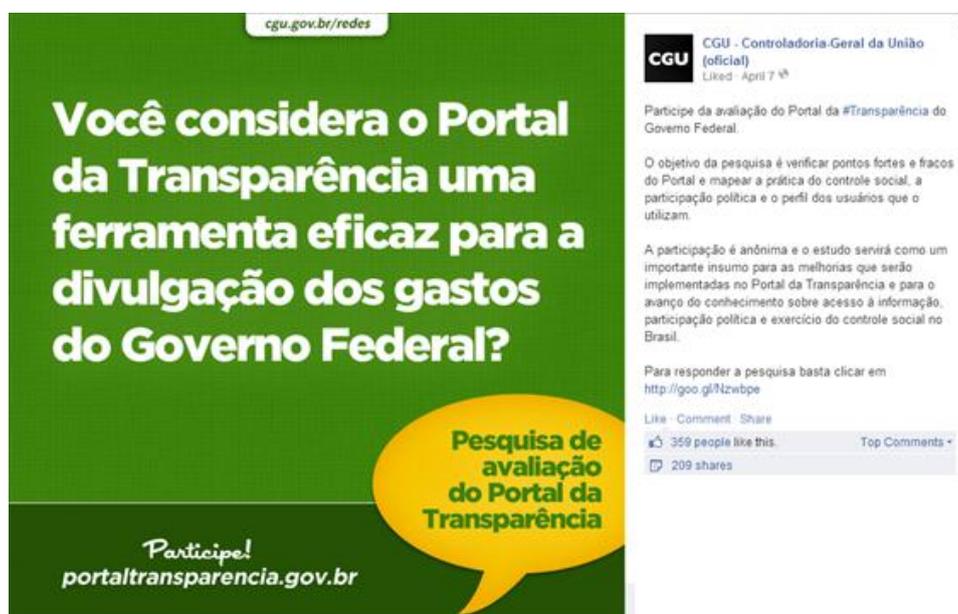
Ele estava localizado em um local de grande visibilidade, ou seja, no canto direito superior da página inicial (onde na figura 5 está o banner “Imóveis Funcionais”), por meio de um banner criado pela Ascom/CGU para essa divulgação (ver Anexo B). Quando se colocava o cursor em cima do banner (*mouseover*), aparecia a seguinte

mensagem: “Obrigado! Você será redirecionado para a página da Universidade de Brasília para responder à pesquisa”.

Entretanto, baseando-se na experiência mais recente de pesquisa com usuários de um portal que possui milhares de acesso (STABILE, 2012), foi definido que a divulgação da pesquisa deveria também ser feita em outros meios. Assim, ela foi feita basicamente em outras três frentes.

A primeira consistiu na pactuação de uma estratégia com a Assessoria de Comunicação da CGU (Ascom/CGU). Foram enviadas para a Ascom/CGU sugestões de textos para a publicação de notícias e matérias sobre a pesquisa, assim como trechos para a publicação em redes sociais, como no perfil oficial da CGU no Twitter e no Facebook. A partir dessas sugestões, a Ascom/CGU procedeu às adaptações necessárias e realizou *posts* semanais em suas redes sociais, além da publicação de matéria no portal institucional da CGU. A Assessoria divulgou a pesquisa internamente para os servidores da CGU por meio de sua intranet. Foram também criados banners específicos para a divulgação nas redes sociais. As próximas figuras exemplificam essa divulgação.

Figura 6 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 7 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

A tabela 1 detalha os dias, a natureza da publicação (*post*) e a quantidade de compartilhamentos, curtidas e comentários que cada uma delas recebeu. Os *posts* foram feitos pelo perfil oficial da CGU no Facebook. Ao todo, foram feitas oito postagens de natureza diferenciada, mas que atingiram uma boa repercussão nas redes sociais. No total, os *posts* obtiveram 1113 compartilhamentos, 1150 curtidas e 127 comentários de usuários. O quantitativo da tabela trata apenas dos compartilhamentos, curtidas e comentários feitos diretamente da publicação feita pela CGU, mas não de terceiros.

Tabela 1 – Data, natureza e quantitativo das postagens realizadas pela CGU sobre a Pesquisa no Facebook

Data	Natureza	Compartilhamentos		Curtidas		Comentários	
		Número	Proporção	Número	Proporção	Número	Proporção
10.02.2014	Foto e <i>post</i>	246	22	191	17	11	9
12.02.2014	Imagem de capa fixa(2)
13.02.2014	Foto e <i>post</i>	64	6	131	11	11	9
24.02.2014	Link para vídeo(1)	26	2
27.02.2014	Foto e <i>post</i>	274	25	141	12	22	17
18.03.2014	Republicação da imagem de capa fixa	55	5	106	9	2	2
24.03.2014	Foto e <i>post</i>	239	21	222	19	31	24
07.04.2014	Foto e <i>post</i>	209	19	359	31	50	39
Total	..	1113	100	1150	100	127	100

Fonte: elaborada pelo autor com dados coletados de <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 25.02.2014 e 15.04.2014.

Notas: (1) No dia da coleta, a postagem do link para vídeo de reportagem sobre a pesquisa (realizada no dia 24.02.2014) não se encontrava na linha do tempo do perfil da CGU, o que impossibilitou a coleta. O número de 26 compartilhamentos foi obtido por meio de um *printscreen* feito 18h após a postagem. Portanto, é de se esperar que a quantidade de compartilhamentos, curtidas e comentários tenha sido maior para essa postagem. Ainda assim, decidiu-se por apresentar a quantidade para o qual se possuía evidência. (2) A quantidade de compartilhamento, curtidas e comentários relativos à publicação da imagem de capa

do perfil da CGU é apresentada apenas no dia 18/03, de maneira a evitar dupla contagem, já que se trata da mesma capa que foi colocada no perfil em dois períodos distintos (12-14.02.2014 e 18-26.03.2014).

Além disso, o *websurvey* permitia, ao seu término, que o respondente compartilhasse o link do questionário no Twitter, Facebook e no Google+. O compartilhamento era feito juntamente com um breve texto explanatório e um banner de divulgação. Devido às configurações dessas redes sociais, não foi possível rastrear esses posts e obter o número total de compartilhamentos nessa modalidade.

Assim, a quantidade de compartilhamentos, curtidas e comentários que a pesquisa obteve foram maiores do que os dados apresentados na tabela, já que ela contabiliza apenas os dados do perfil da CGU. Como exemplo, podem-se citar também alguns perfis institucionais no Facebook que compartilharam os *posts* realizados pelo perfil da CGU sobre a pesquisa: TRF 4ª Região, Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP), ALACIP Jovem, Associação Amigos de Mococa (Amamococa), Observatório Social Itu e o Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA).

A tabela 2 apresenta a data e a quantidade de curtidas e retransmissões do *post* (*retweet*) feitos no Twitter pelo perfil oficial da CGU. Pela própria natureza dessa rede social, foram feitos *posts* com uma elevada frequência, totalizando 34 postagens, que alcançaram, no total, 130 *retweets* e 51 curtidas. Em comparação com as postagens no Facebook, pode-se afirmar que a divulgação no Facebook teve uma maior repercussão do que aquela feita no Twitter. As razões para tais diferenças não serão exploradas neste trabalho. Como exemplo, podem-se citar alguns perfis institucionais que retransmitiram os *posts* do perfil da CGU: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Portal Brasil, Portal Brasil, Agência EBC Brasil, A Voz do Brasil e o Ministério Público de Pernambuco.

Tabela 2 - Quantitativo semanal das postagens realizadas pela CGU sobre a Pesquisa no Twitter em 2014

Data (2014)	Posts		Retweets		Curtidas	
	Número	Proporção	Número	Proporção	Número	Proporção
de 10.02 a 16.02	7	21	24	18	7	14
de 17.02 a 23.02	5	15	26	20	14	27
de 24.02 a 02.03	6	18	15	12	5	10
de 03.03 a 09.03	2	6	10	8	3	6
de 10.03 a 16.03	3	9	13	10	4	8
de 17.03 a 23.03	5	15	23	18	7	14
de 24.03 a 30.03	3	9	9	7	4	8
de 31.03 a 06.04	1	3	5	4	3	6
de 07.04 a 11.04	2	6	5	4	4	8
Total	34	100	130	100	51	100

Fonte: elaborada pelo autor com dados coletados de <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014.

Nota: do total apresentado, 4 postagens foram realizadas por outros perfis institucionais (exemplo: CNJ) que apareceram na linha do tempo do perfil da CGU no Twitter. Tratava-se de retransmissão da mensagem desses perfis, pelo perfil oficial da CGU (“retweets”), de posts feitos originalmente pela própria CGU sobre a pesquisa (exemplo: ver Anexo B).

A segunda frente consistiu na pactuação com a Assessoria de Comunicação da UnB (Ascom/UnB). Nesse caso, ela realizou a divulgação no portal institucional da UnB por meio de uma matéria. Ademais, foi feita uma única divulgação do link para a pesquisa nas suas redes sociais no perfil da UnB no Facebook.

A terceira frente consistiu nos efeitos esperados que a repercussão a respeito da pesquisa geraria. Primeiramente, a CGU realizou uma matéria a respeito da pesquisa que foi publicada em seu website institucional. A partir desse *release*, ocorreu a publicação de várias notícias sobre ela. Foram identificadas matérias publicadas nos portais da(o): revista Exame, Portal EBC, Portal EBC Agência Brasil, Portal Brasil, Correio Braziliense, Caderno Eu Estudante do Correio Braziliense, Rádio do Povo, Portal Escola de Governo, Horia.com, portal da Ouvidoria do Ministério da Fazenda, portal do Instituto de Fiscalização e Controle, página dos Jogos Limpos (Instituto Ethos) e no informativo mensal da RTA (*Red de Transparencia y Acceso a la Información*).

4.3 SOBRE O QUESTIONÁRIO

O questionário¹ foi elaborado no âmbito do Grupo de Pesquisas em Democracia Digital do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Primeiramente, foi feita uma discussão acerca do que é o Portal da Transparência atualmente, o que ele oferta de conteúdo, o que ele poderia ofertar e o que seria um Portal ideal. Concomitantemente, realizou-se o estudo do conteúdo das seções da sua página inicial, visando a adoção de nomenclaturas mais simples referentes ao seu conteúdo ofertado.

Ademais, a partir da revisão de literatura deste trabalho, foram aperfeiçoadas as perguntas de cada bloco, principalmente as referentes à participação política e digital, associativismo e controle social. Diversos questionários de pesquisas de opinião pública também foram analisados, de maneira a auxiliar na formulação das perguntas e suas alternativas. Dentre esses, destacam-se os do LAPOP (2008, 2010, 2012), CESOP-ESEB (2006), Stabile (2012), Oxford Internet Survey (2011) e Senado Federal (2013).

Quanto ao questionário em si, ele possui um *layout* simples, de maneira a facilitar a visualização pelo usuário e o preenchimento por aqueles que tenham uma conexão de internet mais lenta. Capturas de tela do *layout* do ambiente de pesquisa estão no Apêndice C deste trabalho.

Sobre a apresentação das perguntas, foi decidido que elas seriam apresentadas em blocos. Considerou-se, nesse contexto, o dilema que existe sobre a apresentação das questões em uma única página ou em várias (COUPER; TRAUGOTT; LAMIAS, 2001). Decidiu-se por apresentar as perguntas em cinco páginas, desde que as questões de cada bloco tivessem um conteúdo similar. Com isso, garantia-se também que, em caso de abandono do questionário em páginas posteriores à primeira, o sistema salvaria os dados das páginas anteriores. Cada bloco do questionário reunia objetivos específicos, a saber:

- **Bloco 1 – Participação (P):** identificar avaliação inicial e frequência de acesso ao Portal, conhecimento sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), participação política e digital, satisfação com a democracia e pertencimento à grupos e associações;

¹ O questionário completo encontra-se no Apêndice A deste trabalho (página 220).

- **Bloco 2 – Avaliação Geral (G):** identificar o perfil do usuário e obter dele a avaliação que faz acerca da CGU e de alguns critérios sobre o Portal: confiabilidade, compreensão, satisfação, navegação e disponibilidade das informações;
- **Bloco 3 – Avaliação Específica (E):** identificar as áreas acessadas no Portal, assim como aquelas mais difíceis de serem encontradas e entendidas, preferência acerca da visualização das informações e preferência por ferramentas e funcionalidades que o Portal não oferta atualmente;
- **Bloco 4 – Controle Social (C):** identificar razões e locais onde foram ou seriam feitas denúncias, envolvimento com mecanismos de participação tradicional e na internet, avaliação sobre tais mecanismos e questões sobre eficácia na participação política;
- **Bloco 5 – Perfil (I):** identificar perfil do usuário (participação em redes sociais, idade, gênero, renda, ocupação e escolaridade) e sugestões finais de melhoria para o Portal da Transparência.

No que se refere ao ordenamento das questões, decidiu-se que as duas primeiras perguntas seriam diretamente relacionadas ao Portal da Transparência para demonstrar ao usuário que aquele questionário referia-se a um estudo sobre o Portal. As demais perguntas do primeiro bloco (primeira página) envolviam outros elementos que não eram diretamente relacionados a ele.

As duas páginas (blocos) seguintes tratavam diretamente do Portal. Por sua vez, a quarta já envolvia questões um pouco mais sensíveis, com perguntas sobre controle social e denúncias. Por fim, partindo do pressuposto de que o usuário já está menos atencioso ao final da pesquisa, o último bloco tratava de perguntas de fácil resposta, ou seja, as de perfil (socioeconômico e pertencimento a redes sociais). A última pergunta do questionário era aberta e permitia ao usuário escrever qualquer tipo de sugestão que gostaria de fornecer para a melhoria do Portal da Transparência.

A respeito da quantidade de perguntas, a próxima tabela apresenta o número de perguntas simples, condicionadas e totais do questionário. Para fins de definição, perguntas simples são aquelas que aparecem para o participante independentemente da resposta que ele escolheu ou for escolher. As condicionadas são as que, para aparecerem

para o respondente, dependem da escolha de determinada alternativa de uma pergunta anterior.

Gráfico 3 – Quantidade de perguntas por bloco no questionário de pesquisa

Bloco de Perguntas	Qtd. de perguntas simples	Qtd. de perguntas condicionadas	Total
1- Participação	6	1	7
2- Avaliação Geral	8	1	9
3- Avaliação Específica	5	3	8
4- Controle Social	6	5	11
5- Perfil	8	3	11
Total	33	13	46

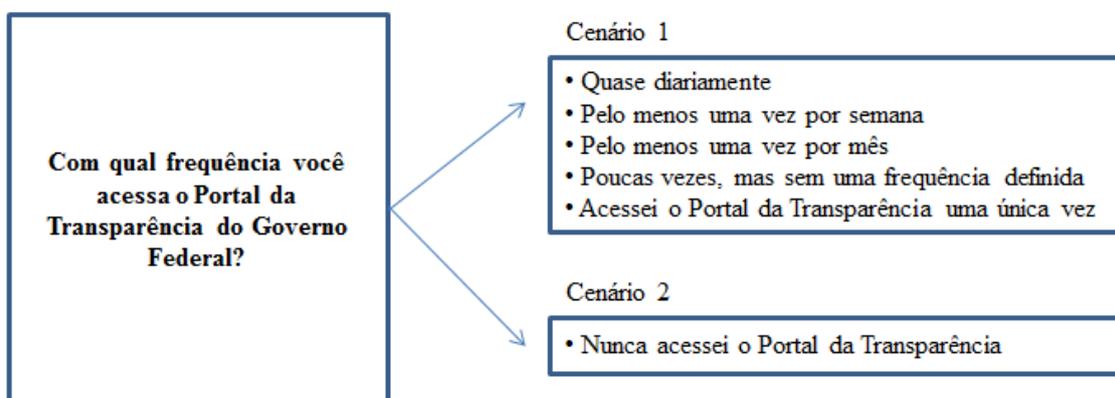
Fonte: elaborado pelo autor.

Vale destacar que, em nenhuma hipótese, o participante da pesquisa responderia 46 perguntas. Esse número corresponde ao total de questões que foram formuladas para esse estudo. Isso porque a grande maioria das perguntas condicionadas é excludente.

Dessa maneira, a quantidade de respostas a serem respondidas variava conforme as escolhas do respondente ao longo do preenchimento do questionário. Para isso ocorrer, é preciso esclarecer que a primeira questão do questionário (P01 - Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?) é a que definia as principais possibilidades de participação na pesquisa.

Isso porque ela era a única obrigatória de todo o questionário. Portanto, ao obrigar o usuário a se posicionar a respeito dela, um determinado conjunto de perguntas seria apresentado ou não. Não era justificado, por exemplo, perguntar ao participante a avaliação que ele faz acerca do Portal se ele nunca o acessou. Por isso, era importante separar, desde o início, o público que conhecia o Portal daquele que nunca o acessou. A próxima figura detalha os dois principais cenários de resposta para essa pergunta.

Figura 8 – Possibilidades de resposta da primeira pergunta da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Caso o respondente escolhesse as alternativas que o levassem ao cenário 1, ele teria de responder 33 perguntas simples, ou seja, aquelas que aparecem para o participante independentemente da resposta que ele escolheu ou fosse escolher nas demais. A próxima tabela apresenta o quantitativo aproximado de perguntas para o cenário 1.

Tabela 3 – Quantidade de perguntas do questionário para o cenário 1

Bloco de Perguntas	Qtd. de perguntas simples	Qtd. de perguntas condicionadas	Total
1- Participação	6	1	7
2- Avaliação Geral	8	...	8
3- Avaliação Específica	5	2	7
4- Controle Social	6	3	9
5- Perfil	8	2	10
Total	33	8	41

Fonte: elaborado pelo autor.

O número de perguntas simples permanece o mesmo daquele apresentado na tabela anterior. Entretanto, o número das condicionadas poderá variar de acordo com as alternativas escolhidas ao longo da pesquisa. A tabela apresenta o número máximo de perguntas condicionais por bloco. Ou seja, ele somente responderá as 41 perguntas totais (condicionais + simples) caso ele escolha especificamente as alternativas das perguntas que envolvem posteriormente uma pergunta condicionada. Sendo assim, no cenário 1, o participante poderia responder uma quantidade de perguntas de no mínimo 33 e no máximo 41.

Por outro lado, na hipótese do participante responder à alternativa que leve ao cenário 2, conforme detalhado na figura 8, a quantidade de perguntas que ele teria de responder será diferenciada. A tabela seguinte apresenta tal quantitativo.

Tabela 4 – Quantidade de perguntas do questionário para o cenário 2

Bloco de Perguntas	Qtd. de perguntas simples	Qtd. de perguntas condicionadas	Total
1- Participação	6	...	6
2- Avaliação Geral	2	...	2
3- Avaliação Específica
4- Controle Social	6	3	9
5- Perfil	8	2	10
Total	22	5	27

Fonte: elaborado pelo autor.

Caso o respondente escolha a alternativa “Nunca acessei o Portal da Transparência” na primeira pergunta do questionário, não é apresentado ao respondente as perguntas sobre avaliação do Portal da Transparência. Nessa situação, o número de páginas do questionário cai de 4 para 5, pois o bloco 3 não é apresentado e o respondente só irá responder duas perguntas do bloco 2.

O total de perguntas simples é de 22 e as condicionais, 5. Assim, o participante responderia, no mínimo, 22 perguntas e, no máximo, 27. Esse é o cenário menos adequado para a pesquisa, pois os dados que podem ser extraídos dessas respostas contribuem apenas parcialmente para o atingimento dos objetivos desse estudo.

4.4 TRATAMENTO DA BASE DE DADOS

Esta seção detalha os procedimentos de tratamento da base de dados, como a definição do número de registros (n) utilizados, o tratamento das “não respostas”, a verificação de consistência da base e estatísticas gerais da pesquisa.

4.4.1 Especificação do tamanho da base de dados

Após o término da pesquisa, os dados foram exportados do *Lime Survey* em formato compatível com o software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social*

Sciences). O tratamento do banco de dados e as análises foram todas feitas no SPSS com apoio suplementar do Microsoft Office Excel 2010 e 2013.

Quando a base foi extraída da plataforma de pesquisa, ela possuía 11.616 entradas (questionários/registros). Primeiramente, foi excluído um registro referente ao dia 7 de fevereiro, que foi o último teste feito no questionário antes do lançamento oficial da pesquisa, no dia 10 do mesmo mês. Em seguida, foram excluídos todos os questionários que não tinham respondido à pergunta P01 (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?).

Essa era a única questão obrigatória para do questionário. Sem respondê-la, não era possível avançar para as próximas páginas e, portanto, não era possível salvar nenhuma resposta. Uma ressalva a ser feita é que bastava que o usuário acessasse o domínio onde estava hospedado o questionário para que tal acesso fosse contabilizado e constasse na base. Ou seja, todo o usuário que acessou o domínio e, passou, por exemplo, dois segundos com ele aberto e o fechou em seguida foi contabilizado. Por isso, foi necessário limpar todas essas “não participações” na pesquisa.

Com isso, o questionário foi reduzido para apenas aqueles que efetivamente tiveram respostas. Esse número foi de 1661, sendo que contemplava questionários completos (considerado aqueles que o respondente chegou até o último bloco e apertou o botão de “enviar”) e incompletos (que foram iniciados, mas foram abandonados em determinado bloco).

Posteriormente, foi feita uma análise dos registros que possuíam uma elevada quantidade de “não respostas”, ou seja, o usuário acessou o questionário, respondeu a pergunta P01 e foi avançando nas páginas do questionário, mas sem respondê-las. O resultado foi a exclusão de outras 12 entradas da base, que passou a ter um $n=1649$. Esse foi o número com o qual foram conduzidas todas as análises. A tabela abaixo resume as informações já apresentadas, mostrando as quantidades iniciais e finais de questionários e o quantitativo daqueles que foram descartados por possuir uma elevada quantidade de “não respostas”.

Tabela 5 – Quantidade de questionários registrados e utilizados

Categorias	Quantidade
Total de visualizações do questionário	11616
Completos	1233
Incompletos	428
Descartados (dentre os completos)	2
Descartados (dentre os incompletos)	10
Total de questionários utilizados	1649

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Assim, dentre os 1649, o número final de questionários completos foi de 1231 e de incompletos, 418.

4.4.2 Tratamento das “não respostas”

Imagine um participante que respondeu os blocos 1 e 2 do questionário e tenha abandonado a pesquisa no terceiro. Para todos os efeitos, o sistema computava apenas as perguntas respondidas que foram gravadas, ou seja, as do bloco imediatamente anterior ao que o questionário foi abandonado. Nesse caso, para esse respondente, tem-se os dados das respostas dos blocos 1 e 2, mas não os dos 3, 4 e 5.

Agora imagine que, no bloco 1, ele tenha deixado de responder duas perguntas. Para essas perguntas não respondidas, adotou-se a modalidade “não respondeu”, pois se supõe que o respondente viu a pergunta e teve a possibilidade de respondê-la, mas, por algum motivo, não o fez. Assim, tais “não respostas” foram contabilizadas na modalidade “não respondeu” que aparece nas tabelas de frequência.

Por outro lado, esse mesmo respondente não respondeu nenhuma das perguntas dos blocos 3, 4 e 5. Nesse caso, por ter abandonado a pesquisa, ele não teve sequer a oportunidade de respondê-las. Logo, por não ter respondido nenhuma das perguntas dos blocos 3, 4 e 5, essas “não respostas” aparecem no banco de dados como *missing* e não foram contabilizadas nas tabelas de frequência.

Essa é a razão de o número de respondentes da pesquisa ser diferente dos totais apresentados nas tabelas de frequência e de os próprios totais variarem de acordo com cada pergunta em cada bloco. Isso porque alguns respondentes abandonavam a pesquisa no bloco 2, outros no bloco 3 e assim por diante. Portanto, para as perguntas que sempre

apareciam em cada bloco, o número de respostas válidas é sempre o mesmo. Por outro lado, caso fosse uma pergunta condicional, o seu total de respostas válidas seria o mesmo da quantidade de respondentes que clicaram na alternativa que abria aquela condicional.

Destaca-se que esse tratamento das “não respostas” e de *missings* é necessário porque a exportação da base do *Lime Survey* não é perfeita. Por exemplo, em alguns casos, como nas questões de múltipla escolha, o software atribui a modalidade “não respondeu” para todas as alternativas que não foram escolhidas pelo respondente (unindo “não respostas” e *missings*), independentemente se ele teve acesso ou não àquela pergunta. Esse tratamento visou evitar esse tipo de viés, que poderia impactar na análise dos resultados.

4.4.3 Verificação de consistência

Depois de preparada, a base foi submetida a uma verificação de consistência. O alvo foram as perguntas de múltipla escolha (P03, P04, P06, G01, E01, E01a, C01a, C02, C03, I01 e I02) e a de idade (I07). Por exemplo, a pergunta E01 possuía 10 alternativas, sendo uma delas a “não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal”. Isso quer dizer que essa alternativa e as demais eram, em sua lógica, mutuamente excludentes. Porém, ainda assim, alguns respondentes marcavam as alternativas da questão e também marcavam a opção “não tenho interesse (...)” ou “não faço parte (...)”, por exemplo.

Em geral, esse comportamento ocorreu com uma frequência que variou entre 3 e 15 casos por pergunta de múltipla escolha. A resolução de alguns deles foi possível por meio da análise da variável “outros” dessas mesmas questões, pois o respondente detalhava, como no caso da pergunta E01, uma série de outros fatores que o levavam a acessar ao Portal. Outros escreviam “todas as alternativas” ou “tudo”, referindo-se às alternativas da pergunta.

Em outros poucos casos, porém, essa análise não foi possível. Foi feita então a modificação das respostas do usuário, com a supressão da marcação da alternativa “não tenho interesse (...)” – no caso da E01 – ou das demais alternativas e manutenção da referida opção. Para cada mudança, foram obtidas as frequências das respostas.

Comparando-se as frequências antes e depois da verificação de consistência, constatou-se que a variação era baixa. No geral, ela se situou na faixa de 0,1 a 0,5% das respostas válidas. Por exemplo, no caso da E01, a alternativa de resposta “não tenho interesse” representava 0,7% do total de respostas válidas (7 casos em 946 ocorrências) e, após a verificação, passou a representar 0,3% (3 casos em 946 ocorrência). Estatisticamente e para os objetivos da pesquisa, tais variações foram consideradas baixas e não impactaram as análises efetuadas.

Quanto à variável que demandava a idade do respondente, em quatro casos estava claro que ocorreu algum erro no preenchimento, pois foi registrada, por exemplo, a idade de 2 e de 1976 anos. Para os quatro casos, a idade foi substituída pela modalidade “não respondeu”.

4.4.4 Estatísticas gerais do questionário

Esta seção apresenta algumas estatísticas gerais do questionário. A próxima tabela apresenta a origem dos acessos dos respondentes, ou seja, qual foi a página da internet (URL de referência) que os levou a acessar o domínio no qual se encontrava o questionário da pesquisa (<http://pesquisa.unb.br>).

Tabela 6 - Origem dos acessos (URL de referência)

Origem	Quantidade	Proporção (%)
Facebook	588	36
Não identificado	536	33
Portal da Transparência	265	16
Nota de imprensa sobre a pesquisa	123	8
Outros	74	5
IntraCGU (acesso restrito)	52	3
Acesso direto à pesquisa.unb.br	11	1
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

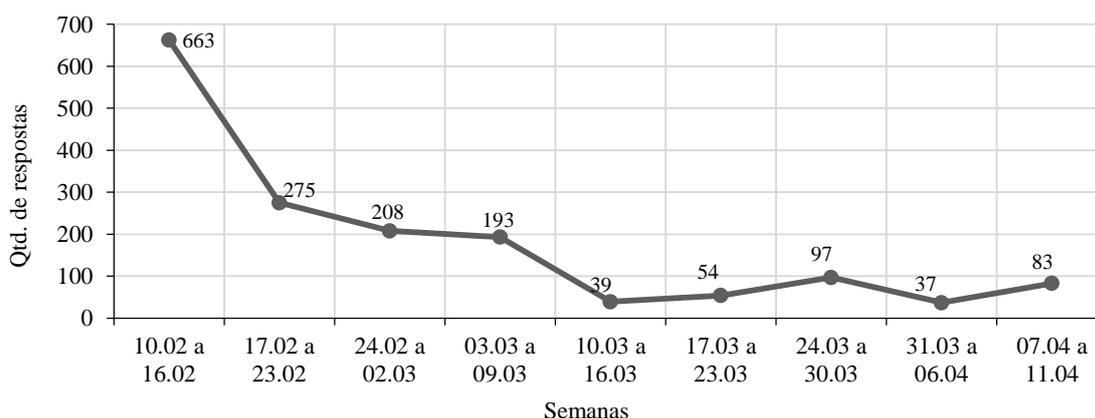
Infelizmente, o sistema não foi capaz de identificar a origem de cerca de 30% dos respondentes. Ainda assim, vale alguns comentários sobre os resultados encontrados. De acordo com os dados, o Facebook se mostrou uma importante ferramenta de divulgação da pesquisa, seja por meio da possibilidade de

compartilhamento da pesquisa por aqueles que a finalizaram, seja por meio da campanha realizada pela própria CGU em seu perfil no Facebook.

Além do acesso por meio do Portal da Transparência, um número considerável de pessoas o acessaram ao clicar no link que estava na nota de imprensa publicada sobre a pesquisa no portal institucional da CGU². Sobre a categoria “outros”, os acessos partiram, por exemplo, de notícias sobre a pesquisa veiculadas no Portal Brasil (brasil.gov.br), da página da Rede Nossa São Paulo, da Ouvidoria do Ministério da Fazenda, dos Jogos Limpos e de e-mails. Por fim, pode-se dizer que 52 servidores da CGU responderam à pesquisa, já que apenas eles poderiam ter acesso à notícia sobre a pesquisa que foi veiculada na intranet desta instituição (intraCGU).

O próximo gráfico apresenta a quantidade semanal de respostas que a pesquisa obteve. 70% das respostas foram obtidas nas três primeiras semanas de pesquisa. Complementando as informações do gráfico, os dois dias com a maior quantidade de respostas foram o dia 11 de fevereiro, com 201, e o dia 12 de fevereiro, com 143, o que mostra que o lançamento e a consequente repercussão inicial da pesquisa surtiram bastante efeito.

Gráfico 4 – Quantidade semanal de respostas à Pesquisa (2014)



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

É interessante notar, a respeito das 4 últimas semanas de pesquisa, que o perfil oficial da CGU no Facebook realizou uma postagem na semana dos dias 24-03.03 e

² <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2014/noticia01014.asp>

outra na semana dos dias 07-11.04. Isso pode explicar a elevação na quantidade semanal de respostas dessas semanas em relação à semana imediatamente anterior a cada uma delas.

Quanto ao preenchimento do questionário, a próxima tabela apresenta o tempo de resposta do questionário, medido em minutos, por cada bloco/página e o tempo total de resposta do questionário. Vale lembrar que apenas o tempo total inclui todos os casos, ou seja, tanto questionários incompletos quanto os completos.

Tabela 7 – Média e mediana do tempo de resposta do questionário

Blocos	Média (em min.)
Bloco 1	13,9
Bloco 2	2,9
Bloco 3	5,6
Bloco 4	5,2
Bloco 5	5,5
Total (todo o questionário)	28,3

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Considerando que a média de cerca de 20 minutos para se preencher todo o questionário foi considerada alta, procedeu-se a uma consulta aos dados da base. Foram identificados 169 casos em que o usuário demorou mais de 35 minutos para respondê-lo, sendo que em algumas situações, o tempo de resposta foi de mais de 4 horas, com ocorrência de casos superiores a 10 horas.

Nesses episódios, assim como observado no pré-teste, entende-se que o usuário acessou o questionário, mas por algum motivo, o deixou aberto e foi realizar outra atividade, como acessar outra página na web. Excluindo-se esses 169 casos do cálculo de cômputo da média de tempo total de resposta, o seu novo valor é de cerca de 12 minutos, sendo que a mediana é igual a 10,6. Assim, esses 169 casos, vistos como *outliers*, contribuíram para a elevação da média.

Em relação à quantidade de respostas válidas, a tabela abaixo apresenta esse quantitativo por bloco do questionário. A pergunta P01 do bloco 1 dividia os respondentes que acessaram o Portal dos que nunca o acessaram. No caso desses últimos, no bloco 2, eles responderiam apenas uma pergunta condicional (G01) e a última pergunta dessa página, que era aberta a todos os respondentes. Esses

respondentes pulavam o bloco 3, o que justifica ser o bloco com o menor número de respostas.

Tabela 8 - Total de respostas válidas por página/bloco

Página/bloco	Quantidade
Página/bloco 1	1649
Página/bloco 2	1158 / 1500
Página/bloco 3	1062
Página/bloco 4	1294
Página/bloco 5	1238
Questionários completos válidos	1231

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

No caso do bloco 2, o n=1158 corresponde ao número de respostas válidas dos respondentes que já acessaram ao Portal (para perguntas de G02 a G08 deste bloco). O n=1500 corresponde aos usuários que responderam à pergunta G09, incluindo tanto os que acessaram quanto os que nunca acessaram o Portal. Quanto à pergunta G01, ela só foi respondida por aqueles que nunca acessaram o Portal (n=373). Por fim, os questionários completos foram aqueles em que o respondente chegou ao final do bloco 5 e clicou no botão “enviar”.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo detalha a análise das estatísticas de acesso e dos resultados obtidos na pesquisa online com os usuários do Portal da Transparência. A primeira seção corresponde ao procedimento metodológico do estudo das estatísticas de acesso ao Portal da Transparência. As demais seções exploram dados e informações relativas ao perfil do usuário e a avaliação do Portal. As tabelas de frequência dos dados da pesquisa estão no Apêndice B deste trabalho (página 233).

5.1 ESTATÍSTICAS DE ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Esta seção apresenta as estatísticas de acesso ao Portal. O objetivo é conhecer melhor o acesso ao Portal, como a localização geográfica dos seus usuários e as seções mais acessadas. Todos os dados foram extraídos do Portal da Transparência, por meio da ferramenta *Google Analytics*. A extração dos dados é limitada ao período no qual a pesquisa online ficou no ar, ou seja, entre os dias 10 de fevereiro a 11 de abril de 2014. Toda a extração, apresentação e organização dos dados e análises efetuadas são de inteira responsabilidade do autor. Dito isso, alguns conceitos são importantes para o entendimento dos dados apresentados. Esse serviço permite identificar:

- **Exibições ou visualizações de página:** “refere-se ao número total de páginas visualizadas. Exibições repetidas de uma única página são consideradas” (GOOGLE, 2013). Se o usuário acessar novamente a página ou atualizar o navegador, esse acesso também é contabilizado.
- **Visitas (Sessões):** “o número de visitas de seu site” (GOOGLE, 2013). São os períodos individuais de tempo, conhecidos como sessões, que os visitantes realizam no site. É a contagem de visitas efetuadas no site.
- **Taxa de novas visitas (sessões):** “é a proporção de visitantes novos que visitaram uma determinada página ou um conjunto de páginas. O registro da visita é contabilizado por um arquivo que é armazenado no computador da pessoa (*cookie*), caso ela não tenha o *cookie* será contabilizado como visitante novo” (STABILE, 2012).

- **Visitantes únicos:** “refere-se ao número de visitantes não duplicados (contados apenas uma vez) de seu website ao longo de um determinado período” (GOOGLE, 2013). Quando um visitante acessa um site pela primeira vez, uma nova visita e um “visitante único” são computados. Se esse mesmo usuário retornar posteriormente ao site após a visita inicial, apenas uma nova visita é computada, visto que ele é um usuário que está retornando. A quantidade de visitantes únicos é obtida por meio do uso de *cookies*, ou seja, se o usuário os apagar, o site irá computar um novo acesso como se fosse de um novo visitante único e não do mesmo usuário que já havia acessado anteriormente.
- **Exibições ou visualizações de páginas únicas:** refere-se ao número total de páginas únicas visualizadas. Por exemplo, se um usuário entrar numa página e, em seguida, clicar no comando de atualizar a página ou se vai para outra página e depois retorna, essa segunda visualização é registrada na estatística de “visualizações de páginas”. Porém, a visualização de página única computa apenas a primeira vez que o usuário a acessa em uma mesma sessão de navegação. Assim, se ele atualizar cinco vezes uma mesma página, o sistema computará cinco “visualizações de páginas”, mas apenas uma “visualização de página única”, pois se trata do mesmo usuário visitando a mesma página.
- **Taxa de rejeição (*bounce rate*):** “porcentagem de visitas a uma única página (ou seja, visitas nas quais a pessoa sai de seu site na mesma página de entrada, sem interagir com a página)” (GOOGLE, 2013). Ela demonstra a porcentagem de usuários que tiveram uma única interação com o website e que, posteriormente, saíram dele sem visitar outras páginas.
- **Páginas/visita (média de páginas por sessão):** “refere-se ao número médio de páginas visualizadas durante uma visita ao site. Exibições repetidas de uma única página são consideradas” (GOOGLE, 2013).
- **Duração média da visita:** duração média de uma sessão.
- **Tempo médio na página:** “refere-se ao tempo médio gasto pelos visitantes para visualizar uma determinada página ou um grupo de páginas” (GOOGLE, 2013).

Para além dessas funcionalidades, o serviço permite também obter as seguintes informações sobre o visitante do website, como idioma, localização, origem do tráfego,

navegador, provedor de serviços e sistema operacional. A tabela a seguir detalha as estatísticas gerais de acesso ao Portal da Transparência nesse período de 10 de fevereiro a 11 de abril de 2014.

Tabela 9 – Estatísticas de acesso Portal: dados gerais

Estatísticas Gerais	Dados
Visitas (Sessões)	2.365.839
Visualizações de páginas	26.246.795
Usuários únicos	1.341.579
Taxa de novas visitas	49,73%
Taxa de rejeição	33,54%
Páginas por sessão	11,09
Duração média da sessão	4min49s

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

O Portal teve mais de 2 milhões de sessões em 61 dias, correspondendo a uma média diária de 38.784 visitas. Tais sessões foram originadas por 1.3 milhão de usuários únicos. O período obteve uma taxa de 49,73% de novas visitas, o que demonstra que quase metade dos 1.3 milhão de usuários únicos era composta de usuários que ainda não o haviam acessado.

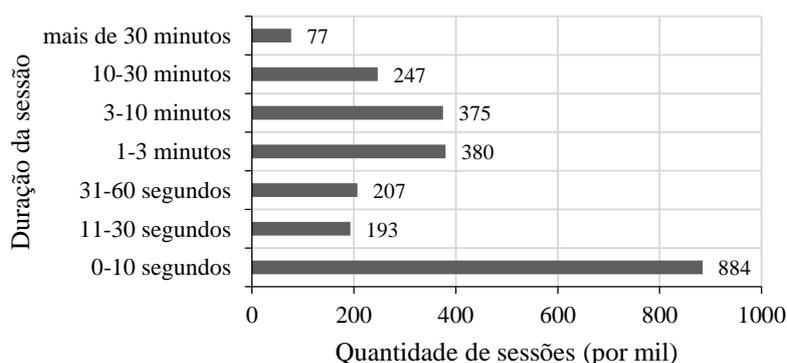
Ressaltamos que a taxa de novas visitas e usuários únicos não é totalmente precisa, visto que a contagem é feita por meio de cookies e, caso o usuário os apague, ele será contado como um usuário único no período, apesar de já o ter acessado. De toda maneira, essas estatísticas ainda são úteis para conhecermos o padrão do acesso ao Portal. Nas visitas ao Portal, foram visualizadas mais de 26 milhões de páginas, sendo que a média de páginas por sessão foi de 11. A duração média de cada uma dessas visitas ficou próxima dos 5 minutos.

O *Google Analytics* fornece também informações a respeito do comportamento do usuário, principalmente sobre a duração da visita. Os próximos gráficos apresentam informações a respeito do engajamento do usuário do Portal.

O gráfico 5 sinaliza que cerca de 880 mil visitas (sessões) ao Portal (em torno de 1/3 do total) permanecem por menos de 10 segundos. Provavelmente, são os casos nos quais um usuário o acessou porque clicou em um link de outro website ou o Portal foi

um dos resultados de busca do *Google*. Logo, ele simplesmente o acessa, mas o fecha quase que imediatamente talvez por não ser o conteúdo que buscava.

Gráfico 5 - Estatísticas de acesso Portal: duração e quantidade de sessões

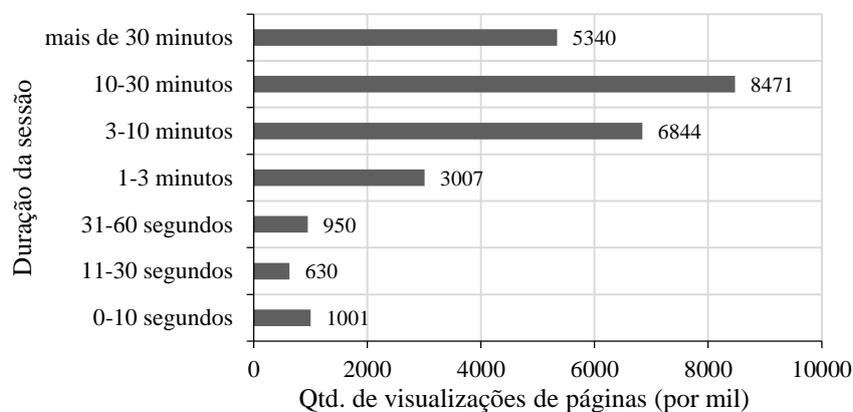


Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

O gráfico demonstra que há um número significativo de sessões (em torno de 32% do total) que duram de 1 a 10 minutos. Outro achado é que cerca de 300 mil visitas (cerca de 12% do total) ao Portal permaneceram por 10 minutos ou mais, incluindo aqueles que nele navegaram por mais de 30 minutos.

A respeito desse último dado, o gráfico 6 complementa essas informações ao mostrar que as visitas que permaneceram por mais de 30 minutos foram responsáveis por mais de 5 milhões de visualizações de páginas (o total de visualizações de páginas é de cerca de 26 milhões).

Gráfico 6 - Estatísticas de acesso Portal: duração e quantidade de páginas visualizadas



Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Ademais, como é de se esperar, aqueles usuários que permanecem mais tempo no Portal tendem a visualizar uma maior quantidade de páginas. A maior quantidade de visualizações de páginas se concentra nas visitas que duram de 3 a 10 minutos e 10 a 30 minutos. Apesar de possuir uma quantidade significativa de visualizações, as visitas que duram mais de 30 minutos apresentam uma queda nessa quantidade em relação aos intervalos de tempo imediatamente anteriores.

Uma possível explicação é que esses usuários utilizam o Portal, mas o deixam aberto no navegador enquanto realizam outras atividades. De toda maneira, vale lembrar que a duração média da sessão é de cerca de 5 minutos. A próxima tabela mostra o acesso ao Portal a partir dos 10 países que mais o acessaram no período de 10 de fevereiro a 11 de abril de 2014.

Tabela 10 – Estatísticas de acesso ao Portal: país de origem

País	Visitas (Sessões) (por cem)	Proporção total (%)	Proporção excluindo o Brasil (n=43.635) (%)	Taxa de novas visitas (%)	Taxa de rejeição (%)	Páginas por sessão	Duração média da sessão (min)
Brasil	23.222	98,16	-	50	33	11	5
Estados Unidos	139	0,59	32,0	55	41	8	4
Índia	70	0,30	16,2	71	45	6	5
Canadá	20	0,08	4,6	57	29	8	3
Reino Unido	17	0,08	4,1	65	32	8	4
Portugal	15	0,07	3,6	65	52	8	4
Alemanha	13	0,06	3,2	57	35	7	4
França	12	0,05	2,9	49	31	8	4
Austrália	10	0,04	2,3	50	28	7	3
Espanha	8	0,03	1,9	58	39	6	4
Não disponível	50	0,21	11,5	-	-	-	-
Outros (151 países)	77	0,33	17,7	-	-	-	-
Total	23.658	100	100	-	-	-	-

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

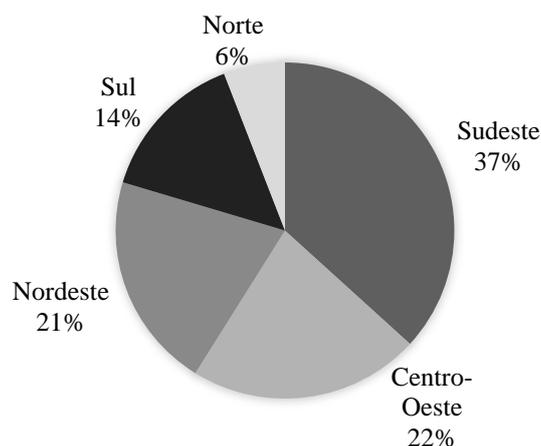
O número de visitas efetuadas ao Portal da Transparência é quase que totalmente originário do Brasil (98% do total de visitas). Ainda assim, é importante destacar que nesse período, o Portal recebeu a visita de 161 países.

O Brasil é um dos países que possui a menor taxa de novas visitas, provavelmente por contar com um maior número de usuários recorrentes do Portal. Pelo mesmo motivo, a média de páginas por sessão é a mais elevada, apesar de a duração média da visita não apresentar uma diferença tão grande em relação aos outros países, sendo de cerca de 5 minutos. Um fator de destaque é a taxa de rejeição brasileira, que demonstra que 33% dos usuários que acessam o Portal visitam apenas uma página, fechando-a logo em seguida, ou seja, sem acessar nenhuma outra. Essa taxa é considerada mediana, já que uma taxa de rejeição mais elevada poderia demonstrar que o portal não estaria atingindo seu público-alvo e/ou possui páginas pouco atrativas.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos acessos ao Portal da Transparência por região brasileira. Como se pode ver, os acessos ao Portal partem, em sua maioria, do Sudeste, principalmente do Estado de São Paulo, seguido do Centro-Oeste. Nesta região, o destaque é para o Distrito Federal, que é a unidade da federação

com a maior quantidade de acessos ao Portal. Os dados de acesso por estado e por capital estão na tabela 11.

Gráfico 7 – Estatísticas de acesso ao Portal: por região



Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Apesar de o DF ser a unidade da federação com o maior número de acessos, os demais estados do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) não possuem uma quantidade expressiva de acessos. É por isso que o Sudeste é a região do Brasil com o maior número de acessos, visto que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem uma quantidade de acessos expressiva e são, respectivamente, a segunda, terceira e quarta UF com maior número de acessos ao Portal.

Tabela 11 – Estatísticas de acesso ao Portal: por UF e por capital

Unidade da Federação (UF)	Visitas (Sessões) (por cem)	Proporção Brasil (%)	Capitais	Visitas (Sessões) (por cem)	Proporção por UF (1) (%)
Distrito Federal	3.971	17,1	Brasília	3.417	86
São Paulo	3.206	13,8	São Paulo	1.745	54
Rio de Janeiro	2.751	11,8	Rio de Janeiro	1.671	61
Minas Gerais	2.189	9,4	Belo Horizonte	872	40
Rio Grande do Sul	1.417	6,1	Recife	544	55
Paraná	1.153	5,0	Curitiba	488	42
Pernambuco	995	4,3	Salvador	418	43
Bahia	963	4,1	Porto Alegre	392	28
Santa Catarina	798	3,4	Fortaleza	385	49
Ceará	787	3,4	Goiânia	339	56
Goiás	601	2,6	Vitoria	323	82
Paraíba	519	2,2	Natal	321	62
Rio Grande do Norte	514	2,2	Florianópolis	260	33
Pará	435	1,9	Belém	232	53
Espírito Santo	395	1,7	Teresina	188	63
Amazonas	312	1,3	Cuiabá	178	64
Piauí	300	1,3	Joao Pessoa	170	33
Maranhão	297	1,3	Manaus	155	50
Mato Grosso do Sul	281	1,2	Campo Grande	155	55
Mato Grosso	279	1,2	Maceió	148	55
Alagoas	269	1,2	Palmas	141	67
Tocantins	210	0,9	São Luís	138	46
Rondônia	182	0,8	Porto Velho	96	53
Sergipe	175	0,8	Aracaju	79	45
Amapá	82	0,4	Rio Branco	73	97
Acre	75	0,3	Macapá	69	84
Roraima	64	0,3	Boa Vista	37	58
Não disponível	0	0,0	-	3417	-
Total (Brasil)	23.222	100	Total (Capitais)	13.034	100

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Nota: (1) Proporção de acesso dos usuários da capital pelo total de usuários do Estado

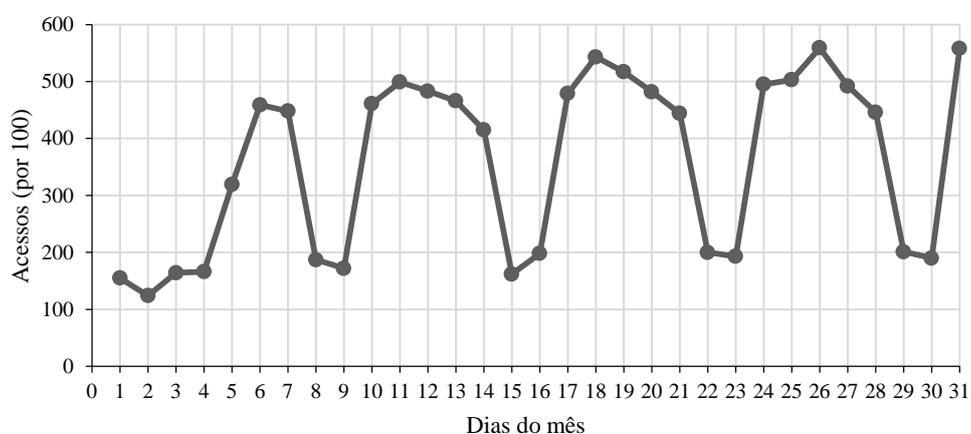
De acordo com os dados, 17% dos usuários do Portal são do Distrito Federal, sendo que 86% desses estão em Brasília. Os outros quatro estados com a maior quantidade de acessos são São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dessas cinco unidades da federação partem quase que 60% dos acessos do Portal da Transparência.

Em relação ao acesso proveniente das capitais, a proporção que elas possuem no acesso total advindo da respectiva unidade da federação é bastante distinto, variando desde um mínimo de 28% no Rio Grande do Sul (RS) até 97% no Acre (AC). Ou seja, o acesso do RS é o mais descentralizado, visto que sua capital, Porto Alegre, é responsável por apenas 27% dos acessos desse estado ao Portal e os demais municípios do RS pelos outros 72%.

Por outro lado, quase que a totalidade dos acessos acreanos ao Portal partem de Rio Branco, com uma proporção de 97%. Destaca-se também que 56% dos acessos ao Portal são originários de capitais, o que pode revelar uma concentração de usuários que vivem em áreas urbanas. Por fim, é importante enfatizar que apenas com esses dados não é possível explicar o porquê desse fenômeno, o que requeriria uma investigação à parte que extrapola os objetivos desta pesquisa.

Outro dado interessante a respeito dos acessos ao Portal é o apresentado no gráfico 8. Ele apresenta um exemplo do padrão das visitas semanais ao Portal para um intervalo de 31 dias (mês de março). O objetivo é apenas demonstrar um padrão que se repete para todo o intervalo no qual foi realizado a extração dos dados (10.02 a 11.04.2014). Destaca-se também que, de acordo com os dados do *Google Analytics*, esse padrão de elevados acessos durante dias úteis e redução drástica de acesso aos finais de semana, feriados e recessos repete-se ao longo de todo ano.

Gráfico 8 – Quantidade de visitas diárias ao Portal no mês de março de 2014



Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Aos finais de semana (sábado e domingo), mas também feriados (como foi observado no período do Carnaval), ocorre uma queda drástica do número de visitas ao Portal. Aos finais de semana e feriados, elas oscilam em torno de 15 a 20 mil visitas por dia, enquanto que em dias de semana essa taxa está em torno de 45 a 50 mil acessos. No gráfico, os dias 8 e 9, 15 e 16, 22 e 23 e 28 e 29 correspondem aos finais de semana. O dia 4 foi quarta-feira de cinzas (feriado) e os dias 2 e 3 foram recessos do período de carnaval. Em relação ao tipo de acesso, a próxima tabela detalha de quais tipos de aparelho eletrônico os usuários acessam o Portal.

Tabela 12 – Estatísticas de acesso ao Portal: por tipo de dispositivo

Categorias	Computador	Celular	Tablet	Total
Visitas (Sessões)	2.157.563	153.990	54.286	2.365.839
Proporção das visitas	91%	7%	2%	100%
Taxa de novas visitas	49%	55%	55%	-
Taxa de rejeição	33%	43%	35%	-
Páginas por sessão	11	7	12	-
Duração média da sessão (min)	5	4	5	-

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

De acordo com os dados, a grande maioria (91%) dos usuários acessa o Portal a partir de computadores (desktop ou notebooks), enquanto que a minoria a partir de celulares ou tablets. A taxa de novas visitas varia de acordo com o tipo de aparelho, sendo a menor advinda de computadores e a maior de tablets. É interessante notar a quantidade média de páginas visitadas por sessão a partir de celulares, que corresponde quase a metade dos demais dispositivos.

Uma possível explicação é pelo fato do Portal ser mais bem visualizado e carregado em computadores, por terem uma maior chance de terem uma conexão de internet mais rápida e pelo próprio tamanho do aparelho e da tela, que dificulta a visualização das informações e das consultas do portal. Pelo fato dessa taxa ser baixa, esse fator impacta diretamente na duração média de sessão, que é também inferior para celulares quando comparados com os outros dispositivos.

Outra estatística importante é a que detalha as seções mais acessadas do Portal da Transparência, apresentadas na tabela 13.

Tabela 13 – Acesso ao Portal: por seção

Seção(1)	Visualizações de página (por mil)	% de visualizações	Visualizações de páginas únicas (por mil)	% de visualizações únicas	Tempo médio na página (seg.)	Taxa de rejeição (%)
Servidores	14.454	55,1	4.313	37,0	17	21
Outras	3.551	13,5	3.226	27,7	40	69
Despesas diárias	2.271	8,7	1.231	10,6	63	25
Página inicial (2)	1.325	5,1	890	7,6	57	25
Convênios	763	2,9	385	3,3	40	37
Ceis ³	227	0,9	151	1,3	58	12
Copa 2014	159	0,6	97	0,8	66	57
Despesas	146	0,6	105	0,9	45	37
Downloads	113	0,4	81	0,7	51	48
Receitas	96	0,4	61	0,5	34	26
Total	26.247	100	11.659	100	-	-
Média	-	-	-	-	29	34

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Notas: (1) Seção significa o primeiro nível de página, ou seja, uma vez acessado o portal da Transparência, a primeira seção na qual o usuário decide clicar. Os demais níveis de página (segundo, terceiro, etc.) são as subpáginas dessas seções. (2) O acesso à página inicial é contabilizado quando o usuário está acessando determinado conteúdo no Portal e decide retornar à página inicial ou simplesmente acessa o Portal e já clica em algum atalho existente que retorna também à página inicial (exemplo: clicando na barra verde superior – cabeçalho do Portal – onde está escrito “Portal da Transparência Governo Federal”).

Os dados da tabela demonstram que a seção do Portal mais acessada é a de servidores, correspondendo por mais de 55% das visualizações de páginas do Portal. Essa contagem leva em conta todas as vezes que a página é carregada, incluindo casos quando o usuário simplesmente atualiza a página ou quando navega para outra e, em seguida, aperta o botão de “voltar”. Essa contagem inclui também todas as navegações efetuadas nas subpáginas da seção servidores.

Se o critério for por “visualizações de páginas únicas”, ou seja, a contagem só é feita uma única vez por sessão de navegação, a consulta servidores continua a ser a mais acessada; porém, o seu percentual sob o total diminui para 37%. Algumas possíveis explicações para esse domínio da consulta “Servidores” é que essa seção é uma das mais simples e intuitivas de se navegar, os usuários têm interesse em conhecer a lotação,

³ Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

cargo e salário dos servidores e os usuários realizam diferentes consultas sobre servidores, procurando por diferentes parâmetros e/ou nomes.

É importante realizar a diferenciação entre as seções “despesas” e “despesas diárias” mostradas na tabela. A seção despesas pode levar o usuário para as seguintes subpáginas: “Informações Diárias - Detalhamento Diário das Despesas”, “Informações Mensais - Transferências de Recursos”, “Informações Mensais - Gastos Diretos do Governo” e “Consultas Temáticas” (BRASIL, 2014d). Entretanto, assim como as outras, a seção “despesas diárias” pode ser acessada diretamente da página inicial do Portal da Transparência e como ela é a categoria de despesa mais acessada, o *Google Analytics* faz a sua contagem separada. Por isso, elas são apresentadas separadamente, sendo que a seção “despesas” congrega os outros três tipos de consulta de despesas do governo federal (transferências, gastos diretos e consultas temáticas).

A respeito do tempo médio na página, esse dado mostra apenas o tempo que o usuário ficou na página de primeiro nível. A partir do momento em que ele clica em uma subpágina ou a abandona, essa contagem de tempo é encerrada. Novamente, o menor tempo gasto é na seção de servidores, 17 segundos em média, o que pode ser explicado pela forma de disponibilização de consulta, que é relativamente fácil de ser entendida e possui poucos parâmetros, possibilitando ao usuário que rapidamente acesse uma subpágina dessa consulta.

Um dado que pode explicar essa afirmativa é quando comparamos com o tempo gasto na página de primeiro nível da consulta “despesas diárias”: 63 segundos em média. Essa seção possui diversos parâmetros para que seja realizada uma consulta, além do que a própria estruturação dela reflete a organização e a linguagem orçamentária, o que pode dificultar o entendimento pelo usuário. Seções que apresentam, inicialmente, poucos parâmetros para que seja estruturada uma consulta, como a de convênios (40 segundos) e de receitas (34 segundos), possuem um tempo médio menor. A exceção é o CEIS, que possui um tempo médio de 58 segundos na sua página inicial.

Quanto à taxa de rejeição, o CEIS é a seção com a menor taxa (12%). Isso significa que, uma vez acessada, quase 88% dos usuários prosseguem sua navegação na seção e em suas subpáginas. A seção servidores também possui uma baixa taxa de rejeição (21%). Quanto à seção “Outras”, ela reúne o acesso a todas as outras páginas

do Portal que não foram apresentadas, como o cadastro CEPIM, imóveis funcionais, “saiba mais”, “notícias”, entre outras.

Os dados da tabela 13 foram extraídos diretamente do *Google Analytics* e o critério de extração foi a o primeiro nível de página. Porém, devido às configurações sistêmicas do software e do Portal, a categoria “outras” teve uma proporção bastante elevada. Visando apresentar uma informação mais detalhada, principalmente das informações contidas na categoria “outras”, foi feita uma nova extração do *Google Analytics*, mas dessa vez o critério foi o de páginas acessadas.

Foram obtidos milhares de dados, que tiveram de ser trabalhados para serem posteriormente agrupados. O resultado desse processo é apresentado na próxima tabela. Dados residuais cuja origem não pode ser confirmada, seja por dificuldades no momento do agrupamento, seja por aquelas advindas da própria extração, foram agrupados em uma nova categoria “outros”. Dessa vez, porém, a categoria “outros” da tabela 14 será posteriormente detalhada na tabela 15. O objetivo de agrupar essas informações na categoria “outros” é devido à baixíssima proporção delas no total, além de que a tabela pretende apresentar apenas as 10 seções cujas páginas são as mais acessadas.

Tabela 14 – Acesso ao Portal: por páginas

Seções	Visualizações de página (por mil)	% de visualizações	Visualizações de páginas únicas (por mil)	% de visualizações únicas
Servidores	16.106	61	5.747	49
Despesas Diárias	2.638	10	1.626	14
Transferência de Recursos	1.766	7	488	4
Outros (agregado)	1.267	5	891	8
Página inicial	1.251	5	833	7
Convênios	990	4	600	5
Gastos Diretos	708	3	304	3
Transparência nos Estados e Municípios	642	2	439	4
CEIS	564	2	480	4
Copa 2014	315	1	252	2
Total	26.247	100	11.659	100,0

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

De acordo com os dados, em relação à tabela 13, ocorreram alterações na ordem de quais páginas são mais acessadas. As páginas de servidores continuam dominando tanto a quantidade de visualizações de páginas quanto a quantidade de visualizações de páginas únicas. Em seguida, com uma quantidade bem inferior à consulta de servidores, mais ainda bastante significativa dado o seu volume, são as páginas relacionadas às despesas diárias, correspondendo a pouco mais de 10% em ambos os casos (visualizações e visualizações únicas).

A terceira seção com maior quantidade de páginas acessadas é a da transferência de recursos, que sequer figurava entre as 10 seções mais acessadas da tabela 13. Outro destaque é a quantidade de acessos à página inicial, ou seja, quando o usuário está navegando pelo Portal e decide retornar à sua página inicial. As consultas no Portal, em geral, possuem um elevado nível de detalhamento e para evitar que o usuário tenha que clicar seguidamente no botão “voltar”, ele pode simplesmente utilizar os atalhos (links) existentes no Portal que levam de volta à sua página inicial. Esse é um exemplo que pode explicar essa elevada proporção, o que demonstra também a utilidade, para a usuário, desses links. Esse pode ser visto como um importante facilitador da navegação no Portal.

Pode-se dizer, portanto, dadas as proporções apresentadas, que a grande maioria das páginas e seções visitadas pelos usuários no Portal se concentram em torno de dois assuntos: servidores e despesas. No caso das despesas, os acessos se concentram nas consultas de despesas diárias e transferências de recursos. A respeito dessas, é interessante notar, por exemplo, que a consulta às despesas diárias é limitada a um período de 31 dias, ou seja, quem a acessa está interessado em conhecer, acompanhar, monitorar e/ou fiscalizar as despesas diárias quase que no mesmo momento em que são efetuadas.

Isso mostra que, para aqueles usuários majoritariamente interessados em acompanhar e fiscalizar as despesas do governo federal, a consulta aos gastos diários pode servir como um importante meio de controle social. Ademais, a tempestividade da publicação desses gastos (sempre mostrando informações do dia útil anterior), por parte governo, contribui para que um número maior de cidadãos possa decidir por tomar alguma providência quase que no mesmo momento em que a despesa é realizada.

Por exemplo, uma despesa que foi empenhada ontem e que determinado cidadão considere que necessite ser mais bem detalhada, o aprofundamento dessa averiguação

pode começar rapidamente. Assim, caso ocorra suspeita de irregularidade ou a realização de uma despesa que, inicialmente, aparente não estar de acordo com o interesse público, esse mesmo cidadão pode decidir por tomar alguma atitude, como informar aos órgãos de controle, ao próprio órgão realizador da despesa ou se envolver em outros mecanismos de participação e controle social.

Como contraponto, imagine que o cidadão só possa ter acesso à despesa empenhada hoje por um órgão público daqui a seis meses. Transcorrido esse período, a efetividade das providências adotadas e/ou solicitadas pelo cidadão pode diminuir. O que se está querendo dizer não é que uma possível malversação de recursos públicos nunca será investigada e punida, mas apenas que se o cidadão ou qualquer outro usuário conseguir identificar uma irregularidade no empenho de uma despesa quase que no mesmo momento em que ele é realizado, sua ação poderá evitar com que ocorra a sua liquidação e pagamento. Se ele só tiver acesso a esta informação meses depois, possivelmente a despesa já terá encerrado todo o seu ciclo e, a partir desse momento, ele terá a sua disposição um leque menor de ações que podem ser adotadas.

Já a respeito das consultas ao cadastro de servidores, é possível levantar três possíveis explanações. A primeira seria uma possível curiosidade do usuário em conhecer informações do usuário, principalmente a respeito de sua remuneração. Nesse caso, esse tipo de acesso não estaria relacionado com o uso do Portal para o controle social.

A segunda seria o acesso a tais informações por usuários que pretendem conhecer, principalmente, detalhes a respeito do servidor (e não apenas a sua remuneração), como o seu órgão de origem e de lotação, seu cargo e ocupação de cargos em comissão e funções gratificadas. Tais informações podem ser utilizadas, por exemplo, por usuários que queiram mapear a ocupação de cargos em comissão na administração pública para fins profissionais, de cidadania ou acadêmicos.

Por fim, a terceira seria o caso de cidadãos que acessam essa consulta para conhecer detalhes a respeito de um servidor visando a prática de controle social. Já existem relatos de usuários que levantaram suspeitas a respeito do padrão de vida de um servidor que, teoricamente, não seria compatível com a remuneração que está detalhada no Portal. Tais suspeitas levaram o cidadão a realizar uma denúncia à CGU (KLEBER, 2012).

A próxima tabela apresenta o detalhamento da categoria “outros” da tabela 14.

Tabela 15 – Acesso ao Portal da Transparência: detalhamento da categoria “outros”

Seções	Visualizações de página (por cem)	% de visualizações	Visualizações de páginas únicas (por cem)	% de visualizações únicas
Outros	3.132	25	2.495	28
Despesas (link localizado no canto superior esquerdo)	1.504	12	1.081	12
Apoio à navegação	1.407	11	1.109	13
Consultas temáticas	1.194	9	522	6
Downloads	1.175	9	850	10
Cadastro de expulsões	999	8	662	7
Receitas	928	7	603	7
Menu Informações(1)	886	7	731	8
CEPIM	471	4	283	3
Mensagens de erro	326	3	204	2
Imóveis Funcionais	278	2	65	1
Rede de Transparência	197	2	171	2
Jogos Rio 2016	144	1	100	1
Portal em Gráficos	27	0	24	0
Denuncie	3	0	3	0
Enquete	3	0	2	0
Total	12.675	100	8.906	100

Fonte: Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

Nota: (1) corresponde ao menu “Informações do Portal”, que congrega os seguintes conteúdos: sobre o Portal, dados do Portal, aprenda mais, notícias, controle social e licitações e contratos.

Primeiramente, essa tabela apresenta, novamente, uma categoria “outros” residual, que não pode ser confirmada a origem do acesso a tais páginas. De toda maneira, uma das áreas mais acessadas é a de despesas. Porém, esse dado se refere apenas ao link disponível no canto direito da página inicial do Portal, contido na “aba” Consultas. Ao acessá-la, o usuário se depara com uma breve explicação seguido de um link para uma das quatro divisões da categoria “despesas”: despesas diárias, gastos diários, transferências de recursos e consultas temáticas.

Outra área consultada é a de “apoio à navegação”, que engloba o glossário, links, perguntas frequentes, contato e manual de navegação. Outros destaques são a elevada quantidade de mensagens de erro com as quais o usuário se depara e, infelizmente, uma baixíssima quantidade de acessos à página de “denuncie”. Mais uma vez, destacamos que todos os dados de acesso ao Portal se referem ao período do 10 de fevereiro a 11 de abril de 2014.

5.2 QUEM É O USUÁRIO DO PORTAL?

Este tópico apresenta informações a respeito do perfil do usuário do Portal, incluindo sua localização, dados socioeconômicos e informações sobre engajamento político, associativismo e envolvimento em mecanismos de participação e controle social.

5.2.1 Localização geográfica

O software de pesquisa contava com uma ferramenta que identificava a origem do acesso, fornecendo as seguintes informações: país, estado e cidade⁴. Das 1649 respostas válidas, quase 98% delas vieram do Brasil. É interessante notar que a pesquisa obteve uma relativa repercussão internacional, visto que 33 respostas vieram de usuários do Portal localizados em outros países, como Portugal, Estados Unidos, Argentina, Canadá, El Salvador, México, Nicarágua, Nova Zelândia e diversos outros países europeus, como Reino Unido, Alemanha, França, Itália, entre outros.

Especificamente em relação aos respondentes brasileiros, a próxima tabela apresenta a proporção de respondentes por unidade federativa e os compara com a proporção dos usuários do Portal da Transparência. Os dados demonstram que 63% dos respondentes são de quatro UFs: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses são também as quatro maiores proporções quando se avalia os acessos ao Portal da Transparência.

⁴ A base de dados adquirida para obter a localização geográfica de cada respondente foi a *GeoIP2 Omni Web Service* da *MaxMind*. Em certos casos, a base apontava informações apenas sobre o país e estado, o que já é suficiente para os objetivos da pesquisa. Para cerca de 100 respostas, foi necessário uma segunda checagem em outras bases, para que as informações fossem confirmadas. Para cerca de 50 respostas, não foram obtidos os dados de georeferenciamento.

Tabela 16 – Proporção dos usuários do Portal e dos respondentes da Pesquisa por UF

Unidade Federativa (UF)	Proporção de usuários do Portal (%)	Proporção de respondentes (%)
Distrito Federal	17,1	24,5
São Paulo	13,8	18,8
Rio de Janeiro	11,8	11,2
Minas Gerais	9,4	9,1
Rio Grande do Sul	6,1	3,7
Paraná	5,0	3,4
Pernambuco	4,3	2,7
Bahia	4,1	3,4
Santa Catarina	3,4	4,7
Ceará	3,4	1,8
Goiás	2,6	2,2
Paraíba	2,2	1,8
Rio Grande do Norte	2,2	1,6
Pará	1,9	0,9
Espírito Santo	1,7	1,9
Piauí	1,3	1,4
Maranhão	1,3	0,8
Amazonas	1,3	0,5
Mato Grosso	1,2	1,4
Alagoas	1,2	1,3
Mato Grosso do Sul	1,2	0,5
Tocantins	0,9	0,7
Rondônia	0,8	0,7
Sergipe	0,8	0,6
Amapá	0,4	0,0
Acre	0,3	0,2
Roraima	0,3	0,1
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014) e Google Analytics – Portal da Transparência (2014)

A pesquisa obteve respostas de usuários de todos os Estados brasileiros, com exceção do Amapá.

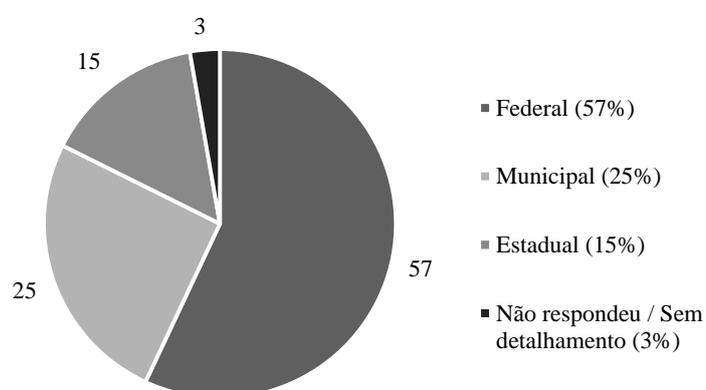
5.2.2 Perfil socioeconômico

As perguntas sobre o perfil socioeconômico estavam no Bloco 5 do questionário.

Quanto ao perfil dos respondentes, 41% são servidores ou empregados públicos, constituindo a ocupação dominante dos respondentes. A segunda maior categoria corresponde à de estudantes, com 14%, seguida de assalariados do setor privado, com 11%. Um destaque foi o baixo percentual de respondentes cuja ocupação atual está relacionada às atividades que possuem ligação com participação e controle social, que é a de “empregado de organização da sociedade civil / trabalho voluntário / ativista social”, totalizando apenas 3,4% dos respondentes.

Dado que a categoria dominante é a de servidores/empregados públicos, o próximo gráfico traz alguns detalhamentos sobre essa ocupação. Ele mostra a sua proporção por esfera de governo, de maneira que os servidores/empregados federais correspondem à maioria (57%), mas existe uma proporção razoável (25%) de servidores municipais.

Gráfico 9 – Proporção de servidores/empregados públicos por esfera



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Complementarmente, dos respondentes que se identificaram como servidores/empregados públicos, se o critério for o de Poder, a grande maioria é do Poder Executivo, correspondendo a quase 90%. Dado que o principal objetivo do Portal é fornecer transparência aos gastos do Poder Executivo Federal, espera-se que a maioria dos usuários servidores sejam mesmo os do Poder Executivo.

Dentre os servidores do Poder Executivo, 51% dos servidores/empregados são da esfera federal, enquanto que 35% deles são do Executivo Estadual e Municipal.

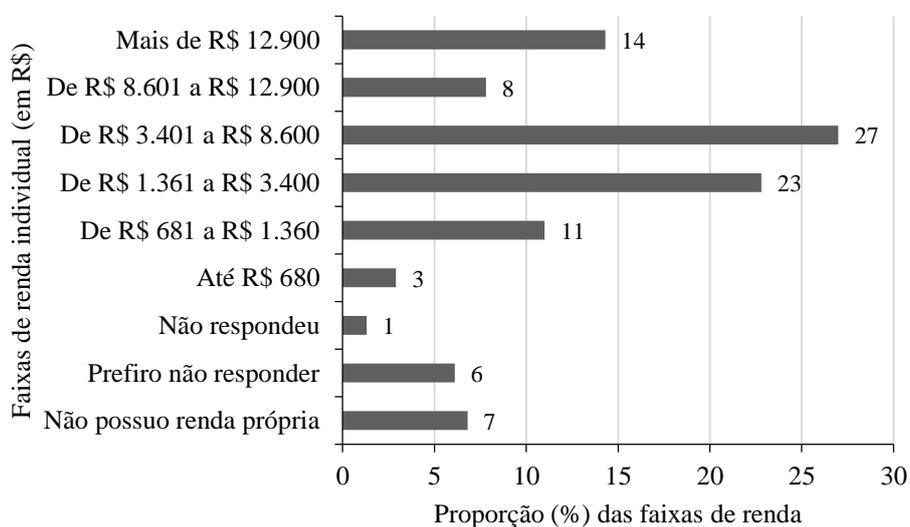
Esses dados corroboram esse entendimento de que os servidores do Executivo são os que mais acessam o Portal. No caso do Executivo estadual e municipal, o maior interesse pode recair nas transferências para estados e municípios. Já no caso dos servidores federais, a amplitude de interesses pode ser um pouco maior, já que o leque de informações sobre gastos federais é bem mais ampla.

Quanto ao gênero, grande parte dos respondentes é formada por respondentes do gênero masculino (61%), enquanto que as mulheres correspondem à cerca de 35%.

A respeito da escolaridade, existe uma alta proporção de respondentes (70%) que possuem ensino superior completo, incluindo os que possuem pós-graduação (*lato* ou *strictu sensu*). Se somarmos os que possuem ensino superior incompleto, esse percentual sobe para quase 85%. Os que possuem ensino médio, completo ou incompleto, somam apenas cerca de 10%.

Quanto ao critério de renda individual bruta mensal, o gráfico 10 ilustra a proporção das faixas de renda dos respondentes desta pergunta.

Gráfico 10 – Proporção das faixas de renda individual bruta mensal dos respondentes⁵



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Segundo os dados do gráfico, se considerarmos que uma renda baixa corresponde a salários menores que 680 reais (1 salário mínimo⁶), que a renda média

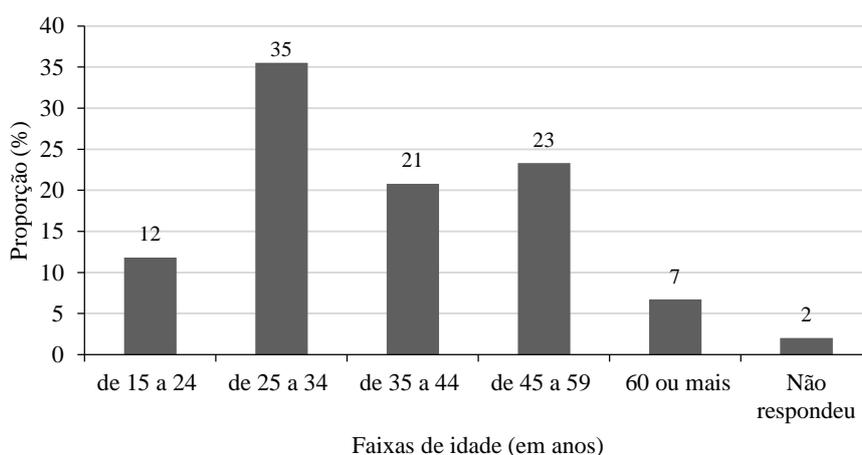
⁵ Pergunta: “Qual é a sua renda individual bruta mensal?”

⁶ O valor do salário mínimo adotado neste trabalho é o de 2013, que corresponde a R\$ 680,00.

engloba as faixas de 681 a 1.360 reais (1 a 2 SM) e 1.361 a 3.400 reais (2 a 5 SM) e renda alta as superiores a 3.401 reais (5 ou mais SM), temos que quase metade dos respondentes (49%) possuem alta renda. Os de renda média correspondem a pouco mais de 30%.

Ao cruzarmos essas faixas de renda com as ocupações dos respondentes, encontramos que os extremos possuem perfis bem definidos. Dentre os que recebem até 680 reais, 66% dos integrantes dessa faixa de renda são estudantes. Já dentre aqueles que recebem mais de R\$ 12.900,00, 70% são servidores/empregados públicos. Para as demais faixas de renda, a maior proporção é também de empregados/servidores públicos, porém com um percentual menor. A respeito da idade, o gráfico 11 ilustra as faixas de idade dos respondentes.

Gráfico 11 – Proporção das faixas de idade dos respondentes⁷



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

A faixa de idade com a maior proporção de respondentes é a de 25 a 34 anos, correspondendo a 35% do total. Se agruparmos essa faixa com a seguinte, encontramos que mais da metade dos respondentes (57%) estão na faixa de 25 a 44 anos. É interessante notar o relativo baixo uso do Portal pela população jovem, de até 24 anos (apenas 12%). De toda maneira, a média de idade dos respondentes é de 38 anos e a mediana, de 35 anos.

⁷ Pergunta: “Qual a sua idade?”

Sendo assim, de acordo com as informações apresentadas nesta seção, podemos estabelecer um resumo desses achados a respeito do perfil dos respondentes:

- 41% são servidores/empregados públicos, 14% são estudantes e 11% assalariados do setor privado;
- Dentre os servidores/empregados públicos, 57% são da esfera federal e quase 90% trabalham no Poder Executivo;
- 61% são homens;
- 70% possuem ensino superior completo e/ou pós-graduação (*lato e strictu sensu*);
- Quase 50% possuem alta renda (superior a 3.401 reais ou 5 ou mais SM) e;
- 57% possuem de 25 a 44 anos, sendo que a média de idade é de 38 anos e a mediana, 35.

De acordo com esses dados, pode-se concluir que o perfil dos respondentes se aproxima com o da segunda corrente a respeito da participação digital e democracia eletrônica. Isso quer dizer que o perfil dos respondentes espelha o perfil daqueles que já participam tradicionalmente (off-line). A internet, nesse caso, tem apenas reforçado o comportamento e a participação dos cidadãos já politicamente engajados, visto que o perfil encontrado é de respondentes de alta renda e escolaridade, ou seja, que já são incluídos digitalmente. Esse entendimento se aproxima também do modelo da centralidade da participação política. Sobre ele, Avelar (2007, p. 270) afirma que:

(...) a participação na política seria apenas mais um atributo dos indivíduos de maior centralidade, aqueles com maiores recursos materiais (dinheiro) e simbólicos (prestígio, educação), essências do arsenal de vantagens sociais e psicológicas que proveem um capital de autoconfiança aos indivíduos (...).

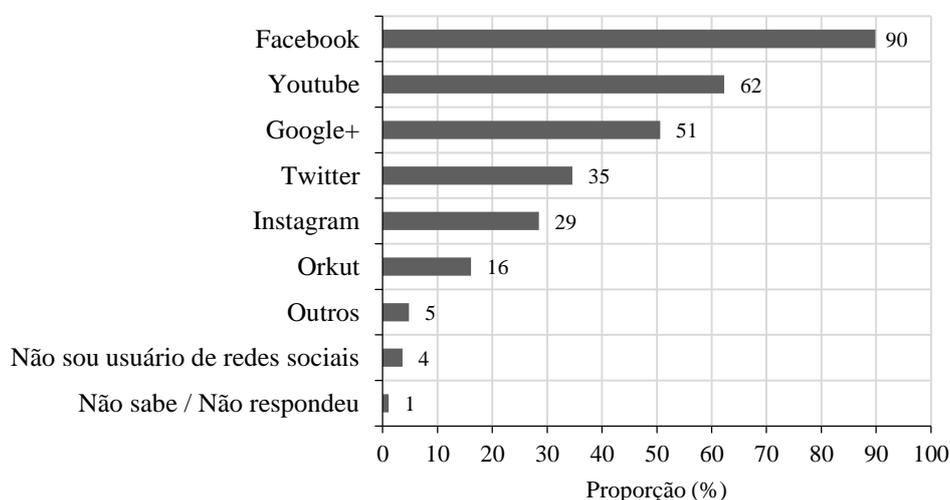
Por outro lado, conforme apresentado nos pressupostos teóricos, a terceira corrente que trata de participação digital considera que a internet teria condições de mobilizar aqueles que estão fora do debate e do engajamento político. Uma das maneiras de identificar essa tendência é a maior presença dos jovens na rede (BORGE; CARDENAL, 2011) (QUINTELIER; VISSERS, 2008) (FRASER; DUTTRA; 2008). Essa presença, porém, não foi confirmada, visto que os jovens respondem por apenas 11,8%, o que corrobora a ideia de que o perfil dos respondentes é similar ao perfil do cidadão que já participam da política.

5.2.3 Perfil participativo e engajamento social⁸

Destacamos que o conjunto de dados e informações apresentados nesta seção são de essencial importância para o mapeamento do perfil participativo e social, engajamento em grupos e associações, envolvimento em redes sociais, importância da internet para buscar informações políticas, opinião dos respondentes sobre a democracia e a influência que ele pode ter no sistema político.

A respeito do engajamento em redes sociais, apenas cerca de 5% dos respondentes não sabem, não responderam ou não são usuários de redes sociais. O percentual de respondentes que participam de redes sociais foi considerado altíssimo, em torno de 95%, sendo que 90% deles são usuários do Facebook, a rede social mais utilizada (gráfico 12). A média de pertencimento às redes sociais é de 2,8 e a mediana é igual a 3, sendo que quase 80% dos respondentes são usuários de 2 ou mais redes sociais.

Gráfico 12 – Proporção de utilização das redes sociais⁹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

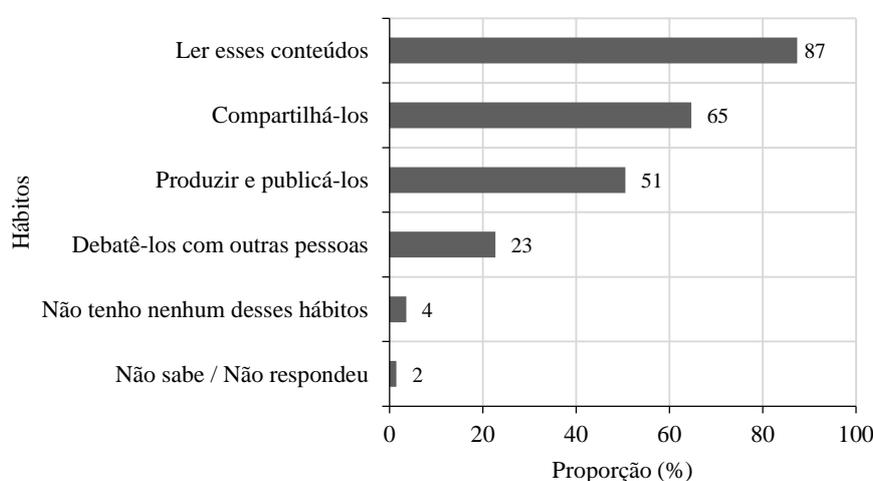
Outra pergunta do bloco 5 procurava captar o debate sobre temas políticos na internet e nas redes sociais. O objetivo era saber os hábitos que os respondentes têm na

⁸ As perguntas sobre os temas desta seção estavam, majoritariamente, no Bloco 1 e 4 do questionário, sendo que uma pergunta estava no Bloco 5 (questão sobre redes sociais).

⁹ Pergunta: “Você é usuário(a) de quais redes sociais?”

internet ou nas redes sociais, considerando apenas conteúdos que tratem de temas políticos (gráfico 13). Os dados mostram que o hábito mais recorrente, comum a 87% dos respondentes, é de ler esses conteúdos. O compartilhamento e a produção e publicação de conteúdos com temas políticos também são comuns à maioria dos respondentes.

Gráfico 13 – Proporção dos hábitos que os respondentes possuem na internet e nas redes sociais¹⁰



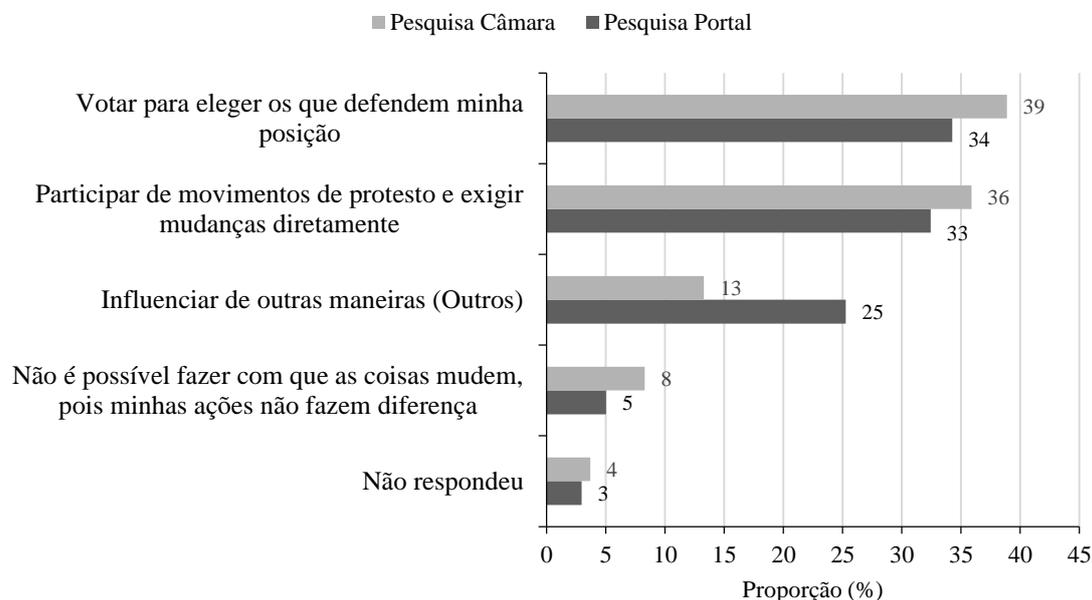
Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Entretanto, o hábito de debater com outras pessoas, que pode demonstrar um maior engajamento e participação na internet, possui uma proporção bem menor (23%). Quanto à quantidade de hábitos que os respondentes possuem, a média é de 2,25, sendo que a mediana é igual a 2. Além disso, 26% dos respondentes possuem apenas um desses hábitos e apenas 18% deles possuem os quatro.

Uma das perguntas iniciais do questionário era adotada pelo LAPOP (2008) e também foi feita no questionário da Pesquisa de Avaliação do Portal da Câmara dos Deputados, conduzida por Stabile (2012). O gráfico 14 apresenta o comparativo entre os achados da Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência e da Câmara dos Deputados.

¹⁰ Pergunta: “Na internet ou nas redes sociais, considerando apenas conteúdos que tratem de temas políticos, você tem o hábito de:”

Gráfico 14 – Comparativo entre respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara acerca de formas de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira¹¹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014) e Stabile (2012)

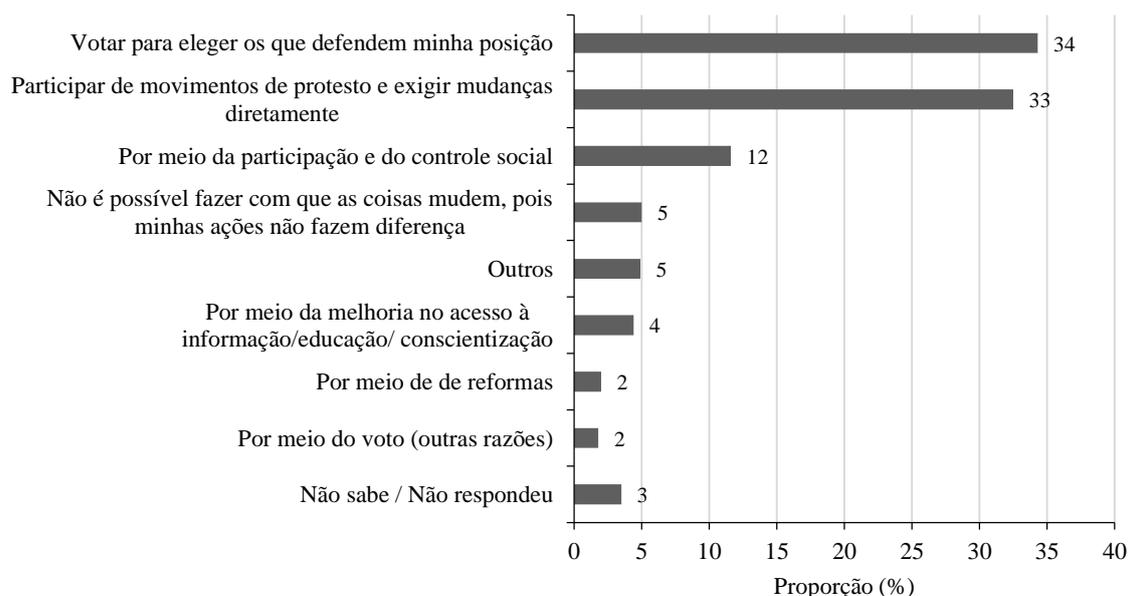
Os resultados demonstram que tanto os respondentes do Portal da Transparência quanto os da Câmara acreditam que o voto é a melhor forma de influenciar e realizar mudanças no Brasil. Porém, essa atitude não é a dominante, pois ambos os perfis de respondentes concordam que participar de movimentos e exigir mudanças diretamente é quase tão importante quanto o voto. No caso dos usuários do portal Câmara, essa diferença é de cerca de 4%. Para os respondentes da pesquisa do Portal, ela é menor ainda, sendo de 1,9%.

Quanto ao perfil de usuários que são indiferentes, no caso dos respondentes do Portal, a proporção é pequena (5%) e menor que a dos usuários do portal da Câmara. Por fim, a diferença mais marcante é em relação a opção “outros” da pergunta, que era apresentada como “influenciar de outras maneiras. Quais?”. A diferença entre as proporções é quase que o dobro, sendo que a do Portal alcança 25% dos respondentes. Portanto, no caso do questionário aplicado no Portal, essa pergunta não se mostrou das mais adequadas, visto que as opiniões dos respondentes não se refletiam nas alternativas. Em números absolutos, essa opção obteve 417 respostas e teor delas foi

¹¹ Pergunta: “Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira?”

analisado. O resultado desse processo foi a criação de novas alternativas para a apresentação dessa pergunta (gráfico 15).

Gráfico 15 – Proporção das formas de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014) e Stabile (2012)

Os resultados encontrados foram bastante interessantes. Com esses novos achados, 12% dos respondentes consideraram que a melhor forma de influenciar e realizar mudanças na política brasileira é por meio da participação e do controle social, como por meio da realização de discussões, envolvimento em mecanismos de participação, fiscalização das atividades e obras públicas e a realização de denúncias.

Outro achado é que 4% dos respondentes consideraram que a melhor forma seria por meio da melhoria no acesso à informação, melhoria da educação e da conscientização política e ética da sociedade. Alguns ainda mencionaram que a melhor forma seria por meio da realização de reformas, como a Reforma Política e mudanças e alterações na legislação, como no Código Civil, no Código Penal, na legislação eleitoral e criação de regras mais rígidas para o combate à corrupção.

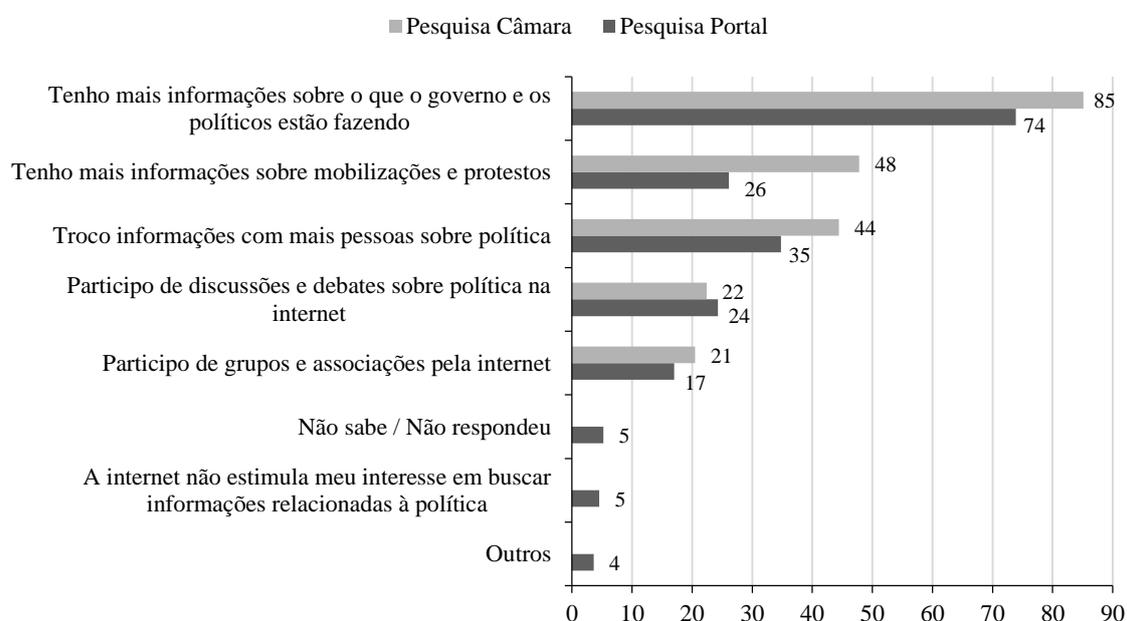
Outros mencionaram que a melhor forma seria também por meio do voto, mas por outras razões que não “para eleger aqueles que defendem minha opinião”, como votar nos candidatos que defendam mudanças estruturais, que escolham o melhor para a

coletividade ou que defendam “ações corretas”. Esse detalhamento mereceu destaque, uma vez que denota uma qualidade do perfil dos respondentes que coaduna com a essência do Portal, ou seja, de cidadãos que mostram interesse em participar e em realizar o controle social, além de outras medidas, como ampliar o acesso à informação e melhorar a educação e a conscientização ética dos indivíduos.

Outra pergunta do questionário procurava explorar os motivos pelos quais a internet estimularia o interesse do respondente em buscar informações relacionadas à política. O gráfico 16 apresenta os resultados comparados com aqueles da Pesquisa com os usuários da Câmara; porém, não havia dados para todas as categorias de resposta. De acordo com Stabile (2012), as opções de resposta representavam um *continuum*, que ia desde o aspecto informacional, de utilização da internet para se informar melhor, até o participativo, de efetiva participação online.

Ou seja, (1) há um “estágio” informacional puro, de caráter individual, (2) seguido de um aspecto informacional no qual já existe interação com outras pessoas e (3) um estágio informacional no qual ocorre a troca de informações sobre processos participativos. Em seguida, temos a dimensão participativa, sendo que há o (4) estágio de participação visando a discussão e ampliação da circulação de informações e o (5) de participação efetiva online, por meio do envolvimento em grupos e associações digitais.

Gráfico 16 – Comparativo entre respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara a respeito dos motivos pelos quais a internet estimula o interesse em buscar informações políticas¹²



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014) e Stabile (2012)

Vale destacar que essa pergunta era de múltipla resposta, ou seja, o respondente poderia marcar mais de uma alternativa. Ainda assim, a tendência dos usuários de ambos os Portais é parecida, ou seja, há uma maior valorização do aspecto informacional e, à medida que há a passagem da dimensão informacional para a participativa, há uma diminuição na proporção. De maneira geral, os usuários do Portal da Câmara se mostraram mais interessados em se informar e participar.

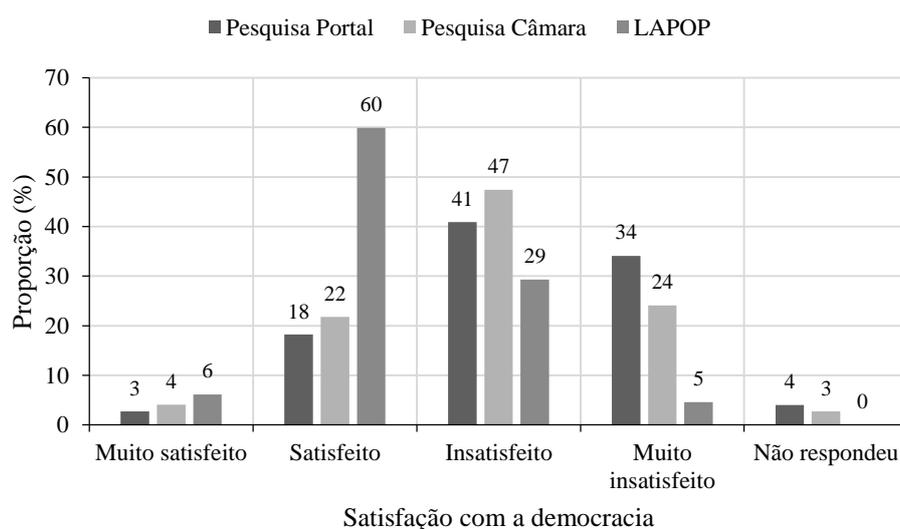
Vale destacar a quantidade desses motivos elencadas pelos respondentes da pesquisa do Portal. A média de motivos apontados pelos respondentes é de 1,79 e a mediana igual a 1. Ou seja, quase 75% deles apontaram até dois motivos pelos quais a internet estimula o seu interesse em buscar informações políticas. A única dimensão na qual os respondentes da pesquisa do Portal se sobressaem é na de participação de discussões e debates sobre política na internet, ainda que a diferença seja muito pequena, de 2%.

¹² Pergunta: “Por quais motivos a internet estimula seu interesse em buscar informações relacionadas à política?”

Entretanto, essas diferenças podem ocorrer devido a não existência das categorias de “não sabe / não respondeu”, “a internet não estimula meu interesse em buscar informações relacionadas à política” e “outros” no questionário da Câmara. A respeito da categoria “outros”, dentre as respostas que puderam ser agrupadas, destacam-se a de respondentes que utilizam a internet para o trabalho, faculdade ou para pesquisa (0,8%) e aqueles que a utilizam para obter e trocar informações em geral (1,1%).

A respeito da satisfação do respondente da pesquisa com o funcionamento da democracia no país, apenas 21% deles se mostraram satisfeitos (gráfico 17).

Gráfico 17 – Comparação da satisfação com o funcionamento da democracia entre a amostra do Portal, do portal da Câmara e amostra de brasileiros¹³



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014), Stabile (2012) e LAPOP (2012)

Por outro lado, a grande maioria dos respondentes – 75% – está insatisfeita com a democracia. O gráfico apresenta dados da Pesquisa com os usuários da Câmara e os resultados do survey com brasileiros (LAPOP, 2012). 26% dos usuários do Portal da Câmara estão satisfeitos com a democracia, enquanto que 71% deles estão insatisfeitos. Tais percentuais são bastante similares aos da amostra dos usuários do Portal. Em

¹³ Pergunta: “De maneira geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?”

relação aos brasileiros, os dados são quase que o inverso para os demais, ou seja, 66% deles estão satisfeitos e 34% insatisfeitos.

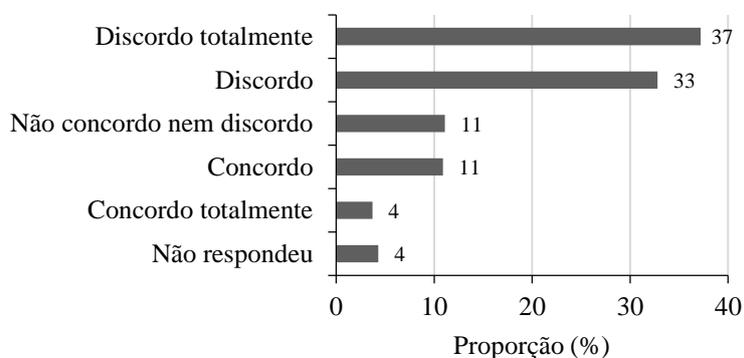
O objetivo dessa pergunta não é abordar especificamente partidos, instituições públicas, econômica, governos e serviços públicos, mas sim obter do respondente uma avaliação geral e conjuntural de quanto satisfeito ele está com o funcionamento da democracia, incluindo diversos aspectos, no seu país. Essa questão, dada a sua generalidade, pode detectar flutuações na opinião pública.

Ainda assim, é interessante notar que, mesmo que as medições entre a Pesquisa do Portal (2014) e a da Câmara (2012) tenham quase dois anos de diferença, os percentuais são bastante próximos e distintos da do LAPOP (2012). Isso pode revelar que o cidadão que está engajado na rede, que valoriza a participação online e acessa o Portal da Transparência se mostra mais crítico com o funcionamento da democracia. Norris (2011) considera que uma das explicações para o déficit democrático é que atualmente existe uma lacuna entre aspiração e satisfação com a democracia.

Para ela, os cidadãos têm se mostrado mais críticos e céticos quando avaliam suas próprias democracias. Ora, se os cidadãos avaliam mal a democracia, mas estão se envolvendo em portais do Legislativo e de transparência, esse fato revela que eles estão procurando formas distintas de participar, já que podem não se sentir representados por instâncias tradicionais da política, como os partidos políticos (INGLEHART, 1999). Nesse contexto, a participação online pode ser uma forma alternativa de se envolver politicamente.

Outra maneira de se explorar os potenciais da participação é por meio da eficácia externa e interna. Ambas foram exploradas em perguntas do questionário e são apresentadas nos gráficos 18 e 19 respectivamente.

Gráfico 18 – Proporção de concordância/discordância com a frase: “Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu penso”¹⁴



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

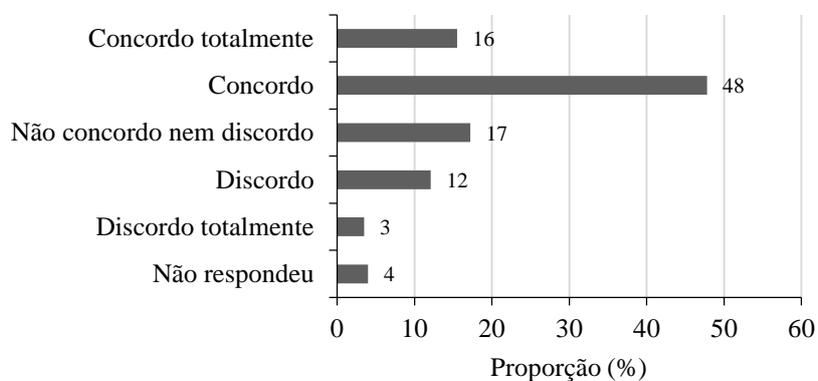
O gráfico 18 apresenta os resultados para a eficácia externa, ou seja, se o indivíduo acha que o sistema permite que ele tenha influência e impacto. Trata-se de uma medida de percepção e os respondentes da pesquisa do Portal se mostraram bastante céticos, já que 70% deles não concordam com a afirmação e apenas 15% concordaram. Isso quer dizer que esses respondentes acreditam que não são capazes de influenciar o sistema político, visto que acham que os governantes não se interessam pelo que pensam. Quando comparado com os resultados do LAPOP (2012)¹⁵, os percentuais são parecidos (66% discordam e 20% concordam), o que demonstra que esse pensamento não é exclusivo dos respondentes da pesquisa do Portal, mas dos brasileiros de maneira geral.

Resultado diverso é o apresentado no gráfico 19, que apresenta a eficácia interna, ou seja, se o indivíduo acha que ele é capaz de influenciar ou impactar o sistema político. Nesse quesito, 64% dos respondentes consideraram conhecer bem os assuntos políticos mais importantes do país, enquanto que apenas 15% discordaram dessa afirmação.

¹⁴ Pergunta: “Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da frase abaixo: ‘Eu sinto que entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país’”.

¹⁵ A pergunta do LAPOP era: “EFF1. Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. As respostas variavam de acordo com uma escala de 1 a 7, sendo que 1 representava “discorda muito” e o 7, “concorda muito”.

Gráfico 19 – Proporção de concordância/discordância com a frase: “Sinto que eu entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país”¹⁶



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Por outro lado, em relação aos resultados do LAPOP (2012)¹⁷, apenas 28% concordam com a afirmação, enquanto que 54% discordam. Isso demonstra que os respondentes da pesquisa do Portal se sentem mais bem informados do que a população brasileira em geral. Destacamos que essa questão perpassa a questão do acesso à informação, pois compreender e entender bem os assuntos políticos do país é condição essencial para uma participação política efetiva. Portanto, a eficácia interna demonstra que a maioria dos respondentes se considera informada a respeito dessas questões, o que lhes condiciona serem capazes de poder influenciar o sistema político.

Novamente, essas questões perpassam o debate teórico e evidenciam o déficit democrático proposto por Norris (2001), ou seja, os cidadãos se mostram profundamente céticos e críticos a respeito de sua democracia, apesar de ainda terem aspirações e valorizarem a democracia. Esse descompasso ocorre porque tais indivíduos não se sentem representados e se mostram críticos para com as atuais instituições públicas tradicionais. A eficácia externa comprova essas críticas, já que os cidadãos acham que o sistema não permite que sejam capazes de influenciar o sistema político,

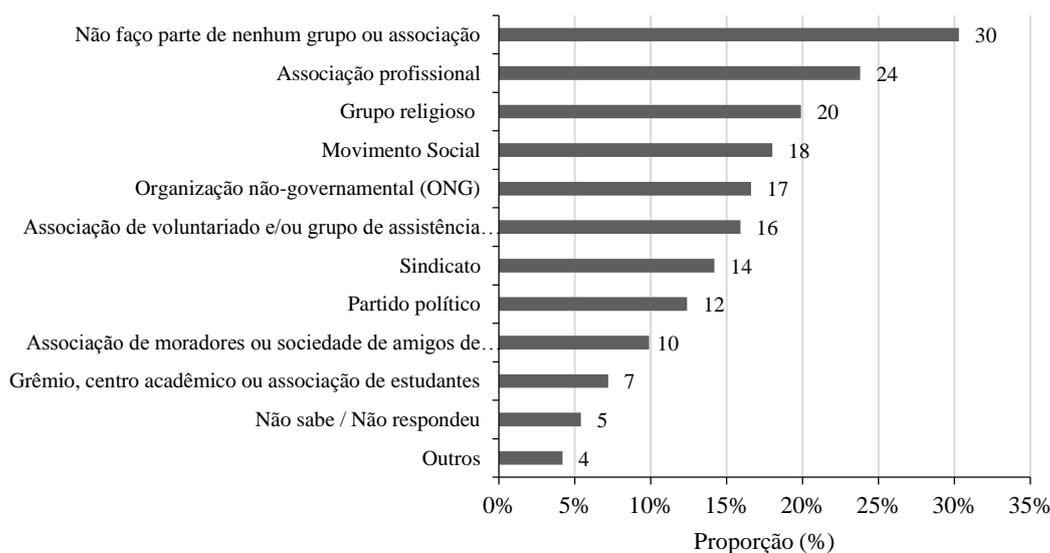
¹⁶ Pergunta: “Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da frase abaixo: ‘Eu sinto que entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país’”.

¹⁷ A pergunta do LAPOP era: EFF2. “O(A) sr./sra. sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. As respostas variavam de acordo com uma escala de 1 a 7, sendo que 1 representava “discorda muito” e o 7, “concorda muito”.

enquanto que a eficácia interna demonstra que, apesar disso, eles se consideram preparados para que possam influam na vida política do país.

Outra maneira bastante comum de se estudar o perfil participativo da sociedade é por meio do pertencimento à grupos e associações. O gráfico 20 apresenta esses dados para os respondentes da Pesquisa do Portal. Os dados revelam que quase um terço (30%) não fazem parte de nenhum grupo ou associação. É notório destacar que aqueles que participam estão envolvidos com grupos considerados tradicionais, como associações profissionais (24%) e grupos religiosos (20%). Outro destaque é para o relativo alto percentual de cidadãos que participam de movimentos sociais (18%).

Gráfico 20 – Proporção de respondentes que participam ou não de grupos e associações¹⁸

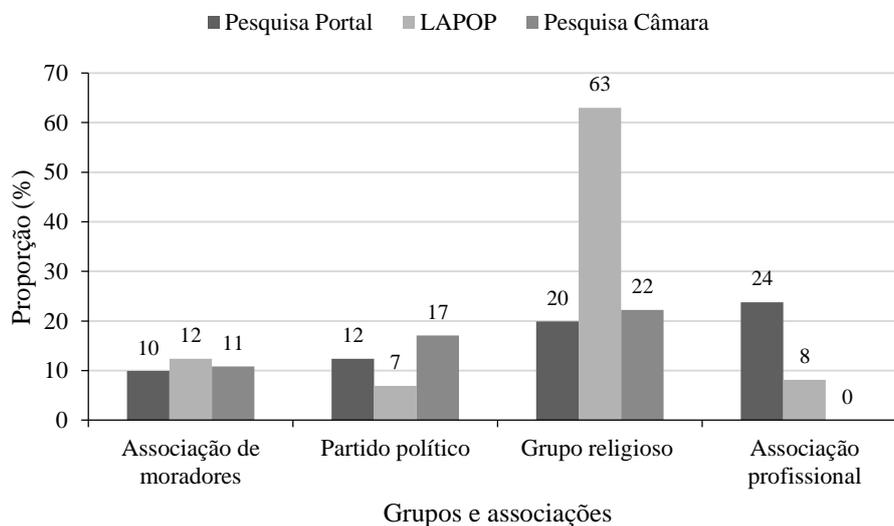


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Para se ter uma ideia da relação do perfil da amostra dos usuários do Portal com o dos brasileiros e dos usuários do Portal da Câmara, o gráfico 21 apresenta uma comparação para os grupos e associações para os quais havia dados. No caso da Câmara, não havia dado para a categoria “associação profissional”.

¹⁸ Pergunta: “Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses:”

Gráfico 21 – Comparação entre o pertencimento a grupos e associações por parte dos brasileiros e dos respondentes da Pesquisa do Portal e da Câmara



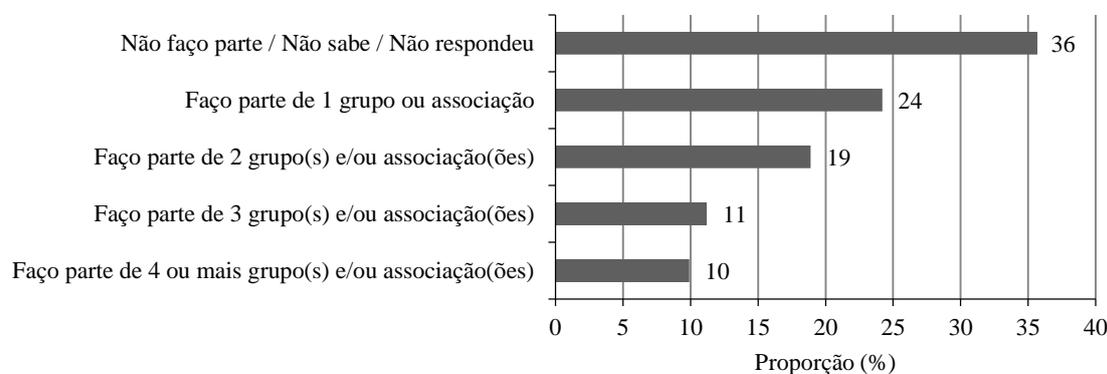
Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014), Stabile (2012) e LAPOP (2012)

Como se percebe, os respondentes da pesquisa do Portal se envolvem mais em associações profissionais, enquanto que o LAPOP¹⁹ identificou que os brasileiros se envolvem mais em associação de moradores e grupos religiosos, com uma grande diferença percentual neste último caso. Ainda assim, não há diferenças significantes entre os três casos para os cidadãos que participam de associações de moradores.

Em relação aos partidos políticos, os usuários da Câmara possuem o maior percentual (17%), o que talvez possa ser explicado por ser um portal de uma Casa do Legislativo. Consequentemente, espera-se que o perfil de alguns de seus usuários se relacione com as atividades da Câmara dos Deputados. Outra métrica importante é a proporção da quantidade de grupos e associações que os respondentes fazem parte ou já participaram (gráfico 22).

¹⁹ A pergunta disponível no questionário do LAPOP (2012) era “(...) Por favor, diga se o(a) sr./sra. assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca”.

Gráfico 22 – Proporção quantidade de grupos e associações que os respondentes fazem parte ou participaram



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

O gráfico demonstra que 36% não fazem parte, não responderam ou não sabem, enquanto que 43% dos respondentes fazem parte de até dois grupos ou associações e apenas 21% de três ou mais. Considerando essa contagem, a média de participação em grupos e associações é de 1,42 e a mediana igual a 1.

Assim como na seção anterior, podemos estabelecer uma consolidação desses resultados sobre o perfil político e associativismo do respondente:

- Quase 90% dos respondentes são usuários de redes sociais, sendo que 80% deles utilizam 2 ou mais redes sociais. A rede social mais utilizada é o Facebook, seguido do YouTube e do Google+.
- Na internet e nas redes sociais, mais da metade dos respondentes (87%) possuem os hábitos de ler conteúdos que tratam de temas políticos, compartilhá-los (65%) e produzir e publicá-los (51%). Porém, apenas 23% deles os debatem com outras pessoas. 50% dos respondentes possuem até dois desses hábitos e apenas 18% possuem os quatro.
- 34% dos respondentes consideraram que a melhor forma de influenciar e realizar mudanças na política brasileira é por meio do voto, para eleger aqueles que defendem a sua posição. 33% acreditam que a melhor forma é participando de movimentos e exigindo mudanças diretamente e outros 12% acreditam que é por meio da participação e do controle social.

- De maneira geral, os respondentes alegam que os motivos pelos quais a internet estimula o seu interesse em buscar informações relacionadas à política são mais de caráter informacional e, em menor proporção, os motivos de caráter participativo. 74% dos respondentes alegaram que ter mais informações sobre o que o governo e os políticos estão fazendo é um desses motivos, enquanto que apenas 17% deles consideram que é para participar de grupos e associações pela internet.
- 75% dos respondentes alegaram estar insatisfeitos com a democracia.
- 70% deles discordam da frase “os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu pensam”, o que demonstra que a grande maioria dos respondentes acha que o sistema não permite que eles tenham influência no sistema político.
- Por outro lado, 64% consideraram conhecer bem os assuntos políticos mais importantes do país, o que indica que esses indivíduos acham que podem ter condições de influenciar o sistema político.
- Por fim, 64% deles participam de grupos e/ou associações e o grupo com a maior proporção são as associações profissionais. 43% dos respondentes fazem parte de até dois grupos ou associações e 21% de três ou mais, sendo que a média de participação em grupos e associações é de 1,42 e a mediana igual a 1.

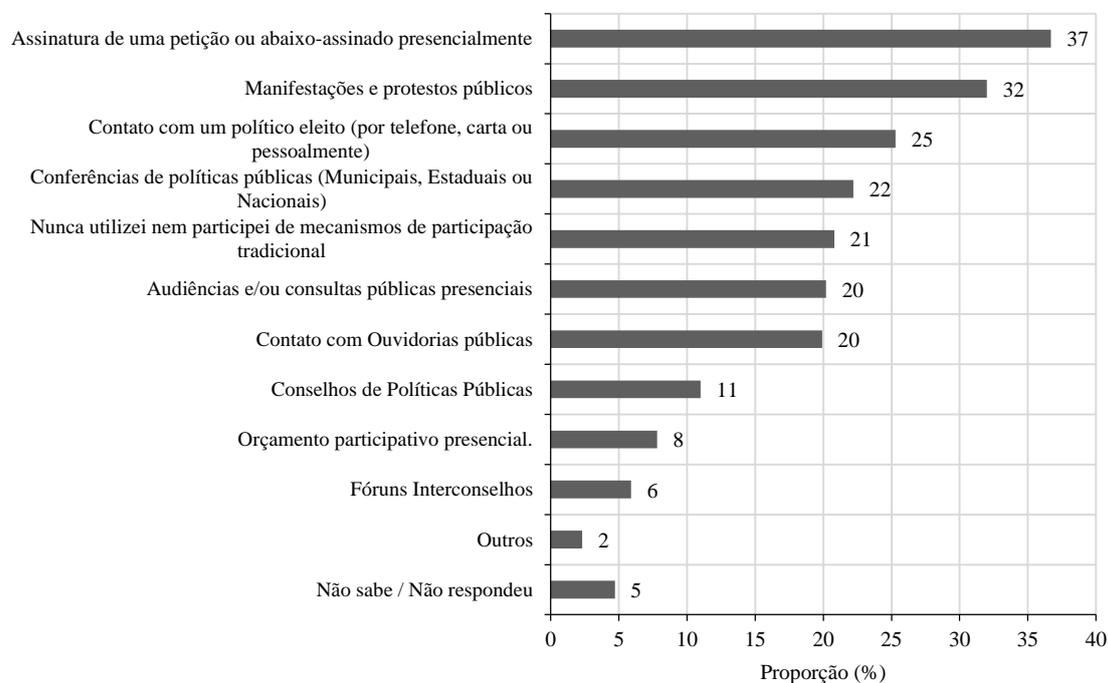
5.2.4 Denúncias e mecanismos de participação e controle social²⁰

Esta seção aprofunda alguns aspectos do perfil participativo dos usuários, com destaque para a realização de denúncias, engajamento em mecanismos de participação política e controle social e a avaliação quanto a efetividade desses instrumentos.

Quanto aos mecanismos de participação e controle social, eles foram divididos em duas categorias: online e off-line. Quanto aos primeiros, quase 75% dos respondentes já se envolveram com pelo menos um desses mecanismos.

²⁰ As questões que exploram esses elementos estavam nos blocos 1 e 4.

Gráfico 23 – Proporção do engajamento dos respondentes em mecanismos de participação off-line²¹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

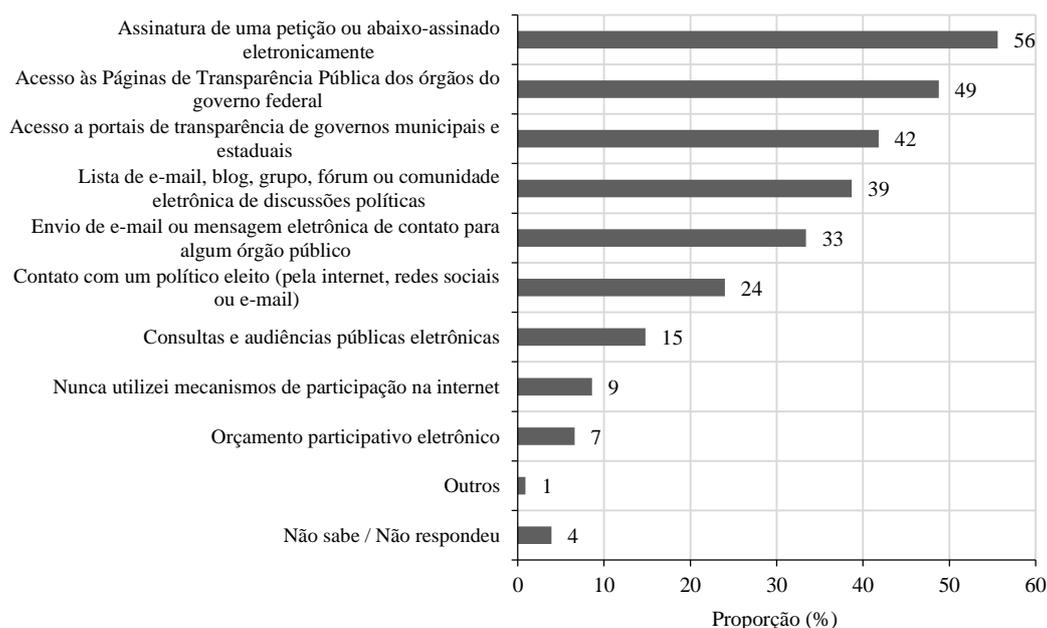
O gráfico 23 mostra que os mecanismos mais recorrentes foram a assinatura de petição ou abaixo assinado presencialmente (37%), a participação em manifestações e protestos públicos (32%) e contato com um político eleito (25%). A respeito da contagem de utilização desses mecanismos, temos que a média foi 1,83 e a mediana igual a 1. 44% dos respondentes utilizaram até dois mecanismos, enquanto que 30% utilizaram 3 ou mais.

Sobre a participação em manifestações e protestos, cabe uma ressalva de que no Brasil, desde o ano de 2013, tem ocorrido uma série de manifestações e protestos públicos com pautas diversificadas, tais como críticas aos gastos com a Copa do Mundo, a necessidade de combate à corrupção e a destinação de mais recursos para a saúde e educação. É possível que esse dado reflita o referido momento (a pesquisa ficou no ar de 10/02 a 11/04/2014), ainda que não se pretenda aprofundar essa hipótese neste trabalho.

²¹ Pergunta: “Assinale os mecanismos tradicionais de participação que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses”.

O gráfico 24 apresenta a proporção de engajamento em mecanismos de participação online.

Gráfico 24 – Proporção do engajamento dos respondentes em mecanismos de participação online²²



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

No caso dos mecanismos online, apenas 13% dos respondentes não responderam, não sabem ou não utilizaram tais ferramentas. Assim como na participação off-line, a assinatura de uma petição ou abaixo assinado pela internet obteve a maior frequência de utilização, sendo utilizada por mais da metade dos respondentes (56%). Na contagem da quantidade de mecanismos utilizados, os respondentes afirmaram utilizar um maior número deles quando comparado com os presenciais, visto que a média foi de 2,64 e a mediana de 2. É interessante notar que 40% deles utilizaram até dois mecanismos, enquanto que 48% utilizaram 3 ou mais.

Os respondentes afirmaram também fazer grande uso das páginas de transparência pública dos órgãos do governo federal (49%), que são websites onde são publicados dados próprios dos órgãos, como informações sobre diárias e passagens de seus servidores e a execução orçamentária, contratos, convênios e licitações firmadas

²² Pergunta: “Em relação à participação na internet, assinale os mecanismos que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses”.

pela instituição. O gráfico demonstra que há uma grande utilização de portais estaduais e municipais de transparência (42%), visto que muitas informações sobre os gastos públicos mais próximos da realidade dos cidadãos.

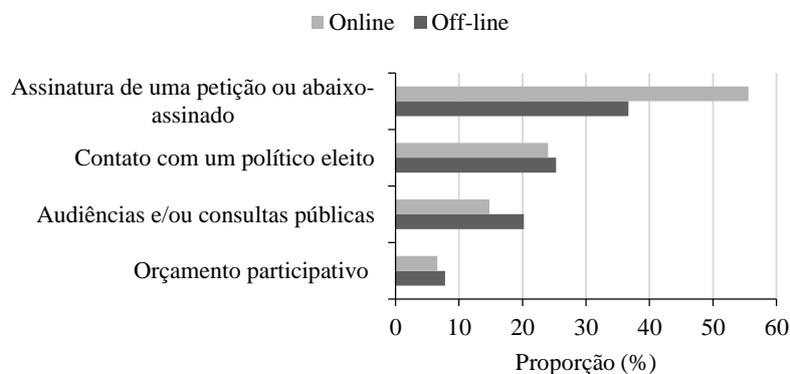
De toda maneira, nota-se que os respondentes utilizam ferramentas de transparência (Portal, páginas de transparência e portais estaduais e municipais de transparência) que são complementares entre si, demonstrando que há um interesse pela obtenção de informações dos gastos públicos de todas as esferas de governo e de órgãos específicos.

Observamos que 39% dos respondentes utilizam listas de e-mail, blog, grupo, fórum ou comunidade eletrônica de discussões políticas. Esses são os únicos mecanismos de participação da lista criados, geridos e mantidos pela própria sociedade apresentados na pesquisa, não constituindo mecanismos institucionais de participação e controle social. O LAPOP (2012) realizou uma pergunta²³ com enfoque mais específico, mas ainda assim pode ser elucidativo compará-los. Nesse caso, apenas 6,8% dos brasileiros afirmaram participar de alguma lista de e-mails que discutiu algum tema político.

Vale lembrar, no geral, que os mecanismos de participação e controle social online são mais utilizados (apenas 13% não os utilizam) e os respondentes se engajam, em média, com uma maior quantidade deles. Ainda sobre tais instrumentos, o gráfico 25 compara aqueles que existem tanto na modalidade online quanto off-line.

²³ “BRAWWW3. Nos últimos doze meses o sr./sra. participou em alguma lista de e-mails que discutiu algum tema político?”

Gráfico 25 – Comparação da proporção de mecanismos que existente na modalidade online e off-line

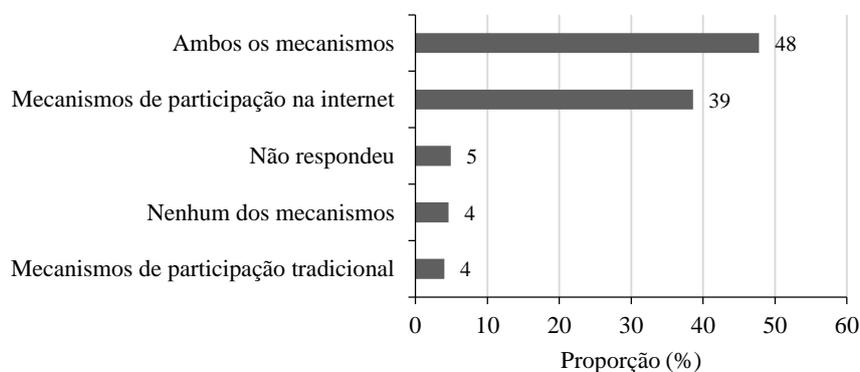


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Entretanto, no que se refere à utilização dos mecanismos que estão disponíveis tanto online quanto off-line, os respondentes, ainda que utilizem ambos, preferem se engajar com os disponíveis presencialmente. Por outro lado, as diferenças percentuais não são altas, exceto na única exceção desse caso, que é a assinatura de uma petição ou abaixo-assinado. A maior proporção de petições online pode ser explicada pelo fato de a organização e propagação dessas listas ser muito mais fácil em meio digital do que físico.

Foi demandado também aos respondentes quais desses mecanismos estimularia mais o interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos (gráfico 26).

Gráfico 26 – Mecanismos que estimula(m) mais interesse do usuário em exercer o controle social²⁴

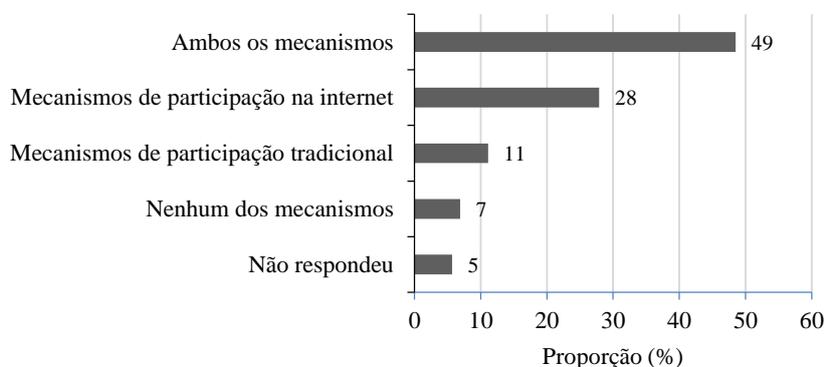


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Os dados demonstram que ambos os mecanismos estimulam o interesse dos respondentes em praticar o controle social. Porém, é notável a diferença entre aqueles que possuem uma preferência consolidada. Quase 40% deles possuem clara preferência pelos mecanismos de participação na internet, enquanto que apenas 4% deles preferem os tradicionais (off-line).

Em relação aos mecanismos que os respondentes acreditam ser mais eficaz no controle social, novamente, quase metade dos respondentes afirmou que ambos os mecanismos são eficazes nesse processo (gráfico 27). Essa preferência sinaliza o reconhecimento da importância e complementaridade entre tais mecanismos. Já dentre os respondentes que possuem uma preferência clara a respeito de um deles, os mecanismos de participação na internet ainda possuem uma maior proporção (28%).

²⁴ Pergunta: “Considerando os mecanismos de participação tradicional e na internet, qual(is) deles estimula(m) mais o seu interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos?”

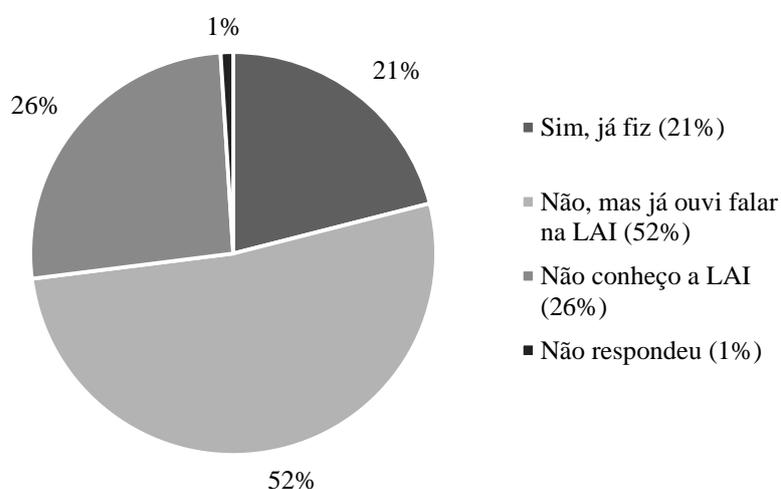
Gráfico 27 – Proporção dos mecanismos que são mais eficazes para o controle social²⁵

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Portanto, é válido notar que quase metade dos respondentes consideram que ambos mecanismos (online e off-line) estimulam mais o interesse dos respondentes e são mais eficazes no controle social. Porém, para aqueles que têm uma preferência acerca de um deles, em ambas as perguntas os mecanismos online foram os escolhidos pelos respondentes.

Outra pergunta que revela a utilização de um mecanismo de participação e controle social é aquela que trata da realização de um pedido de acesso à informação por meio da LAI (gráfico 28).

²⁵ Pergunta: “É qual(is) deles você acredita que é mais eficaz no controle social?”

Gráfico 28 – Proporção de realização de pedidos de acesso à informação²⁶

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Dentre os respondentes, 21% já realizaram um pedido de acesso à informação. É notório destacar o conhecimento que os respondentes possuem a respeito da LAI, visto que apenas 26% deles não a conhece. De toda maneira, quando se entende que o Portal da Transparência é um website de transparência ativa e a LAI configura o principal instrumento de transparência passiva, o fato de quase 26% dos respondentes do Portal não conhecerem a LAI enfraquece a complementaridade e a potencialidade da transparência pública nas suas dimensões ativa e passiva.

Ainda assim, quando cruzamos a frequência de acesso ao Portal com a pergunta sobre a realização de pedido de acesso à informação, 64% dos respondentes que nunca o acessaram também não conhecem a LAI. A título de comparação, 33% dos respondentes que acessaram o Portal uma única vez não conhecem a LAI. Essa análise demonstra que, quem acessa o Portal, na sua grande maioria, ao menos conhece a LAI também.

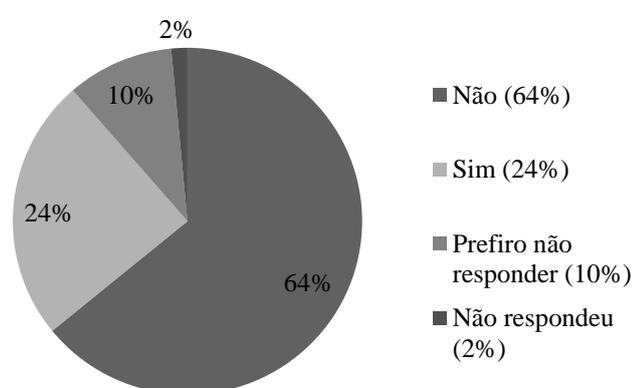
Tendo em vista que 75% dos respondentes do Portal utilizam mecanismos de participação off-line e mais de 85% deles utilizam os mecanismos online, é importante entender um pouco melhor a dinâmica de outro aspecto que pode complementar a atuação de tais instrumentos. Em determinados casos, a utilização desses mecanismos

²⁶ Pergunta: “Você já fez algum pedido de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)?”

de participação e controle social se mostra insuficiente, o que exige a adoção de outras medidas, como a realização de denúncias.

As perguntas sobre denúncia estavam no bloco 4 do questionário. A respeito da realização de denúncias de irregularidades contra o Poder Público, apenas 24% dos respondentes responderam que já tinham feito ao menos uma (gráfico 29).

Gráfico 29 – Proporção de realização de denúncias²⁷

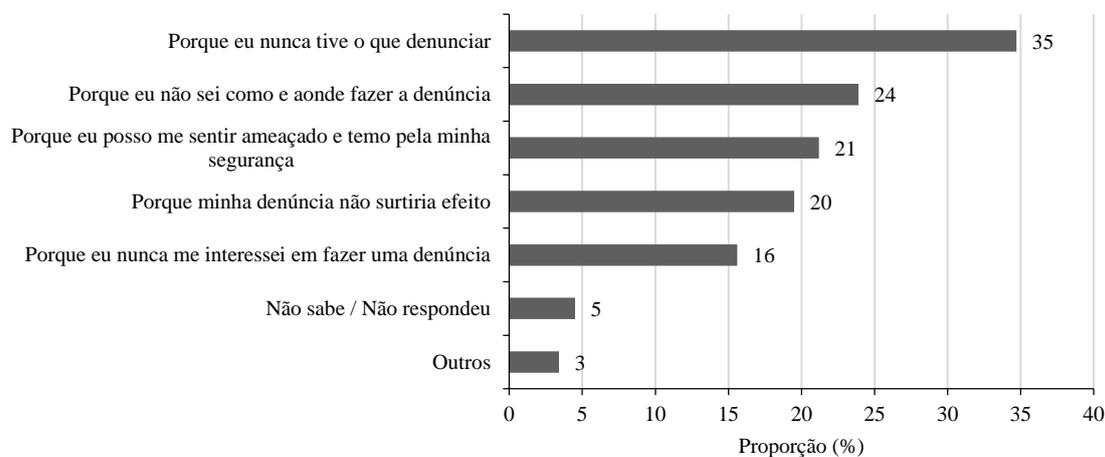


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

De acordo com a resposta dada nessa pergunta, um conjunto distinto de questões era mostrado em seguida aos respondentes. Para aqueles que responderam “não”, foi demandado o motivo de nunca ter feito e as opções e locais onde fariam uma denúncia caso decidissem por realizá-la. Para aqueles que já fizeram ao menos uma, foi demandado a percepção deles a respeito da efetividade da denúncia e as opções e locais onde foi(foram) feita(s) a(s) denúncia(s).

A respeito do primeiro elemento, o gráfico 30 detalha a proporção dos motivos para nunca ter feito uma denúncia. O motivo com a maior proporção é de que o respondente nunca teve o que denunciar, seguido da falta de conhecimento de como e onde realizar a denúncia. É válido mencionar alguns motivos que surgiram na categoria “outros”, como o cidadão não ter provas suficientes para realizar a denúncia e a burocracia existente para isso.

²⁷ Pergunta: “Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?”

Gráfico 30 – Proporção dos motivos de nunca ter feito uma denúncia²⁸

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Sobre a segunda razão, pode-se partir do pressuposto que a complexa estrutura administrativa pública no Brasil contribua para isso, pois o cidadão pode ter conhecimento de um fato, mas não saber quem detém a competência para investigá-lo nem conhecer os meios pelos quais a denúncia poderia ser veiculada. Outro fato que pode dificultar a realização da denúncia é justamente essa questão dos meios, visto que 21% dos respondentes afirmaram que pode se sentir ameaçado e temer pela sua segurança. A possibilidade de realização de denúncias anonimamente pode suavizar essa questão, mas o cidadão pode permanecer inseguro quanto ao meio de veiculação, já que, por exemplo, uma denúncia feita pelo computador pode ser rastreada por meio do IP.

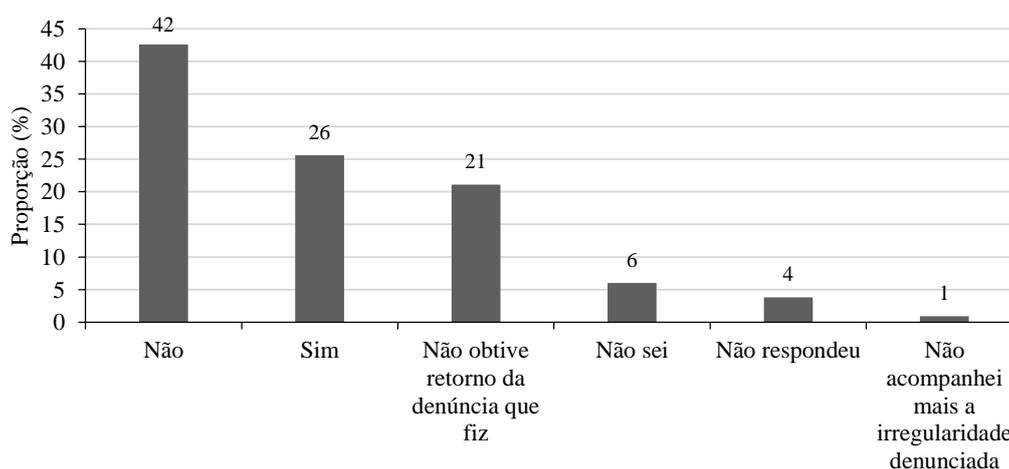
Outro destaque é que, apesar de ser uma pergunta que permitia a marcação de mais de uma alternativa, apenas 18% dos respondentes alegaram existir mais de um motivo para a não realização de denúncias (a mediana é igual a 1 e a média é de 1,19). Ou seja, para a grande maioria deles, existe um motivo preponderante para não realizarem denúncias.

Já para aqueles que já fizeram ao menos uma denúncia, quase metade (42%) deles acha que sua denúncia não surtiu efeito e o Poder Público não tomou as providências necessárias (gráfico 31). Esse é um dado considerável, pois demonstra

²⁸ Pergunta: “Por que você nunca fez uma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?”

certo descrédito na capacidade do Poder Público de, ao menos, averiguar se aquelas suspeitas de irregularidades se confirmam.

Gráfico 31 – Proporção da percepção de efetividade da denúncia realizada²⁹



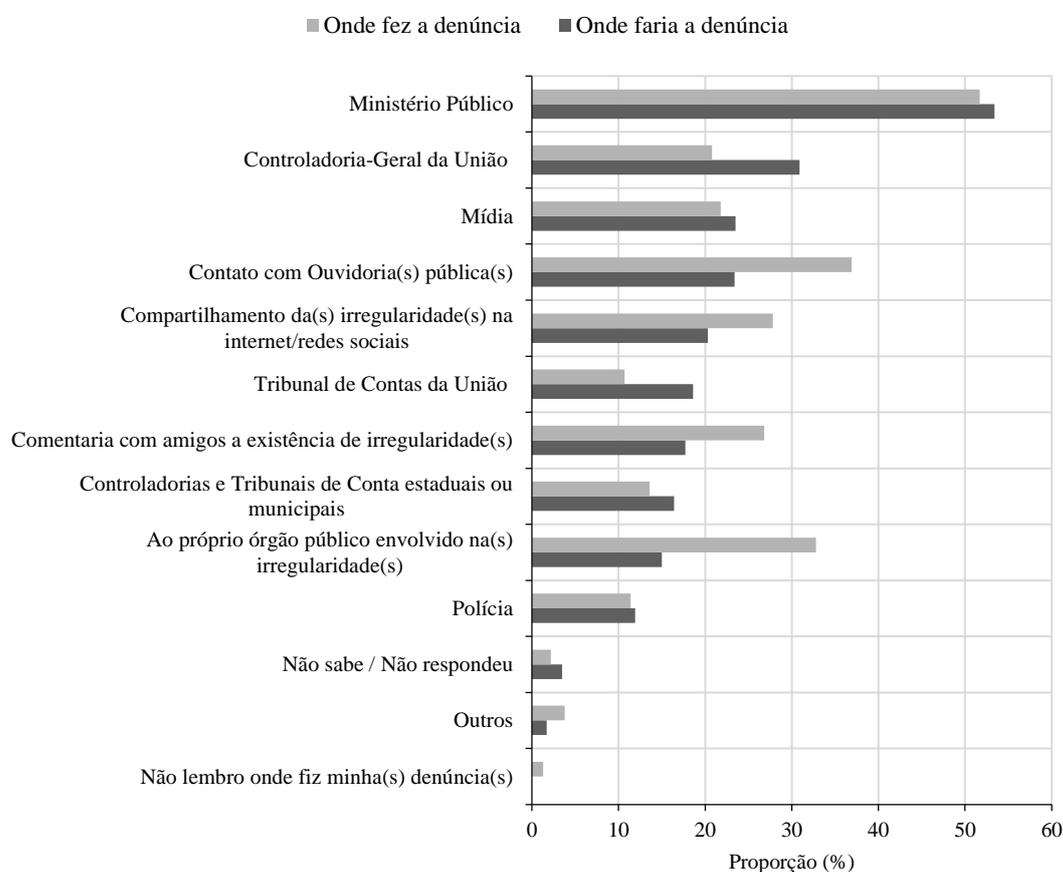
Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Outro dado é que 21% consideram que não obtiveram nenhum retorno da denúncia realizada. Nesse ponto, está em jogo justamente a capacidade do Poder Público de prestação de contas de suas atividades, ainda mais quando se trata de uma demanda advinda da sociedade. Em que pese essa afirmação, isso pode ocorrer pelo caráter anônimo da maioria das denúncias, o que impede que o respondente possa ser contatado e informado sobre as providências adotadas. Nesses casos, talvez a única solução seja por meio do acompanhamento do caso, de notícias veiculadas na mídia e comunicados, relatórios e documentos produzidos e publicados pelo órgão público em questão. Por outro lado, 26% dos respondentes acham que a denúncia teve efeito e as providências foram tomadas.

Havia uma questão que demandava os locais onde foram feitas ou onde poderiam ser feitas as denúncias. No caso dos locais onde fariam tais denúncias, é importante destacar que dependeria também do tipo da irregularidade. O próximo gráfico apresenta o comparativo das proporções dessas informações.

²⁹ Pergunta: “Você acha que sua denúncia surtiu efeito e o Poder Público tomou as providências necessárias? Considere apenas a última denúncia feita.”

Gráfico 32 – Comparativo da proporção de opções e locais de realização de denúncias pelos respondentes³⁰



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Mais da metade dos respondentes fizeram (52%) ou fariam (53%) sua denúncia no Ministério Público, instituição responsável pela defesa do regime democrático, da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Vale destacar que o Ministério Público é o responsável em promover a ação pena pública, promover a ação civil pública e o inquérito civil, de maneira a proteger o patrimônio público e social.

Em seguida, para aqueles que não fizeram denúncias, a CGU é apontada por quase 31% dos respondentes como outro local de destaque. Para os que fizeram denúncias, a CGU foi escolhida por 21% dos respondentes, mas ela figura apenas em 7º lugar dentre as maiores proporções.

³⁰ Perguntas: “Marque as opções e locais onde foi/foram feita(s) sua(s) denúncia(s)” e “Se você tivesse interesse em fazer uma denúncia, onde faria ou a quem comunicaria?”.

Uma possível explicação para essa diferença é que o participante da pesquisa estava respondendo um *websurvey* organizado pela UnB, mas em parceria com a CGU. Por exemplo, em uma resposta aberta, um respondente afirmou que depois da pesquisa, iria começar a consultar mais informações sobre a CGU. Ou seja, um órgão que tem se mostrado interessado na opinião dos cidadãos, por meio dessa pesquisa, pode fazer com que eles comecem a visitar o Portal, acompanhar notícias da CGU e até começar a denunciar suspeitas de irregularidades no gasto público federal para este órgão.

Outro destaque é para as ouvidorias públicas, que se mostraram como um importante veículo de encaminhamento de denúncias. As ouvidorias foram utilizadas por 37% dos respondentes e é a segunda opção de maior proporção entre aqueles que já fizeram denúncias. A comunicação ao próprio órgão público envolvido nas irregularidades é a terceira maior proporção dentre os que já realizaram denúncias, sendo escolhida por 28% deles. Essa é uma modalidade interessante, pois sinaliza que uma parcela dos denunciantes acredita que o próprio órgão tem condições de dar encaminhamento à denúncia.

Existe também uma quantidade significativa de pessoas que denunciaram as irregularidades por meio de redes sociais, principalmente por aqueles que já as fizeram (33%). Atualmente, no Brasil, tem se observado uma série de situações, como obras públicas mal geridas, buracos em vias públicas e suspeitas de corrupção, que são registradas por usuários nessas redes e em questão de horas atingem uma grande quantidade de compartilhamentos.

Apesar de não ser um mecanismo formal de denúncia, as repercussões delas têm mobilizado o Poder Público a tomar providências. Vale ressaltar que, apesar da rapidez desta modalidade, caso uma possível irregularidade seja publicada na internet sem a devida averiguação, esse fato pode acarretar problemas para o denunciado e o denunciante, como na hipótese de uma denúncia falsa. Outro mecanismo informal é a comunicação das irregularidades para amigos. Isso demonstra que os respondentes se incomodam com a irregularidade a tal ponto de comentar com outras pessoas (27% dentre os que fizeram e 18% dentre os que não fizeram denúncias).

Quanto à quantidade de locais e opções de veiculação de denúncias, no caso dos que já realizaram pelo menos uma, temos que a média é igual a 2,58 e dos que nunca fizeram, 2,32. A mediana, em ambos os casos, é igual a 2. Para os que utilizaram ou utilizariam 3 ou mais opções/locais para realização de denúncias, os percentuais são

muito parecidos: 41% para os que já fizeram denúncias e 39% para os que as fariam. Ou seja, em termos de quantidade de opções e locais para a realização de denúncias, não há diferenças significativas entre os que fizeram e não fizeram.

Assim como nas seções anteriores, abaixo segue um resumo dos principais achados acerca da realização de denúncias e envolvimento em mecanismos de participação online e off-line por parte dos respondentes:

- Quase 75% dos respondentes já se envolveram com pelo menos um dos mecanismos de participação off-line, sendo que os mais recorrentes foram a assinatura de petição ou abaixo assinado presencialmente (37%), a participação em manifestações e protestos públicos (32%) e o contato com um político eleito (25%). Quanto à quantidade de mecanismos que os respondentes se envolvem, a média foi 1,83 e a mediana igual a 1. Dos respondentes, 44% utilizaram até dois mecanismos, enquanto que 30% utilizaram 3 ou mais.
- No caso dos mecanismos online, 87% já se envolveram com pelo menos um desses instrumentos, sendo que os mais recorrentes são a assinatura de uma petição ou abaixo assinado pela internet (56%), acesso às páginas de transparência pública de órgãos federais (49%) e acesso a portais de transparência estaduais e municipais (42%). Quanto à quantidade de mecanismos que os respondentes se envolvem, a média foi de 2,64 e a mediana igual a 2. Dos respondentes, 40% utilizaram até dois mecanismos, enquanto que 48% utilizaram 3 ou mais.
- Quase metade dos respondentes considera que ambos os mecanismos estimulam o seu interesse em exercer o controle social (48%) e os consideram ser mais eficazes no controle social (49%). Para aqueles que possuem preferência formada para essas questões, a opção escolhida foram os mecanismos online para ambos os casos (interesse – 39% - e eficácia – 28%).
- Apenas 21% dos respondentes já realizaram um pedido de acesso à informação. 52% deles não fizeram pedidos, mas já ouviram falar da LAI.
- Apenas 24% dos respondentes alegaram já ter feito pelo menos uma denúncia.
- Para aqueles que nunca fizeram uma denúncia, o motivo mais recorrente é de que o respondente nunca teve o que denunciar (35%), seguido da falta de conhecimento e como e onde realizar a denúncia (24%). Apenas 18% dos

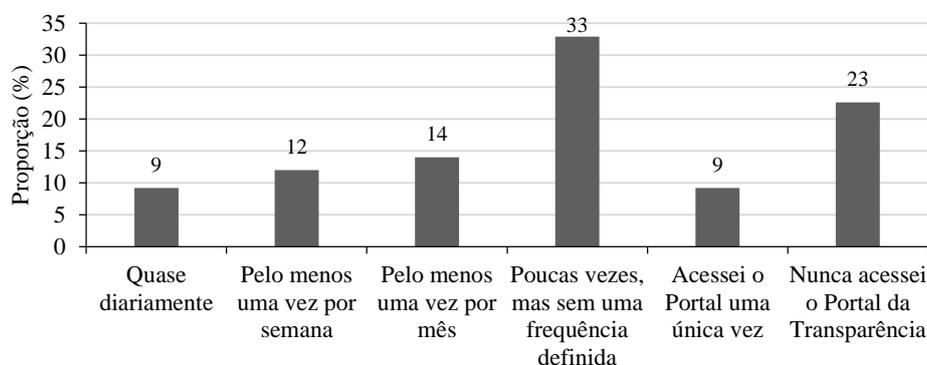
respondentes alegaram existir mais de um motivo para a não realização de denúncias (a mediana é igual a 1 e a média é de 1,19). Para eles, a opção/local mais recorrente na qual fariam uma denúncia seria o Ministério Público (53%), seguido da CGU (31%) e da mídia (23%).

- Para os que já realizaram uma denúncia, quase metade (42%) dos respondentes acha que ela não surtiu efeito e o Poder Público não tomou as providências necessárias. Por outro lado, 26% dos respondentes acham que a denúncia teve efeito e as providências foram tomadas. Para eles, a opção/local mais recorrente de realização de denúncia era o Ministério Público (52%), seguido do contato com ouvidorias públicas (37%) e a comunicação com o próprio órgão envolvido nas irregularidades (33%).
- Os respondentes também realizam ou realizariam denúncias em mecanismos informais e não institucionalizados, como o compartilhamento das irregularidades nas redes sociais e a comunicação de ocorrência deles para amigos.
- Em termos de quantidade de opções e locais para a realização de denúncias, não há diferenças significativas entre os que fizeram e os que não as fizeram. A mediana, em ambos casos, é igual a 2. Para os que utilizaram ou utilizariam 3 ou mais opções/locais para realização de denúncias, os percentuais são muito parecidos: 41% para os que já fizeram denúncias e 39% para os que as fariam.

5.3 O QUE O USUÁRIO ACESSA NO PORTAL?³¹

Inicialmente, foi demandado aos usuários a frequência com que eles acessavam o Portal (primeira pergunta – P01 – do bloco 1). O gráfico 33 indica que 33% dos respondentes acessam o Portal poucas vezes, mas sem uma frequência definida.

³¹ As perguntas sobre os conteúdos acessados e a frequência e perfil de acesso ao Portal estavam no bloco 2 do questionário, sendo que uma das perguntas estava no bloco 1. Vale lembrar, conforme apresentado no capítulo dos aspectos metodológicos, existiam dois cenários de resposta para a pesquisa. Caso na primeira pergunta do bloco 1 (P01) o usuário respondesse que “nunca acessei o Portal da Transparência”, ele responderia apenas duas perguntas no bloco 2 e não responderia o bloco 3. Caso ele respondesse qualquer uma das outras cinco alternativas dessa primeira pergunta, ele responderia normalmente todo o bloco 2 e 3.

Gráfico 33 – Proporção da frequência de acesso ao Portal da Transparência³²

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Ademais, 21% dos respondentes o acessam com uma frequência elevada, ou seja, quase diariamente ou ao menos uma vez por semana. Tais informações foram cruzadas com uma pergunta do bloco 2 que identificava a característica do perfil de acesso do usuário. Existiam 8 opções de respostas para esta pergunta. A tabela 17 detalha a proporção de cada um desses perfis de acesso.

Tabela 17 – Frequência de acesso ao Portal por tipo de perfil³³

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Cidadão(ã), por curiosidade e/ou para conhecer os gastos públicos	377	32,6
Cidadão(ã), para acompanhar e/ou fiscalizar os gastos públicos	363	31,3
Profissional do setor público, para obter informações para o meu trabalho	209	18,0
Pesquisador(a) ou estudante, para acessar os dados do Portal da Transparência	77	6,6
Membro de organização da sociedade civil, para obter informações para o meu trabalho	44	3,8
Profissional do setor privado, para obter informações para o meu trabalho	43	3,7
Jornalista, para obter informações para o meu trabalho	9	0,8
Outros	14	1,2
Não sabe / Não respondeu	22	1,9
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

³² Pergunta: “Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?”

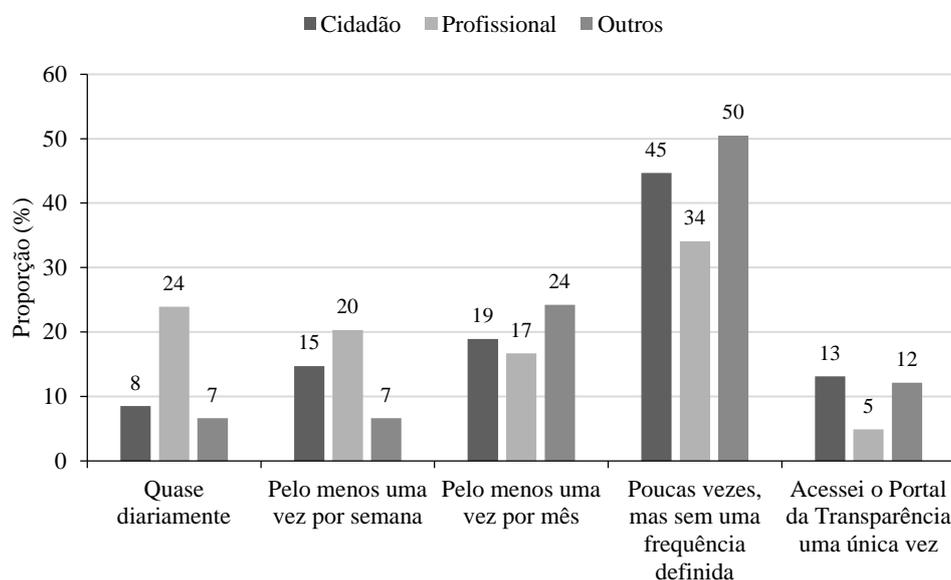
³³ Pergunta: “Você acessa o Portal da Transparência principalmente como um(a):”

Uma ressalva é de que foi a baixa proporção de jornalistas que responderam a pesquisa. Sabe-se, pela quantidade de matérias que são publicadas utilizando dados do Portal e a frequência com que eles entram em contato com a CGU a respeito do Portal, que esse número de jornalistas não é representativo. As oito alternativas dessa pergunta foram agrupadas em três categorias no gráfico 34 e em outras análises deste trabalho:

- Perfil cidadão: 1-por curiosidade e/ou para conhecer os gastos públicos e 2-para acompanhar e/ou fiscalizar os gastos públicos;
- Perfil profissional: 3-do setor privado, 4-do setor público, 5-jornalista, 6-ativista social ou membro de organização da sociedade civil para obter informações para o trabalho;
- Outros: 7-pesquisador e/ou estudante e a categoria “8-outros” da pergunta.

No agregado por perfil, cerca de 65% dos respondentes que acessam o Portal o fazem na qualidade de cidadãos, seja para conhecer ou acompanhar os gastos públicos (33%) ou com um objetivo mais específico e ligado ao controle social, que é o de acompanhar e fiscalizá-los (32%). 27% dos respondentes acessam tendo em vista fins profissionais. A categoria de acesso “outros” possui uma baixa proporção, de apenas 8% dentre o total de perfis.

Gráfico 34 – Proporção da frequência de acesso ao Portal por perfil de acesso



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Para os três perfis de acesso, acessar poucas vezes o Portal, sem uma frequência definida é a periodicidade de acesso mais recorrente. Apenas 23% dos cidadãos o acessam periodicamente, ou seja, quase diariamente ou pelo menos uma vez por semana. Como era esperado, no caso do acesso para fins profissionais, a proporção de acesso periódico é mais elevada, sendo de 44%, enquanto que a proporção do acesso cidadão é de 23%.

Em comparação com a pesquisa efetuada com os usuários do Portal da Câmara dos Deputados, os percentuais foram bastante similares (fins de cidadania: 67,6% e fins profissionais: 24,3%) (STABILE, 2012). Da mesma maneira que nessa pesquisa, uma possível justificativa para a predominância do acesso cidadão é a mesma fornecida por Stabile (2012, p. 67):

Uma possível explicação é a de que o cidadão comum teve maior predisposição para responder à pesquisa, tanto pelo maior tempo livre quanto pelo maior interesse em ter uma atitude de “participação *on-line*”. O fato de que o “cidadão comum” tenha-se submetido à pesquisa qualifica ainda mais a amostra, na medida em que se coletou a opinião daquele que deveria mais se beneficiar com o processo de participação *on-line*.

Para a análise dos perfis de acesso, é importante esclarecer qual é a ocupação desses perfis de usuários (tabela 18).

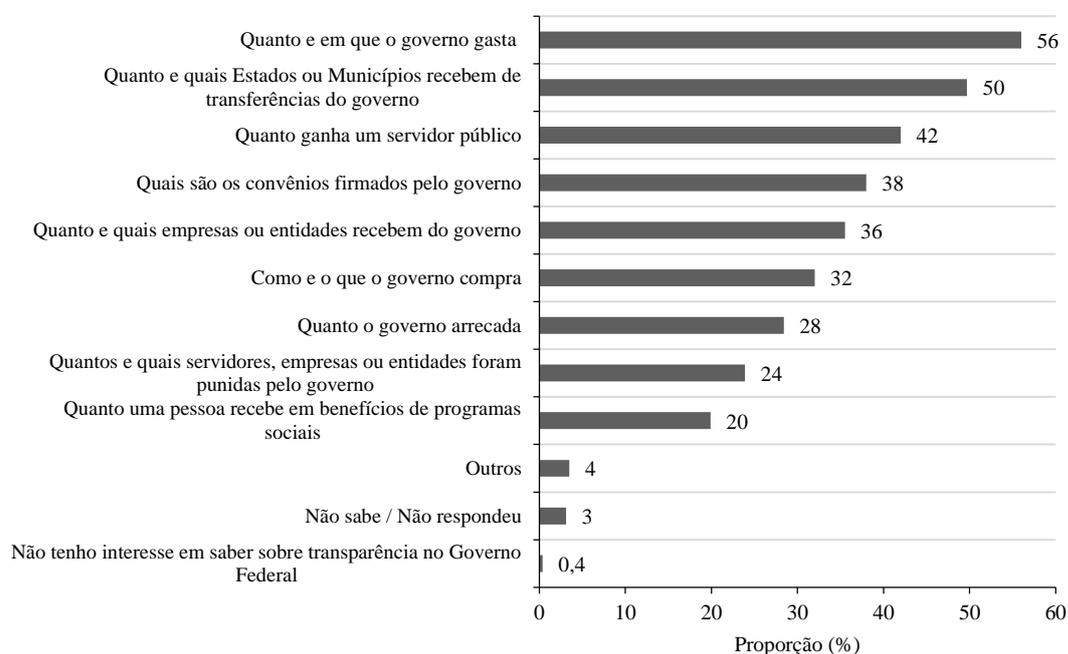
Tabela 18 – Proporção de tipos de ocupação por perfil de acesso ao Portal

Ocupação	Cidadão	Profissional	Outros
	Proporção (%) na coluna	Proporção (%) na coluna	Proporção (%) na coluna
Servidor(a) ou Empregado(a) Público(a)	43,9	74,3	24,7
Estudante	14,5	4,3	41,1
Assalariado(a) do setor privado	11	3,5	8,2
Autônomo(a)	9,5	1,9	9,6
Empresário(a)	6	4,3	2,7
Aposentado(a)/Pensionista	4,8	2,7	0
Desempregado(a)	3,5	0	0
Empregado de organização da sociedade civil / Trabalho voluntário / Ativista Social	2,3	5,4	5,5
Militar	1,3	1,2	1,4
Dona de casa	0,8	0	0
Outros	0,7	0,8	4,1
Não sabe / Não respondeu	1,7	1,6	2,7
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Grande parte do acesso profissional é feito por servidores públicos. Por outro lado, quase a metade do acesso cidadão é feito também por servidores, mas que afirmam usar o portal tendo em vista fins de cidadania.

Foi feito no questionário uma pergunta de múltipla escolha que demandava aos respondentes os conteúdos que eles acessavam. Os resultados são apresentados no gráfico 35.

Gráfico 35 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal da Transparência³⁴

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Dentre as categorias, nota-se o elevado interesse em saber quanto e em que o governo gasta (56% dos respondentes o acessam) e uma preocupação também expressiva com os recursos que são repassados aos Estados e Municípios pelo Governo Federal, tais como as transferências de recursos para saúde e educação (50%). A consulta sobre servidores, apresentada como “quanto ganha um servidor público”, é de interesse de 42% dos respondentes, o que contrasta com os acessos totais ao Portal, que mostram que esse é o conteúdo mais acessado.

De acordo com a tabela 14 apresentada na seção que trata das estatísticas de acesso às páginas do Portal, a consulta de servidores é responsável por 61% do total de visualizações das páginas do Portal, ou seja, mais da metade de tudo que é visitado no Portal refere-se a ela. Mesmo se considerarmos a métrica de visualizações de páginas únicas, a consulta de servidores é ainda dominante, respondendo por 49% do total.

A tabela 19 compara as 10 seções mais acessadas do Portal da Transparência. A coluna da esquerda apresenta o percentual de visualizações de páginas do Portal, por seção, segundo os dados do Google Analytics. A da direita, os resultados da pesquisa no

³⁴ Pergunta: “Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:”.

Portal. Apesar de não ser uma comparação exata, já que muitas das seções do Portal foram apresentadas agregadamente na pesquisa, é válido observar, em geral, as diferenças entre aquilo que realmente é mais acessado e aquilo que os respondentes da pesquisa afirmaram ter mais interesse em acessar.

Tabela 19 – Comparativo entre as 10 seções mais acessadas do Portal: estatísticas de acesso e respondentes da pesquisa

Conteúdos (Estatísticas de acesso)	% de visualizações	Conteúdos (Pesquisa com os usuários do Portal)	Proporção (%)
Servidores	61	Quanto e em que o governo gasta	56
Despesas Diárias	10	Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	50
Transferência de Recursos	7	Quanto ganha um servidor público	42
Outros (agregado)	5	Quais são os convênios firmados pelo governo	38
Página inicial	5	Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	36
Convênios	4	Como e o que o governo compra	32
Gastos Diretos	3	Quanto o governo arrecada	28
Transparência nos Estados e Municípios	2	Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	24
CEIS	2	Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	20
Copa 2014	1	Outros	4
Total	100	Total(1)	Não se aplica

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014) e Google Analytics (2014)

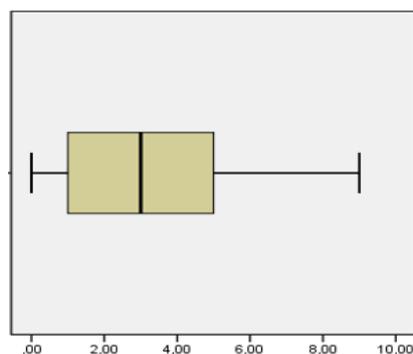
Nota: (1) não há soma nesses dados, uma vez que a proporção era dada pela comparação entre os que marcavam a opção e aqueles que não. Por exemplo, na categoria “quanto e em que o governo gasta”, 56% dos respondentes marcaram essa opção, enquanto que os 44% restantes não a escolheram.

Observa-se que apenas as categorias “quanto o governo arrecada” e “quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais” não estão entre 10 conteúdos mais acessados do Portal (coluna da esquerda). A partir desses dados da pesquisa, foi feita uma contagem de quantas seções do Portal o respondente afirmou acessar, visto que era uma pergunta que permitia a escolha de múltiplas alternativas.

Essa contagem originou um indicador de acesso às seções. Ele varia de zero, para aqueles que não tinham interesse em acessar, a dez para aqueles que acessavam todos os conteúdos e haviam marcado também a opção “outros”. A figura abaixo mostra que até 25% dos respondentes acessam um conteúdo e a mediana corresponde ao acesso de até 3 seções. A média foi de 3,32. Quase 40% dos respondentes afirmaram acessar 4 ou

mais conteúdos e 75% deles acessam até 5 conteúdos do Portal. Pode-se dizer, portanto, que os respondentes que o acessam possuem interesses específicos nos dados e informações sobre o gasto público.

Figura 9 – Diagrama de caixa: indicador de acesso



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

A título de comparação, é possível analisar, por perfil de acesso, quais são as seções mais acessadas (gráfico 36 e tabela 20).

Tabela 20 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal por perfil de acesso

Perfil de acesso	Categorias	Proporção (%)
Cidadão	Quanto e em que o governo gasta	57
	Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	49
	Quanto ganha um servidor público	44
Profissional	Quanto e em que o governo gasta	55
	Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	52
	Quais são os convênios firmados pelo governo	50
Outros	Quanto e em que o governo gasta	63
	Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	54
	Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	42

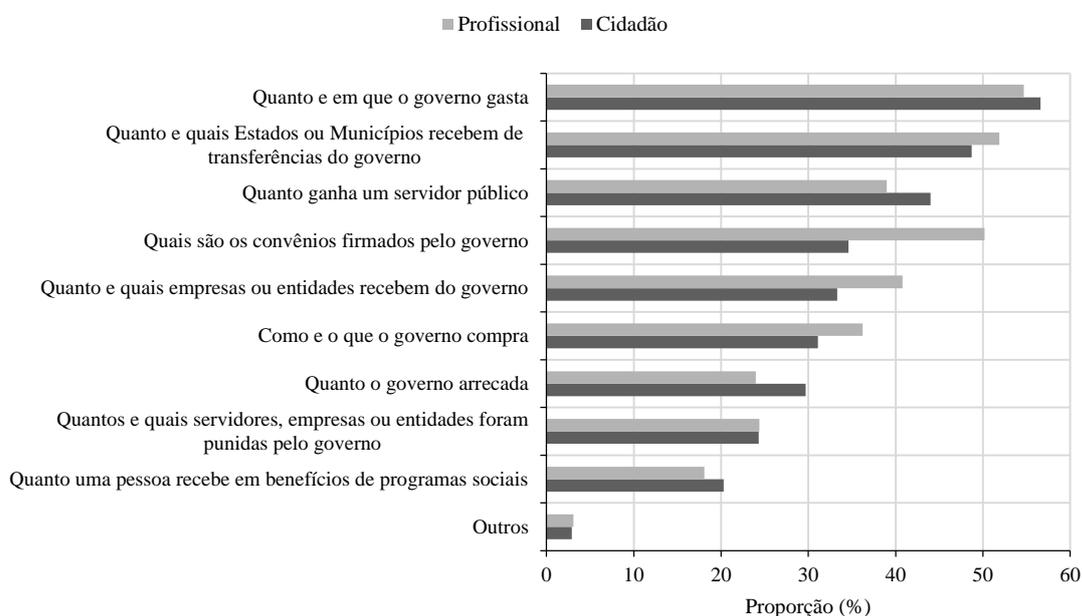
Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Caso detalhemos os três conteúdos mais acessados por perfil de acesso (tabela 20), encontramos que, para todos os perfis, saber quanto e em que o governo gasta é o conteúdo com a maior proporção. Nesse caso, o percentual mais alto é do perfil “outros”, ou seja, 63% desses respondentes acessam esses conteúdos. Da mesma

maneira, a segunda maior proporção é a mesma para todos os perfis: saber quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo federal. Dentre os três conteúdos mais acessados, o único que é diferente para cada perfil de acesso é o que possui a terceira maior proporção.

O gráfico 36 mostra que, para o perfil cidadão e o profissional, no geral, os interesses são semelhantes, visto que a diferença percentual entre eles não é significativa. A diferença mais marcante é em relação aos convênios. 51% dos respondentes profissionais acessam essa consulta, enquanto que quase 35% do perfil cidadão acessa esses dados. Uma possível explicação é que o acesso profissional é constituído, em sua grande maioria, por servidores públicos (74%). Ademais, o Portal conta inclusive com um serviço de notificação automática quando ocorre a liberação de alguma quantia para um convênio de um município, o que é uma boa ferramenta para gestores públicos das esferas estaduais e municipais.

Gráfico 36 – Proporção de acesso aos conteúdos do Portal da Transparência por perfil de acesso

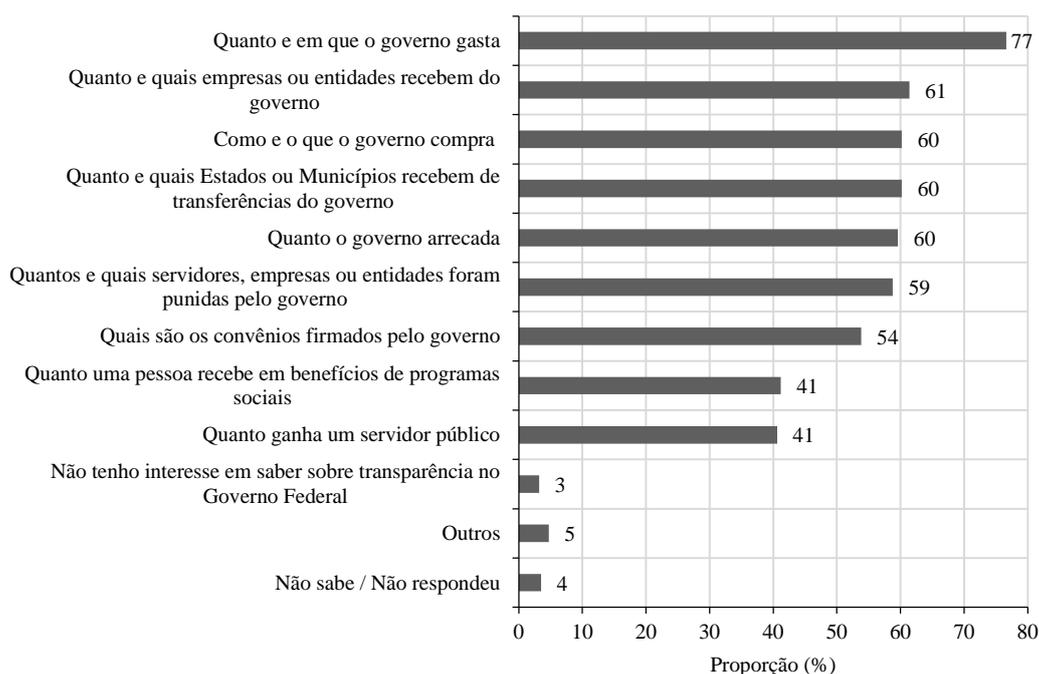


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Essa mesma pergunta, mas formulada de maneira diferenciada, foi feita aos respondentes que afirmaram nunca ter acessado o Portal (gráfico 37). Uma das

principais diferenças, quando comparado ao conteúdo que os respondentes afirmaram acessar no Portal, é que aqueles que nunca o acessaram possuem um interesse ainda maior em saber quanto e em que o governo gasta (77%).

Gráfico 37 – Proporção de interesse nos conteúdos relacionados à transparência no governo federal³⁵



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Dos respondentes da pesquisa, 61% afirmaram também ter interesse em saber quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo, que corresponde a um pouco menos que o dobro da proporção de respondentes que alegaram já ter acessado o Portal ao menos uma vez (36%). Outro destaque é quanto ao interesse em saber quanto ganha um servidor público que, apesar de ainda ser alto (41% responderam positivamente) foi a última categoria em termos de proporção. Por outro lado, quase a mesma proporção dos respondentes que acessam o Portal (42%) afirmou acessar essa consulta, mas ela corresponde à terceira maior proporção dentre os conteúdos acessados.

Em relação à contagem de conteúdos pelos quais esses respondentes têm interesse, temos uma média de 5,1 e uma mediana de 6 conteúdos. Esses valores são

³⁵ Pergunta: “O que você gostaria de saber sobre transparência no Governo Federal?”

quase o dobro do que aqueles observados para os respondentes que afirmaram já ter acessado o Portal pelo menos uma única vez. Quase 65% dos respondentes dessa questão afirmaram ter interesse em 4 ou mais desses conteúdos. Uma possível explicação é que esses respondentes, por não terem tido contato com o Portal, não tem um maior conhecimento sobre os gastos públicos federais, apresentando uma “demanda reprimida” por transparência. Por isso, esses respondentes marcaram várias opções ao responder a pergunta.

Tendo em vista as informações apresentadas, podemos dizer, resumidamente, que:

- Dos respondentes, 21% deles acessam o Portal com uma frequência elevada, ou seja, quase diariamente ou ao menos uma vez por semana. Do total de respondentes da pesquisa, 33% o acessam poucas vezes, mas sem uma frequência definida e 23% afirmaram nunca ter acessado o Portal.
- Cerca de 65% dos respondentes que acessam o Portal o fazem na qualidade de cidadãos, para conhecer, acompanhar ou fiscalizar os gastos públicos. Dos respondentes da pesquisa, 27% o acessam tendo em vista fins profissionais, sendo que a grande maioria desse acesso profissional é feito por servidores públicos (74%).
- Apenas 23% dos respondentes de perfil cidadão o acessam periodicamente, ou seja, quase diariamente ou pelo menos uma vez por semana. No caso do acesso para fins profissionais, a proporção de acesso periódico é de 44%.
- 56% dos respondentes têm interesse em saber quanto e em que o governo gasta. Os outros dois conteúdos com maiores proporções são os de transferências para Estados e Municípios pelo Governo Federal (50%) e quanto ganha um servidor público (42%).
- Quanto à quantidade de seções que os respondentes acessam, a média é de 3,32 e a mediana igual a 3. Quase 40% dos respondentes afirmaram acessar 4 ou mais conteúdos.
- Em relação aos respondentes que afirmaram nunca terem acessado o Portal, 77% consideraram ter interesse em saber quanto e em que o governo gasta. As duas outras maiores proporções foram as de saber quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo (61%) e como e em que o governo compra

(60%). O interesse em saber quanto ganha um servidor público possui a menor proporção (41%) dentre as categorias apresentadas.

- Quanto à contagem de conteúdos pelos quais os respondentes que nunca acessaram o Portal têm interesse, a média foi de 5,1 e a mediana igual a 6. Quase 65% dos respondentes afirmaram ter interesse em acessar 4 ou mais desses conteúdos. Esses dados demonstram uma “demanda reprimida” por transparência.

5.4 COMO O USUÁRIO AVALIA O PORTAL?³⁶

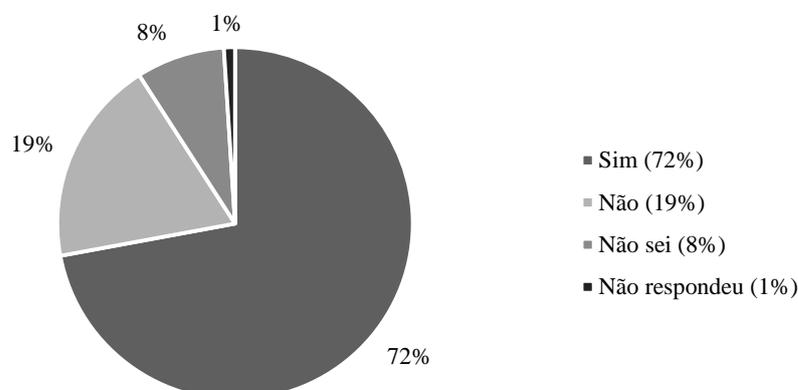
A respeito das perguntas sobre a avaliação do Portal da Transparência, os critérios e subsídios para a formulação delas foram retirados da literatura de Ciência da Informação e análise de portais. Lopes (2004) destaca como categorias de análise a credibilidade, conteúdo, apresentação do *site*, links, design, interatividade e anúncios. Por sua vez, ao avaliar portais do governo federal, Simão e Rodrigues (2005) elencam como categorias de análise a funcionalidade, a usabilidade e o conteúdo.

Vilella (2003) adota como dimensões as mesmas apontadas por Simão e Rodrigues (2005). Ela apresenta parâmetros para cada uma delas. Por exemplo, na dimensão usabilidade, ela aponta como parâmetros os de planejamento visual/gráfico, navegação, links, interface e acessibilidade. Destaca-se que o trabalho de Vilella (2003) apresenta uma extensa revisão da literatura sobre critérios, parâmetros e dimensões que são utilizadas na avaliação de portais e serviram de subsídio para a formulação das questões. Por fim, as perguntas de Stabile (2012) também serviram como fontes para a formulação das questões sobre a avaliação do Portal da Transparência.

Quando demandados se o Portal da Transparência é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal, 72% dos respondentes responderam positivamente, o que demonstra que o Portal é um bom mecanismo para essa divulgação. Porém, reconhece-se que a proporção de respondentes que disseram que o Portal não é uma ferramenta eficaz é alta (19%). Esses dados estão apresentados no gráfico abaixo.

³⁶ As perguntas sobre a avaliação do Portal estavam nos blocos 2 e 3 do questionário e uma delas no bloco 1. Nessas questões, o número de respondentes poderia variar, visto que, a depender da resposta na pergunta P01 (bloco 1), a quantidade de perguntas do bloco 2 seria diferenciada e o bloco 3 poderia aparecer ou não.

Gráfico 38 – Proporção da opinião dos respondentes sobre o Portal ser uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal³⁷



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

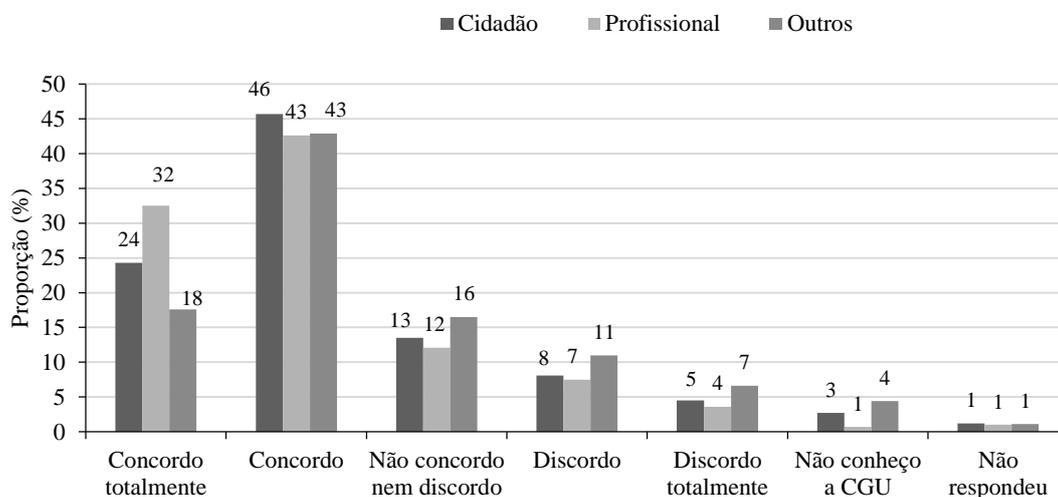
Para elucidar essa questão, as informações sobre frequência de acesso e eficácia do Portal foram cruzadas (a tabela de frequência encontra-se no apêndice). A descoberta foi que quanto maior a frequência de acesso, maior a proporção de respondentes que concordam que o Portal é eficaz. Quase 83% dos respondentes que acessam quase diariamente concordam com sua eficácia, enquanto que 14% deles discordam. No outro extremo, 56% dos respondentes que o acessaram uma única vez concordam com sua eficácia, enquanto que 21% deles discordam.

Essa informação revela que a opinião do respondente acerca da eficácia do Portal está diretamente relacionada ao seu uso. Ou seja, respondentes que são usuários frequentes e que já conhecem mais profundamente o Portal concordam com sua eficácia. Por outro lado, os que pouco o acessam, talvez pela pouca familiaridade, desconfiança ou dificuldade em usá-lo, tendem a discordar em maior proporção de sua eficácia.

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão responsável pela gestão do Portal da Transparência. Foi demandado aos respondentes se eles concordavam com a seguinte frase: “A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão que contribui para a prevenção e o combate a corrupção”. O gráfico 39 apresenta esses resultados.

³⁷ Pergunta: “Você considera que o Portal da Transparência é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal?”

Gráfico 39 – Proporção da opinião dos respondentes, por perfil de acesso, acerca do papel da CGU³⁸



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

No contexto da missão institucional da CGU, o Portal é visto como elemento-chave de uma política anticorrupção, uma vez que a transparência dos gastos públicos contribui para a prevenção da corrupção. Sendo assim, a maioria dos respondentes concorda que a CGU é importante para a prevenção e o combate à corrupção. Quando analisado por perfil, 70% dos respondentes que acessam para fins de cidadania concordam com essa atribuição, enquanto que 75% dos profissionais e 61% do perfil “outros” também concordam. Destacamos que a proporção de respondentes que discordam totalmente é baixa, estando na casa dos 4 a 7% apenas.

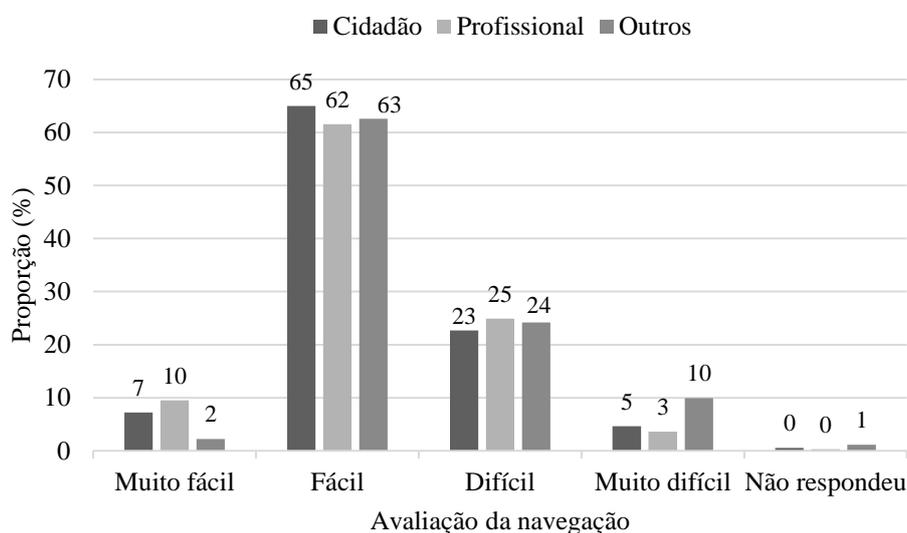
Dessa maneira, podemos afirmar que grande parte dos respondentes acreditam que a CGU contribui para a prevenção e o combate a corrupção e se considerarmos que a transparência é um elemento essencial nesse processo, 70% dos respondentes concordam que o Portal é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos públicos. Esses elementos indicam que, pelo menos dois grandes desafios para a construção de um portal governamental já se encontram bem encaminhados, ou seja, já existe uma confiança na instituição por ele responsável e há confiança no potencial da ferramenta.

³⁸ Pergunta: Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da seguinte frase: “A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão que contribui para a prevenção e o combate à corrupção no país”.

A seguir são apresentadas avaliações de critérios específicos, que são essenciais para que essa ferramenta seja efetiva.

Um dos pressupostos do conceito de transparência adotado é de que não basta o usuário ter acesso à ferramenta de transparência. É necessário também que ele consiga navegar por ela para encontrar e, em seguida, entender as informações que procura. Sobre a navegação, o gráfico 40 ilustra a avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da navegação no Portal.

Gráfico 40 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da navegação no Portal³⁹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

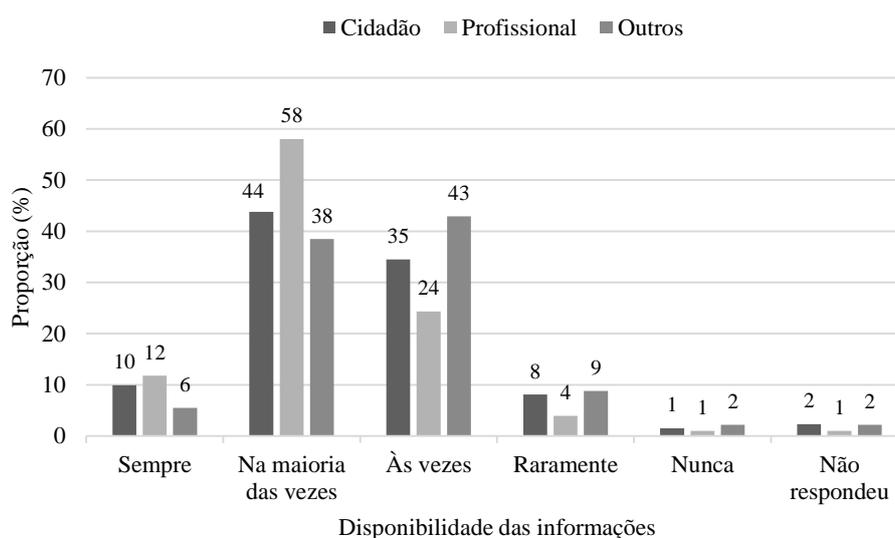
As diferenças percentuais entre os perfis de acesso são pequenas quando o tema é a avaliação sobre a navegação. 72% do acesso cidadão e também do acesso profissional consideram a navegação no Portal muito fácil ou fácil, o que demonstra certa familiaridade com o Portal. A diferença maior está relacionada ao perfil de acesso “outros”, visto que 65% desses respondentes consideram muito fácil ou fácil e 34% deles acham a navegação difícil ou muito difícil. Em ambos os casos, o percentual é superior ao dos outros dois perfis. É importante ressaltar que, mesmo assim, existe uma

³⁹ Pergunta: “De maneira geral, como você considera a navegação no Portal da Transparência?”

alta proporção de respondentes que acham difícil ou muito difícil navegar pelo Portal, variando de 28% a 34% entre os perfis.

O gráfico 41 ilustra a avaliação dos respondentes sobre a frequência com que encontram as informações que procuram no Portal da Transparência. Observa-se que apenas um percentual baixo dos respondentes (em torno de 10%, com exceção do perfil “outros”, que é menor, sendo de 6%) afirmou sempre encontrar as informações que procuram. Grande parte da proporção está concentrada naqueles que encontram as informações na maioria das vezes ou somente às vezes. Isso indica haver algum tipo de dificuldade envolvendo a arquitetura de informação e a navegação no Portal.

Gráfico 41 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da disponibilidade das informações no Portal⁴⁰



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

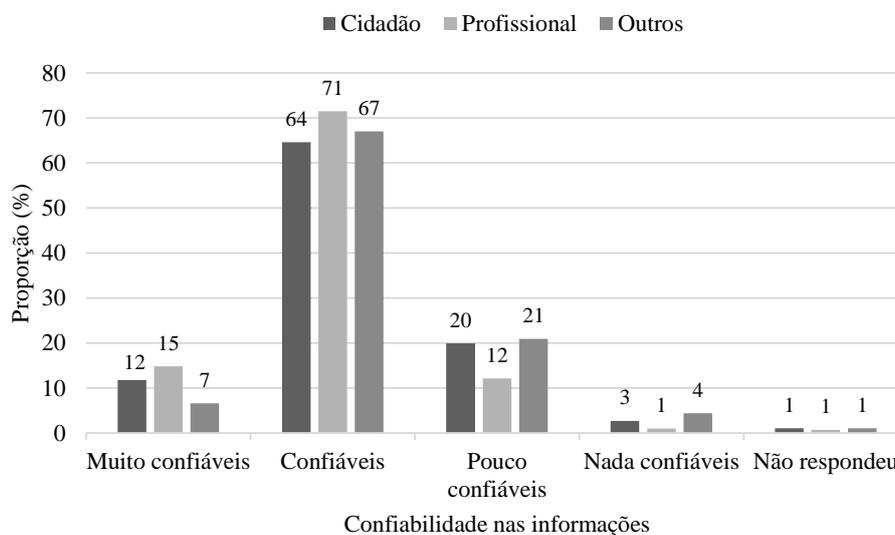
Outro dado relevante é que, nesse critério, as diferenças entre os perfis de acesso são mais marcantes. De uma maneira geral, os usuários profissionais encontram com maior frequência as informações que procuram. O perfil cidadão está numa posição intermediária, enquanto que o perfil “outros” (em sua maioria, formado por pesquisadores e estudantes) enfrentam mais dificuldades.

⁴⁰ Pergunta: “Com qual frequência você encontra as informações que procura no Portal da Transparência?”

Por exemplo, no perfil profissional, a proporção com que encontram sempre ou na maioria das vezes as informações que procuram é de 70%. No caso do perfil cidadão, ela é de 54% e para o perfil outros, de 44%. Uma possível explicação é que os respondentes que o acessam com fins profissionais já são mais familiarizados com o Portal e possuem um domínio melhor do funcionamento e organização do orçamento, dos gastos e finanças públicas federais.

Esse maior conhecimento se traduz também na confiança que os respondentes possuem nas informações do Portal (gráfico 42). No caso do acesso profissional, 86% deles consideram as informações do Portal muito confiáveis ou confiáveis. No acesso cidadão, essa proporção é de 76% e no acesso “outros”, 74%. Isso significa que as informações possuem uma razoável confiabilidade.

Gráfico 42 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da confiabilidade nas informações do Portal⁴¹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

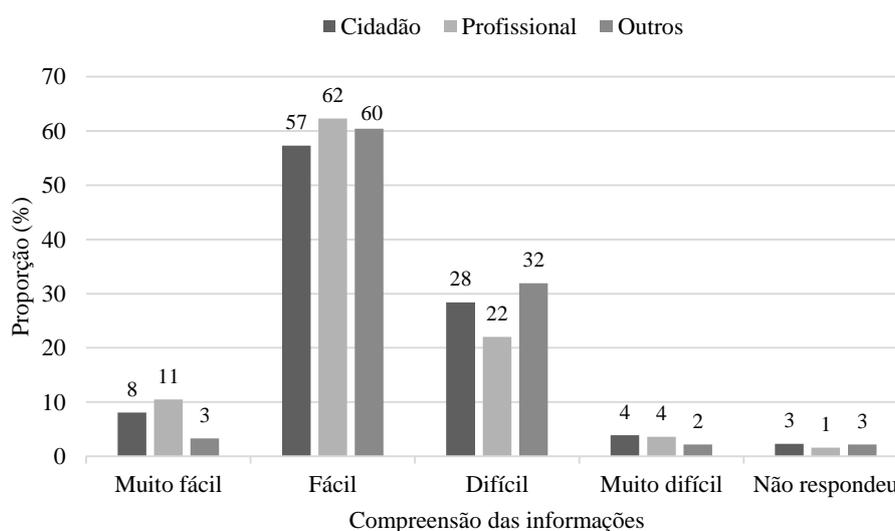
Portanto, podemos afirmar que o usuário profissional é aquele que encontra com maior facilidade as informações, enquanto que o perfil “outros” enfrentam mais dificuldades para encontrá-las e em navegar pelo Portal. Essas conclusões parecem estar refletidas na confiabilidade das informações, ou seja, o perfil “outros”, por ter

⁴¹ Pergunta: “Como você considera as informações do Portal da Transparência?”

dificuldade em navegar e em encontrar aquilo que procura, tende a confiar menos nessas informações. Aqueles que possuem mais facilidades para navegar e encontrar as informações confiam mais nos dados publicados.

Outro dado que reforça essa análise é a avaliação a respeito da compreensão dessas informações (gráfico 43). No caso do perfil profissional, 73% deles afirmaram que é muito fácil ou fácil compreender as informações publicadas no Portal. No perfil cidadão e “outros”, as proporções são de 65% e 63% respectivamente. Nessa avaliação, a mesma tendência se confirma. Profissionais têm mais facilidades, os cidadãos permanecem como grupo intermediário e os “outros”, majoritariamente pesquisadores e estudantes, possuem maiores dificuldades.

Gráfico 43 – Avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da compreensão das informações do Portal⁴²



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

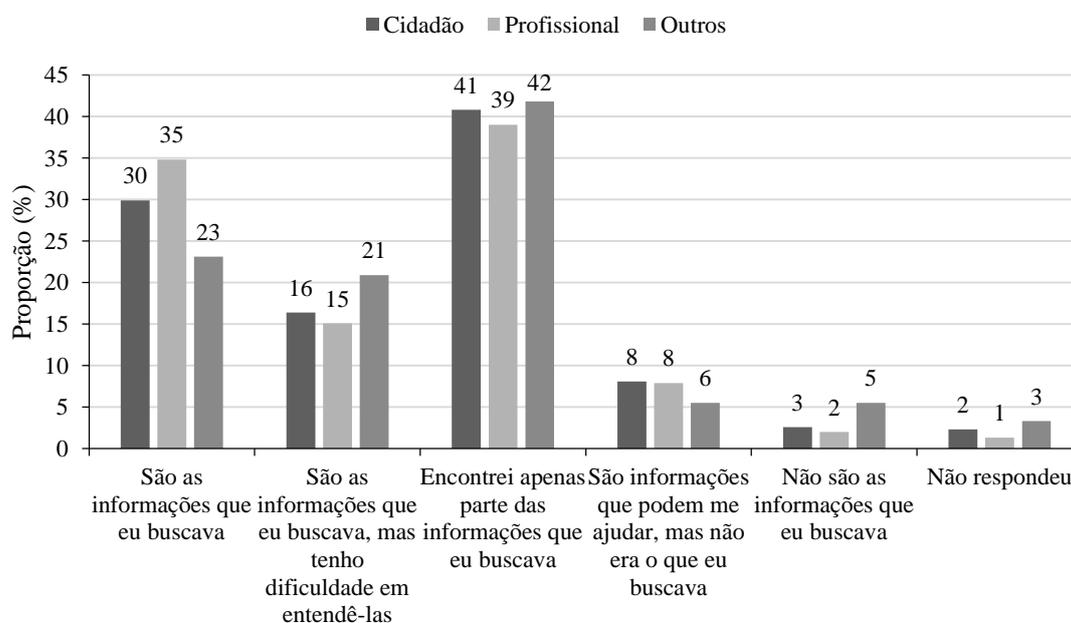
Ainda assim, pode-se estabelecer que, de maneira geral, a maioria dos respondentes da pesquisa possui facilidade para navegar, encontrar e entender as informações. Ademais, a maioria deles também confia nas informações que estão sendo publicadas.

⁴² Pergunta: “Para você, como é entender as informações encontradas no Portal da Transparência?”

Uma outra pergunta tinha por objetivo obter uma avaliação geral a respeito desses critérios. A questão demandava se os respondentes concordavam com algumas frases sobre as informações do Portal (gráfico 44). Novamente, a análise anterior se confirma, visto que, dentre os perfis de acesso, os usuários profissionais são os que possuem a maior proporção de concordância com a frase “são as informações que eu buscava” (35%). Quanto à frase “são as informações que eu buscava, mas tenho dificuldade em entendê-las”, mais uma vez, o perfil “outros” possui a maior proporção, mostrando que esse grupo possui uma dificuldade um pouco maior de entender as informações do Portal.

Ressaltamos que para essa questão, a alternativa com a maior proporção de respostas para todos os perfis de acesso foi a de “encontrei apenas parte das informações que eu buscava”. Em média, 40% dos respondentes se identificaram com essa afirmativa, o que indica ser necessária a melhoria da arquitetura da informação e da navegação do Portal, tornando-a mais amigável e adequada ao usuário do Portal.

Gráfico 44 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, que concordam com as frases acerca das informações do Portal⁴³

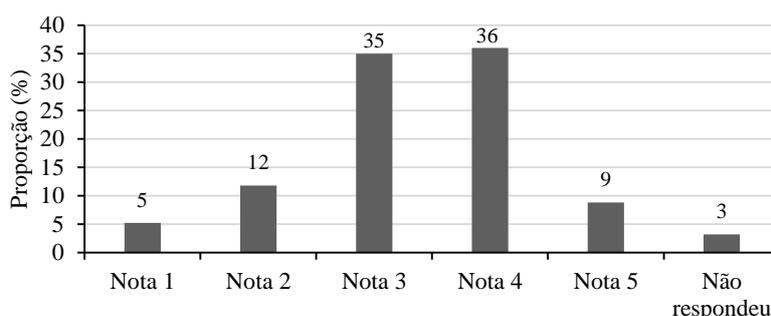


Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

⁴³ Pergunta: “Quanto às informações do Portal da Transparência, de maneira geral, com qual das seguintes frases você concorda?”

Uma forma de tentar sintetizar essas avaliações é por meio da atribuição de uma nota geral para a satisfação do respondente com o Portal da Transparência (gráfico 45).

Gráfico 45 – Satisfação dos respondentes com o Portal da Transparência⁴⁴



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

No gráfico, a nota 1 era a pior e 5, a melhor. Os dados demonstram que quase metade dos respondentes (45%) avalia positivamente o Portal (notas 4 e 5). Se considerarmos que a nota 1 e 2 são avaliações negativas, apenas 17% dos respondentes o avaliam dessa maneira. Para o nível de satisfação, temos que a nota média foi de 3,32 e a mediana igual a 3. Assim, os respondentes possuem um nível de satisfação mediano em relação a ele. Apesar da satisfação ser mediana, é importante lembrar que 72% deles consideram que o Portal é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos públicos.

Os respondentes também avaliaram as seções do Portal da Transparência e opinaram sobre a visualização das informações. A tabela 21 traz os resultados desse último elemento.

⁴⁴ Pergunta: “Avalie a sua satisfação com o Portal da Transparência com uma nota de 1 a 5, sendo 1 a pior e 5 a melhor nota.”

Tabela 21 – Proporção da preferência dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da visualização das informações⁴⁵

Categorias	Cidadão – Proporção (%)	Profissional – Proporção (%)	Outros – Proporção (%)
Saber os gastos gerais, como os gastos totais com “educação”	42	33	28
Saber os gastos específicos, como quanto custa a construção de uma escola	29	36	29
Saber os gastos individualizados, como quanto custa um livro	18	20	23
Outros	4	4	8
Não sabe / Não respondeu	7	7	12
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Os dados mostram que não existe, para nenhum perfil de acesso, uma maioria na preferência por um determinado tipo de visualização em detrimento do outro. Em relação ao perfil “outros”, as preferências são bastante similares, dada a baixa diferença percentual. Para o perfil cidadão, 42% deles consideram mais importantes saber os gastos gerais. Para o perfil profissional, as proporções são similares quanto à importância da visualização dos gastos gerais e específicos. O fato de nenhuma das categorias contar com uma maioria dos respondentes revela que os três tipos de visualização são igualmente importantes para os respondentes.

Sobre a avaliação dos conteúdos do Portal, foi demandado aos respondentes quais conteúdos continham as informações que eram as mais difíceis de serem encontradas (tabela 22) e as mais difíceis de serem entendidas (tabela 23).

⁴⁵ Pergunta: “Quanto à visualização das informações sobre o gasto público, qual delas é a mais importante para você?”

Tabela 22 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem encontradas⁴⁶

Categorias	Cidadão - Proporção (%)	Profissional - Proporção (%)	Outros - Proporção (%)
Quanto e em que o governo gasta	20	20	22
Como e o que o governo compra	12	17	6
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	11	8	13
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	10	7	5
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	9	13	11
Quais são os convênios firmados pelo governo	7	5	14
Quanto ganha um servidor público	6	5	6
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	5	3	1
Quanto o governo arrecada	5	8	5
Outros	3	3	6
Não sabe / Não respondeu	12	11	11
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 23 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem entendidas⁴⁷

Categorias	Cidadão - Proporção (%)	Profissional - Proporção (%)	Outros - Proporção (%)
Quanto e em que o governo gasta	22	25	26
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	11	8	7
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	11	11	9
Como e o que o governo compra	10	14	20
Quais são os convênios firmados pelo governo	10	9	11
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	8	5	4
Quanto o governo arrecada	7	8	2
Quanto ganha um servidor público	4	3	4
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	3	3	2
Outros	1	1	2
Não sabe / Não respondeu	13	13	13
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

⁴⁶ Pergunta: “Quais informações você considera as mais difíceis de serem encontradas no Portal da Transparência?”

⁴⁷ Pergunta: “E quais informações você considera as mais difíceis de serem entendidas?”

De acordo com a tabela 22, todos os perfis de acesso consideram que o conteúdo que possui as informações mais difíceis de serem encontradas é o de “quanto e em que o governo gasta”. Em seguida, para cidadãos e profissionais, as informações sobre “como e o que o governo compra” são a segunda categoria de informações mais difíceis de serem encontradas. No geral, há diferenças entre as proporções e conteúdos entre os perfis de acesso, mas nenhuma categoria é dominante, ou seja, é indicada pela maioria dos respondentes quanto à dificuldade em encontrar suas informações.

A tabela 23 apresenta os resultados para a pergunta que demandava quais eram os conteúdos cujas informações eram as mais difíceis de serem entendidas. Novamente, a categoria “quanto e em que o governo gasta” é a que apresenta a maior proporção para todos os perfis de acesso. Porém, a segunda maior proporção variava de acordo com o perfil de acesso. Para os cidadãos, eram as transferências para estados e municípios; para profissionais e o perfil “outros”, “como e o que o governo compra”. Da mesma maneira que para as informações mais difíceis de serem encontradas, há diferenças entre as proporções e conteúdos entre os perfis de acesso. Porém, nenhuma categoria é dominante, ou seja, é indicada pela maioria dos respondentes quanto à dificuldade em entender essas informações. Por fim, abaixo segue uma síntese dos achados a respeito da avaliação do Portal:

- Grande parte dos respondentes (perfil cidadão: 70%; profissional: 75%; “outros”: 61%) acredita que a CGU contribui para a prevenção e o combate à corrupção e 72% dos respondentes concordam que o Portal é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos públicos.
- Quanto ao acesso cidadão e profissional, 72% deles consideram a navegação no Portal muito fácil ou fácil.
- Os usuários profissionais encontram com uma maior frequência as informações que procuram. Para eles, a proporção com que encontram sempre ou na maioria das vezes as informações que procuram é de 70%. No caso do perfil cidadão, ela é de 54% e para o perfil outros, de 44%.
- A respeito da confiança nas informações, no caso do acesso profissional, 86% deles consideram as informações do Portal muito confiáveis ou confiáveis. No caso do acesso cidadão, essa proporção é de 76% e no acesso “outros”, 74%.
- Sobre a compreensão das informações, no caso do perfil profissional, 73% deles afirmou que é muito fácil ou fácil compreender as informações publicadas no

Portal. No perfil cidadão e “outros”, as proporções são de 65% e 63% respectivamente.

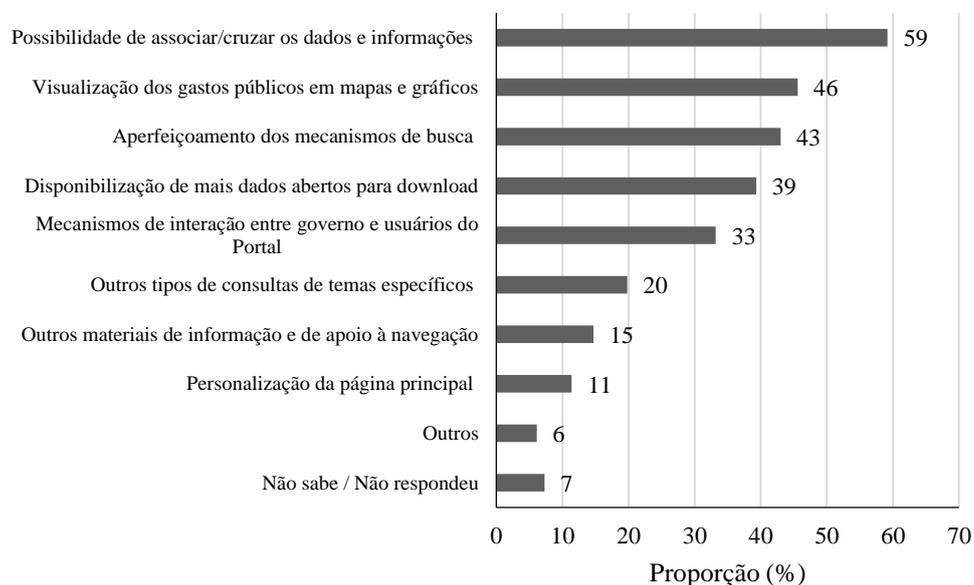
- A frase “encontrei apenas parte das informações que eu buscava” é a que apresenta as maiores proporções para todos os perfis: 41% dos cidadãos concordam com ela; os profissionais, 39%; e o perfil “outros”, 42%. Dentre os perfis de acesso, os usuários profissionais são os que possuem a maior proporção de concordância com a frase “são as informações que eu buscava” (35% e o perfil cidadão, 30%).
- Quase metade dos respondentes (45%) avalia positivamente o Portal (notas 4 e 5). Se considerarmos que a nota 1 e 2 são avaliações negativas, apenas 17% dos respondentes o avaliam dessa maneira. Para o nível de satisfação, temos que a nota média foi de 3,32 e a mediana igual a 3.
- Não existe, para nenhum perfil de acesso, uma maioria na preferência por um determinado tipo de visualização das informações. A maior proporção para cidadãos é de 42% para saber os gastos gerais; para os profissionais, 36% para saber gastos específicos; e para o perfil outros, 29% também para gastos específicos. As menores proporções estavam na categoria de gastos individualizados.
- Para todos os perfis de acessos, saber quanto e em que o governo gasta é o conteúdo cujas informações são as mais difíceis de serem tanto encontradas quanto entendidas.

5.5 SUGESTÕES DOS USUÁRIOS

5.5.1 Quais ferramentas ou funcionalidades o usuário gostaria de encontrar no Portal?

O questionário contou com questões que tentavam captar sugestões dos respondentes para a melhoria do Portal da Transparência. Essa seção detalha esses achados. O gráfico 46 apresenta uma questão sobre quais ferramentas ou funcionalidades os respondentes gostariam de encontrar no Portal.

Gráfico 46 – Proporção de ferramentas e funcionalidades que os respondentes gostariam de encontrar no Portal⁴⁸



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

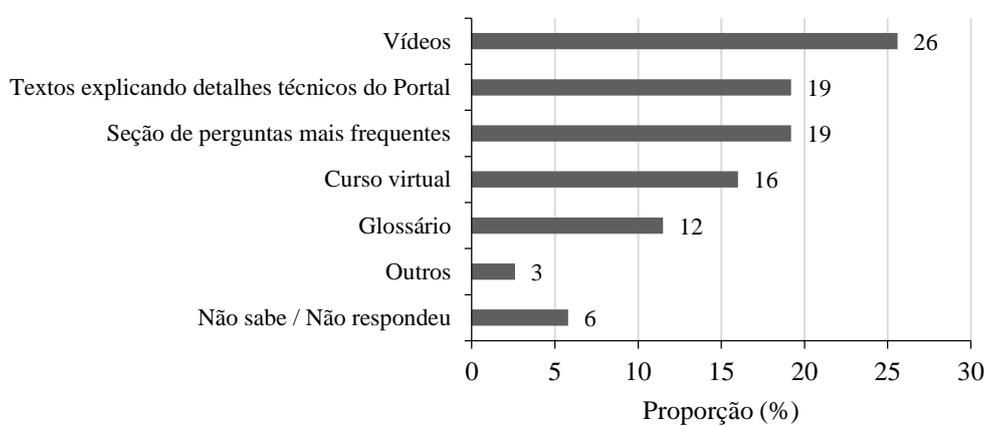
Essa pergunta permitia a escolha de mais de uma alternativa. Quase 60% dos respondentes consideraram que a possibilidade de associar e cruzar dados e informações é uma funcionalidade essencial que falta atualmente ao Portal. As outras funcionalidades possuem proporções mais próximas umas das outras, com destaque para as sugestões de poder visualizar os gastos públicos em mapas e gráficos, aperfeiçoamento dos mecanismos de busca e disponibilização de mais dados abertos para download.

Há ainda a demanda de 33% dos respondentes para que seja possível maior interatividade entre governo e usuários do Portal, de maneira que o Portal se torne mais dinâmico e mais alinhado com as tendências da Web 2.0, além de ser mais uma possibilidade de participação e envolvimento cidadão. A média de funcionalidades e ferramentas que os respondentes marcaram nessa questão foi de 2,72, sendo que a mediana é igual a 2. Praticamente 50% dos respondentes fizeram três ou mais sugestões de incorporação de ferramentas e funcionalidades.

⁴⁸ Pergunta: “Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?”

Nessa questão, caso o respondente marcasse as opções “outros materiais de informação e de apoio à navegação” e “outros tipos de consultas de temas específicos”, abriam-se perguntas condicionadas que exploravam esses detalhes. No total, 156 respondentes marcaram a opções de outros materiais (gráfico 47).

Gráfico 47 – Proporção de material de informação e de apoio à navegação que o usuário considerou mais útil⁴⁹



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

A incorporação de vídeos para o apoio à navegação é o que possui a maior proporção de respondentes que o consideram o material mais útil. Textos informativos e a seção de perguntas mais frequentes possuem a mesma proporção e ocupam o segundo lugar nas preferências.

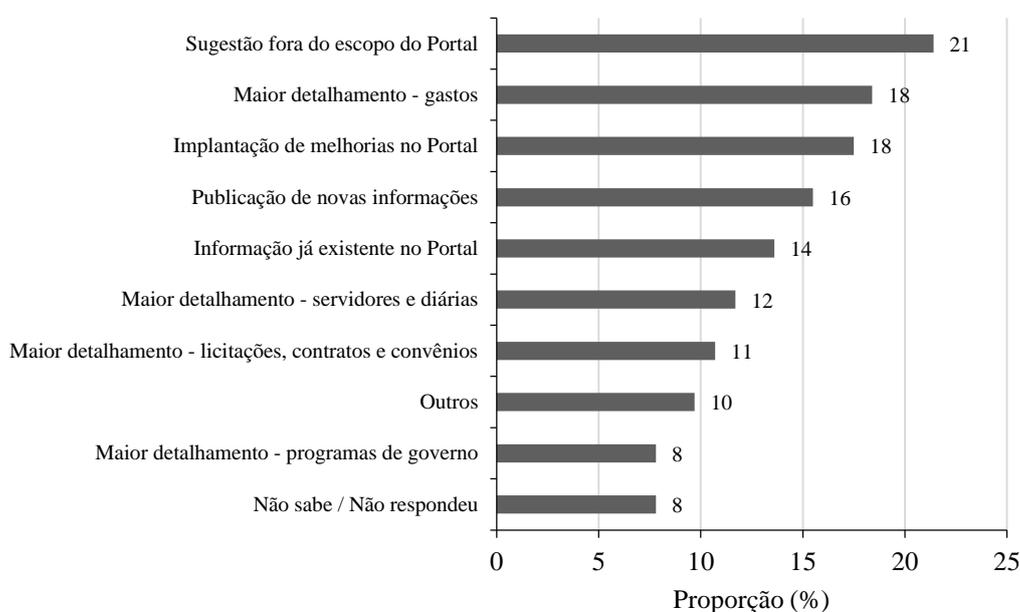
A segunda pergunta condicional apareceria caso o respondente clicasse no item “outros tipos de consultas de temas específicos”. Essa questão demandava: “quais outros tipos de consultas de temas específicos você gostaria de acessar no Portal da Transparência?” (E05a).

Ao todo, foram recebidos 103 comentários. Como em vários deles os respondentes realizavam mais de uma sugestão, o número total de propostas computadas foi de 138. Elas foram analisadas e posteriormente classificadas em 10 categorias. O gráfico 48 apresenta a proporção de sugestões por categoria. Muitos dos comentários efetuados foram classificados em mais de uma categoria por envolver mais

⁴⁹ Pergunta: “Marque o material de informação e de apoio à navegação que você considera o mais útil.”

de uma temática. Abaixo seguem alguns exemplos de propostas feitas pelos respondentes. Por fim, apresenta-se uma nuvem de palavras baseada nessas sugestões.

Gráfico 48 – Sugestão dos respondentes: proporção das categorias⁵⁰



Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

1) Sugestão fora do escopo do Portal

Essas são as sugestões feitas pelos respondentes de publicação ou adoção de mudanças que fogem ao escopo e finalidades para as quais o Portal foi criado, que é a publicação de informações ligadas ao gasto público do Poder Executivo Federal. Foram feitas sugestões de publicação de informações de outros Poderes, como de salários, gastos e assiduidade de deputados federais, estaduais e senadores e gastos e licitações do Poder Legislativo e Judiciário.

Outros respondentes sugeriram a publicação de todos os gastos estaduais e municipais, endereços de órgãos públicos em cada município, lista da frota municipal de veículos, legislação, projetos de lei e decretos do Poder Executivo, nome dos donos de empresas que recebem dinheiro público, comparação entre a qualidade do gasto público das prefeituras, evolução patrimonial dos governantes e salários de prefeitos,

⁵⁰ Pergunta: “Quais outros tipos de consultas de temas específicos você gostaria de acessar no Portal da Transparência?”

secretários, vereadores municipais, governadores e secretários de Estado. Destacam-se ainda as propostas de publicação de transferências estaduais para os municípios, obrigatoriedade de que todos os municípios tenham um portal da transparência, detalhamento de recursos repassados à empresas por prefeituras, temas ligados à promotoria e às prefeituras municipais e lista dos municípios que se adequaram à LAI.

Outras sugestões foram de publicação de estatísticas, tais como taxa de crescimento do país e escolas com maior grau de repetência (por aluno e por município). Por fim, destacam-se propostas de temas diversos, tais como: “orientações de como cobrar os direitos também devem ser partilhadas. Formas do cidadão acompanhar, cobrar e participar dos temas (...)”, publicação do “critério para utilização dos recursos, especialmente na área socioambiental”, “orçamento do ano corrente para cada Ministério e disponibilização para comparar os recursos de um ano para o outro”, “legislações e dados internos de órgãos e autarquias federais” e um respondente fez um comentário que tratava de uma crítica à LAI, pois havia solicitado uma informação e não obteve resposta. Não foram apresentados, porém, detalhes sobre o pedido de acesso à informação nem detalhes de onde, em que Poder e esfera ele foi feito.

2) Maior detalhamento – gastos

Vários comentários foram classificados em mais de uma categoria. Um exemplo dessa complexidade foi justamente nas sugestões de melhoria do detalhamento dos gastos, que muitas vezes incluíam sugestões de melhoria no Portal, como o aperfeiçoamento dos mecanismos de busca e de apresentação das informações, e de publicação de novas informações relativas aos gastos públicos.

Dentre esses, destacam-se: publicação de custos “por aluno, por paciente do SUS, por família do Bolsa, por km de estrada (mantida e construída)”, despesas regionalizadas (por Estado e por função de governo), consultas por tipo de transferência (constitucional, legal e voluntárias), gastos individualizados, “despesas de todas as empresas e autarquias do governo, incluindo o salário de seus servidores”, “gastos com a manutenção da estrutura administrativa: eventos, viagens, gratificações”, “acesso aos recibos que comprovem despesas”, custos dos servidores lotados na Presidência da República e “que as informações possuíssem um nível maior de desagregação e não

rubricas gerais”. Ressaltamos que algumas dessas informações já são disponibilizadas no Portal, mas, por algum motivo, o usuário não teve acesso a elas.

Outras sugestões foram bem precisas, o que denota que o Portal também possui um público que entende bem sobre gasto e orçamento público: “dados de notas de dotação e demais dados do Siafi, com possibilidade de busca por UGR. Atualmente há somente a separação das UGE's. Gostaria que a descentralização ficasse clara”, e “custo das Atividades (Gasto por UG vinculado à Programas e Atividades bem como por Natureza e Contas do PCASP)”.

Alguns respondentes demandavam melhor apresentação e detalhamento de gastos por áreas, como na defesa e educação, detalhando ainda o que é repasse constitucional e o que é legal. Outros fizeram sugestões de difícil operacionalização, como a consulta por nota fiscal para empenhos e ordem bancária.

Outras sugestões específicas foram a possibilidade de se realizar pesquisas, por obra pública, para saber como e quanto foi gasto, tempo de duração, fase de execução, situação atual e previsão contratual de entrega. Outra sugestão foi a publicação de despesas realizadas pelos “órgãos militares, vinculados ao Ministério da Defesa, localizados no exterior, por exemplo, Comissão Naval Brasileira em Washington” e “quanto, mensalmente, foi previsto para cada escola receber de recursos federais (Merenda escolar, Dinheiro direto na Escola) e o quanto efetivamente foi repassado para esta escola”. Por fim, abaixo segue um último comentário sobre essa categoria:

Todo e qualquer tipo de gasto que o governo federal execute deve ser discriminado de maneira organizada, esquematizada, de rápido acesso, com mecanismo de busca facilitado. Devem ser disponibilizadas apostilas, glossários com os significados das siglas e tudo o que possa facilitar o acesso de forma atualizada (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014) (com adaptações).

3) Implantação de melhorias no Portal

Essa categoria reúne sugestões que tratam de aspecto que podem ser aperfeiçoados no Portal e que foram concentradas nas seguintes áreas: melhoria dos mecanismos de busca e consulta; melhoria da visualização e apresentação das informações; melhoria da frequência de atualização das informações e dados e; melhoria da linguagem do Portal, tornando-a de mais fácil compreensão (linguagem cidadã).

Alguns respondentes sugeriram a criação de novos filtros para as consultas do Portal. Por exemplo, na de servidores, foi proposta o filtro por escolaridade e o por grupo/cargo efetivo. Foi sugerido a ampliação do prazo de consulta das despesas diárias, o aumento da frequência de atualização de outras informações, como a de royalties e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e a possibilidade de comparar temporalmente os dados do Portal. Alguns comentários sugeriam a possibilidade de realização de consultas cruzadas, como a comparação entre arrecadação e gastos.

Outras sugestões de novas possibilidades de busca são a de diárias pagas por órgão, consultas integradas com outros sistemas, como o Comprasnet, consultas por item de gastos, pesquisa por ramo de investimento, como os gastos com inovação e “implementação do controle social”. Por fim, seguem duas sugestões, uma a respeito do aperfeiçoamento do mecanismo de busca e outra sobre a linguagem do Portal:

Deveria haver a possibilidade de pesquisar convênios por uma palavra específica, para podermos saber se há algum instrumento de transferência de recurso destinado à doença específica, como por exemplo, a palavra “Leishmaniose” (com adaptações) (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014).

Apenas um conteúdo que mostre com bastante clareza e exatidão e menos burocracia nas informações, pois os brasileiros menos favorecidos não dispõem de conhecimento suficiente para entender. Desse modo, a clareza da informação é muito importante (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014).

4) Publicação de novas informações

Alguns comentários tratavam de sugestões de maior detalhamento, mas que incluíam propostas de publicação de novas informações e, conseqüentemente, à necessidade de realização de melhorias no Portal. Dentre esses, destacam-se a publicação de “valores referentes a isenções fiscais e concessão de juros subsidiados (exemplo: empréstimos do BNDES), “aplicação exata, pelo governo, de cada espécie tributária”, “consultas não apenas aos dados orçamentários/financeiros, mas informações qualitativas sobre os programas finalísticos” e “pagamento de bolsas e auxílios aos estudantes das instituições federais”. Alguns respondentes também fizeram a sugestão de publicação de informações sobre emendas parlamentares, contendo detalhes, valores e destinatários.

Outras sugestões se referiam à publicação de informações sobre o controle e efetividade dos gastos públicos: “relatório de avaliação com base na efetividade”, “relatórios sintéticos, automatizados sobre os sorteios e fiscalizações municipais por exemplo”, “associação entre destinação de verba e finalidade real” e “disponibilizar o máximo possível de conexões (links) com a execução das ações dispostas no Portal, de modo a permitir a confirmação do resultado prático da mesma”. Destaca-se, por exemplo, que vários desses relatórios são publicados no portal institucional da CGU. Por fim, seguem dois comentários que foram classificados em mais de uma categoria e que tratam, respectivamente, de receitas e da qualidade do gasto público:

Saber exatamente quanto é arrecadado por cada tipo de imposto, taxas. Qual é a origem do dinheiro gasto para qual atividade? Exemplo: o imposto pago na gasolina foi gasto exatamente onde? Ferramentas gráficas que permitam uma análise mais rápida dos gastos e que seja possível aprofundar via gráfico nas informações (com adaptações) (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014).

Seria interessante poder consultar, além do tema como educação, estimativas ou informações de como esse valor está influenciando ou não no desenvolvimento do tema. Por exemplo, em relação as metas do governo. Algo como atribuir mais sentido e possibilidades de informação e interpretação ao público em geral. Seria muito bom e não ficaríamos reféns de levantamentos da mídia para obter essas informações (com adaptações) (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014).

5) Informação já existente no Portal

Nessa categoria encontram-se sugestões de publicação de informações que já são disponibilizadas no Portal da Transparência. Percebeu-se, em alguns casos, que o respondente possivelmente não conhece bem o Portal, teve dificuldades em navegar por ele e/ou não teve interesse aprofundado em encontrar tais informações. O fato de haver respondentes que fizeram tais sugestões sugere que podem ser feitas melhorias para que tais aspectos, principalmente a navegação e disposição das informações no Portal, sejam aperfeiçoados. Como exemplo inicial estão os gastos com a Copa do Mundo, que são publicados em seção a eles dedicadas no Portal, acessível no link, à direita, na página inicial.

Alguns respondentes demandaram a publicação dos gastos com cartão corporativo, os convênios e seus valores para cada município, receitas, despesas diárias, nome e valores dos beneficiários do Programa Bolsa Família, os valores recebidos por

entidades sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPs), valores de repasses de royalties e valores transferidos para municípios. Essas informações já se encontram no Portal, sendo que o respondente que fez a sugestão de publicação dos repasses de royalties mencionou a proposta de atualizar com maior frequência essa seção.

6) Maior detalhamento – servidores e diárias

Alguns respondentes sugeriram a publicação de informações mais detalhadas sobre servidores e diárias pagas pelo governo. Sobre os servidores, os comentários recaíram na questão remuneratória, demandando a publicação detalhada de parcelas indenizatórias, benefícios e/ou outras remunerações.

Outros sugeriram a publicação da lista de servidores que estejam em licença remunerada, o histórico de movimentação de servidores em cargos comissionados e a publicação da remuneração dos aposentados e de empregados públicos de empresas públicas no Portal da Transparência. Acerca das diárias, os comentários recaíram na questão de publicar seus valores, assim como os valores das passagens (relativas a uma possível viagem do beneficiário das diárias), a justificativa e o relatório da respectiva viagem.

7) Maior detalhamento – licitações, contratos e convênios

Algumas das sugestões relativas a esses temas foram bem específicas. Alguns respondentes sugeriram a publicação de mais informações relativas ao andamento do convênio firmado entre governo federal e municípios, como com a data de conclusão da obra, caso esse fosse o caso. Sugeriu-se também a publicação de documentos relativos à execução e prestação de contas do convênio, termos de compromisso e contratos de repasse e a possibilidade de busca por extrato na consulta de convênios. Ressalta-se que existem convênios que possuem um link direto para o Portal dos Convênios, onde existem inúmeros detalhes sobre o seu andamento. Porém, nem todos possuem esse link e, assim, impedem que o usuário obtenha mais detalhes sobre ele.

Acerca de licitações, sugeriu-se a publicação delas no Portal, contendo seus detalhes e “todo o processo dos processos licitatórios”. Um usuário sugeriu inclusive a publicação das compras efetuadas com a utilização de atas de registro de preços e outro

sugeriu a possibilidade de realizar buscas por modalidade de licitação. Outra sugestão foi a de publicação de “maiores detalhes sobre convênios com ONGs, Fundações de Apoio e repasses diretos a Estados e Municípios por meio de parcerias e convênios”.

8) Outros

A categoria “outros” reuniu uma série de sugestões realizadas pelos respondentes, mas que não se encaixavam nas demais categorias. Como exemplo, um respondente sugeriu a criação de um sistema semelhante ao Siconv para todos os contratos e um sistema para acompanhamento de licitações, por meio do qual se poderia, por exemplo, observar se há impedimentos para a empresa participante e se os valores praticados por ela estão dentro dos valores médios de produto ou serviços. Essa sugestão extrapola o escopo e finalidade para o qual o Portal foi criado, mas de toda maneira é uma sugestão válida. Outros sugeriram o georreferenciamento dos gastos públicos, com a apresentação dos valores desagregados por região, estado e município e um mapa detalhando os locais onde há investimentos do governo.

Dentre outras sugestões que podem também extrapolar o escopo do Portal, mas que possuem afinidade com o tema do gasto público, destacam-se: publicação da relação dos gastos com a previsão do orçamento aprovado; indicadores de implementação do orçamento aprovado; existência, andamento e relatórios/decisões de Tomadas de Contas Especiais; publicação da prestação de contas daqueles que recebem verbas federais; gastos por órgão vinculado aos ordenadores de despesa; e, por fim, a possibilidade de poder melhor filtrar os arquivos “.csv” para download.

9) Maior detalhamento – programas de governo

Nessa categoria, os comentários foram concentrados na sugestão de apresentação dos gastos públicos também por meio de programas de governo, como o “Mais Médicos”, programas de coleta seletiva, PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida. Sugeriu-se também o detalhamento de gastos de programas por pasta ministerial e a publicação de índices de desempenho dos programas de governo. Como exemplo, cita-se a sugestão feita por um respondente da pesquisa, que abarca inclusive a proposta de melhoria da linguagem de apresentação das informações do Portal:

públicos na minha cidade”, “a obrigatoriedade dos municípios registrarem também as suas informações no portal, para que pudéssemos cruzar dados” e “(...) um 'parâmetro' dos gastos, elencando os prefeitos que, por exemplo, gastam menos para construir uma escola de qualidade. Mostrar a discrepância entre prefeitos que gastam muito e fazem obras sem qualidade” (com adaptações).

Por fim, havia comentários de cidadãos interessados em saber melhor como fiscalizar o gasto público, como no seguinte exemplo:

Dicas sobre fiscalização do dinheiro público. Um sinalizador de municípios mostrando os que não estão aplicando corretamente o dinheiro público ou que estão com alguma irregularidade constatada. Um sinalizador que mostrasse se houve mensalmente alguma redução dos gastos públicos por conta de alguma boa ação desenvolvida pelo governo (com adaptações) (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência, 2014).

5.5.2 Quais melhorias o usuário sugeriu para o Portal?

Esta era uma pergunta aberta, a última do questionário, e contou com 614 comentários dos respondentes. Do total de respondentes que chegaram ao último bloco (1238), praticamente 50% deles a respondeu. Como a maioria dos respondentes realizava mais de uma sugestão, elas foram analisadas e criadas categorias que as agregaram. Como é uma resposta de múltipla escolha, a tabela que apresenta essa categorização não soma 614 comentários nem 100% na proporção.

Tabela 24 – Pergunta I08: Análise e categorização das sugestões dos respondentes⁵¹

Categorias	Contagem	Proporção (%)
Sugestões fora do escopo do Portal	116	19
Não sabe / Não respondeu	99	16
Maior detalhamento das informações e gastos	90	15
Outros aperfeiçoamentos	81	13
Divulgação do Portal	80	13
Interação e melhorias no Portal	77	13
Navegação / acessibilidade / design	75	12
Linguagem	54	9
Mecanismos de busca e filtro	53	9
Cruzamento de informações	30	5
Apoio e explicação das informações	27	4
Download de dados	26	4
Servidores	26	4
Apresentação gráfica das informações	23	4
Atualização	22	4

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

1) Sugestões fora do escopo do Portal

Esta categoria detalha diversas sugestões de melhoria que extrapolam o foco do Portal e/ou as competências do Poder Executivo Federal, como a publicação dos relatórios da CGU, fiscalização do cumprimento da LAI nos municípios, unificação dos portais de transparência (federal, estadual e municipal e o portal do Executivo com Legislativo e Judiciário), unificação dos portais de transparência do Judiciário e criação de um mecanismo de votação eletrônica cidadã no qual, para cada liberação do convênio, os cidadãos opinariam acerca do cumprimento da etapa.

Outros exemplos são: publicação de gastos municipais, remuneração servidores municipais, relatórios de fiscalização, solicitação para que o município do respondente seja fiscalizado, realização de convênios com Tribunais de Conta Estaduais para que informações estaduais sejam publicadas no Portal, divulgação do nome dos municípios que apresentam maior número de irregularidades na aplicação dos recursos públicos, criação de instâncias de orçamento participativo, observatórios sociais, entre outras.

⁵¹ Pergunta: “Para finalizar, quais melhorias você gostaria de sugerir para o Portal da Transparência do Governo Federal?”

2) Não sabe/ Não respondeu

A categoria “não sabe / não respondeu” congrega os comentários que não possuem relação com o Portal ou que tratavam de outros assuntos, como comunicação de problemas e irregularidades em municípios, descrédito com a situação política do país e afirmações de baixo calão.

3) Maior detalhamento das informações e gastos

Os respondentes sugeriram um maior detalhamento das informações do Portal de uma maneira geral, como a melhoria na divulgação de dados sobre investimentos, cargos comissionados, gastos com a máquina pública, saúde e educação. Sugeriram a possibilidade de saber exatamente quanto cada escola recebe de verbas federais, os gastos com investimentos e empréstimos no exterior, principalmente relacionados ao BNDES, a publicação de gastos por função de governo e o maior detalhamento de informações sobre obras públicas.

Outros sugeriram a publicação dos gastos específicos com programas governamentais, como o Mais Médicos, a divulgação da nota fiscal dos fornecedores na seção sobre pagamentos e despesas, o maior detalhamento sobre licitações e compras governamentais e um maior detalhamento sobre convênios, tais como objeto específico, nome da empresa ou entidade contratada e localização georreferenciada.

Outras sugestões foram: possibilidade de realizar buscas por gastos gerais, específicos ou individualizados, gastos com estudantes (principalmente com bolsas), informações sobre a motivação para a realização de determinada despesa e para que uma pessoa receba o Bolsa Família e dados sobre arrecadação em cada área, como por meio de tributos.

Alguns respondentes sugeriram um maior detalhamento sobre transferências para estados e municípios, sobre empresas que contratam com o governo, estatísticas sobre o gasto público (como por meio de relatórios organizados por programas e atividades), gastos com o SUS, a colocação do número do convênio no Siafi, a publicação de gastos com publicidade, a divulgação de preços médios de itens adquiridos e a de termos de cooperação, relatórios e análises (e não apenas exposição de dados).

4) Outros aperfeiçoamentos

Esta categoria inclui diversas sugestões que não se encaixam nas demais, como por exemplo, comentários nos quais os respondentes solicitavam apenas “mais transparência”, ou seja, pedidos genéricos para ampliação da transparência dos gastos públicos. Tratava também de informações que já são publicadas no Portal, como a publicação de transferências federais para estados e municípios, cartões corporativos, seção de downloads, punição a servidores e link para denúncias.

Outras sugestões foram a publicação das relações de gastos com o PPA, publicação de indicadores de execução e metas e justificativas acerca das políticas públicas, criação e ampliação do sistema push para outras consultas, criação de boletim informativo periódico enviado por e-mail, possibilidade de georreferenciamento das informações, facilidade de acesso do portal por tablets e celulares, melhoria da confiabilidade e integridade dos dados e informações, melhoria nos servidores que abastecem o Portal e permissão de APIs no Portal.

Outros exemplos são: realização de buscas de gastos por CEP, publicação de relatórios setoriais, divulgação de dados que são considerados sigilosos, divulgação de notícias e informações de gastos que foram irregularmente utilizados, informações sobre ações legais adotadas pelos órgãos de controle, criação de sistema push para quando ocorrer problemas na execução de obras, convênios e contratos (como atrasos), possibilidade de compartilhar, fotos, dados e relatórios do Portal, publicação de informações sobre oportunidades de participação e controle social.

Por fim, alguns usuários sugeriram a publicação de feedback sobre denúncias realizadas, informações sobre emendas parlamentares, realização de hackatons e disponibilização do código do Portal sob licença livre. Ocorreram também elogios ao Portal e à pesquisa e críticas à efetividade do Portal e à gestão pública.

5) Divulgação do Portal

Muitos respondentes externaram a sugestão de maior divulgação do Portal, para que ele seja mais bem utilizado pela população brasileira. As sugestões foram as mais variadas, como a distribuição de cartilhas, criação de vídeos, divulgação nas redes sociais, na mídia, em jornais, na internet, em eventos, nas escolas e faculdades, nos

municípios e nos estados. Essa divulgação, segundo alguns respondentes, seria acompanhada de explicações sobre a sua importância e de como utilizá-lo.

6) Interação e melhorias no Portal

Acerca da interação, os respondentes sugeriram a possibilidade de interação e conexão do Portal com as redes sociais, incluindo a divulgação do próprio Portal nessas redes. A interação envolve também as sugestões para que se torne o Portal mais interativo, como a construção de canais de comunicação entre usuários e seus gestores, operacionalizados por meio da disponibilização de fóruns, chats, e-mails e formulários para contato, telefone e por meio de redes sociais.

Quanto às demais melhorias no Portal, alguns respondentes sugeriram que o Portal seja mais conectado com outros portais de transparência, apresentando links para portais estaduais e municipais. Outro respondente sugeriu que o Portal se torne mais parecido com o Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), pois segundo ele, esse sistema apresenta maior nível de detalhamento e maior frequência de atualização. Um usuário sugeriu a criação de um sistema push sobre informações municipais, como a cada transferência efetuada para seu município, o usuário receberia um e-mail informativo. Outros sugeriram a publicação de relatórios e boletins periódicos sobre dados, consultas e notícias em destaque.

Muitas sugestões foram feitas no sentido de aperfeiçoamento dos mecanismos de denúncia, contendo links diretos e facilitados no Portal, melhoria do formulário de denúncia, explicações sobre as informações de maneira que mostre ao usuário quem seria o órgão competente para denunciar e o link respectivo (como link para CGU, TCU, TCEs, MP e PF). Um usuário sugeriu a publicação de dados sobre as denúncias que já estão sendo apuradas.

Outras sugestões de melhoria foram: melhoria da seção de notícias, disponibilização das áreas mais acessadas, apresentação de conteúdos por temas e áreas de governo, criação de sites e seções temáticas do Portal, como uma página específica sobre gastos com saúde e educação, integração do Portal com o Siconv e o Comprasnet, a necessidade de ampliação e detalhamento das bases de dados.

Um respondente sugeriu a apresentação do Portal sob duas óticas/perfis de usuário (leiga e técnica) e outro a aplicação de ferramentas de *business intelligence*,

armazém de dados e mineração de dados. Por fim, alguns respondentes sugeriram a divulgação de penalidades dos servidores (e não apenas servidores demitidos), a divulgação de informações sobre prestação de contas e links para programas de governo.

7) Navegação / acessibilidade / design

As sugestões aqui agrupadas referem-se às melhorias do layout e design das páginas do Portal, principalmente da página inicial, da usabilidade do Portal e da navegação, objetivando tornar a consulta ao Portal mais intuitiva, direta e objetiva, facilitando a localização dos dados e informações consultadas.

Alguns respondentes afirmaram que a página inicial apresenta muita informação, é pouco alterada e atualizada e confusa. Sugerem a modernização dela, eliminando o excesso de informações, de maneira que, à medida de que o usuário vai detalhando sua consulta, mas informações são mostradas. Algumas sugestões foram a de a construção de um layout mais dinâmico, com links e “botões” maiores, utilização de maiores opções de cores e a opção de áudio para deficientes.

8) Linguagem

Os respondentes se mostraram preocupados com a linguagem do Portal, que para muitos se mostrou muito técnica, o que dificulta a compreensão das informações. Dessa maneira, eles sugeriram aperfeiçoamento na linguagem, como a publicação de informações em linguagem cidadã e a explicação de conteúdos técnicos e de siglas.

9) Mecanismos de busca e filtro

Esses comentários tratam da sugestão para que sejam aperfeiçoados os mecanismos de busca do Portal, tais como a criação de um mecanismo de busca como o Google, a criação de novos filtros, como por grupo e cargo na consulta servidores, por municípios, por UF, por item de gasto, por produto, por número do pregão, por credor, por item comprado, por órgão superior e inferior e a realização de comparações

intertemporais. Outras sugestões foram para a possibilidade de gerar relatórios personalizados com os critérios de busca efetuados pelo usuário.

10) Cruzamento de informações

Um grande número de sugestões foi feita no sentido de possibilitar o cruzamento das informações do Portal, como para comparar orçamento aprovado e gastos realizados, comparação de gastos com servidores, associar diárias e passagens com órgãos e servidores, bolsas de estudantes com servidores entre outros.

11) Apoio e explicação das informações

As sugestões foram no sentido de disponibilizar material de apoio à navegação e explicações sobre dados e informações do Portal, como vídeos e explicações de termos, siglas técnicas e de como realizar o controle social, de maneira que os usuários possa entender não apenas a informação, mas todo o contexto dela e daquele gasto.

Outros sugeriram o aperfeiçoamento do glossário, disponibilização de apostilas e cursos online e perguntas frequentes nos moldes do disponibilizado pela Receita Federal para a declaração de imposto de renda. Alguns exemplos de quais informações seriam mais bem explicados e detalhados foram as sobre as empresas, organizações da sociedade civil e os detalhes de porque elas estão impedidas ou foram sancionadas.

12) Download de dados

Os comentários tratam de aperfeiçoamentos que podem ser feito nas opções de download. Os respondentes solicitam maiores opções de download em dados abertos, download de todas as consultas disponíveis, opções de filtrar e refinar determinadas consultas para download e possibilidade de download de consultas em PDF,

13) Servidores

As sugestões são parecidas com as apresentadas na seção anterior. Os respondentes sugerem maiores detalhamentos acerca dessa consulta, principalmente a

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Portal é um efetivo instrumento de transparência pública? Esse problema de pesquisa norteou a realização desse trabalho. Nesse contexto, o principal achado desta dissertação é que o Portal, atualmente, pode ser considerado um eficaz instrumento de transparência pública, mas ainda lhe faltam alguns elementos para alcançar a efetividade. Para isso, os resultados da pesquisa e as sugestões feitas podem auxiliar o processo de aperfeiçoamento da efetividade do Portal.

A eficácia do Portal está relacionada ao atingimento dos objetivos para aos quais ele se propõe, que é o de “(...) aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar” (BRASIL, 2014). O Portal realmente foi um grande avanço no sentido de aumentar a transparência da gestão pública. Ele permite que o cidadão acompanhe como estão sendo feitos os gastos públicos e ajude na fiscalização e no controle dessas despesas.

Quando os respondentes foram diretamente demandados acerca da eficácia do Portal como ferramenta para a divulgação dos gastos do governo federal, 72% responderam positivamente e 19% negativamente. Apesar de a quantidade de respostas que discordam ter sido considerável, a descoberta foi que, quanto maior a frequência de acesso, maior a proporção de respondentes que concordam que o Portal é eficaz.

Isso demonstra um problema de desconfiança por parte daqueles que não o utilizam regularmente e que pode ser superado caso haja uma maior divulgação do Portal e de seus objetivos. Nesse contexto, uma quantidade expressiva de sugestões foi de justamente divulgar mais o Portal, de maneira a aumentar seu número de usuários.

Por outro lado, a sua efetividade está associada ao impacto, à capacidade de produzir os efeitos pretendidos e transformações na sociedade. Sob essa ótica, o Portal ainda precisa avançar mais, pois a produção de efeitos e transformações ainda é parcial. A superação dessas barreiras e a conseqüente transformação do Portal em um efetivo instrumento de transparência pública perpassam pelo conceito de transparência adotada neste trabalho.

A transparência pública pode ser entendida como a publicação e divulgação de informações públicas, de maneira que elas sejam facilmente acessadas e compreendidas, permitindo, assim, que a sociedade possa fazer um efetivo uso dela, tendo em vista os fins almejados. Quando comparado aos objetivos para os quais o Portal foi criado, os fins se relacionam com o uso do Portal para a fiscalização dos gastos públicos pela sociedade, que é operacionalizada por meio da participação e do controle social. Assim, fazer um efetivo uso da informação do Portal significa que ela pode ser transformada em instrumento de ação pela população. Dessa maneira, a transformação do Portal em um instrumento eficaz e efetivo perpassa por quatro melhorias, que são complementares entre si.

A primeira envolve as características do acesso. De maneira geral, a maioria dos acessos do Portal parte das capitais do país e é fortemente concentrado nos estados do Sudeste e no Distrito Federal. Ademais, a seção mais visitada no Portal é a de servidores. É importante ressaltar que a curiosidade em saber quanto ganha um servidor público, na grande maioria dos casos, não significa dizer que as despesas públicas estão sendo fiscalizadas. Assim, se o Portal se propõe a ser um instrumento que auxilia o cidadão a acompanhar e fiscalizar os gastos públicos federais, o ideal é que uma quantidade maior de usuários acessem as suas outras seções e que haja um aumento no número de acessos advindos de outros estados e municípios brasileiros.

Esse ponto envolve, portanto, a descentralização da origem do acesso e a diversificação dos conteúdos acessados. Os próprios respondentes apontaram sugestões relacionadas a essas questões, como a necessidade de maior divulgação da existência do Portal. Sobre a diversificação dos conteúdos, uma sugestão é que a página inicial do Portal possua um campo de consultas em destaque, que seria alterado periodicamente. Nele, haveria um convite ao usuário para conhecer mais detalhadamente determinada área do Portal, ressaltando sua importância, como ela funciona e como procurar informações nessa consulta.

A segunda melhoria também se relaciona com o acesso ao Portal, mas se baseia nos resultados da pesquisa. A pesquisa encontrou que 21% dos respondentes acessam o Portal com uma frequência elevada, ou seja, quase diariamente ou ao menos uma vez por semana. Em relação aos que nunca o acessaram (23%), existe uma “demanda reprimida” por transparência, visto que, em média, eles se interessam por cinco

conteúdos, enquanto que para os respondentes que já o acessam esse quantidade é igual a 3.

A pesquisa identificou a existência de três perfis de acesso: cidadão, profissional e a categoria “outros”, formado predominantemente por estudantes e pesquisadores. A frequência de acesso, a avaliação que fazem do Portal e os conteúdos que acessam são, de maneira geral, distintos para cada um desses perfis. No caso dos profissionais, eles encontram com uma maior frequência as informações que procuram, confiam e compreendem mais as informações do Portal do que os outros perfis.

Quanto aos conteúdos, os maiores interesses dos respondentes são saber quanto e em que o governo gasta, as transferências para Estados e Municípios pelo Governo Federal e quanto ganha um servidor público. Para todos os perfis de acessos, saber quanto e em que o governo gasta é o conteúdo cujas informações são as mais difíceis de serem tanto encontradas quanto entendidas. Ademais, numa escala de 1 a 5, o portal possui uma avaliação média de 3,32, sendo que quase metade dos respondentes o avalia positivamente (notas 4 e 5).

Esses resultados demonstram que há perfis de usuários do Portal com características, avaliações e objetivos distintos. Apesar de os resultados encontrados, no geral, terem sido relativamente satisfatórios, há espaço para o aperfeiçoamento, já que o Portal tem sido mais bem utilizado e avaliado por profissionais e não pelos cidadãos, que constituem um dos principais públicos-alvo do Portal.

Uma sugestão seria analisar a viabilidade de construção de perfis de acesso ao Portal, como no caso do *Recovery.gov* (EUA, 2014), que apresenta, por exemplo, a opção de perfis de “jornalista”, “usuário de dados” e “cidadão interessado”. Ao clicar em cada um deles, a página inicial é atualizada, com conteúdos específicos e pré-selecionados para cada perfil. Essa pode ser mais uma maneira de tentar adequar o Portal ao seu usuário.

Idealmente, em termos de disponibilização do conteúdo na página inicial, cada usuário teria uma preferência de como realizá-la. Ainda assim, o exemplo do *Recovery.gov* é marcante nesse sentido e, no Brasil, a página do Serpro⁵² apresenta opção de, ao menos, organizar e retirar os conteúdos de interesse do usuário de sua página inicial. Portanto, algum tipo de visualização alternativa da página inicial ou de

⁵² <https://www.serpro.gov.br/>

organização dos conteúdos poderia ser priorizado, levando-se em conta as áreas mais acessadas por cada um dos perfis.

Da mesma maneira, esse processo seria acompanhado de desenvolvimentos na navegação do Portal, tornando os conteúdos mais acessíveis aos usuários. Quanto à compreensão das informações, o Portal reflete a estrutura orçamentária federal e a mudança dessa organização é muito mais complexa do que desenvolvimentos da interface de um portal governamental. Mesmo assim, é possível avançar nesse quesito, disponibilizando os conteúdos em linguagem cidadã, com explicações, vídeos, conteúdo interativo e até possivelmente mecanismos que encorajam a interação entre governo e usuários. Aliás, essa foi também uma demanda nas sugestões dos respondentes da pesquisa.

A pesquisa demonstrou que os respondentes possuem interesses específicos, como em saber temas que estão no debate político da atualidade, por exemplo, os gastos com programas governamentais específicos. Atualmente, é extremamente complicado a um usuário comum conhecer qual são os gastos com o Programa Mais Médicos e o Minha Casa Minha Vida, visto que seus recursos partem de diferentes ministérios e são alocados em variadas ações no orçamento.

Nesse caso, poderiam ser criadas consultas específicas para os principais programas do governo e áreas prioritárias, como gastos com saúde, educação e segurança pública. Esse tipo de agrupamento poderia evitar possíveis erros de interpretação dos gastos publicados no Portal, como o ocorrido no início de janeiro de 2014⁵³. Outras sugestões são a disponibilização de conteúdos em gráficos, *dashboards*, cruzamento de informações e as sugestões advindas dos próprios respondentes da pesquisa, como publicação de valores de emendas parlamentares contidas no orçamento federal.

A terceira melhoria relaciona-se com o perfil do respondente. Como visto na pesquisa com os usuários do Portal, a maioria deles possuía ensino superior completo e renda superior a 3.401 reais, eram servidores/empregados públicos, homens e tinham, em média, 38 anos. Esse perfil obtido com a pesquisa demonstra que esses respondentes possuem características semelhantes aos cidadãos que possuem melhores condições e já participam tradicionalmente, pois possuem, por exemplo, alta renda e escolaridade.

⁵³ <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2014/noticia00214.asp>

Acerca desse ponto, o ideal seria haver uma aproximação com aquilo que estabelece a terceira corrente dos estudos de democracia digital, ou seja, de engajamento no Portal daqueles que estão fora do debate e da participação política tradicional. Isso envolveria o estímulo, por exemplo, aos jovens para acessarem o Portal, além de pessoas com outros níveis de escolaridade e renda e cidadãos que trabalhem em outros setores, que não o público. Mais uma vez, uma campanha de divulgação, principalmente nas redes sociais, pode alcançar, pelo menos, o público jovem. Vale lembrar que 95% dos respondentes alegaram fazer parte de pelo menos uma rede social.

A melhoria na navegação, no layout, na interatividade e na linguagem das informações do Portal pode contribuir também para que o público que hoje se encontra excluído possa conhecer melhor o Portal. Destaca-se, porém, que dificilmente uma grande proporção da população terá interesse em participar e, nesse processo, acessar e utilizar os dados do Portal. O objetivo da divulgação consiste justamente em atingir um público potencial que ainda não o acessa, mas que é interessado por essas questões.

A quarta melhoria envolve a relação do Portal com mecanismos de participação e controle social, com a LAI e com a realização de denúncias. Tendo por base os objetivos para os quais o Portal foi criado, para que ele alcance uma efetividade, é preciso que suas informações sejam utilizadas pela população para acompanhar e fiscalizar os gastos públicos, de maneira que essa utilização impacte na gestão pública. Para essa tarefa, existem mecanismos de participação e controle social que podem ser utilizados, individual e/ou coletivamente, nesse processo de acompanhamento e fiscalização.

Quanto aos respondentes da pesquisa, encontramos que 75% deles se envolvem com pelo menos um desses mecanismos off-line e 85% deles com pelo menos um dos mecanismos online. Em quantidade, a utilização de mais de um mecanismo na internet é maior do que os tradicionais, visto que 48% utilizaram três ou mais dessas ferramentas online, enquanto que apenas 30% as utilizam presencialmente. Especificamente, é interessante notar, sobre os online, que os mais utilizados são a assinatura de uma petição ou abaixo assinado pela internet, acesso às páginas de transparência pública de órgãos federais e acesso a portais de transparência estaduais e municipais.

Isso demonstra que o usuário está engajado não apenas no Portal, mas em outros portais de transparência da esfera federal, estadual e municipal. Essa complementaridade pode ser explorada pelos gestores do Portal, ao reformular, por

exemplo, a seção “Rede de Transparência” e/ou criar seções que possam indicar links e portais de outras esferas ao usuário interessado em se aprofundar nessas questões de transparência.

Outra complementaridade que pode ser explorada é a da transparência ativa (Portal) e passiva (pedidos de acesso à informação). Um percentual significativo de respondentes (21%), dado o pouco tempo de vigência da LAI, já realizaram tais pedidos. Ainda assim, 26% dos respondentes não a conhecem. Como a transparência ativa e passiva são atributos complementares, esse percentual foi considerado alto, ainda que a maioria dos respondentes que não a conhecem são também os que nunca acessaram o Portal. Nesse quesito, a sugestão é de ampliar a conexão e complementaridade desses atributos da transparência. Ou seja, haver uma maior interligação entre o Portal e o e-SIC, como por meio da criação de links de acesso direto de um para o outro nas seções do Portal, permitindo ao usuário que não encontrou o que queria solicitar tais informações na via passiva.

Entende-se que a *accountability* é um processo democrático que estabelece ao poder público (e agentes públicos) a obrigação de informar e se abrir ao público, de prestar contas a respeito de sua atuação, de explicar e justificar suas ações, de estar suscetível à responsabilização e, se for o caso, de sofrer as devidas sanções com a consequente adoção de medidas para corrigir a ação/situação. A investigação sobre possíveis irregularidades pode ocorrer, por exemplo, por órgãos institucionalizados, como a CGU e o TCU. Porém, quando nos referimos ao *accountability* societal e ao próprio controle social, o cidadão e a sociedade passam a ter um papel importante para que haja uma efetiva *accountability*.

Uma das maneiras de se realizar isso é por meio de denúncias. Na pesquisa, encontramos que 24% dos respondentes alegaram já ter feito pelo menos uma denúncia. Quanto a eles, quase metade dos respondentes acha que ela não surtiu efeito e o Poder Público não tomou as providências necessárias. A respeito dos locais de realização delas, as ouvidorias públicas eram um dos locais nos quais os respondentes mais realizaram denúncias.

Quanto aos que não fizeram uma denúncia, o motivo mais recorrente é de que o respondente nunca teve o que denunciar, seguido da falta de conhecimento e como e onde realizar a denúncia. Para eles, a opção/local mais recorrente na qual fariam uma denúncia seria o Ministério Público, seguido da CGU e da mídia. Os respondentes

também realizam ou realizaram denúncias em mecanismos informais e não institucionalizados, como o compartilhamento das irregularidades nas redes sociais e a comunicação de ocorrência deles para amigos.

Nesse quesito, a sugestão que se faz é o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de denúncia. O Portal pode reformular a sua seção de denúncias, dado que ela também obteve baixíssimo acesso no período de realização da pesquisa, tornando-a mais visível, para que incentive os usuários a comunicar possíveis dados ou informações suspeitas por eles encontradas. A questão das denúncias extrapola também o âmbito do Portal. As ouvidorias são importantes mecanismos na qual são feitas as denúncias e isso pode ser mais bem aprofundado, por meio da divulgação da sua atuação, modernização de formulários e explicações de como realizar uma denúncia. Tais orientações podem ajudar o denunciante a superar a dificuldade, apontada por alguns respondentes, de que o processo de denúncia é muito burocrático.

Existe também uma demanda reprimida de denúncias, que são veiculadas em mecanismos informais (internet, redes sociais e conversa com amigos) e que podem e devem ser apropriadas pelos mecanismos institucionalizados. Campanhas nas redes sociais de explicação de como elas podem ser feitas e onde podem ser veiculadas são passos importantes. A criação de aplicativos na internet pode auxiliar também, pois permitiriam que um cidadão instantaneamente, ao se deparar com uma obra pública, por exemplo, relatar o estado em que se encontra e enviar fotos comprovando os fatos.

Um último ponto nesse quesito é a questão da prestação de contas dessas denúncias. Os órgãos públicos poderiam publicar, por exemplo, a cada seis meses, estatísticas de quantidade de denúncias que foram recebidas e as que foram averiguadas, preservado o anonimato do denunciante. O *feedback* da realização de uma denúncia pode aumentar a percepção de efetividade delas e encorajar o cidadão, ao encontrar possíveis novas irregularidades, proceder a um novo comunicado.

Outros achados da pesquisa, mas que não se relacionam diretamente com o Portal, referem-se ao perfil político e de associativismo dos respondentes. A pesquisa com os usuários do Portal demonstrou que na internet e nas redes sociais, a maioria deles possui os hábitos de ler conteúdos que tratem de temas políticos, compartilhá-los e produzir e publicá-los, porém, apenas 23% deles os debatem com outras pessoas.

Para eles, o voto continua sendo, isoladamente, a forma mais importante de influenciar e realizar mudanças na política brasileira (34%). Entretanto, se

considerarmos conjuntamente as instâncias de participação apontadas pelos respondentes (por meio de movimentos e exigência de mudanças diretamente – 33% – e da própria participação e controle social – 12%), temos que 45% deles acreditam na importância desses mecanismos como formas de influenciar e realizar mudanças na política brasileira.

Sobre os motivos pelos quais a internet estimula o interesse dos respondentes em buscar informações relacionadas à política, a maioria são os de caráter informacional e, em menor proporção, os motivos de caráter participativo. Ademais, 75% deles alegaram estar insatisfeitos com a democracia.

Ainda assim, a grande maioria (70%) deles acha que o sistema não permite que eles tenham influência no sistema político, ao passo que uma maioria similar (64%) considera conhecer bem os assuntos políticos mais importantes do país, o que indica que esses indivíduos acham que podem ter condições de influenciar o sistema político. Quanto ao associativismo, 64% participam de grupos e/ou associações, sendo que apenas 21% participam de três ou mais. O grupo com a maior proporção foi o de associações profissionais (24%).

As informações sobre esse perfil são importantes para se conhecer melhor as características do respondente dessa pesquisa. Porém, essas características podem ser consideradas independentes de modificações e melhoria que porventura sejam efetuadas no Portal, visto que dificilmente esse perfil será alterado por ações adotadas pelos gestores desse website.

Sendo assim, este trabalho procurou estudar o Portal sob a ótica do uso de suas informações para o auxílio na participação e no controle social de seus usuários visando a fiscalização dos gastos públicos. Os achados desta pesquisa mostram, porém, que ele necessita de aperfeiçoamentos para alcançar uma maior efetividade, tornando-se, assim, um instrumento para a transparência pública, para o controle social e para a *accountability* da gestão pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. Finanças Públicas, Democracia e *accountability*. In: ARVATE, P.; BIDERMAN, C. (orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004.

AL'HANATI, Y. O que restou das jornadas de junho? **A Gazeta do Povo**, Londrina, 24 nov. 2013. Disponível em: <
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1427776&tit=O-que-restou-das-jornadas-de-junho>>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

ANGÉLICO, F. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos à *accountability* democrática no Brasil**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

AVELAR, L. Participação Política. In: CINTRA, A.; AVELAR, L. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-. Adenauer-Stiftung, 2007.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BARBER, B. **Strong Democracy**. Los Angeles: University of California Press, 1984.

BATISTA, C. **ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America**. Paris: Unesco, 2003.

_____. **Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e participação cidadã na América do Sul: um estudo sobre a oferta de informações nos portais de governos municipais**. (Documento de trabalho, no prelo). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

_____. TIC e Participação Cidadã na América Latina: um estudo dos legislativos locais. In: CUNHA, M; FREY, K; DUARTE, F. (ed.). **Governança Local e as Tecnologias da Informação e Comunicação**. 1. ed. Curitiba: Champagnat, 2009.

BATISTA, M. **Tecnologias de informação e comunicação – TIC – para a melhoria da participação cidadã nos países da América do Sul**. 2006. 77 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BAXANDALL, P.; MAGNUSON, B. **Transparency.Gov.2.0: Using The Internet For Budget Transparency To Increase Accountability, Efficiency And Taxpayer Confidence**. Boston: Masspirg Educational Fund, 2008.

BORGE, R.; CARDENAL, A. Surfing the Net: A Pathway to Participation for the Politically Uninterested? **Policy & Internet**, v. 3, n. 1, article 3, p. 1-31, 2011

BRAGA, M. Auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. In: IV Congresso CONSAD, 25-27 mai. 2011, Brasília, Brasil. **Anais**. Brasília: CONSAD, 2011.

BRAGA, M. Gestão de riscos, transparência e controle social no contexto dos projetos governamentais: eficiência aliada à democracia. In: V Congresso CONSAD, 4-6 jun. 2012, Brasília, Brasil. **Anais**. Brasília, CONSAD, 2012.

BRAGA, S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-50, jun., 2007.

BRASIL. **2º Plano de Ação Brasileiro**. 2013. Parceria para Governo Aberto. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/governoaberto/no_brasil/plano-brasileiro/segundo-plano/SegundoPlano.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2014.

_____. Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial nº 262, de 19 de junho de 2012. 2012a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de jun. 2012.

_____. Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial nº 140, de 13 de março de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de mar. de 2006.

_____. Controladoria-Geral da União. **1ª Conferências Nacional sobre Transparência e Controle Social**. Texto-Base 2011-2012, 2011a. Disponível em: < <http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/Consocial/Conferencia/TextoBase.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2013.

_____. Controladoria-Geral da União. Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público. 2ª ed., maio, 2009a. Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/cartilhaolvivo/Arquivos/CartilhaOlhoVivo_baixa_V2.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

_____. Controladoria-Geral da União. Extrato de Acordo de Cooperação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 07 fev. 2014, Seção 3, p. 2. 2014a. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/65837144/dou-secao-3-07-02-2014-pg-2>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

_____. Controladoria-Geral da União. Portaria nº 243, de 6 de junho de 2003. 2003a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de jun. de 2003.

_____. Controladoria-Geral da União. Portaria nº 516, de 15 de março de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de março de 2010.

_____. Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º de julho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm>. Acesso em 4 de abril de 2014.

_____. Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011. 2011b. Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de outubro de 2011.**

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. 2012b. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do **caput** do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de maio de 2012.

_____. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. 2014b. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de maio de 2011.**

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de mai. de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em 02 de abril de 2014.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. 2009b. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de mai. de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm >. Acesso em 02 de abril de 2014.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. 2003b. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de mai. de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm > . Acesso em 10 de abril de 2014.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012. 2012c. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm >. Acesso em 10 de agosto de 2013.

_____. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de out. 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17232.htm >. Acesso em 10 de agosto de 2013.

_____. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de out. 1991. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18248.htm >. Acesso em 10 de agosto de 2013.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. 2003c. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º jan. de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em 02 de abril de 2014.

_____. **Páginas de Transparência Pública do Governo Federal**. Disponível em: < <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/>>. Múltiplos acessos, 2014c.

_____. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Múltiplos acessos, 2014d.

BRESSER-PEREIRA, L; WILHEIM, J; SOLA, L. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, 1999.

CESOP/Unicamp. **Estudo Eleitoral Brasileiro 2006**. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/busca/CESOP/pesquisa_usuarioL>. Acesso em 08 de outubro de 2013.

CLAD. A responsabilização na nova gestão pública latino-americana. In: BRESSER-PEREIRA, L.; GRAU, N. (Coords.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: Clad/Fundap, 2006.

COUPER, M.; TRAUGOTT, M.; LAMIAS, M. Web Survey Design and Administration. **The Public Opinion Quarterly**, v. 65, n. 2, p. 230-253, 2001. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3078803> >.

CRUZ, M. **Tecnologia de informação no espaço público: o caso telecidadão no Paraná**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1999.

CULAU, A.; FORTIS, M. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: XI Congresso CLAD, 7-10 nov, 2006, Ciudad de Guatemala, Guatemala. **Anais**. Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006

CUNHA, M. Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo. In: X Congresso CLAD, 18-21 oct, 2005, Santiago, Chile. **Anais**. Santiago: CLAD, 2005.

_____. **Portal de serviços públicos e de informação ao cidadão:** estudo de casos no Brasil. 2000. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2000.

CUNHA, M.; SANTOS, G. O uso de meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros. **O&S**, v. 12, n. 35, out-dez, 2005.

CUNHA, M; REINHARD, N. Portal de serviços públicos e informação ao cidadão: estudo de caso no Brasil. In: Encontro da ANPAD, 2001, Campinas. **Anais**. Campinas: ANPAD, 2001, p. 25-39.

CUNILL, N. Modelos de controle e participação sociais existentes na Administração Pública Federal. In: SANTERO, S.; SALGADO, V. (orgs.). **Participação social:** textos para discussão. Brasília: Editora IABS, 2013.

DIÁLOGOS SETORIAIS. Relatório **Participação social na Administração Pública Federal:** desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação social. Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>>. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

DIMAGGIO, P.; HARGITTAI, E.; NEUMAN; R.; ROBINSON, J. Social implication of the Internet. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 307-336, 2001.

DINIZ, V. Internet e Cidadania. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Informação:** Estado e Sociedade. Curitiba: IMAP, 1997.

DUARTE, A. Bolsa Pesca é paga sem controle pelo governo e usada até como moeda eleitoral. **O Globo**. Caderno Política, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/bolsa-pesca-paga-sem-controle-pelo-governo-usada-ate-como-moeda-eleitoral-2744078>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2014.

_____. Governo divulgará lista de beneficiados com seguro-defeso e vai criar grupo para cadastramento dos pescadores. **O Globo**. Caderno Política, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/governo-divulgara-lista-de-beneficiados-com-seguro-defeso-vai-criar-grupo-para-recadastramento-dos-pescadores-2742972>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2014.

DUARTE, M. O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação. In: 29ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, Brasil, 2006. **Anais** Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

ESTADÃO. **Blog do Estadão - Dados**. 2014. Disponível e: < <http://blog.estadaodados.com/sobre/>>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The American Recovery and Reinvestment Act. Disponível em: < <http://www.recovery.gov/arra/Pages/default.aspx>>. Acesso em 10 de junho de 2014.

FILHO, A. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: X Congresso CLAD, 18-21 oct, 2005, Santiago, Chile. **Anais**. Santiago: CLAD, 2005.

FOX, J. The Uncertain Relationship between Transparency and Accountability. , **Development in Practice**, v. 17, n. 4-5, p. 663-671, 2007.

FRASER, M; DUTTRA, S. **Throwing Sheep in the Boardroom**. 1 ed. West Sussex: Wiley, 2008.

FREIRE, F. **A temática das Relações Executivo-Legislativas: o Estudo dos Portais Norte-Americanos**. 2010. 86 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FREY, K. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: O Potencial das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. **Revista de Sociologia Política**, n. 21, p. 165-185, 2003.

GOETZ, A.; JENKINS, R. **Reinventing Accountability: Making Democracy Work for Human Development**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2005.

GOOGLE. **Google Analytics**. Disponível em: < <http://www.google.com/analytics/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. Transparency of Public Decision-Making: towards trust in local government? **Policy & Internet**, v. 2, n.1, p. 4-34, 2010.

GRÖNLUND, Å. E-democracy and e-government: state of the art. **68th IFLA Council and General Conference**. Glasgow: [s.n.]. 2002.

GRUMAN, M. Lei de Acesso à Informação: notas e um breve exemplo. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 97-108, set-dez, 2012.

HAGE, J. **O governo Lula e o combate à corrupção**. 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

INGLEHART, R. Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy. In: NORRIS, P. (Ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford University Press, 1999.

KLEBER, L. Servidores fiscalizados por vizinhos. Caderno Política, p. 2. **Correio Braziliense**, Brasília, edição domingo, 11 de novembro de 2012. Disponível : < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/57221/noticia.htm?sequence=1> > . Acesso em: 02 de maio de 2014.

KRONENBERGER, A. **TIC e a Relação Cidadão-Governo na América do Sul**: um estudo dos sites dos Legislativos e Executivos municipais. 2010. 53 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LAGO, R.; SILVA, E.; ROTHEBERG, D. PT no Planalto. Tema do dia. **Correio Braziliense**, Brasília, edição sexta-feira, 3 de janeiro de 2003.

LAPOP. **The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP)**. Base de dados do LAPOP - Brasil 2008 (SPSS). Disponível em: <www.LapopSurveys.org> e < <http://datasets.americasbarometer.org/database-login/usersearch.php> >. Acesso em 08 de junho de 2014. Base 2008.

_____. **The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP)**. Base de dados do LAPOP - Brasil 2010 (SPSS). Disponível em: <www.LapopSurveys.org> e < <http://datasets.americasbarometer.org/database-login/usersearch.php> >. Acesso em 08 de junho de 2014. Base 2010.

_____. **The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP)**. Base de dados do LAPOP - Brasil 2012 (SPSS). Disponível em: <www.LapopSurveys.org> e < <http://datasets.americasbarometer.org/database-login/usersearch.php> >. Acesso em 08 de junho de 2014. Base 2012.

LAVALLE, G; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49-104, 2006

LEMOS, L. **Controle Legislativo em Democracias Presidencialistas: Brasil e EUA** em perspectiva comparada. Tese de Doutorado apresentada ao CEPPAC - Universidade de Brasília, 2005.

LIMA, M. **Answerability no Executivo Federal brasileiro: uma análise das páginas de transparência pública**. 2010. 77 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LOPES, C. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 8, p. 5-40, 2007.

LOPES, F.; FREIRE, G. Governo eletrônico e *accountability*: avaliação da publicização das contas públicas dos Estados brasileiros. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 9-12 jun. 2010, Fortaleza, Ceará. **Anais**. Fortaleza, CONPEDI, 2010.

LOPES, I. Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na Web. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 81-90, jan-abr, 2004.

MALENA, C.; WITH FORSTER, R.; SINGH, J. **Social Accountability: An Introduction to the Concept and Emerging Practice**. Social Development Paper No. 76, p. 1-24, dez, 2004. Washington, DC: World Bank, 2004.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. In: PRZEWORSKI, MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. (eds.). **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

MANIN, B; PRZEWORSKI, A; STOKES, S. Eleições e Representação. **Lua Nova**, São Paulo, v.67, p. 105-138, 2006.

MARGETTS, H; JOHN, P; ESCHER, T; REISSFELDER, S. Can the internet overcome the logic of collective action? An experiment of the impact of social pressure on political participation. In: **Political Studies Association Annual Conference**, 7-9 abril, 2009, University of Manchester, Reino Unido. Disponível em: <<http://www.governmentontheweb.org/publications/44>>. Acesso em 17 de agosto de 2013.

MARQUES, F. Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In: MAIA, M et al (ed.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MATA, J. A influência das Tecnologias de Comunicação e Informação - TICs - nas democracias contemporâneas e na participação cidadã. **Revista Eletrônica Democracia Digital e Governo Eletrônico**, nº 6, p.120-145, 2012. Disponível em: < <http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/34155/33078> >. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

MEDEIROS, V. **Análise do Portal do Ministério da Fazenda: um estudo de caso sobre ouvidorias digitais**. 2008. TCC (Especialização em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MEIJER, A. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, ed. 75, v. 2, p. 255-269, 2009.

MERITT; FUNDAÇÃO LEMANN. **QEDu**. 2014. Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 19 de abril de 2014.

MIGUEL, L. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-78, 2005.

MILL, J. **Sobre a Liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C. J.; MCNEAL, R. **Digital Citizenship: the internet, society and participation**. Londres: The MIT Press, 2008.

MOTA, A. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, L. **A transparência dos portais brasileiros de transparência pública: um estudo de três casos**. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, S. S. **TIC E Participação Cidadã na América do Sul: um Estudo dos Sites do Poder Público Local**. 2008. 88 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NEVES, O. Evolução das Políticas de Governo Aberto no Brasil. In: VI Congresso CONSAD, 16-18 abr. 2013, Brasília, Brasil. **Anais**. Brasília, CONSAD, 2013.

NEWBOLD, S. Federalist No. 27: Is Transparency essential for public confidence in government? **Public Administration Review**. Special issue. p. 547-552, dez, 2011.

NORRIS, P. Democratic Divide: The Impact of the Internet on Parliaments Worldwide. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, 2000, Washington DC: American Political Science Association. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/apsa2000demdiv.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2014.

_____. **Digital Divide?** Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Democratic Deficit**. Critical citizens revisited. New York: Cambridge University Press, 2011.

NOSSA, L. Apartamentos funcionais do Executivo são ocupados irregularmente em Brasília. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 set. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apartamentos-funcionais-do-executivo-sao-ocupados-irregularmente-em-brasilia,924628,0.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

O'DONNELL, G. *Accountability* Horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998.

O'NEILL, O. **A Question of Trust: The BBC Reith Lectures 2002**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

OCDE, **Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement**. Paris: OCDE, 2003.

OLIVER, R. **What is Transparency?** New York: McGraw-Hill, 2004.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. Accountability social: la outra cara del control. In: PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (orgs). **Controlando la política**: ciudadanos y médios em las nuevas democracias latino-americanas. Buenos Aires: Temas, 2001.

PINHO, J. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p.471-93, maio-jun, 2008.

PINHO, J.; SACRAMENTO, A. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 3, p. 1343-1368, nov-dez, 2009.

PIRES, R.; VAZ, A. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. IPEA: Texto para discussão 1707, Rio de Janeiro, fevereiro de 2012.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER-PEREIRA, L.; SPINK, P. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

QUINTELIER, E.; VISSERS, S. The Effect of Internet Use on Political Participation: An Analysis of Survey Results for 16-Year-Olds in Belgium. **Social Science Computer Review**, v. 26, n. 4, p. 411-427, 2008.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Para onde foi meu dinheiro?** 2014. Disponível em: <<http://www.paraondefoiomeudinheiro.org.br/dataset/estado-sao-paulo-2012>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2014.

REUTERS. Hage sinaliza irregularidade em gasto de ministra. **Reuters**. Terra Notícias. 31 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2302164-EI7896,00-Hage+sinaliza+irregularidade+em+gasto+de+ministra.html>>. Acesso em 30 de abril de 2014.

RIBEIRO, A. *Accountability* e controle social: reenquadrando o problema do controle do Estado sob uma perspectiva relacional. In: II Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2011. **Anais**. Florianópolis: USFC, 2010.

RIBEIRO, M. Usando a internet para a promoção da transparência: os portais da América Latina. In: XIV Congresso CLAD, 27-30 oct, 2009, Salvador, Brasil. **Anais**. Salvador: CLAD, 2009.

RINGEL, L. The uneasy relationship of organizations and expectations for transparency. A theoretical framework. In: **3rd Global Conference on Transparency Research**, p. 1-25, 24-26 oct, 2013, EHC, Paris, France. Disponível em: < https://www.google.com.br/search?q=The+uneasy+relationship+of+organizations+and+expectations+for+transparency&oq=The+uneasy+relationship+of+organizations+and+expectations+for+transparency&aqs=chrome..69i57j69i64l3.284j0j4&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8>. Acesso em 13 de novembro de 2013.

RODRIGUES, J. Controle, transparência e acesso a informação no governo federal do Brasil: o portal da transparência. In: X Congresso CLAD, 18-21 oct, 200, Santiago, Chile. **Anais**. Santiago: CLAD, 2005.

ROMANELLI, A. Após denúncia de fraude, Orlando Silva procura Dilma e pede investigação da PF. **Estadão**. Caderno Política. 15 de out. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-denuncia-de-fraude-orlando-silva-procura-dilma-e-pede-investigacao-da-pf,785793,0.htm>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

SALGADO, A.; COSTA, O.; NORONHA, P. A difícil estrada para o Brasil ter transparência, de norte a sul. **Brasil Econômico**, São Paulo, edição de 22 de agosto de 2013. Disponível em: < <http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100659261/a-dificil-estrada-para-o-brasil-ter-transparencia-de-norte-a-sul>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

SANTOS, L. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: transparência e responsabilidade. 2002. Disponível em: <<http://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/1966/1/LRF.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2014.

SANTOS, P.; BERNARDES, M.; ROVER, A. **Teoria e Prática de Governo Aberto**: lei de acesso à informação nos executivos municipais da região Sul. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. (Eds.). **The self-restraining state**. Power and accountability in new democracies. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SEARSON, E; JOHNSON, M. Transparency laws and interactive public relations: an analysis of Latin American government Web sites. **Public Relations Review**, n. 36, p. 120-126, 2010.

SECCHIN, L. Controle social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício de cidadania. In: CGU. **Revista da CGU** - Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Ano III, n. 5, Dezembro/2008. Brasília: CGU, 2008.

SENADO FEDERAL, DataSenado. **O Cidadão e as manifestações populares**, 2013.

SILVA, D. **Transparência na esfera pública interconectada**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Mestrado em Comunicação – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SIMÃO, J.; RODRIGUES, G. Acessibilidade às informações públicas: uma avaliação do portal de serviços e informações do governo federal. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 81-92, mai-ago, 2005.

SOARES, L. **Participação Cidadã e Tecnologias de Informação e Comunicação: um estudo das possibilidades de interação do cidadão português com o poder público municipal**. 2010. 66 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

STABILE, M. **Democracia eletrônica para quem? Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o Portal da Câmara dos Deputados**. 2012. 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

_____. **Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e a participação eletrônica no Legislativo Federal: Por uma compreensão da demanda dos usuários do site do Senado Federal**. 2009. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SUK KIM, P.; HALLIGAN, J.; CHO, N.; OH, C.; EIKENBERRY, A. Toward Participatory and Transparent Governance: Report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. **Public Administration Review**, v. 65, n. 6, p. 646-654, 15 nov, 2005.

TEIXEIRA, A. **Guia da Cidadania para a Transparência: prevenção contra a corrupção**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TOLEDO, L. Passeata dos cem mil, caras pintadas e Movimento Passe Livre debatem “Jornadas de Junho”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2013. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,passeata-dos-cem-mil-caras-pintadas-e-movimento-passe-livre-debatem-jornadas-de-junho,1107798,0.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **The Anti-Corruption Plain Language Guide**, 2009. Disponível em: < http://www.transparency.org/whatwedo/pub/the_anti_corruption_plain_language_guide >. Acesso em: 03 de março de 2014.

VAZ, J. A Evolução da Oferta de Serviços e Informações ao Cidadão pelos Portais Municipais Brasileiros: entre a inovação e a oferta básica. **IP. Informática Pública**, ano 10, v. 2, p. 65-78, 2008. Disponível em: < http://www.ip.pbh.gov.br/ANO10_N2_PDF/evolucao_oferta_servicos_informacoes.pdf >. Acesso em: 10 de julho de 2013.

_____. **Portais municipais e promoção da cidadania**: construção de modelo de avaliação e verificação de limites e possibilidades. 2003. 490 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – EAESP, FGV, São Paulo, 2003.

VAZ, J; RIBEIRO, M; MATHEUS, R. Dados Governamentais Abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 9, p. 45-62, 2010.

VIANA, F. **Estudo da presença de fatores indicativos de governabilidade nos sites das câmaras municipais brasileiras**. 2004. 86 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____. **Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Democracia**. 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIEIRA, L. **Transparência e controle da gestão fiscal**: a Lei Complementar nº 131/09 e sua regulamentação. Goiás: Associação Nacional do Ministério Público de Contas, 2011.

VILELLA, R. **Conteúdo, Usabilidade e Funcionalidade**: três dimensões para a avaliação de portais estaduais de Governo Eletrônico na Web. 2003. 263 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

WATSON, R.; AKSELSEN, S.; EVJEMO, B.; AARAÆTHER, N. Teledemocracy in local government. **Communications of the ACM**, v. 42, n. 12, p. 58-63, dez, 1999.
WELCH, E.; HINNANT, C.; MOON, M. Linking citizen satisfaction with e-government and trust in government. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 15, n. 3, p. 371-391, 2005.

WIVES, W. **Democracia Digital**: um estudo sobre fatores que contribuem para sua existência e desenvolvimento. 2011. 50 f. Monografia (Graduação) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ZYL, A. Greasing the wheels of the accountability system: how civil society organizations close the gap between transparency and accountability. In: **3rd Global Conference on Transparency Research**, p. 1-13, 24-26 oct, 2013, EHC, Paris, France. Disponível em: < <http://campus.hec.fr/global-transparency/wp-content/uploads/2013/10/CSO-transparency-and-accountability-Governance-HEC-conference.pdf>>. Acesso em 13 de novembro de 2013.

APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa

Observações iniciais sobre a organização do questionário

As perguntas estão organizadas em cinco blocos distintos. Como o questionário foi veiculado em uma página da internet (<http://pesquisa.unb.br>), optou-se por dividi-lo em cinco páginas distintas. O respondente era o responsável por, ao terminar de responder as perguntas da primeira página, clicar (no canto inferior direito) no botão “Próximo”. A razão para essa divisão era evitar que o respondente se deparasse, logo na primeira página, com dezenas de perguntas, o que poderia afetar sua pretensão em responder o questionário. Ao terminar a quinta página, aparecia o botão “enviar” que, ao ser clicado, apresentava a mensagem de agradecimento da participação na pesquisa. A cada mudança de página, as respostas preenchidas da página anterior eram salvas automaticamente.

Originalmente, o questionário era organizado em três grandes blocos que tratavam dos mesmos assuntos. Além disso, o questionário iniciava-se com perguntas sobre a avaliação geral e específica do Portal. Entretanto, nos pré-testes realizados, percebeu-se que: o questionário estava longo; alguns respondentes não terminavam o questionário por achar que ele se encerrava tão somente com as questões sobre avaliação; e alguns respondentes se sentiam desestimulados com o tamanho do questionário.

Acerca do primeiro ponto, decidiu-se eliminar algumas perguntas, pois elas continham elementos repetitivos ou que já poderiam, de alguma maneira, ser capturados pelas demais questões existentes. Assim, a versão preliminar apresentava 53 perguntas no total (39 perguntas simples e 14 condicionadas). Porém, antes do lançamento da pesquisa, o questionário foi novamente revisado e foram eliminadas 6 perguntas simples e 1 condicionada.

A respeito do segundo, identificou-se que parte dele advinha também do título dado à pesquisa (Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal). Ou seja, os respondentes achavam que ela se referia tão somente à avaliação do Portal. No momento em que se iniciavam as perguntas sobre perfil, participação

política e digital e controle social, alguns desistiam, abandonando a pesquisa, e outros respondiam de maneira rápida e sem a devida atenção ou deixavam incompleto o questionário. As medidas adotadas foram uma descrição mais detalhada do que seria a pesquisa no texto de boas vindas da primeira página do questionário e a mudança na ordem das perguntas.

Quanto ao título da pesquisa, ele foi mantido por dois motivos: primeiro, para evitar que ele ficasse muito extenso; segundo, porque poderia desencorajar a participação de alguns usuários. Esse entendimento decorre de que a pesquisa, com o título de “Pesquisa de Avaliação”, convida tão somente o respondente a avaliar o Portal. No caso da inclusão de “Pesquisa de Identificação do Perfil do Usuário”, o potencial respondente poderia chegar à conclusão de que o objetivo era saber quem ele é, o que poderia desencorajá-lo a participar. Portanto, o título foi mantido, já que a identificação do perfil do respondente é uma consequência da sua participação.

Quanto ao problema do tamanho do questionário, a solução envolveu a redução do número de perguntas e a reordenação delas. Ou seja, ampliou-se o número de blocos e, conseqüentemente, de páginas do questionário. Com isso, o número de perguntas por página diminuiu. O respondente não tinha acesso aos nomes dos blocos, mas apenas à informação de que o questionário teria entre 4 e 5 páginas. Essa variação poderia ocorrer de acordo com a resposta escolhida para algumas perguntas condicionantes.

Os códigos apresentados para cada pergunta serviam apenas para o cadastramento das mesmas no sistema e não foram apresentados na página do questionário. Em geral, os códigos que possuem uma letra e/ou número ao final (ex: P01a, C01b1) indicam que se trata de uma pergunta condicionada. Logo, algumas perguntas só seriam respondidas caso determinada alternativa de uma questão anterior fosse escolhida.

Em algumas questões, optou-se por exibir as alternativas de resposta aleatoriamente. Ou seja, a cada entrada no sistema, a ordem de apresentação das alternativas variava. Isso ocorreu apenas nas perguntas cujas alternativas não possuíam um ordenamento/escala (como ocorre na pergunta de faixa de renda) e que apresentavam muitas alternativas. A ordem aleatória foi adotada nas seguintes questões:

- Bloco 1 – Participação (P): P06;
- Bloco 2 – Avaliação Geral (G): G01;
- Bloco 3 – Avaliação Específica (E): E01, E01a, E03, E04 e E05;

- Bloco 4 – Controle Social (C): C01a, C01b1, C02 e C03;
- Bloco 5 – Perfil (I): I04.

O objetivo para a adoção desse procedimento foi metodológico, para tentar evitar o risco de que as primeiras alternativas tivessem uma quantidade superestimada de respostas. Ou seja, a intenção foi evitar que o respondente optasse pelas primeiras alternativas em detrimento de uma leitura adequada das últimas.

Destaca-se também que algumas perguntas cujas alternativas eram aleatórias (P06, G01, E01, E01a, C01a, C02 e C03) possuíam uma abordagem diferenciada. Todas as suas alternativas eram apresentadas aleatoriamente, com exceção da última, que sinalizava a resposta “não” para a pergunta. Por exemplo, a pergunta P06 (“Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses”) apresenta 9 alternativas dispostas de forma aleatória, seguida da 10ª opção (“Não faço parte de nenhum grupo ou associação”) e da 11ª (“Outros”). Nestes casos, tais alternativas (“não faço parte...” e “outros”) eram sempre apresentadas por último.

A próxima página apresenta o questionário. Cada pergunta, no caso de ser condicionada, detalha as condições para que ela seja apresentada ao respondente. Os demais apêndices apresentam os textos de boas-vindas, de agradecimento e o de mais informações (“clique aqui”) da pesquisa.

Bloco 1 - Participação (P)

P01. Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal? (pergunta obrigatória para a continuação do questionário. Sem respondê-la, não era possível avançar para as próximas páginas).

1. Quase diariamente
2. Pelo menos uma vez por semana
3. Pelo menos uma vez por mês
4. Poucas vezes, mas sem uma frequência definida
5. Acessei o Portal da Transparência uma única vez
6. Nunca acessei o Portal da Transparência

P01a. Você considera que o Portal da Transparência é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Quase diariamente' ou 'Pelo menos uma vez por semana' ou 'Pelo menos uma vez por mês' ou 'Poucas vezes, mas sem uma frequência definida' ou 'Acessei o Portal da Transparência uma única vez' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

1. Sim
2. Não
3. Não sei

P02. Você já fez algum pedido de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)?

1. Sim, já fiz
2. Não, mas já ouvi falar na LAI
3. Não conheço a LAI

P03. Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira?

1. Votar para eleger os que defendem minha posição
2. Participar de movimentos de protesto e exigir mudanças diretamente
3. Não é possível fazer com que as coisas mudem, pois minhas ações não fazem diferença

P03_other: Influenciar de outras maneiras. Quais?

P04. Por quais motivos a internet estimula seu interesse em buscar informações relacionadas à política?

P04_1. Tenho mais informações sobre o que o governo e os políticos estão fazendo

P04_2. Tenho mais informações sobre mobilizações e protestos

P04_3. Troco informações com mais pessoas sobre política

P04_4. Participo de discussões e debates sobre política na internet

P04_5. Participo de grupos e associações pela internet

P04_6. A internet não estimula meu interesse em buscar informações relacionadas à política

P04_other: Outros:

P05. De maneira geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?

1. Muito satisfeito
2. Satisfeito
3. Insatisfeito
4. Muito insatisfeito

P06. Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses:

- P06_1. Grupo religioso
- P06_2. Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro
- P06_3. Partido político
- P06_4. Associação de voluntariado e/ou grupo de assistência social
- P06_5. Associação profissional
- P06_6. Sindicato
- P06_7. Grêmios, centro acadêmico ou associação de estudantes
- P06_8. Organização não-governamental (ONG)
- P06_9. Movimento Social
- P06_10. Não faço parte de nenhum grupo ou associação
- P06_other. Outros:

Bloco 2 - Avaliação Geral (G)**G01. O que você gostaria de saber sobre transparência no Governo Federal?**

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Nunca acabei o Portal da Transparência' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

- G01_1. Quanto e em que o governo gasta
- G01_2. Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo
- G01_3. Como e o que o governo compra
- G01_4. Quais são os convênios firmados pelo governo
- G01_5. Quanto ganha um servidor público
- G01_6. Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
- G01_7. Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo
- G01_8. Quantos e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo
- G01_9. Quanto o governo arrecada
- G01_10. Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal
- G01_other. Outros:

As demais perguntas do Bloco 2 possuem a seguinte condição (com exceção da G09): a resposta foi 'Quase diariamente' ou 'Pelo menos uma vez por semana' ou 'Pelo menos uma vez por mês' ou 'Poucas vezes, mas sem uma frequência definida' ou 'Acessei o Portal da Transparência uma única vez' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

G02. Você acessa o Portal da Transparência principalmente como um(a):

1. Cidadão(ã), por curiosidade e/ou para conhecer os gastos públicos
2. Cidadão(ã), para acompanhar e/ou fiscalizar os gastos públicos
3. Membro de organização da sociedade civil, para obter informações para o meu trabalho
4. Profissional do setor público, para obter informações para o meu trabalho
5. Profissional do setor privado, para obter informações para o meu trabalho
6. Jornalista, para obter informações para o meu trabalho
7. Pesquisador(a) ou estudante, para acessar os dados do Portal da Transparência
- G02_other. Outros

G03. De maneira geral, como você considera a navegação no Portal da Transparência?

1. Muito fácil
2. Fácil
3. Difícil
4. Muito difícil

G04. Como você considera as informações do Portal da Transparência?

1. Muito confiáveis
2. Confiáveis
3. Pouco confiáveis
4. Nada confiáveis

G05. Com qual frequência você encontra as informações que procura no Portal da Transparência?

1. Sempre
2. Na maioria das vezes
3. Às vezes
4. Raramente
5. Nunca

G06. Para você, como é entender as informações encontradas no Portal da Transparência?

1. Muito fácil
2. Fácil
3. Difícil
4. Muito difícil

G07. Avalie a sua satisfação com o Portal da Transparência com uma nota de 1 a 5, sendo 1 a pior e 5 a melhor nota.

1. 1
2. 2
3. 3
4. 4
5. 5

G08. Quanto às informações do Portal da Transparência, de maneira geral, com qual das seguintes frases você concorda?

1. São as informações que eu buscava
2. São as informações que eu buscava, mas tenho dificuldade em entendê-las
3. Encontrei apenas parte das informações que eu buscava
4. São informações que podem me ajudar, mas não era o que eu buscava
5. Não são as informações que eu buscava

G09. Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da seguinte frase:

"A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão que contribui para a prevenção e o combate à corrupção no país" (Esta pergunta -G09- é sempre mostrada).

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Não concordo nem discordo
4. Discordo
5. Discordo totalmente
6. Não conheço a Controladoria-Geral da União (CGU)

Bloco 3 - Avaliação Específica (E)

E01. Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Poucas vezes, mas sem uma frequência definida' ou 'Pelo menos uma vez por mês' ou 'Pelo menos uma vez por semana' ou 'Quase diariamente' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

E01_1. Quanto e em que o governo gasta

E01_2. Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo

E01_3. Como e o que o governo compra

E01_4. Quais são os convênios firmados pelo governo

E01_5. Quanto ganha um servidor público

E01_6. Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais

E01_7. Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo

E01_8. Quantos e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo

E01_9. Quanto o governo arrecada

E01_10. Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal

E01_other. Outros:

E01a. Eu acessei o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Acessei o Portal da Transparência uma única vez' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

E01a_1. Quanto e em que o governo gasta

E01a_2. Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo

E01a_3. Como e o que o governo compra

E01a_4. Quais são os convênios firmados pelo governo

E01a_5. Quanto ganha um servidor público

E01a_6. Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais

E01a_7. Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo

E01a_8. Quantos e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo

E01a_9. Quanto o governo arrecada

E01a_10. Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal

E01a_other. Outros

As demais perguntas do Bloco 3 possuem as seguintes condições: A resposta foi 'Acessei o Portal da Transparência uma única vez' ou 'Poucas vezes, mas sem uma frequência definida' ou 'Quase diariamente' ou 'Pelo menos uma vez por semana' ou 'Pelo menos uma vez por mês' na questão '1 [P01]' (Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?)

E02. Quanto à visualização das informações sobre o gasto público, qual delas é a mais importante para você?

1. Saber os gastos gerais, como os gastos totais com “educação”

2. Saber os gastos específicos, como quanto custa a construção de uma escola

3. Saber os gastos individualizados, como quanto custa um livro

E02_other. Outros

E03. Quais informações você considera as mais difíceis de serem encontradas no Portal da Transparência?

1. Quanto e em que o governo gasta
2. Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo
3. Como e o que o governo compra
4. Quais são os convênios firmados pelo governo
5. Quanto ganha um servidor público
6. Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
7. Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo
8. Quantos e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo
9. Quanto o governo arrecada

E03_other. Outros

E04. E quais informações você considera as mais difíceis de serem entendidas?

1. Quanto e em que o governo gasta
2. Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo
3. Como e o que o governo compra
4. Quais são os convênios firmados pelo governo
5. Quanto ganha um servidor público
6. Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais
7. Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo
8. Quantos e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo
9. Quanto o governo arrecada

E04_other. Outros

E05. Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?

- E05_1. Outros tipos de consultas de temas específicos
- E05_2. Mecanismos de interação entre governo e usuários do Portal
- E05_3. Aperfeiçoamento dos mecanismos de busca
- E05_4. Disponibilização de mais dados abertos para download
- E05_5. Possibilidade de associar/cruzar os dados e informações
- E05_6. Visualização dos gastos públicos em mapas e gráficos
- E05_7. Personalização da página principal
- E05_8. Outros materiais de informação e apoio à navegação
- E05_9. Outros:

E05a. Quais outros tipos de consultas de temas específicos você gostaria de acessar no Portal da Transparência?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi “Outros tipos de consultas de temas específicos “na questão '22 [E05]” (Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?)

Por favor, coloque sua resposta aqui: (caixa de texto para resposta livre)

E05b. Marque o material de informação e de apoio à navegação que você considera o mais útil.

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi “Outros materiais de informação e apoio à navegação “na questão '22 [E05]' (Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?)

1. Vídeos
2. Curso virtual
3. Glossário
4. Seção de perguntas mais frequentes
5. Textos explicando detalhes técnicos do Portal

E05b_other. Outros

Bloco 4 - Controle Social (C)**C01. Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?**

1. Sim
2. Não
3. Prefiro não responder

C01a. Marque as opções e locais onde foi/foram feita(s) sua(s) denúncia(s).

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Sim' na questão '25 [C01]' (Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?)

C01a_1. Contato com Ouvidoria(s) pública(s)

C01a_2. Controladoria-Geral da União

C01a_3. Tribunal de Contas da União

C01a_4. Controladorias e Tribunais de Conta estaduais ou municipais

C01a_5. Ao próprio órgão público envolvido na(s) irregularidade(s)

C01a_6. Ministério Público

C01a_7. Compartilhamento da(s) irregularidade(s) na internet/redes sociais

C01a_8. Polícia

C01a_9. Mídia

C01a_10. Comentei com amigos a existência de irregularidade(s)

C01a_11. Não lembro onde fiz minha(s) denúncia(s)

C01a_other. Outros:

C01a1. Você acha que sua denúncia surtiu efeito e o Poder Público tomou as providências necessárias? Considere apenas a última denúncia feita.

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Sim' na questão '25 [C01]' (Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?)

1. Sim
2. Não
3. Não sei
4. Não obtive retorno da denúncia que fiz
5. Não acompanhei mais a irregularidade denunciada

C01b. Por que você nunca fez uma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Não' na questão '25 [C01]' (Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?)

C01b_1. Porque minha denúncia não surtiria efeito

C01b_2. Porque eu nunca tive o que denunciar

C01b_3. Porque eu nunca me interessei em fazer uma denúncia

C01b_4. Porque eu posso me sentir ameaçado e temo pela minha segurança

C01b_5. Porque eu não sei como e aonde fazer a denúncia

C01b_other. Outros:

C01b1. Se você tivesse interesse em fazer uma denúncia, onde faria ou a quem comunicaria?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Não' na questão '25 [C01]' (Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?)

C01b1_1. Contato com Ouvidoria(s) pública(s)

C01b1_2. Controladoria-Geral da União

C01b1_3. Tribunal de Contas da União

C01b1_4. Controladorias e Tribunais de Conta estaduais ou municipais

C01b1_5. Ao próprio órgão público envolvido na(s) irregularidade(s)

C01b1_6. Ministério Público

C01b1_7. Compartilhamento da(s) irregularidade(s) na internet/redes sociais

C01b1_8. Polícia

C01b1_9. Mídia

C01b1_10. Comentaria com amigos a existência de irregularidade(s)

C01b1_other. Outros:

C02. Assinale os mecanismos tradicionais de participação que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.

C02_1. Conselhos de Políticas Públicas

C02_2. Conferências de políticas públicas (Municipais, Estaduais ou Nacionais)

C02_3. Contato com Ouvidorias públicas

C02_4. Fóruns Interconselhos

C02_5. Audiências e/ou consultas públicas presenciais

C02_6. Orçamento participativo presencial

C02_7. Manifestações e protestos públicos

C02_8. Contato com um político eleito (por telefone, carta ou pessoalmente)

C02_9. Assinatura de uma petição ou abaixo-assinado presencialmente

C02_10. Nunca utilizei nem participei de mecanismos de participação tradicional

C02_other. Outros:

C03. Em relação à participação na internet, assinale os mecanismos que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.

C03_1. Consultas e audiências públicas eletrônicas

C03_2. Acesso a portais de transparência de governos municipais e estaduais

C03_3. Acesso às Páginas de Transparência Pública dos órgãos do governo federal

C03_4. Envio de e-mail ou mensagem eletrônica de contato para algum órgão público

C03_5. Orçamento participativo eletrônico

C03_6. Contato com um político eleito (pela internet, redes sociais ou e-mail)

C03_7. Lista de e-mail, blog, grupo, fórum ou comunidade eletrônica de discussões políticas

C03_8. Assinatura de uma petição ou abaixo-assinado eletronicamente

C03_9. Nunca utilizei mecanismos de participação na internet

C03_other. Outros:

C04. Considerando os mecanismos de participação tradicional e na internet, qual(is) deles estimula(m) mais o seu interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos?

1. Mecanismos de participação tradicional
2. Mecanismos de participação na internet
3. Ambos os mecanismos
4. Nenhum dos mecanismos

C05. E qual(is) deles você acredita que é mais eficaz no controle social?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Nenhum dos mecanismos' ou 'Ambos os mecanismos' ou 'Mecanismos de participação na internet' ou 'Mecanismos de participação tradicional' na questão '32 [C04]' (Considerando os mecanismos de participação tradicional e na internet, qual(is) deles estimula(m) mais o seu interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos?)

1. Mecanismos de participação tradicional
2. Mecanismos de participação na internet
3. Ambos os mecanismos
4. Nenhum dos mecanismos

C06. Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da frase abaixo:

“Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu pensam”

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Não concordo nem discordo
4. Discordo
5. Discordo totalmente

C07. Gostaríamos que você nos dissesse se concorda ou discorda da frase abaixo:

“Eu sinto que entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país”

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Não concordo nem discordo
4. Discordo
5. Discordo totalmente

Bloco 5 - Perfil (I)

I01. Você é usuário(a) de quais redes sociais?

- I01_1. Facebook
- I01_2. Youtube
- I01_3. Google+
- I01_4. Twitter
- I01_5. Orkut
- I01_6. Instagram
- I01_7. Não sou usuário de redes sociais
- I01_other. Outros:

I02. Na internet ou nas redes sociais, considerando apenas conteúdos que tratem de temas políticos, você tem o hábito de:

- I02_1. Ler esses conteúdos
- I02_2. Compartilhá-los
- I02_3. Produzir e publicá-los
- I02_4. Debatê-los com outras pessoas
- I02_5. Não tenho nenhum desses hábitos

I03. Qual é o seu gênero?

- 1. Feminino
- 2. Masculino
- I03_other. Outros

I04. Qual é a sua ocupação atual?

- 1. Aposentado(a)/Pensionista
- 2. Autônomo(a)
- 3. Desempregado(a)
- 4. Dona de casa
- 5. Assalariado(a) do setor privado
- 6. Empresário(a)
- 7. Empregado de organização da sociedade civil
- 8. Estudante
- 9. Militar
- 10. Servidor(a) ou Empregado(a) Público(a)
- I04_other. Outros

I04a. De qual Poder?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Servidor(a) ou Empregado(a) Público(a)' na questão '39 [I04]' (Qual é a sua ocupação atual?)

- 1. Executivo
- 2. Legislativo
- 3. Judiciário

I04b. De qual esfera?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Executivo' ou 'Legislativo' na questão '40 [I04a]' (De qual Poder?)

- 1. Federal
- 2. Estadual
- 3. Municipal

I04b1. De qual esfera?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Judiciário' na questão '40 [I04a]' (De qual Poder?)

- 1. Federal
- 2. Estadual

I05. Qual a sua escolaridade?

1. Ensino fundamental (1º grau)
2. Ensino médio incompleto (2º grau)
3. Ensino médio completo (2º grau)
4. Ensino superior incompleto
5. Ensino superior completo
6. Pós-graduação lato sensu
7. Mestrado ou Doutorado
8. Não possuo instrução formal

I06. Qual é a sua renda individual bruta mensal?

1. Até R\$ 680
2. De R\$ 681 a R\$ 1.360
3. De R\$ 1.361 a R\$ 3.400
4. De R\$ 3.401 a R\$ 8.600
5. De R\$ 8.601 a R\$ 12.900
6. Mais de R\$ 12.900
7. Não possuo renda própria
8. Prefiro não responder

I07. Qual a sua idade?

(campo para digitar a idade)

Ajuda: Digite a sua idade no campo acima

I08. Para finalizar, quais melhorias você gostaria de sugerir para o Portal da Transparência do Governo Federal?

Por favor, coloque sua resposta aqui: (caixa de texto para resposta livre).

APÊNDICE B – Resultados da Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência

Observação: as frequências e proporções apresentadas nesta seção já contemplam os procedimentos de tratamento dos dados, incluindo, por exemplo, a análise das alternativas “outros” das perguntas que a possuíam. Nesse caso, poderia ocorrer a eventual incorporação dos achados dessa alternativa em outras já existentes, a criação de novas ou a atribuição dos achados à categoria “não sabe / não respondeu”.

BLOCO 1 – Participação (P)

Tabela 25 – Pergunta P01: Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Quase diariamente	152	9,2
Pelo menos uma vez por semana	198	12,0
Pelo menos uma vez por mês	231	14,0
Poucas vezes, mas sem uma frequência definida	543	32,9
Acessei o Portal uma única vez	152	9,2
Nunca acessei o Portal da Transparência	373	22,6
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 26– Pergunta P01a: Você considera que o Portal da Transparência é uma ferramenta eficaz para a divulgação dos gastos do Governo Federal?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Sim	912	71,5
Não	239	18,7
Não sei	102	8,0
Não respondeu	23	1,8
Total	1276	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 27 – Cruzamento da P01 e P01a: frequência de acesso e eficácia do Portal como ferramenta para divulgação dos gastos federais

		O Portal é uma ferramenta eficaz para divulgação dos gastos federais?				
		Sim	Não	Não sei	Não respondeu	Total
	Categorias	Proporção (%) na linha	Proporção (%) na linha	Proporção (%) na linha	Proporção (%) na linha	Proporção (%) na linha
Frequência de acesso ao Portal	Quase diariamente	82,2	13,8	1,3	2,6	100
	Pelo menos uma vez por semana	80,3	13,1	4,0	2,5	100
	Pelo menos uma vez por mês	76,2	18,6	3,5	1,7	100
	Poucas vezes, mas sem uma frequência definida	67,6	21,5	9,4	1,5	100
	Acessei o Portal da Transparência uma única vez	55,9	21,1	21,7	1,3	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 28 – Pergunta P02: Você já fez algum pedido de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Sim, já fiz	349	21,2
Não, mas já ouvi falar na LAI	851	51,6
Não conheço a LAI	439	26,6
Não respondeu	10	0,6
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 29 – Pergunta P03: Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira? (pergunta original)

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Votar para eleger os que defendem minha posição	565	34,3
Participar de movimentos de protesto e exigir mudanças diretamente	535	32,4
Influenciar de outras maneiras. Quais?	417	25,3
Não é possível fazer com que as coisas mudem, pois minhas ações não fazem diferença	83	5,0
Não sabe / Não respondeu	49	3,0
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 30 – Pergunta P03: Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira? (incorporação dos achados da categoria “outros”)

Categorias(1)	Frequência	Proporção (%)
Votar para eleger os que defendem minha posição	565	34,3
Participar de movimentos de protesto e exigir mudanças diretamente	536	32,5
Por meio da participação e do controle social (realização de discussões, fiscalização e realização de denúncias)	192	11,6
Não é possível fazer com que as coisas mudem, pois minhas ações não fazem diferença	83	5,0
Por meio da melhoria no acesso à informação, da educação e na conscientização política e ética da população	72	4,4
Por meio de reformas (ex: Reforma Política e na legislação)	33	2,0
Por meio do voto (outras razões)	30	1,8
Outros	81	4,9
Não sabe / Não respondeu	57	3,5
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Nota: (1) Essa nova tabela desta pergunta foi criada após a análise da categoria “Influenciar de outras maneiras. Quais?”, que correspondia à categoria “outros” da pergunta. Ela apresenta a incorporação, como novas categorias, desses achados, assim como a criação de uma categoria “outros”, de caráter residual.

Tabela 31 – Pergunta P04: Por quais motivos a internet estimula seu interesse em buscar informações relacionadas à política?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Tenho mais informações sobre o que o governo e os políticos estão fazendo	1219	73,9	430	26,1	1649	100
Tenho mais informações sobre mobilizações e protestos	430	26,1	1219	73,9	1649	100
Troco informações com mais pessoas sobre política	574	34,8	1075	65,2	1649	100
Participo de discussões e debates sobre política na internet	401	24,3	1248	75,7	1649	100
Participo de grupos e associações pela internet	281	17,0	1368	83,0	1649	100
A internet não estimula meu interesse em buscar informações relacionadas à política	75	4,5	1574	95,5	1649	100
Outros	60	3,6	1589	96,4	1649	100
Não sabe / Não respondeu	86	5,2	1563	94,8	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 32 – Contagem das categorias de resposta de P04⁵⁴

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não estimula / Não sabe / Não respondeu	161	9,8
Por 1 motivo	825	50,0
Por 2 motivos	218	13,2
Por 3 motivos	197	11,9
Por 4 motivos	129	7,8
Por 5 motivos	117	7,1
Por 6 motivos	2	0,1
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

⁵⁴ Todas as tabelas que apresentam contagem das categorias de resposta de uma pergunta de múltiplas alternativas inclui a contagem da alternativa “outros”.

Tabela 33 – Pergunta P05: De maneira geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Muito satisfeito	45	2,7
Satisfeito	300	18,2
Insatisfeito	675	40,9
Muito insatisfeito	563	34,1
Não respondeu	66	4,0
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 34 – Pergunta P06: Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses.

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Não faço parte de nenhum grupo ou associação	500	30,3	1149	69,7	1649	100
Associação profissional	392	23,8	1257	76,2	1649	100
Grupo religioso	328	19,9	1321	80,1	1649	100
Movimento Social	297	18,0	1352	82,0	1649	100
Organização não-governamental (ONG)	273	16,6	1376	83,4	1649	100
Associação de voluntariado e/ou grupo de assistência social	263	15,9	1386	84,1	1649	100
Sindicato	234	14,2	1415	85,8	1649	100
Partido político	204	12,4	1445	87,6	1649	100
Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro	164	9,9	1485	90,1	1649	100
Grêmios, centro acadêmico ou associação de estudantes	119	7,2	1530	92,8	1649	100
Outros	69	4,2	1580	95,8	1649	100
Não sabe / Não respondeu	89	5,4	1560	94,6	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 35 – Contagem das categorias de resposta de P06

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não faço parte / Não sabe / Não respondeu	589	35,7
Faço parte de 1 grupo ou associação	399	24,2
Faço parte de 2 grupo(s) e/ou associação(ões)	312	18,9
Faço parte de 3 grupo(s) e/ou associação(ões)	185	11,2
Faço parte de 4 grupo(s) e/ou associação(ões)	103	6,2
Faço parte de 5 grupo(s) e/ou associação(ões)	31	1,9
Faço parte de 6 grupo(s) e/ou associação(ões)	20	1,2
Faço parte de 7 grupo(s) e/ou associação(ões)	5	0,3
Faço parte de 8 grupo(s) e/ou associação(ões)	3	0,2
Faço parte de 9 grupo(s) e/ou associação(ões)	1	0,1
Faço parte de 10 grupo(s) e/ou associação(ões)	1	0,1
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

BLOCO 2 – Avaliação Geral (G)

Tabela 36 – Pergunta G01: O que você gostaria de saber sobre transparência no Governo Federal?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Quanto e em que o governo gasta	262	76,6	80	23,4	342	100
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	210	61,4	132	38,6	342	100
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	206	60,2	136	39,8	342	100
Como e o que o governo compra	206	60,2	136	39,8	342	100
Quanto o governo arrecada	204	59,6	138	40,4	342	100
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	201	58,8	141	41,2	342	100
Quais são os convênios firmados pelo governo	184	53,8	158	46,2	342	100
Quanto ganha um servidor público	139	40,6	203	59,4	342	100
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	141	41,2	201	58,8	342	100
Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal	11	3,2	331	96,8	342	100
Outros	16	4,7	326	95,3	342	100
Não sabe / Não respondeu	12	3,5	330	96,5	342	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 37 – Contagem das categorias de resposta de G01

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não tenho interesse / Não sabe / Não respondeu	23	6,7
Tenho interesse em 1 tema	71	20,8
Tenho interesse em 2 temas	9	2,6
Tenho interesse em 3 temas	17	5,0
Tenho interesse em 4 temas	26	7,6
Tenho interesse em 5 temas	22	6,4
Tenho interesse em 6 temas	26	7,6
Tenho interesse em 7 temas	26	7,6
Tenho interesse em 8 temas	26	7,6
Tenho interesse em 9 temas	91	26,6
Tenho interesse em 10 temas	5	1,5
Total	342	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 38 – Pergunta G02: Você acessa o Portal da Transparência principalmente como um(a)

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Cidadão(ã), por curiosidade e/ou para conhecer os gastos públicos	377	32,6
Cidadão(ã), para acompanhar e/ou fiscalizar os gastos públicos	363	31,3
Profissional do setor público, para obter informações para o meu trabalho	209	18,0
Pesquisador(a) ou estudante, para acessar os dados do Portal da Transparência	77	6,6
Membro de organização da sociedade civil, para obter informações para o meu trabalho	44	3,8
Profissional do setor privado, para obter informações para o meu trabalho	43	3,7
Jornalista, para obter informações para o meu trabalho	9	0,8
Outros	14	1,2
Não sabe / Não respondeu	22	1,9
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 39 – Agregação das alternativas da pergunta G02: proporção dos perfis de acesso ao Portal

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Cidadão	740	65,1
Profissional	305	26,8
Outros	91	8,0
Total	1136	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 40 – Cruzamento das alternativas da pergunta P01 e G02: frequência de acesso ao Portal por perfil de acesso

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Quase diariamente	63	8,5	73	23,9	6	6,6
Pelo menos uma vez por semana	109	14,7	62	20,3	6	6,6
Pelo menos uma vez por mês	140	18,9	51	16,7	22	24,2
Poucas vezes, mas sem uma frequência definida	331	44,7	104	34,1	46	50,5
Acessei o Portal da Transparência uma única vez	97	13,1	15	4,9	11	12,1
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 41 – Pergunta G03: De maneira geral, como você considera a navegação no Portal da Transparência?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Muito fácil	84	7,3
Fácil	731	63,1
Difícil	270	23,3
Muito difícil	54	4,7
Não respondeu	19	1,6
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 42 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G03: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da navegação no Portal

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Muito fácil	53	7,2	29	9,5	2	2,2
Fácil	481	65	188	61,6	57	62,6
Difícil	168	22,7	76	24,9	22	24,2
Muito difícil	34	4,6	11	3,6	9	9,9
Não respondeu	4	0,5	1	0,3	1	1,1
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 43 – Pergunta G04: Como você considera as informações do Portal da Transparência?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Muito confiáveis	139	12,0
Confiáveis	761	65,7
Pouco confiáveis	207	17,9
Nada confiáveis	27	2,3
Não respondeu	24	2,1
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 44 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G04: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da confiabilidade nas informações do Portal

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Muito confiáveis	87	11,8	45	14,8	6	6,6
Confiáveis	478	64,6	218	71,5	61	67,0
Pouco confiáveis	147	19,9	37	12,1	19	20,9
Nada confiáveis	20	2,7	3	1,0	4	4,4
Não respondeu	8	1,1	2	0,7	1	1,1
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 45 – Pergunta G05: Com qual frequência você encontra as informações que procura no Portal da Transparência?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Sempre	115	9,9
Na maioria das vezes	537	46,4
Às vezes	372	32,1
Raramente	81	7,0
Nunca	18	1,6
Não respondeu	35	3,0
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 46 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G05: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da disponibilidade das informações no Portal

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Sempre	73	9,9	36	11,8	5	5,5
Na maioria das vezes	324	43,8	177	58,0	35	38,5
Às vezes	255	34,5	74	24,3	39	42,9
Raramente	60	8,1	12	3,9	8	8,8
Nunca	11	1,5	3	1	2	2,2
Não respondeu	17	2,3	3	1	2	2,2
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 47 – Pergunta G06: Para você, como é entender as informações encontradas no Portal da Transparência?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Muito fácil	96	8,3
Fácil	671	57,9
Difícil	312	26,9
Muito difícil	42	3,6
Não respondeu	37	3,2
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 48 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G06: avaliação dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da compreensão das informações do Portal

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Muito fácil	60	8,1	32	10,5	3	3,3
Fácil	424	57,3	190	62,3	55	60,4
Difícil	210	28,4	67	22	29	31,9
Muito difícil	29	3,9	11	3,6	2	2,2
Não respondeu	17	2,3	5	1,6	2	2,2
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 49 – Pergunta G07: Avalie a sua satisfação com o Portal da Transparência com uma nota de 1 a 5, sendo 1 a pior e 5 a melhor nota.

Notas	Frequência	Proporção (%)
Nota 1	60	5,2
Nota 2	137	11,8
Nota 3	405	35,0
Nota 4	417	36,0
Nota 5	102	8,8
Não respondeu	37	3,2
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 50 – Pergunta G08: Quanto às informações do Portal da Transparência, de maneira geral, com qual das seguintes frases você concorda?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
São as informações que eu buscava	349	30,1
São as informações que eu buscava, mas tenho dificuldade em entendê-las	187	16,1
Encontrei apenas parte das informações que eu buscava	464	40,1
São informações que podem me ajudar, mas não era o que eu buscava	90	7,8
Não são as informações que eu buscava	31	2,7
Não respondeu	37	3,2
Total	1158	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 51 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G08: proporção dos respondentes, por perfil de acesso, que concordam com as frases acerca das informações do Portal

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
São as informações que eu buscava	221	29,9	106	34,8	21	23,1
São as informações que eu buscava, mas tenho dificuldade em entendê-las	121	16,4	46	15,1	19	20,9
Encontrei apenas parte das informações que eu buscava	302	40,8	119	39	38	41,8
São informações que podem me ajudar, mas não era o que eu buscava	60	8,1	24	7,9	5	5,5
Não são as informações que eu buscava	19	2,6	6	2	5	5,5
Não respondeu	17	2,3	4	1,3	3	3,3
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 52 – Pergunta G09: Gostaríamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: "A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão que contribui para a prevenção e o combate à corrupção no país"

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Concordo totalmente	338	22,5
Concordo	612	40,8
Não concordo nem discordo	213	14,2
Discordo	130	8,7
Discordo totalmente	89	5,9
Não conheço a Controladoria-Geral da União (CGU)	83	5,5
Não respondeu	35	2,3
Total	1500	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 53 – Cruzamento das alternativas da pergunta G02 e G09: proporção da opinião dos respondentes, por perfil de acesso, acerca do papel da CGU

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Concordo totalmente	180	24,3	99	32,5	16	17,6
Concordo	338	45,7	130	42,6	39	42,9
Não concordo nem discordo	100	13,5	37	12,1	15	16,5
Discordo	60	8,1	23	7,5	10	11,0
Discordo totalmente	33	4,5	11	3,6	6	6,6
Não respondeu	20	2,7	2	0,7	4	4,4
Total	740	100	305	100	91	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

BLOCO 3 – Avaliação Específica (E)

Tabela 54 – Pergunta E01: Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha
Quanto e em que o governo gasta	539	57,0	407	43,0	946	100
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	492	52,0	454	48,0	946	100
Quanto ganha um servidor público	409	43,2	537	56,8	946	100
Quais são os convênios firmados pelo governo	379	40,1	567	59,9	946	100
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	356	37,6	590	62,4	946	100
Como e o que o governo compra	316	33,4	630	66,6	946	100
Quanto o governo arrecada	281	29,7	665	70,3	946	100
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	240	25,4	706	74,6	946	100
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	201	21,2	745	78,8	946	100
Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal	3	0,3	943	99,7	946	100
Outros	29	3,1	917	96,9	946	100
Não sabe / Não respondeu	30	3,2	916	96,8	946	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 55 – Contagem das categorias de resposta de E01

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não tenho interesse / Não sabe / Não respondeu	33	3,5
Tenho interesse em 1 tema	253	26,7
Tenho interesse em 2 temas	118	12,5
Tenho interesse em 3 temas	139	14,7
Tenho interesse em 4 temas	115	12,2
Tenho interesse em 5 temas	92	9,7
Tenho interesse em 6 temas	71	7,5
Tenho interesse em 7 temas	53	5,6
Tenho interesse em 8 temas	29	3,1
Tenho interesse em 9 temas	43	4,5
Total	946	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 56 – Pergunta E01a: Eu acessei o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha
Quanto e em que o governo gasta	56	48,3	60	51,7	116	100
Quanto ganha um servidor público	37	31,9	79	68,1	116	100
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	36	31,0	80	69,0	116	100
Quais são os convênios firmados pelo governo	25	21,6	91	78,4	116	100
Como e o que o governo compra	24	20,7	92	79,3	116	100
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	21	18,1	95	81,9	116	100
Quanto o governo arrecada	21	18,1	95	81,9	116	100
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	14	12,1	102	87,9	116	100
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	10	8,6	106	91,4	116	100
Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal	1	0,9	115	99,1	116	100
Outros	8	6,9	108	93,1	116	100
Não sabe / Não respondeu	3	2,6	113	97,4	116	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 57 – Contagem das categorias de resposta de E01a

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não tenho interesse / Não sabe / Não respondeu	4	3,4
Tenho interesse em 1 tema	62	53,4
Tenho interesse em 2 temas	18	15,5
Tenho interesse em 3 temas	14	12,1
Tenho interesse em 4 temas	5	4,3
Tenho interesse em 5 temas	2	1,7
Tenho interesse em 6 temas	4	3,4
Tenho interesse em 7 temas	2	1,7
Tenho interesse em 8 temas	1	0,9
Tenho interesse em 9 temas	4	3,4
Total	116	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 58 – Pergunta E01_soma (E01 + E01a): Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber:

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha
Quanto e em que o governo gasta	595	56,0	467	44,0	1062	100
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	528	49,7	534	50,3	1062	100
Quanto ganha um servidor público	446	42,0	616	58,0	1062	100
Quais são os convênios firmados pelo governo	404	38,0	658	62,0	1062	100
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	377	35,5	685	64,5	1062	100
Como e o que o governo compra	340	32,0	722	68,0	1062	100
Quanto o governo arrecada	302	28,4	760	71,6	1062	100
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	254	23,9	808	76,1	1062	100
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	211	19,9	851	80,1	1062	100
Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal	4	0,4	1058	99,6	1062	100
Outros	37	3,5	1025	96,5	1062	100
Não sabe / Não respondeu	33	3,1	1029	96,9	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 59 – Pergunta E01_soma (E01 + E01a): Eu acesso o Portal da Transparência do Governo Federal para saber (por perfil de acesso):

Categorias	Cidadão		Profissional		Outros	
	Freq.	Proporção (%)	Freq.	Proporção (%)	Freq.	Proporção (%)
Quanto e em que o governo gasta	384	56,6	157	54,7	52	63,4
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	331	48,7	149	51,9	44	53,7
Quanto ganha um servidor público	299	44,0	112	39,0	34	41,5
Quais são os convênios firmados pelo governo	235	34,6	144	50,2	25	30,5
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	226	33,3	117	40,8	34	41,5
Como e o que o governo compra	211	31,1	104	36,2	24	29,3
Quanto o governo arrecada	202	29,7	69	24,0	30	36,6
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	165	24,3	70	24,4	17	20,7
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	138	20,3	52	18,1	20	24,4
Outros	20	2,9	9	3,1	6	7,3
Não sabe / Não respondeu	16	2,4	8	2,8	4	4,9
Não tenho interesse em saber sobre transparência no Governo Federal	3	0,4	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 60 – Contagem das categorias de resposta de E01_soma

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não tenho interesse / Não sabe / Não respondeu	37	3,5
Tenho interesse em 1 tema	315	29,7
Tenho interesse em 2 temas	136	12,8
Tenho interesse em 3 temas	153	14,4
Tenho interesse em 4 temas	120	11,3
Tenho interesse em 5 temas	94	8,9
Tenho interesse em 6 temas	75	7,1
Tenho interesse em 7 temas	55	5,2
Tenho interesse em 8 temas	30	2,8
Tenho interesse em 9 temas	47	4,4
Total	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 61 – Pergunta E02: Quanto à visualização das informações sobre o gasto público, qual delas é a mais importante para você?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Saber os gastos gerais, como os gastos totais com “educação”	412	38,8
Saber os gastos específicos, como quanto custa a construção de uma escola	321	30,2
Saber os gastos individualizados, como quanto custa um livro	201	18,9
Outros	45	4,2
Não sabe / Não respondeu	83	7,8
Total	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 62 – Proporção da preferência dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito da visualização das informações

Categorias	Cidadão – Proporção (%)	Profissional – Proporção (%)	Outros – Proporção (%)
Saber os gastos gerais, como os gastos totais com “educação”	42,4	33,4	28,0
Saber os gastos específicos, como quanto custa a construção de uma escola	28,6	35,5	29,3
Saber os gastos individualizados, como quanto custa um livro	18,3	19,9	23,2
Outros	3,8	4,2	7,3
Não sabe / Não respondeu	6,9	7	12,2
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 63 – Pergunta E03: Quais informações você considera as mais difíceis de serem encontradas no Portal da Transparência?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Quanto e em que o governo gasta	212	20,0
Como e o que o governo compra	135	12,7
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	110	10,4
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	110	10,4
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	92	8,7
Quais são os convênios firmados pelo governo	73	6,9
Quanto o governo arrecada	62	5,8
Quanto ganha um servidor público	59	5,6
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	43	4,0
Outros	37	3,5
Não sabe / Não respondeu	129	12,1
Total	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 64 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem encontradas

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Quanto e em que o governo gasta	137	20,2	57	19,9	18	22
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	68	10	19	6,6	4	4,9
Como e o que o governo compra	80	11,8	50	17,4	5	6,1
Quais são os convênios firmados pelo governo	48	7,1	13	4,5	11	13,4
Quanto ganha um servidor público	40	5,9	14	4,9	5	6,1
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	34	5	8	2,8	1	1,2
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	63	9,3	38	13,2	9	11
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	75	11	22	7,7	11	13,4
Quanto o governo arrecada	34	5	23	8	4	4,9
Outros	22	3,2	9	3,1	5	6,1
Não sabe / Não respondeu	78	11,5	34	11,8	9	11
Total	679	100	287	100	82	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 65 – Pergunta E04: E quais informações você considera as mais difíceis de serem entendidas?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Quanto e em que o governo gasta	239	22,5
Como e o que o governo compra	127	12,0
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	112	10,5
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	108	10,2
Quais são os convênios firmados pelo governo	104	9,8
Quanto o governo arrecada	75	7,1
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	69	6,5
Quanto ganha um servidor público	40	3,8
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	28	2,6
Outros	14	1,3
Não sabe / Não respondeu	146	13,7
Total	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 66 – Proporção dos respondentes, por perfil de acesso, a respeito das informações que consideram as mais difíceis de serem entendidas

Categorias	Cidadão	% na coluna	Profissional	% na coluna	Outros	% na coluna
Quanto e em que o governo gasta	147	21,6	71	24,7	21	25,6
Quanto e quais Estados ou Municípios recebem de transferências do governo	77	11,3	23	8	6	7,3
Como e o que o governo compra	70	10,3	40	13,9	16	19,5
Quais são os convênios firmados pelo governo	67	9,9	27	9,4	9	11
Quanto ganha um servidor público	28	4,1	9	3,1	3	3,7
Quanto uma pessoa recebe em benefícios de programas sociais	18	2,7	8	2,8	2	2,4
Quanto e quais empresas ou entidades recebem do governo	71	10,5	32	11,1	7	8,5
Quanto e quais servidores, empresas ou entidades foram punidas pelo governo	51	7,5	14	4,9	3	3,7
Quanto o governo arrecada	50	7,4	23	8	2	2,4
Outros	8	1,2	4	1,4	2	2,4
Não sabe / Não respondeu	92	13,5	36	12,5	11	13,4
Total	679	100	287	100	82	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 67 – Pergunta E05: Quais ferramentas ou funcionalidades você gostaria de encontrar no Portal da Transparência e atualmente não encontra?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Possibilidade de associar/cruzar os dados e informações	629	59,2	433	40,8	1062	100
Visualização dos gastos públicos em mapas e gráficos	484	45,6	578	54,4	1062	100
Aperfeiçoamento dos mecanismos de busca	457	43,0	605	57,0	1062	100
Disponibilização de mais dados abertos para download	417	39,3	645	60,7	1062	100
Mecanismos de interação entre governo e usuários do Portal	353	33,2	709	66,8	1062	100
Outros tipos de consultas de temas específicos	210	19,8	852	80,2	1062	100
Outros materiais de informação e de apoio à navegação	156	14,7	906	85,3	1062	100
Personalização da página principal	121	11,4	941	88,6	1062	100
Outros	65	6,1	997	93,9	1062	100
Não sabe / Não respondeu	78	7,3	984	92,7	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 68 – Contagem das categorias de resposta de E05

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Nenhuma funcionalidade / Não sabe / Não respondeu	78	7,3
1 funcionalidade/ferramenta	333	31,4
2 funcionalidades/ferramentas	126	11,9
3 funcionalidades/ferramentas	179	16,9
4 funcionalidades/ferramentas	147	13,8
5 funcionalidades/ferramentas	99	9,3
6 funcionalidades/ferramentas	47	4,4
7 funcionalidades/ferramentas	23	2,2
8 funcionalidades/ferramentas	26	2,4
9 funcionalidades/ferramentas	4	0,4
Total	1062	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 69 – Pergunta E05a: Quais outros tipos de consultas de temas específicos você gostaria de acessar no Portal da Transparência?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Sugestão fora do escopo do Portal	22	21,4	81	78,6	103	100
Maior detalhamento - gastos	19	18,4	84	81,6	103	100
Implantação de melhorias no Portal	18	17,5	85	82,5	103	100
Publicação de novas informações	16	15,5	87	84,5	103	100
Informação já existente no Portal	14	13,6	89	86,4	103	100
Maior detalhamento - servidores e diárias	12	11,7	91	88,3	103	100
Maior detalhamento - licitações, contratos e convênios	11	10,7	92	89,3	103	100
Maior detalhamento - programas de governo	8	7,8	95	92,2	103	100
Outros	10	9,7	93	90,3	103	100
Não sabe / Não respondeu	8	7,8	95	92,2	103	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 70 – Pergunta E05b: Marque o material de informação e de apoio à navegação que você considera o mais útil.

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Vídeos	40	25,6
Seção de perguntas mais frequentes	30	19,2
Textos explicando detalhes técnicos do Portal	30	19,2
Curso virtual	25	16,0
Glossário	18	11,5
Outros	4	2,6
Não sabe / Não respondeu	9	5,8
Total	156	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

BLOCO 4 – Controle Social (C)

Tabela 71 – Pergunta C01: Você já fez alguma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Sim	317	24,5
Não	829	64,1
Prefiro não responder	128	9,9
Não respondeu	20	1,5
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 72 – Pergunta C01a: Marque as opções e locais onde foi/foram feita(s) sua(s) denúncia(s).

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Ministério Público	164	51,7	153	48,3	317	100
Contato com Ouvidoria(s) pública(s)	117	36,9	200	63,1	317	100
Ao próprio órgão público envolvido na(s) irregularidade(s)	104	32,8	213	67,2	317	100
Compartilhamento da(s) irregularidade(s) na internet/redes sociais	88	27,8	229	72,2	317	100
Comentei com amigos a existência de irregularidade(s)	85	26,8	232	73,2	317	100
Mídia	69	21,8	248	78,2	317	100
Controladoria-Geral da União	66	20,8	251	79,2	317	100
Controladorias e Tribunais de Conta estaduais ou municipais	43	13,6	274	86,4	317	100
Polícia	36	11,4	281	88,6	317	100
Tribunal de Contas da União	34	10,7	283	89,3	317	100
Não lembro onde fiz minha(s) denúncia(s)	4	1,3	313	98,7	317	100
Outros	12	3,8	305	96,2	317	100
Não sabe / Não respondeu	7	2,2	310	97,8	317	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 73 – Contagem das categorias de resposta de C01a

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não lembro / Não sabe / Não respondeu	11	3,5
1 local/opção para realização de denúncia	112	35,3
2 locais/opções para realização de denúncia	64	20,2
3 locais/opções para realização de denúncia	44	13,9
4 locais/opções para realização de denúncia	37	11,7
5 locais/opções para realização de denúncia	23	7,3
6 locais/opções para realização de denúncia	14	4,4
7 locais/opções para realização de denúncia	3	0,9
8 locais/opções para realização de denúncia	4	1,3
9 locais/opções para realização de denúncia	4	1,3
10 locais/opções para realização de denúncia	1	0,3
Total	317	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 74 – Pergunta C01a1: Você acha que sua denúncia surtiu efeito e o Poder Público tomou as providências necessárias? Considere apenas a última denúncia feita.

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Sim	81	25,6
Não	135	42,6
Não sei	19	6,0
Não obtive retorno da denúncia que fiz	67	21,1
Não acompanhei mais a irregularidade denunciada	3	0,9
Não respondeu	12	3,8
Total	317	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 75 – Pergunta C01b: Por que você nunca fez uma denúncia de irregularidade(s) contra o Poder Público?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Porque eu nunca tive o que denunciar	288	34,7	541	65,3	829	100
Porque eu não sei como e aonde fazer a denúncia	198	23,9	631	76,1	829	100
Porque eu posso me sentir ameaçado e temo pela minha segurança	176	21,2	653	78,8	829	100
Porque minha denúncia não surtiria efeito	162	19,5	667	80,5	829	100
Porque eu nunca me interessei em fazer uma denúncia	129	15,6	700	84,4	829	100
Outros	37	3,4	801	96,6	829	100
Não sabe / Não respondeu	28	4,5	792	95,5	829	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 76 – Contagem das categorias de resposta de C01b

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não sabe / Não respondeu	28	3,4
Por 1 motivo	653	78,8
Por 2 motivos	108	13
Por 3 motivos	39	4,7
Por 4 motivos	1	0,1
Total	829	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 77 – Pergunta C01b1: Se você tivesse interesse em fazer uma denúncia, onde faria ou a quem comunicaria?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha	Freq.	% na linha
Ministério Público	443	53,4	386	46,6	829	100
Controladoria-Geral da União	256	30,9	573	69,1	829	100
Mídia	195	23,5	634	76,5	829	100
Contato com Ouvidoria(s) pública(s)	194	23,4	635	76,6	829	100
Compartilhamento da(s) irregularidade(s) na internet/redes sociais	168	20,3	661	79,7	829	100
Tribunal de Contas da União	154	18,6	675	81,4	829	100
Comentaria com amigos a existência de irregularidade(s)	147	17,7	682	82,3	829	100
Controladorias e Tribunais de Conta estaduais ou municipais	136	16,4	693	83,6	829	100
Ao próprio órgão público envolvido na(s) irregularidade(s)	124	15,0	705	85,0	829	100
Polícia	99	11,9	730	88,1	829	100
Outros	14	1,7	815	98,3	829	100
Não sabe / Não respondeu	29	3,5	800	96,5	829	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 78 – Contagem das categorias de resposta de C01b1

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não sabe / Não respondeu	29	3,5
1 local/opção para realização de denúncia	359	43,3
2 locais/opções para realização de denúncia	126	15,2
3 locais/opções para realização de denúncia	129	15,6
4 locais/opções para realização de denúncia	87	10,5
5 locais/opções para realização de denúncia	48	5,8
6 locais/opções para realização de denúncia	29	3,5
7 locais/opções para realização de denúncia	14	1,7
8 locais/opções para realização de denúncia	2	0,2
9 locais/opções para realização de denúncia	4	0,5
10 locais/opções para realização de denúncia	2	0,2
Total	829	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 79 – Pergunta C02: Assinale os mecanismos tradicionais de participação que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Assinatura de uma petição ou abaixo-assinado presencialmente	475	36,7	819	63,3	1294	100
Manifestações e protestos públicos	414	32,0	880	68,0	1294	100
Contato com um político eleito (por telefone, carta ou pessoalmente)	328	25,3	966	74,7	1294	100
Conferências de políticas públicas (Municipais, Estaduais ou Nacionais)	287	22,2	1007	77,8	1294	100
Nunca utilizei nem participei de mecanismos de participação tradicional	269	20,8	1025	79,2	1294	100
Audiências e/ou consultas públicas presenciais	261	20,2	1033	79,8	1294	100
Contato com Ouvidorias públicas	257	19,9	1037	80,1	1294	100
Conselhos de Políticas Públicas	142	11,0	1152	89,0	1294	100
Orçamento participativo presencial.	101	7,8	1193	92,2	1294	100
Fóruns Interconselhos	76	5,9	1218	94,1	1294	100
Outros	30	2,3	1264	97,7	1294	100
Não sabe / Não respondeu	61	4,7	1233	95,3	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 80 – Contagem das categorias de resposta de C02

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não sabe / Não respondeu / Nunca utilizei	330	25,5
Utilizei 1 mecanismo off-line	359	27,7
Utilizei 2 mecanismos off-line	215	16,6
Utilizei 3 mecanismos off-line	181	14
Utilizei 4 mecanismos off-line	101	7,8
Utilizei 5 mecanismos off-line	52	4
Utilizei 6 mecanismos off-line	29	2,2
Utilizei 7 mecanismos off-line	19	1,5
Utilizei 8 mecanismos off-line	4	0,3
Utilizei 9 mecanismos off-line	4	0,3
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 81 – Pergunta C03: Em relação à participação na internet, assinale os mecanismos que você utilizou ou participou nos últimos 12 meses.

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Assinatura de uma petição ou abaixo-assinado eletronicamente	720	55,6	574	44,4	1294	100
Acesso às Páginas de Transparência Pública dos órgãos do governo federal	631	48,8	663	51,2	1294	100
Acesso a portais de transparência de governos municipais e estaduais	541	41,8	753	58,2	1294	100
Lista de e-mail, blog, grupo, fórum ou comunidade eletrônica de discussões políticas	501	38,7	793	61,3	1294	100
Envio de e-mail ou mensagem eletrônica de contato para algum órgão público	432	33,4	862	66,6	1294	100
Contato com um político eleito (pela internet, redes sociais ou e-mail)	310	24,0	984	76,0	1294	100
Consultas e audiências públicas eletrônicas	191	14,8	1103	85,2	1294	100
Nunca utilizei mecanismos de participação na internet	111	8,6	1183	91,4	1294	100
Orçamento participativo eletrônico	86	6,6	1208	93,4	1294	100
Outros	12	0,9	1282	99,1	1294	100
Não sabe / Não respondeu	51	3,9	1243	96,1	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 82 – Contagem das categorias de resposta de C03

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não sabe / Não respondeu / Nunca utilizei	162	12,5
Utilizei 1 mecanismo on-line	299	23,1
Utilizei 2 mecanismos on-line	215	16,6
Utilizei 3 mecanismos on-line	218	16,8
Utilizei 4 mecanismos on-line	156	12,1
Utilizei 5 mecanismos on-line	117	9,0
Utilizei 6 mecanismos on-line	75	5,8
Utilizei 7 mecanismos on-line	36	2,8
Utilizei 8 mecanismos on-line	14	1,1
Utilizei 9 mecanismos on-line	2	0,2
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 83 – Pergunta C04: Considerando os mecanismos de participação tradicional e na internet, qual(is) deles estimula(m) mais o seu interesse em exercer o controle social, ou seja, em se envolver na gestão, fiscalização e controle das ações do Estado e dos gestores públicos.

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Mecanismos de participação tradicional	52	4,0
Mecanismos de participação na internet	500	38,6
Ambos os mecanismos	619	47,8
Nenhum dos mecanismos	59	4,6
Não respondeu	64	4,9
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 84 – Pergunta C05: E qual(is) deles você acredita que é mais eficaz no controle social?

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Mecanismos de participação tradicional	143	11,1
Mecanismos de participação na internet	361	27,9
Ambos os mecanismos	627	48,5
Nenhum dos mecanismos	89	6,9
Não respondeu	74	5,7
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 85 – Pergunta C06: Gostaríamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: “Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como eu pensam”

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Concordo totalmente	48	3,7
Concordo	141	10,9
Não concordo nem discordo	144	11,1
Discordo	425	32,8
Discordo totalmente	481	37,2
Não respondeu	55	4,3
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 86 – Pergunta C07: Gostariamos que você nos dissesse o quanto concorda ou discorda da frase abaixo: “Sinto que eu entendo bem os assuntos políticos mais importantes do país”

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Concordo totalmente	200	15,5
Concordo	618	47,8
Não concordo nem discordo	222	17,2
Discordo	157	12,1
Discordo totalmente	45	3,5
Não respondeu	52	4,0
Total	1294	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

BLOCO 5 – Perfil (I)

Tabela 87 – Pergunta I01: Você é usuário(a) de quais redes sociais?

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Facebook	1113	89,9	125	10,1	1238	100
Youtube	771	62,3	467	37,7	1238	100
Google+	626	50,6	612	49,4	1238	100
Twitter	428	34,6	810	65,4	1238	100
Instagram	353	28,5	885	71,5	1238	100
Orkut	199	16,1	1039	83,9	1238	100
Não sou usuário de redes sociais	44	3,6	1194	96,4	1238	100
Outros	60	4,8	1178	95,2	1238	100
Não sabe / Não respondeu	13	1,1	1225	98,9	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 88 – Contagem das categorias de resposta de I01

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não sou usuário / Não sabe / Não respondeu	57	4,6
Sou usuário de 1 rede social	205	16,6
Sou usuário de 2 redes sociais	276	22,3
Sou usuário de 3 redes sociais	277	22,4
Sou usuário de 4 redes sociais	221	17,9
Sou usuário de 5 redes sociais	136	11,0
Sou usuário de 6 redes sociais	64	5,2
Sou usuário de 7 redes sociais	2	0,2
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 89 – Pergunta I02: Na internet ou nas redes sociais, considerando apenas conteúdos que tratem de temas políticos, você tem o hábito de:

Categorias	Sim		Não		Total	
	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha	Freq.	Proporção na linha
Ler esses conteúdos	1082	87,4	156	12,6	1238	100
Compartilhá-los	801	64,7	437	35,3	1238	100
Produzir e publicá-los	281	22,7	957	77,3	1238	100
Debatê-los com outras pessoas	627	50,6	611	49,4	1238	100
Não tenho nenhum desses hábitos	45	3,6	1193	96,4	1238	100
Não sabe / Não respondeu	19	1,5	1219	98,5	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 90 – Contagem das categorias de resposta de I02

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Não tenho esses hábitos / Não sabe / Não respondeu	64	5,2
Tenho 1 desses hábitos	324	26,2
Tenho 2 desses hábitos	304	24,6
Tenho 3 desses hábitos	325	26,3
Tenho 4 desses hábitos	221	17,9
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 91 – Pergunta I03: Qual é o seu gênero?

Gênero	Frequência	Proporção (%)
Feminino	445	35,9
Masculino	757	61,1
Não respondeu	36	2,9
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 92 – Pergunta I04: Qual é a sua ocupação atual?

Ocupação	Frequência	Proporção (%)
Servidor(a) ou Empregado(a) Público(a)	509	41,1
Estudante	170	13,7
Assalariado(a) do setor privado	136	11,0
Autônomo(a)	107	8,6
Empresário(a)	77	6,2
Aposentado(a)/Pensionista	68	5,5
Outros	40	3,2
Empregado de organização da sociedade civil	37	3,0
Desempregado(a)	35	2,8
Militar	20	1,6
Dona de casa	15	1,2
Não sabe / Não respondeu	24	1,9
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 93 – Pergunta I04: Qual é a sua ocupação atual? (incorporação dos achados da categoria “outros”)

Ocupação	Frequência	Proporção (%)
Servidor(a) ou Empregado(a) Público(a)	511	41,3
Estudante	175	14,1
Assalariado(a) do setor privado	140	11,3
Autônomo(a)	107	8,6
Empresário(a)	78	6,3
Aposentado(a)/Pensionista	69	5,6
Empregado de organização da sociedade civil / Trabalho voluntário / Ativista Social	42	3,4
Desempregado(a)	37	3
Militar	20	1,6
Dona de casa	15	1,2
Outros	16	1,3
Não sabe / Não respondeu	28	2,3
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 94 – Pergunta I04a: De qual Poder?

Poder	Frequência	Proporção (%)
Executivo	447	87,8
Legislativo	25	4,9
Judiciário	30	5,9
Não respondeu	7	1,4
Total	509	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 95 – Pergunta I04b: De qual esfera?

Esfera	Frequência	Proporção (%)
Federal	272	57,7
Estadual	65	13,8
Municipal	130	27,6
Não respondeu	4	0,8
Total	471	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 96 – Pergunta I04b1: De qual esfera?

Esfera	Frequência	Proporção (%)
Federal	19	63,3
Estadual	11	36,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 97 – Somatório dos resultados das perguntas I04b e I04b1

Esfera	Frequência	Proporção (%)
Federal	291	56,9
Estadual	76	14,9
Municipal	130	25,4
Não respondeu	14	2,7
Total	511	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 98 – Proporção de servidores/empregados públicos: por Poder e Esfera

Por Poder e Esfera	Frequência	Proporção (%)
Executivo Federal	263	51,5
Executivo Municipal	120	23,5
Executivo Estadual	59	11,5
Judiciário Federal	19	3,7
Sem detalhamento de Poder e Esfera	14	2,7
Judiciário Estadual	11	2,2
Legislativo Municipal	10	2,0
Legislativo Federal	9	1,8
Legislativo Estadual	6	1,2
Total	511	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 99 – Pergunta I05: Qual a sua escolaridade?

Escolaridade	Frequência	Proporção (%)
Ensino fundamental (1º grau)	11	0,9
Ensino médio incompleto (2º grau)	16	1,3
Ensino médio completo (2º grau)	111	9,0
Ensino superior incompleto	208	16,8
Ensino superior completo	369	29,8
Pós-graduação lato sensu	319	25,8
Mestrado ou Doutorado	185	14,9
Não possui instrução formal	3	0,2
Não respondeu	16	1,3
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 100 – Pergunta I06: Qual é a sua renda individual bruta mensal?

Faixas de renda	Frequência	Proporção (%)
Até R\$ 680	36	2,9
De R\$ 681 a R\$ 1.360	136	11,0
De R\$ 1.361 a R\$ 3.400	282	22,8
De R\$ 3.401 a R\$ 8.600	334	27,0
De R\$ 8.601 a R\$ 12.900	97	7,8
Mais de R\$ 12.900	177	14,3
Não possui renda própria	84	6,8
Prefiro não responder	76	6,1
Não respondeu	16	1,3
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 101 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (2)

Faixas de idade	Frequência	Proporção (%)
de 15 a 24 anos	146	11,8
de 25 a 34 anos	439	35,5
de 35 a 44 anos	257	20,8
de 45 a 59 anos	288	23,3
de 60 anos ou mais	83	6,7
Não respondeu	25	2,0
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 102 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (1)

Faixas de idade	Frequência	Proporção (%)
de 15 a 19 anos	38	3,1
de 20 a 24 anos	108	8,7
de 25 a 29 anos	233	18,8
de 30 a 34 anos	206	16,6
de 35 a 39 anos	143	11,6
de 40 a 44 anos	114	9,2
de 45 a 49 anos	108	8,7
de 50 a 54 anos	106	8,6
de 55 a 59 anos	74	6,0
de 60 a 64 anos	40	3,2
de 65 a 69 anos	27	2,2
de 70 a 74 anos	10	0,8
de 75 a 79 anos	4	0,3
de 80 anos ou mais	2	0,2
Não respondeu	25	2,0
Total	1238	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 103 – Pergunta I07: Qual a sua idade? (3)

Estatísticas descritivas	Intervalos	Valores
Média	não se aplica	38,09
Mediana	não se aplica	35
Moda	não se aplica	30
Desvio padrão	não se aplica	12,9
Mínimo	não se aplica	15
Máximo	não se aplica	85
Percentis	25	28
	50	35
	75	48

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 104 – Pergunta I08: Análise e categorização das sugestões dos respondentes

Categorias	Contagem	Proporção (%)
Sugestões fora do escopo do Portal	116	19
Não sabe / Não respondeu	99	16
Maior detalhamento das informações e gastos	90	15
Outros	81	13
Divulgação do Portal	80	13
Interação e melhorias no Portal	77	13
Navegação / acessibilidade / design	75	12
Linguagem	54	9
Mecanismos de busca e filtro	53	9
Cruzamento de informações	30	5
Apoio e explicação das informações	27	4
Download de dados	26	4
Servidores	26	4
Apresentação gráfica das informações	23	4
Atualização	22	4

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 105 – País dos respondentes

Países	Frequência	Proporção (%)
Brasil	1613	97,82
Estados Unidos	12	0,73
Portugal	5	0,30
Alemanha	2	0,12
Itália	2	0,12
Argentina	1	0,06
Austrália	1	0,06
Canadá	1	0,06
El Salvador	1	0,06
França	1	0,06
Grécia	1	0,06
Irlanda	1	0,06
México	1	0,06
Nicarágua	1	0,06
Nova Zelândia	1	0,06
Reino Unido	1	0,06
Suíça	1	0,06
Sem informação	3	0,18
Total	1649	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

Tabela 106 – Unidade Federativa dos respondentes (Brasil)

Unidade Federativa	Frequência	Proporção (%)
Distrito Federal	381	24,5
São Paulo	293	18,8
Rio de Janeiro	174	11,2
Minas Gerais	141	9,1
Santa Catarina	74	4,7
Rio Grande do Sul	58	3,7
Bahia	53	3,4
Paraná	53	3,4
Pernambuco	42	2,7
Goiás	35	2,2
Espírito Santo	30	1,9
Ceará	28	1,8
Paraíba	28	1,8
Rio Grande do Norte	25	1,6
Mato Grosso	22	1,4
Alagoas	21	1,3
Piauí	22	1,4
Pará	14	0,9
Maranhão	12	0,8
Rondônia	11	0,7
Tocantins	11	0,7
Sergipe	9	0,6
Amazonas	8	0,5
Mato Grosso do Sul	8	0,5
Acre	3	0,2
Roraima	2	0,1
Amapá	-	-
Total	1558	100

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência (2014)

APÊNDICE C – Capturas de tela do ambiente de Pesquisa

Figura 12 – Primeira página do ambiente de Pesquisa

UnB Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar o Portal da Transparência do Governo Federal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos seus usuários. Ela é conduzida por pesquisadores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e é possibilitada pelo Acordo de Cooperação firmado entre a CGU e a UnB.

O questionário possui entre 4 e 5 páginas e você levará pouco tempo para respondê-lo (entre 5 e 12 minutos). Mas lembre-se, sua contribuição é fundamental para a melhoria do Portal da Transparência! A sua participação é anônima. Para saber mais sobre a pesquisa, [clique aqui](#).

Com qual frequência você acessa o Portal da Transparência do Governo Federal?
Escolha uma das seguintes respostas:

- Quase diariamente
- Pelo menos uma vez por semana
- Pelo menos uma vez por mês
- Poucas vezes, mas sem uma frequência definida
- Acessei o Portal da Transparência uma única vez
- Nunca acessei o Portal da Transparência

De maneira geral, você diria que a Internet estimula seu interesse em buscar informações relacionadas à política?
Escolha uma das seguintes respostas:

- Sim
- Não

Em sua opinião, qual é a melhor forma de influenciar ou realizar mudanças na política brasileira?
Escolha uma das seguintes respostas:

- Votar para eleger os que defendem minha posição
- Participar de movimentos de protesto e exigir mudanças diretamente
- Não é possível fazer com que as coisas mudem, pois minhas ações não fazem diferença
- Influenciar de outras maneiras. Quais?

De maneira geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?
Escolha uma das seguintes respostas:

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito insatisfeito

Assinale os grupos e associações dos quais você faz ou fez parte nos últimos 12 meses:
Escolha até que mais se adequar:

<input type="checkbox"/> Partido político	<input type="checkbox"/> Grêmios, centro acadêmico ou associação de estudantes
<input type="checkbox"/> Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro	<input type="checkbox"/> Movimento Social
<input type="checkbox"/> Sindicato	<input type="checkbox"/> Organização não-governamental (ONG)
<input type="checkbox"/> Associação profissional	<input type="checkbox"/> Não faço parte de nenhum grupo ou associação
<input type="checkbox"/> Grupo religioso	<input type="checkbox"/> Outros: <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Associação de voluntariado e/ou grupo de assistência social	

Sair e apagar o questionário Retomar mais tarde Próximo >

SOBRE A PESQUISA

Fonte: <http://pesquisa.unb.br>, acessado em 15.01.2014.

Figura 13 – Tela da página “Sobre a Pesquisa”



UnB Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar o Portal da Transparência do Governo Federal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos seus usuários. O respondente do questionário não será identificado, permanecendo anônimo. A organização, a metodologia e as perguntas foram formuladas pelo Grupo de Estudos em Democracia Digital do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

O estudo servirá como um importante insumo para as melhorias que serão implementadas no Portal da Transparência e para o avanço do conhecimento teórico sobre transparência pública, acesso à informação, participação política e exercício do controle social no Brasil. Assim, a participação dos respondentes terá um importante impacto para o avanço nessas áreas.

A pesquisa foi oficializada por meio da assinatura do Acordo de Cooperação nº 3/2013 entre a Fundação Universidade de Brasília e a Controladoria-Geral da União, responsável pela gestão do Portal da Transparência. Os resultados da pesquisa serão divulgados no início do segundo semestre de 2014.

REALIZAÇÃO:

Grupo de Estudos em Democracia Digital do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Felipe Freire (felipefreire@unb.br)

APOIO:

[Universidade de Brasília](#)
[Instituto de Ciência Política](#)
[Controladoria-Geral da União](#)
[Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União](#)
[Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas - UnB](#)
[Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas \(NP3\) - CEAM - UnB](#)

Fonte: <http://pesquisa.unb.br>, acessado em 05.02.2014.

Figura 14 – Tela de agradecimento pela participação na Pesquisa



UnB Pesquisa de Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

MUITO OBRIGADO!

Agradecemos sua participação nesta pesquisa!

Sua contribuição é fundamental para a melhoria do Portal da Transparência do Governo Federal e para o aprimoramento da transparência pública no Brasil.

Que tal nos ajudar, mais um pouco, compartilhando esta pesquisa nas redes sociais?

[SOBRE A PESQUISA](#)

Fonte: <http://pesquisa.unb.br>, acessado em 05.02.2014.

ANEXO A – Publicação no Diário Oficial da União do Acordo de Cooperação CGU-UNB

Figura 15 – Publicação do Extrato de Acordo de Cooperação no DOU



2

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

EXTRATOS DE DOAÇÃO

Nº 27, sexta-feira, 7 de fevereiro de 2014

contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajustar os preços atualmente praticados. Fundamento Legal: Inciso II, Art. 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 17/01/2014 a 16/01/2015. Valor Total: R\$76.065,30. Data de Assinatura: 15/01/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO
ORGANIZACIONAL**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2014 - UASG 110161

Nº Processo: 00676001684201347. PREGÃO SISPP Nº 63/2013. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 72623030000195. Contratado: PUBEISSMA AGUA MINERAL LTDA - EPF-Objeto: Funcionamento, sob dextração, de água mineral natural potável de mesa acondicionada em garrafas de 20L, mineralizada, não gasificada, com laudo de segurança devidamente acondicionada em plástico protetor transparente. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, 5.450.05/5.204/07, L.C. nº 123/06, Lei nº 8.666/93. Vigência: 20/01/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$156.800,00. Data de Assinatura: 20/01/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
EM SÃO PAULO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2014 - UASG 110161

Nº Processo: 00589000722201323. PREGÃO SRP Nº 17/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO-NO ESTADO DE SAO PAULI. CNPJ Contratado: 64799339000135. Contratado: TECNOSSET INFORMATICA PRODUTOS E -SERVICOS LTDA. Objeto: Contratação de serviço contínuo de impressão (Outsourcing) para atendimento às unidades da AGU nos Estados de SP, MT e MS. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislações correlatas. Vigência: 03/02/2014 a 03/02/2015. Valor Total: R\$963.222,96. Data de Assinatura: 03/02/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

DOADOR: Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos - Superintendência de Administração no Estado de São Paulo - Advocacia-Geral da União, CNPJ: 26.994.558/0001-23 - DONATÁRIO: Grupo de Assistência à Criança com Câncer, CNPJ: 01.146.603/0001-69. OBJETO: Doação de 141 (cento e quarenta e um) bens móveis de informática, classificados como anticorrompíveis, Termo de Baixa nº 2013/000012 - Processo: 00570.002547/2013-16. Assinam Doador: Denise de Moraes Petroni, CPF: 937.033.098-49, Superintendente-Regional - Donatário: Rosemary Domingues Sant, CPF: 071.273.978-56, Presidente da Entidade. Data da Assinatura: 19/12/2013.

DOADOR: Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos - Superintendência de Administração no Estado de São Paulo - Advocacia-Geral da União, CNPJ: 26.994.558/0001-23 - DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Tomba, CNPJ: 44.723.765/0001-25. OBJETO: Doação de 01 (um) veículo oficial, espécie passageiro, marca/modelo Fiat Elba Weekend 1.5, ano fabricação/modelo 1996/1996, placa BRZ-5282, classificado como anticorrompível, Termo de Baixa nº 2013/000015 - Processo: 00567.000274/2013-54. Assinam Doador: Denise de Moraes Petroni, CPF: 937.033.098-49, Superintendente-Regional - Donatário: Maria Ruth Bellonga de Oliveira, CPF: 029.621.158-37, Prefeita Municipal. Data da Assinatura: 20/12/2013.

DOADOR: Procuradoria Seccional da União em Campinas - Superintendência de Administração no Estado de São Paulo - Advocacia-Geral da União, CNPJ: 26.994.558/0001-23 - DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Tomba, CNPJ: 46.373.445/0001-18. OBJETO: Doação de 01 (um) veículo oficial, espécie passageiro, marca/modelo Fiat Elba Weekend 1.5, ano fabricação/modelo 1995/1996, placa BRZ-5136, classificado como anticorrompível, Termo de Baixa nº 2013/000014 - Processo: 00567.000274/2013-54. Assinam Doador: Denise de Moraes Petroni, CPF: 937.033.098-49, Superintendente-Regional - Donatário: Ruzi Dorizeti Astorfo, CPF: 302.940.078-65, Prefeita Municipal. Data da Assinatura: 20/12/2013.

DOADOR: Procuradoria Seccional da União em Campinas - Superintendência de Administração no Estado de São Paulo - Advocacia-Geral da União, CNPJ: 26.994.558/0001-23 - DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Tomba, CNPJ: 46.373.445/0001-18. OBJETO: Doação de 65 (sessenta e cinco) bens móveis, classificados como anticorrompíveis, Termo de Baixa nº 2013/000013 - Processo: 00567.000264/2013-81. Assinam Doador: Denise de Moraes Petroni, CPF: 937.033.098-49, Superintendente-Regional - Donatário: Ruzi Dorizeti Astorfo, CPF: 302.940.078-65, Prefeita Municipal. Data da Assinatura: 20/12/2013.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
NO DISTRITO FEDERAL**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2014 - UASG 110161

Nº Processo: 00678001620201346. PREGÃO SISPP Nº 54/2013. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 02072286000146. Contratado: PETROEL COMBUSTIVEIS LTDA - Objeto: Fomento de Qualidade Consum, Óleo Diesel Consum e Etanol para o abastecimento da frota composta por 34 (trinta e quatro) veículos e 02 (dois) grupos geradores de propriedade da Advocacia-Geral da União - AGU, em Brasília-DF, no decorrer do ano de 2014. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02. Vigência: 10/01/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$125.400,00. Data de Assinatura: 10/01/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2014 - UASG 110161

Nº Processo: 0042800084201373. PREGÃO SISPP Nº 56/2013. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 90347840001602. Contratado: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA -Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador da marca THYSSENKRUPP instalado no prédio-sede da Advocacia geral da União (AGU) em Manaus, com fornecimento de dispositivos, peças e acessórios. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 10/01/2014 a 09/01/2015. Valor Total: R\$6.330,00. Data de Assinatura: 10/01/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2014NE000504

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 110161

Número do Contrato: 5/2013. Nº Processo: 00420001992201293. PREGÃO SISPP Nº 75/2012. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO -CNPJ Contratado: 03296965000161. Contratado: LIDERANCA SERVICOS LTDA - EPF -Objeto: Promover a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, bem como reajustar os preços contratados. Fundamento Legal: Inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 01/02/2014 a 31/01/2015. Valor Total: R\$91.790,16. Data de Assinatura: 30/01/2014.

(SICON - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 65/2013**

A proposita torna público o Resultado de Julgamento do Prego nº 65/2013, declarando vencedora a proposta da empresa CPTD Eletricidade, Refrigeração e Reforma Civil LTDA, CNPJ nº 03.498.870/0001-20, para os itens 1 e 2. Os autos encontram-se em vistas finalizadas.

ANGELITA MARIA DA COSTA

(SÍDEC - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
NO RIO DE JANEIRO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2014 - UASG 110162**

Nº Processo: 0059200111201314. Objeto: Prego Eletrônico - Registro de Preços para a aquisição do gêneros de alimentação - CAFÉ, para atender às necessidades das Unidades Circunscritas da Superintendência de Administração no Rio de Janeiro - SADMJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Total de bens licitados: 00004. Edital: 07/02/2014 de 09h00 às 13h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua Rodrigo Silva Nº 26 - 18º Andar Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas a partir de 07/02/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/02/2014 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital deverá ser baixado junto ao site www.comprasnet.gov.br.

JEFFERSON MIRANDA DA COSTA
Pregoeiro

(SÍDEC - 06/02/2014) 110161-00001-2013NE800504

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação nº 3/2013 - CGU Nº PROCESSO: 00190.015586/2013-40. CONDENTE: Controladoria-Geral da União - CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul - SAS - Quadra nº 1 - Bloco "A", Edifício Darcy Ribeiro, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.914.685/0001-03. CONVÊNIENTE: Fundação Universidade de Brasília, fundação pública com sede no Campus Universitário Darcy Ribeiro, em Brasília, DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.038.174/0001-43. OBJETO: Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a CGU e a UNB, visando unicamente ao desenvolvimento de pesquisa específica cujo objetivo seja fornecer subsídios para a monitorização do Portal da Transparência e estimular a produção e publicação de trabalhos acadêmicos na área de transparência pública. RECURSOS: As atividades previstas não acarretam ônus financeiro adicional aos participantes, uma vez que já integram suas atribuições ordinárias, razão pela qual não se obriga dotação orçamentária específica. VIGÊNCIA: O Acordo de Cooperação terá vigência de doze (12) meses. DATA DE ASSINATURA: 20/12/2013. SIGNATÁRIOS: Pela Controladoria-Geral da União, o Excecionário Senhor Ministro de Estado Chefe Jorge Hage Solerbrino e pela Fundação Universidade de Brasília, o Magficeiro Reitor Ivan Marques de Toledo Camargo.

**SECRETARIA DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2014 ao Convênio Nº 759263/2011. Convênente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Centro: 00001. Convênio: MUNICÍPIO DE CAXIAS, CNPJ nº 06.082.820/0001-56. Cláusula Oitava da vigência. Valor Total: R\$ 205.297,04, Valor de Contrapartida: R\$ 8.211,88, Vigência: 07/12/2011 a 28/08/2014. Data de Assinatura: 05/02/2014. Signatários: Convênente: ELBONORA MENCIOCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-14, Convênio: LEONARDO BARROSO COUTINHO, CPF nº 918.726.853-15.

(SICONV(PORTAL) - 06/02/2014)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO FLEUNTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIAO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e emendatorias

KORGE ELIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACIADO
Coordenador de Edição e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representação autorizada para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.imprensa.nacional.gov.br
SIG, Quadro 14, Lote 006, CEP 70610-440, Brasília - DF
CNPJ: 001906430001-00
Fone: (61) 3151-0767

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ata/cadastros/leilao>, pelo código 00032014020700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO B – Divulgação da Pesquisa

Figura 16 – Detalhe do banner de divulgação no Portal da Transparência

The image shows a detailed view of the 'Pesquisa de avaliação do Portal' banner on the Portal da Transparência website. The banner features a green and yellow color scheme with the text 'Pesquisa de avaliação do Portal' and 'Participe e contribua!'. Below the banner, a message states: 'Obrigado! Você será redirecionado para a página da Universidade de Brasília para responder à pesquisa.' The website interface includes navigation menus for 'CONSULTAS', 'GRÁFICOS E DOWNLOADS', and 'INFORMAÇÕES'.

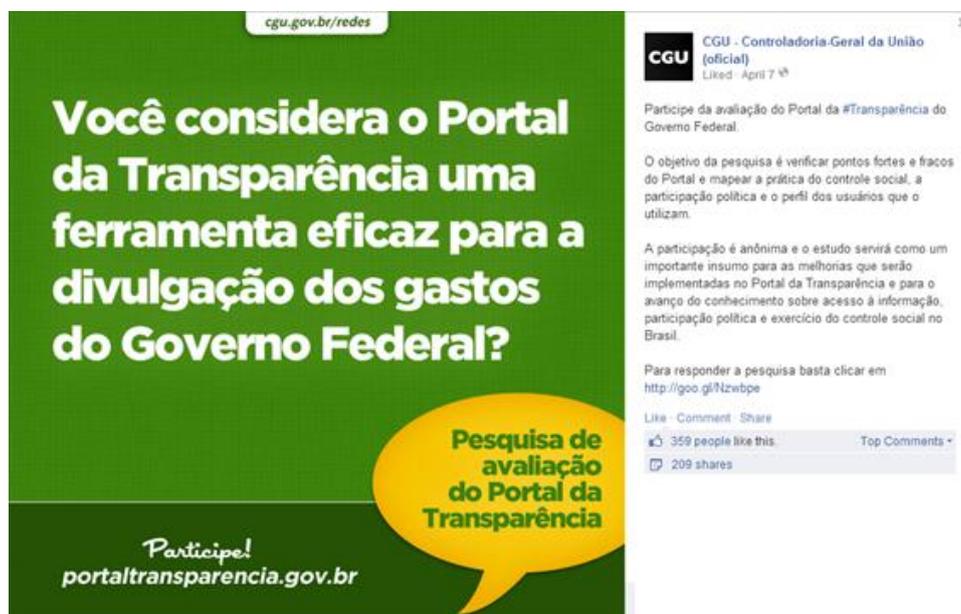
Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em 20.02.2014.

Figura 17 – Banner de divulgação da Pesquisa no Portal da Transparência

The image shows a detailed view of the 'Pesquisa de avaliação do Portal' banner on the Portal da Transparência website. The banner features a green and yellow color scheme with the text 'Pesquisa de avaliação do Portal' and 'Participe e contribua!'. Below the banner, a message states: 'Obrigado! Você será redirecionado para a página da Universidade de Brasília para responder à pesquisa.' The website interface includes navigation menus for 'CONSULTAS', 'GRÁFICOS E DOWNLOADS', and 'INFORMAÇÕES'.

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em 20.02.2014.

Figura 18 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 19 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 13.02.2014. Com adaptações.

Figura 20 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook

CGU CGU - Controladoria-Geral da União (oficial)
March 24

Participe da avaliação do Portal da #Transparência do Governo Federal.

O objetivo da pesquisa é verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários que o utilizam.

A participação é anônima e o estudo servirá como um importante insumo para as melhorias que serão implementadas no Portal da Transparência e para o avanço do conhecimento sobre acesso à informação, participação política e exercício do controle social no Brasil.

Para responder a pesquisa basta clicar em <http://goo.gl/Nzwbpe>

O que você gostaria de saber sobre transparência no Governo Federal?

Participe!
portaltransparencia.gov.br

www.cgu.gov.br f cguonline @cguonline cguoficial

Unlike · Comment · Share 222 25 239

Fonte: <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 21 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Facebook

CGU CGU - Controladoria-Geral da União (oficial)
Liked · February 13 · Edited

Participe da avaliação do Portal da #Transparência do Governo Federal.

O objetivo da pesquisa é verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários que o utilizam.

A participação é anônima e o estudo servirá como um importante insumo para as melhorias que serão implementadas no Portal da Transparência e para o avanço do conhecimento sobre acesso à informação, participação política e exercício do controle social no Brasil.

Para responder a pesquisa basta clicar em <http://goo.gl/Nzwbpe>

Unlike · Comment · Share

You and 130 others like this. 64 shares

O que você acha da navegação no Portal da Transparência?

Participe!
portaltransparencia.gov.br

www.cgu.gov.br f cguonline @cguonline cguoficial

Fonte: <https://www.facebook.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 22 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da UnB no Facebook



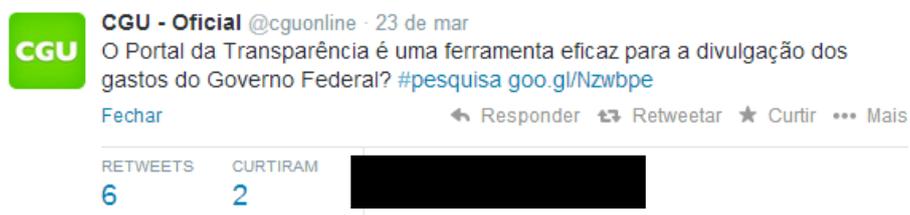
Fonte: <https://www.facebook.com/universidadebsb?ref=stream>.
Acesso em 12.02.2014. Com adaptações.

Figura 23 - Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 24 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 25 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15.04.2014. Com adaptações.

Figura 26 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 1./04.2014. Com adaptações.

Figura 27 – Divulgação da Pesquisa no perfil oficial da CGU no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/cguonline>. Acesso em 15/04/2014. Com adaptações.

Figura 28 – Matéria publicada pela Exame.com sobre a Pesquisa

Veja • Info • Quatro Rodas • Alfa • Runners • Bravot • Revistas e sites Assine • Loja • SAC | Grupo Abril

EXAME.COM EXAME • VOCÊSA • PME

HOME • NEGÓCIOS • MERCADOS • ECONOMIA • BRASIL • MUNDO • TECNOLOGIA • MARKETING • CARRERA • SEU DINHEIRO • PME • ESTILO

Notícias Galerias Infográficos Política Educação Saúde Transporte Cidades Crime Link Rápido: Mundo ASSINE EXAME

...CONVERSAS GERAM NOTÍCIAS Vamos conversar? WWW.BRASILPOST.COM.BR

Greve: Rodoviários do RS rejeitam acordo, mas voltam a circular MBT: Gilberto Carvalho admite problemas na reforma agrária Evento: PT tem sido um semeador de oportunidades, diz Dilma

Home / Brasil Imprimir A A

Site | 10/02/2014 17:21 Comentários (0) Salvar notícia

CGU lança pesquisa para avaliar Portal da Transparência

A função do portal é permitir que o cidadão possa fiscalizar a aplicação dos recursos

Agência Brasil

Compartilhar Tweetar +1 Share



CGU para participar, usuário deve preencher questionário com perguntas sobre o perfil do internauta e o uso da internet no controle social

Brasília - A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou hoje (10) pesquisa para avaliar o Portal da Transparência, site do governo federal que disponibiliza informações sobre gastos, receitas e transferência de recursos públicos desde 2004.

Leia Mais

- 11/02/2014 | Site permite a saída de homens de áreas em Homs
- 11/02/2014 | PT quer mais tempo para escolher comissões na Câmara
- 11/02/2014 | Relator diz que pretende manter processo sobre dívidas
- 11/02/2014 | Líderes querem votar Marco Civil da Internet semana que vem

A função do portal é permitir que o cidadão possa fiscalizar a aplicação dos recursos.

Para participar da pesquisa, o usuário não precisa se identificar.

Ele deve preencher um questionário com perguntas sobre o perfil do internauta e o uso da internet no controle social, além da avaliação na navegação do portal da CGU.

O preenchimento do formulário leva de seis a dez minutos.

» Via o novo site EXAME com para iPhone e Android? Basta digitar EXAME.com num smartphone!
» Acompanhe as notícias mais interessantes do momento por EXAME.com no Google+!

Tags: CGU, Gastos públicos, Governo

Solicitar reprint Imprimir

Assine agora e faça parte desta comunidade.

Comentários (0)

Para deixar um comentário você precisa se identificar. Escolha um dos tipos de identificação abaixo:

Facebook Twitter Google Abril

Termos de uso | Comentários sujeitos a moderação

Tópicos

CGU Siga este tópico

- » Nova lei obriga empresa corruptora a devolver dinheiro
- » Governo expulsou 4,5 mil servidores por irregularidades
- » Fazenda apura valor devido ao RFB na gestão do EURE

Governo Siga este tópico

- » Site permite a saída de homens de áreas em Homs
- » Relator diz que pretende manter proposta sobre dívidas
- » PT quer mais tempo para escolher comissões na Câmara

SÓ HOJE! 80% OFF MIZUNO PROPHECY 2 POR R\$ 199,90

As + em Brasil

60 minutos 24 horas 7 dias Últimas

- As 50 cidades mais desenvolvidas do Brasil
- As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU
- Chamado de Mr. Rodoviária, advogado é ainda procurador em MG
- Barbosa desfaz duas decisões de Lewandowski sobre IPTU
- Família de Porchat vai ao Senado contra ameaças

» Todas as notícias

ASSINE EXAME E GANHE ESCARISA COM O NOME E O NÚMERO QUE ESCOLHER. E ainda ganha 1 par de capas para retribuir.

Assine já!

Newsletters

As notícias mais interessantes sobre Brasil direto no seu e-mail, uma vez por semana.

Sugestões dos Editores

Receita explosiva Por que São Paulo virou um forno neste verão? 19.254 views

Bermuda e rogata Chamado de Mr. Rodoviária, advogado é procurador em MG 88.673 views

Riqueza O Buffet da Arábia está ganhando mais dinheiro que o Buffet americano 7.897 views

Marketing Em pagadinha, urso faminto por iogurte grego ataca NY 9.995 views

Críticas O que Pedro Passos disse que irritou o governo 2.668 views

Europa Zoo mata girafinha saudável em frente de crianças e cria polêmica

Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cgu-lanca-pesquisa-para-avaliar-portal-da-transparencia>. Acesso em 11.02.014. Com adaptações.

Figura 29 – Divulgação da Pesquisa no portal oficial da CGU

Acesso à Informação **BRASIL**

English
 Español

Mapa do Site | Perguntas Frequentes | Sites Relacionados | Contato

Google™ Pesquisa Personalizada

Acesso à Informação

Acesso à Informação

A CGU

Ministro

Imprensa

Eventos

Conselho da Transparência

Licitações e Contratações

Concursos

Legislação

Publicações e Orientações

Espaço do Servidor

Denúncias

Conexão CGU

Processos de Contas Anuais

Controle Interno | **Prevenção da Corrupção** | **Correição** | **Ouvidoria**

NOVA SEÇÃO

Integridade no setor Privado

NOTÍCIAS

CGU lança pesquisa para avaliar Portal da Transparência do Governo Federal

Objetivo é verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários que o utilizam. [Leia mais](#)

PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA
CGU destitui ex-superintendente da Susep

ACESSO À INFORMAÇÃO
CGU lança 6º Concurso de Desenho e Redação

[Mais notícias](#)

NOVA SEÇÃO

CONFLITO de interesses

BRASIL transparente

- Agenda de Autoridades
- Tomadas de Contas Especial
- Prestação de Contas do Presidente
- Consultas Públicas
- Fortalecimento da Gestão Pública
- Biblioteca Virtual - BVC
- Olho Vivo no Dinheiro Público
- Escola virtual
- Portalzinho da Criança Cidadã
- Projeto "Um por todos e todos por um"

Fiscalização
Pesquisa de Relatórios de Auditorias e Fiscalizações

Aposentadoria
Simulador de Aposentadoria do Servidor Público

Cidadão
Carta de Serviços ao Cidadão

CEIS
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

Portal da Transparência

CGU 10 anos

Rio 2016

Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos

Copa 2014 Transparência em 1º lugar

Observatório da Despesa Pública

Parceria para Governo Aberto

1ª Consocial

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, Brasília/DF - CEP: 70070-905
Consulte os telefones da CGU

Destaque

TI Controle

AAA APROVADO

ACESSIBILIDADE BRASIL

Fonte: <http://www.cgu.gov.br/>. Acesso em 10.02.2014. Com adaptações.

Figura 30 – Matéria publicada pelo Portal EBC sobre a Pesquisa

Portal EBC Agência Brasil Radioagência Nacional Rádios TV Brasil TV Brasil Internacional A+ A- Contraste

Buscar Sobre a EBC Fale conosco

NOTÍCIAS CIDADANIA EDUCAÇÃO ESPORTES TECNOLOGIA CULTURA INFANTIL

Notícias Brasil

CGU lança pesquisa para avaliar Portal da Transparência

Compartilhar Tweet 0 +1 6 URL FIXA: <http://bit.ly/M83deW>

Da Agência Brasil - Agência Brasil 10.02.2014 - 17h01 | Atualizado em 10.02.2014 - 17h18



A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou hoje (10) pesquisa para avaliar o Portal da Transparência, site do governo federal que disponibiliza informações sobre gastos, receitas e transferência de recursos públicos desde 2004. A função do portal é permitir que o cidadão possa fiscalizar a aplicação dos recursos.

Leia também:

- [Receita lança aplicativo de consulta ao CNPJ](#)
- [Planalto quer mais transparência em gastos da Copa para frear protestos](#)

Para participar da pesquisa, o usuário não precisa se identificar. Ele deve preencher um questionário com perguntas sobre o perfil do internauta e o uso da internet no controle social, além da avaliação na navegação do portal da CGU. O preenchimento do formulário leva de seis a dez minutos.

Editor Nádia Franco
Direitos autorais: Creative Commons - CC BY 3.0

Compartilhar Tweet 0 +1 6 URL FIXA: <http://bit.ly/M83deW>

TAGs relacionadas FALAR COM A OUVIDORIA

geral - CGU - portal da transparência - gastos públicos

0 Comentários Portal EBC Entrar

Ordenar por Melhor avaliado Compartilhar Favorite

Iniciar a discussão...

Seja o primeiro a comentar.

Assinar feed Adicione o Disqus no seu site DISQUS

Conteúdo relacionado

- Zona Norte** 12/02/2014
Mais um ônibus é incendiado em São Paulo
- Revisão** 11/02/2014
Joaquim Barbosa suspende mais uma decisão de Lewandowski
- Mensalão** 11/02/2014
Parecer do MP é favorável a pedido de trabalho externo de Dirceu
- Saúde** 11/02/2014
Ministério notificará 89 médicos que deixaram de trabalhar no Mais Médicos
- Vagas** 11/02/2014
Caixa prorroga até domingo inscrições para concurso

Galerias

- Acidente** 06/02/2014
Estouro de adutora da Caesb deixa um morto e quatro feridos no Distrito Federal
- Acidente** 28/01/2014
Caminhão derruba passarela na Linha Amarela do Rio
- Violência no RJ** 11/02/2014
Ministério Público denuncia policiais envolvidos em operação que deixou 5 mortos em favela do Rio
- Nova regra** 11/02/2014
Simulador para aulas ainda não é cobrado pelo Detran de MG
- Bonificação** 11/02/2014
IPVA recebe maior indicação de abatimentos do Nota Legal-DF

Banco de Projetos **MANUAL DE JORNALISMO DA EBC** **EBC CONCURSO PÚBLICO**
Para mais informações clique aqui

f t + YouTube Instagram RSS

Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/02/cgu-lanca-pesquisa-para-avaliar-portal-da-transparencia>. Acesso em 12.02.014. Com adaptações.

Figura 31 – Matéria publicada pelo Portal Brasil sobre a Pesquisa

BRASIL Acesso à Informação Participe Serviços Legislação Canais

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Portal Brasil

Buscar no portal

Perguntas frequentes Fale com o Governo Fale com a Presidente

PÁGINA INICIAL > CIDADANIA E JUSTIÇA > 2014 > 02 > PESQUISA IRÁ AVALIAR PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CIDADANIA E JUSTIÇA

Pesquisa irá avaliar Portal da Transparência

Avaliação

Objetivo é verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários

por Portal Brasil
Publicado: 10/02/2014 18:10
Última modificação: 10/02/2014 18:10

Curir 0
Tweestar 7
g+1 1

Itens relacionados

- CGU apresenta novidades no Portal da Transparência
- Ouvidoria da AGU registra mais de 5 mil atendimentos em 2013
- Portal de Dados Abertos recebe mais de 210 mil visitas em 2013

A Controladoria-Geral da União (CGU) lança, nesta segunda-feira (09), pesquisa para avaliar o Portal da Transparência do governo federal. O objetivo é verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários que o utilizam. A iniciativa – fruto da assinatura de Acordo de Cooperação entre a Fundação Universidade de Brasília e a CGU – é conduzida por pesquisadoras do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

A pesquisa é composta por um questionário que aborda os mais diversos temas. São perguntas sobre o perfil do usuário, o que ele pensa sobre o uso da internet no controle social e na promoção da transparência; o que o usuário visita e considera mais importante; bem como a avaliação, por pontos, dos quesitos de navegação, informações e dados do Portal; entre outros assuntos.

A participação é anônima e dura, em média, entre 6 e 12 minutos. O estudo servirá como um importante insumo para as melhorias que serão implementadas no Portal da Transparência e para o avanço do conhecimento teórico sobre transparência pública, acesso à informação, participação política e exercício do controle social no Brasil.

A organização, a metodologia e as perguntas foram formuladas pelo Grupo de Estudos em Democracia Digital do Instituto de Ciência Política da UnB. A contribuição dos usuários é fundamental para a melhoria do Portal da Transparência. A previsão é que os resultados da pesquisa sejam divulgados no início do segundo semestre de 2014.

Portal

O Portal da Transparência do governo federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União, lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

No Portal, é possível encontrar informações sobre: transferências de recursos; gastos diretos; participação e controle social; servidores; imóveis funcionais; receitas previstas; dados diários sobre execução orçamentária; páginas de transparência de estados e municípios; entre outros.

Fonte:
Controladoria-Geral da União

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons CC BY ND 3.0 Brasil (CC BY ND 3.0 Brasil)

Reportar erro

registrado em: CGU Portal da Transparência Avaliação

Transparência de dados

Assunto(s): Governo eletrônico - Governo federal

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- Seminário em Brasília debate cotas no serviço público federal
- Marco Civil da Internet deve ser votado na próxima semana
- AGU evita pagamento indevido de R\$ 261 milhões à Santa Casa de Curitiba
- AGU confirma multa contra dono de barco sem autorização ambiental
- Jogo Fifa World Cup 2014 recebe classificação livre

ACESSE MAIS NOTÍCIAS

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/pesquisa-ira-avaliar-portal-da-transparencia>. Acesso em 12.02.014. Com adaptações.

Figura 32 – Matéria publicada pelo Correio Braziliense sobre a Pesquisa

ASSINE ASSINANTE

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

BRASIL

CAPA BRASIL / ECONOMIA / POLÍTICA CIDADES-DF MUNDO DIVERSÃO E ARTE DIVIRTA-SE MAIS CI

CORREIO DIGITAL | ESPECIAL NATAL | CONCURSOS | ESPECIAIS | SUPERESPORTES | EU, ESTUDANTE | VÍDEOS

A- A+ TAMANHO DA LETRA ENVIAR IMPRIMIR CORRIGIR

(0) Comentários Votação: ☆ ☆ ☆ ☆ ☆ 8+1 0 Compartilhe: f t o + 0

Controladoria lança pesquisa para avaliar Portal da Transparência

Para participar da pesquisa, o usuário não precisa se identificar

Agência Brasil

Publicação: 10/02/2014 17:38 Atualização:

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou nesta segunda-feira (10/2) pesquisa para avaliar o Portal da Transparência, site do governo federal que disponibiliza informações sobre gastos, receitas e transferência de recursos públicos desde 2004. A função do portal é permitir que o cidadão possam fiscalizar a aplicação dos recursos.

Leia mais notícias em Brasil

Saiba mais...

Acessos ao Portal da Transparência aumentaram 142% no ano passado

Para participar da pesquisa, o usuário não precisa se identificar. Ele deve preencher um questionário com perguntas sobre o perfil do internauta e o uso da internet no controle social, além da avaliação na navegação do portal da CGU. O preenchimento do formulário

leva de seis a dez minutos.

Tags: transparência da portal cgu

Fonte:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/02/10/interna_brasil,412110/controladoria-lanca-pesquisa-para-avaliar-portal-da-transparencia.shtml. Acesso em 12.02.014. Com adaptações.

Figura 33 – Reportagem realizada pela TVNBR sobre a Pesquisa



SÉRGIO SEABRA
Sec. de Transparência de Prevenção da Corrupção

Cidadãos podem avaliar Portal da Transparência

TVNBR · 19.808 vídeos

Inscrever-se 13.714

206 visualizações

2 0

Gostei Sobre Compartilhar Adicionar a

Publicado em 22/02/2014

NBR NOTÍCIAS - 21.02.14: Pesquisa da Controladoria-Geral da União (CGU) quer saber a opinião do brasileiro sobre o Portal da Transparência. A iniciativa pretende verificar pontos fortes e fracos do Portal e mapear a prática do controle social, a participação política e o perfil dos usuários que o utilizam. Sobre o assunto, o secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, Sérgio Seabra, dá mais detalhes.

Edite este vídeo!

Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=NBc30L1oVo4>. Acesso em 24.02.2014. Com adaptações.